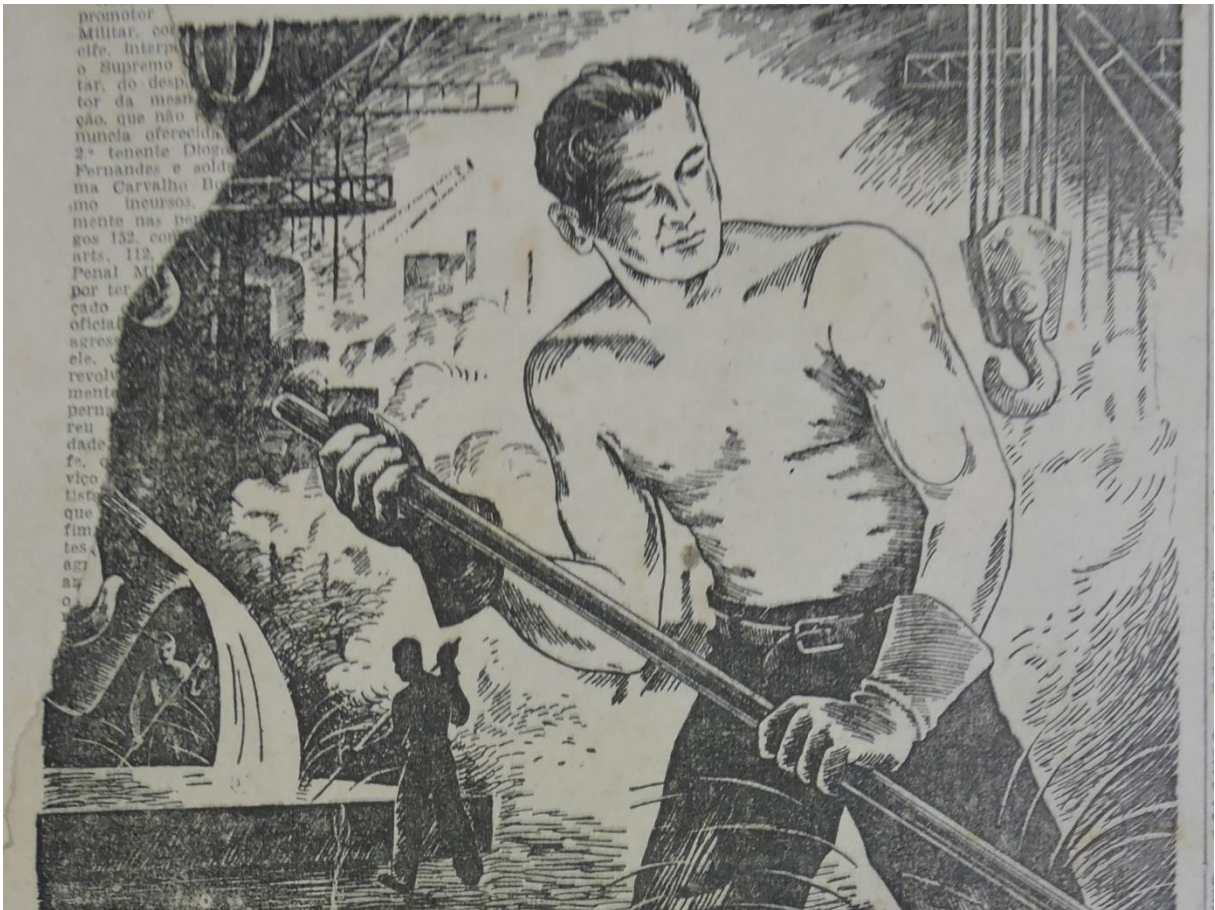


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Tamires Xavier Soares

**NAS TRINCHEIRAS DA SOBREVIVÊNCIA: A SEGUNDA
GUERRA MUNDIAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS
TRABALHADORES NO RIO GRANDE DO SUL**



Santa Maria, RS
2020

Tamires Xavier Soares

NAS TRINCHEIRAS DA SOBREVIVÊNCIA: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS TRABALHADORES NO RIO GRANDE DO SUL

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em História.**

Orientadora: Dr.^a Gláucia Vieira Ramos Konrad

Soares, Tamires Xavier

NAS TRINCHEIRAS DA SOBREVIVÊNCIA: A SEGUNDA GUERRA
MUNDIAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS TRABALHADORES NO RIO
GRANDE DO SUL / Tamires Xavier Soares.- 2020.

260 p.; 30 cm

Orientadora: Glaucia Vieira Ramos Konrad

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2020

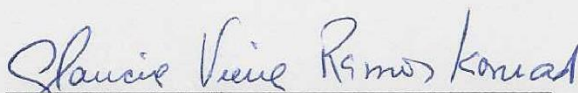
1. Segunda Guerra Mundial 2. Trabalhadores 3. Rio
Grande do Sul I. Vieira Ramos Konrad, Glaucia II. Título.


Tamires Xavier Soares

Nas trincheiras da sobrevivência: a Segunda Guerra Mundial e suas implicações para os trabalhadores no Rio Grande do Sul

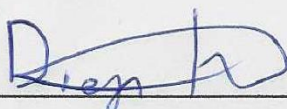
Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em História.**

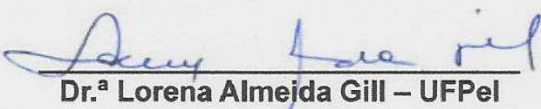
Aprovado em 28 de agosto de 2020:


Dr.^a Gláucia Vieira Ramos Konrad – UFSM
(Presidente/Orientadora)


Dr. Alexandre Fortes – UFRRJ


Dr.^a Clarice Gontarski Speranza – UFRGS


Dr. Diorge Alceno Korand – UFSM


Dr.^a Lorena Almeida Gill – UFPel

Agradecimentos

O trabalho de historiador é um tanto quanto solitário. O silêncio dos arquivos e as horas de leituras fazem parte da trajetória de uma pesquisa historiográfica. Ao contrário disso, o exercício de escrita é sempre coletivo, pois faz-se necessária a reflexão, precisamos analisar o passado por meio de lentes criadas a partir de nossas vivências e de nossas leituras.

Os quatro anos e meio de doutorado foram de metamorfose, de muitas mudanças e descobertas. Com isso, as lentes que observo o mundo e, por conseguinte, a pesquisa, também sofreram modificações. Esta tese tem um pouquinho de cada pessoa com quem convivi. Assim, gostaria de expressar minha gratidão aos “Frequentadores do AP 5231” (Angélica, Andressa, Carol Torres, Dani, Dienifer, Carol, Richard, Arthur, Édipo) e à “gangue da salinha” (Pablo, Bruna e Renata), pelas trocas de experiências e de afetos.

Ao falar em afetos, preciso agradecer, de forma especial, à Sandi e à Rauana, por estarem sempre por perto e dispostas a comer uma pizza quando tudo estava dando errado. Assim como à Andrea Pavão, que com seu jeito animado, meio mãe, meio amiga, a qual sempre esteve ao meu lado.

Também sou grata às professoras Beatriz Weber e Maria Medianeira Padoin, pela oportunidade de ser bolsista da secretaria do PPGH, bem como pelo cuidado que sempre demonstraram comigo. Aos colegas do GT Mundos do Trabalho, pelas conversas e pelas trocas de ideias. À minha amiga e revisora textual Ana Paula.

Igualmente, agradeço ao Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul; ao Núcleo de Documentação História da UFPel; ao Centro de Memória do TRT-4 de Santa Maria; ao Arquivo Nacional, ao CPDOC e ao Arquivo Municipal de Santa Maria, pela disponibilidade de seus acervos.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Gláucia Konrad, e aos membros da banca, por acreditarem em meu trabalho e por se disporem a participar dessa trajetória.

À minha irmã, ao meu cunhado, à minha sobrinha e aos meus pais, por acreditarem em mim e buscarem empreender minhas escolhas. E, ao Jaisson, meu companheiro, que sempre esteve disposto a me ouvir e a me tranquilizar quando eu achava que não conseguiria terminar este estudo.

“Nas sociedades burocratizadas e aburguesadas, considera-se adulto aquele que se conforma em viver menos para não ter que morrer muito. Entretanto, o segredo da juventude é este: viver significa arriscar-se a morrer; e fúria de viver significa viver a dificuldade”.

MORIN, Edgar. *Les stars*. Paris: Le Seuil, 1957, p. 127. (Tradução minha)

RESUMO

NAS TRINCHEIRAS DA SOBREVIVÊNCIA: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS TRABALHADORES NO RIO GRANDE DO SUL

AUTORA: Tamires Soares Xavier
ORIENTADORA: Gláucia Vieira Ramos Konrad

A Segunda Guerra Mundial eclodiu em 1939, provocando transformações no mundo inteiro. Nesse período, mesmo os países que não se envolveram de imediato no conflito sentiram suas implicações. O Brasil, nesse contexto, encontrava-se em meio à ditadura estadonovista, sob a batuta de Getúlio Vargas, o qual manteve uma política de neutralidade diante da conjuntura bélica até 1942, quando declarou estado de guerra, levando nosso país a lutar ao lado dos Aliados.

No entanto, os reflexos da guerra foram sentidos pelos brasileiros desde 1939, em função da carestia de vida, da escassez de gêneros de primeira necessidade e da gradual de mudanças nas relações de trabalho. Diante disso, nesta tese, buscamos compreender quais foram as implicações causadas pela circunstância bélica à vida dos trabalhadores rio-grandenses, bem como as estratégias utilizadas por esses diante da situação de mobilização e das restrições vivenciadas a partir de 1939.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Trabalhadores; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

IN THE TRENCHES OF SURVIVAL: WORLD WAR II AND ITS IMPLICATIONS FOR WORKERS IN RIO GRANDE DO SUL

AUTHOR: Tamires Soares Xavier
ADVISOR: Glaucia Vieira Ramos Konrad

World War II broke out in 1939, causing transformations around the world, even countries that did not immediately become involved in the conflict felt its implications. At that time, Brazil was in the midst of the dictatorship of the Estado Novo, under the government of Getúlio Vargas. That maintained a policy of neutrality in the face of the war situation until 1942, when it declared a state of war, leading Brazil to fight alongside the Aliados.

The reflexes of the war have been felt by Brazilians since 1939, through an increase in the cost of living, a shortage of products and gradual changes in labor relations. Therefore, through this research we seek to understand what were the implications caused by the war to the worker's life in Rio Grande do Sul and the strategies used by them in the face of the situation of mobilization and restrictions experienced since 1939.

Keywords: World War II; Workers; Rio Grande do Sul.

Lista de abreviaturas e siglas

CA – Comissão de Abastecimento

CAERGS – Comissão do Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul

CIT – Conferência Internacional do Trabalho

CME – Coordenação da Mobilização Econômica

CME – Coordenação de Mobilização Econômica

CNT – Conselho Nacional do Trabalho

CRA – Comissão Regional de Abastecimento

DAER – Departamento de Estradas e Rodagem

FARSUL – Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul

FCP – Fundação da Casa Popular

IAP's – Institutos de Aposentadorias e Pensões

ISRGC – Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes

JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento

JT – Justiça do Trabalho

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PSB – Partido Socialista Brasileiro

SABEL – Sociedade Anônima Beneficiadora do Entrepasto do Leite

SAPS – O Serviço de Alimentação da Previdência Social

TSN – Tribunal de Segurança Nacional

Lista de gráfico

Gráfico 1 – Custo de vida no Brasil - 1930 a 1945.....	p. 60
Gráfico 2 – Salário nominal e real em Cr\$ de um trabalhador na indústria de transformação.....	p. 62
Gráfico 3 – Porcentagem do estado civil as mulheres nos processos trabalhistas de Pelotas (1937-1945)	p. 70
Gráfico 4 – Produção siderúrgica brasileira (1900-1940) (toneladas, escala logarítmica)	p. 174
Gráfico 5 – Conclusões - ações trabalhistas / Justiça do Trabalho de Pelotas.....	p. 222

Lista de figuras

Figura 1 – Trabalhadores de Porto Alegre.....	p. 29
Figura 2 – Trabalhadores da estiva.....	p. 31
Figura 3 – Trabalhador de açougue.....	p. 31
Figura 4 – Trabalhadores no Porto de Porto Alegre.....	p. 31
Figura 5 – Cartaz da Horta da Vitória.....	p. 44
Figura 6 – Propaganda dos calçados colegiais Renner.....	p. 49
Figura 7 – Propaganda da loja Brasileira.....	p. 50
Figura 8 – Recibo de aluguel do imóvel (15/03/1940)	p. 53
Figura 9 – Recibo de aluguel do imóvel (16/06/1941)	p. 53
Figura 10 – Recibo apresentado por Vitória.....	p. 54
Figura 11 – Aviso da majoração do aluguel enviado à inquilina.....	p. 54
Figura 12 – Propaganda da Obrigação de Guerra.....	p. 68
Figura 13 – Propaganda da Sociedade Anônima Moinhos Rio-grandenses para compra de trigo.....	p. 84
Figura 14 – Balança levada à perícia (na imagem, existe a indicação do local onde estava o martelinho).....	p. 121
Figura 15 – Balança levada à perícia, martelinho soldado na balança.....	p. 121
Figura 16 – Balança levada à perícia (a imagem mostra o quanto um lado estava mais baixo que o outro).....	p. 122
Figura 17 – Motim contra o caminhão da SABEL (Porto Alegre, 1943).....	p. 126
Figura 18 – Anúncio de empresa que vendia e que instalava gasogênio.....	p. 142
Figura 19 – Anúncio de empresa que vendia e que instalava gasogênio.....	p. 142
Figura 20 – Fotografias dos envolvidos no processo.....	p. 146
Figura 21– Cupom de abastecimento fornecido pela Comissão de Controle e Abastecimento Público.....	p. 147
Figura 22 – Prisão de Valdemar.....	p. 158
Figura 23 – Mapa do trajeto entre Passo Fundo e Itaqui.....	p. 161
Figura 24 – Mapa do trajeto entre Alegrete e Itaqui.....	p. 162

Figura 25 – Trajeto da provável rede de contrabando no Rio Grande do Sul (Fundo/São Borja/Argentina).....	p. 165
Figura 26 – Mapa do trajeto entre Não-me-Toque e Ijuí.....	p. 166
Figura 27 – Identificação no mapa das cidades de Paso de los Libres e Uruguaiana.....	p. 168

Lista de tabelas

Tabela 1 – Cálculo da ingestão diária de nutrientes e de calorias recomendados pelo governo.....	p. 32
Tabela 2 – Tabelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade.....	p. 36
Tabela 3 – A alta do custo de vida no RS.....	p. 40
Tabela 4 – Rancho mensal para uma família de 5 pessoas, entre 1936 a 1940.....	p. 41
Tabela 5 – Custo da alimentação em Porto Alegre, em valor monetário Cr\$ (1940 a 1944).....	p. 42
Tabela 6 – Valor arrecadado com a produção de tecidos nacionais.....	p. 46
Tabela 7 – Tabelamento dos tecidos populares, 1943.....	p. 47
Tabela 8 – Pagamento pago pelo aluguel de cada cômodo.....	p. 55
Tabela 9 – Gastos mensais com a casa alugada.....	p. 56
Tabela 10 – Gastos diversos.....	p. 67
Tabela 11 – Importação de trigo da Argentina (1935-1938).....	p. 81
Tabela 12 – Quantidade de sementes distribuídas pela Secretaria desde 1929.....	p. 82
Tabela 13 – Quantidade em quilos de trigo nacional adquirido pela empresa S. A. Moinhos Rio-grandenses.....	p. 85
Tabela 14 – Tabelamento do pão em Porto Alegre (agosto de 1944).....	p. 94
Tabela 15 – Quantidade de gado vacum que passou pela alfândega de Jaguarão (janeiro e maio de 1939).....	p. 99
Tabela 16 – Volume de chuvas em alguns municípios gaúchos durante o verão de 1943.....	p. 112
Tabela 17 – Produção de álcool anidro (1937 – 1941).....	p. 133
Tabela 18 – Produção de borracha de 1940 a 1944.....	p. 155
Tabela 19 – Novas quotas estabelecidas pela Comissão local de controle dos acordos de Washington.....	p. 156
Tabela 20 – Produção de cimento nacional (1926-1929).....	p. 171
Tabela 21 – Produção e importação de cimento no Brasil.....	p. 171
Tabela 22 – Produção siderúrgica no Brasil em toneladas (1933 a 1941).....	p. 175
Tabela 23 – Quantidade de aço produzido pelas empresas estabelecidas no Brasil em 1942.....	p. 176
Tabela 24 – sobre a produção siderúrgica brasileira.....	p. 176

Tabela 25 – Resultados das ações movidas na 1ª JCJ de Porto Alegre (1941-1942)..... p. 196

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2 - PAGANDO O PREÇO: A ESCASSEZ E A CARESTIA DE VIDA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO RIO GRANDE DO SUL	25
2.1 - A conjuntura pré-guerra.....	25
2.2 - “Os discípulos de Gandhi”	33
2.3 - Os trabalhadores não vestiam tanga	45
2.4 - A questão habitacional	51
2.5 - Viver com o mínimo.....	59
2.6 - A estratégia da mobilização econômica	71
2.7 - Considerações sobre o capítulo	74
3. A GUERRA NO PRATO	76
3.1 - Pão nosso de cada dia	79
3.2 - Sentindo na carne	98
3.3 - A vaca foi para o brejo.....	123
3.4 - O açúcar era doce, mas o preço era salgado	130
3.5 - Considerações sobre o capítulo	134
4 - A GUERRA PARA ALÉM DO PRATO: OS IMPACTOS DO CONTEXTO BÉLICO EM OUTROS SETORES	136
4.1 - O aperto e a escassez: as dificuldades enfrentadas no transporte público e coletivo durante a guerra	137
4.2 - Assim como a borracha, a fronteira também era flexível: os casos de contrabando de artigos de látex no Rio Grande do Sul	153
4.3 - A obra parou e a luz apagou: a escassez de materiais de construção e o racionamento de energia elétrica durante a Segunda Guerra Mundial	170
4. 4 – Considerações sobre o capítulo	179
5 - OS SOLDADOS DA PRODUÇÃO	181
5.1 - A luta de cada dia.....	182
5.2 - “As mãos brasileiras devem estar ocupadas com enxada ou com fuzil”	200
5.2.1 - Os dispensados.....	208
5.2.2 - Liquidar bancos e amparar funcionários?	214
5.2.3 - Um pé na fábrica e outro no campo de batalha	218
5.2.4 - Soterrados pela mobilização de guerra	229
5.2.5 - Nem pacto, nem hiato: a classe trabalhadora articulada	234
5.2.6 – Considerações sobre o capítulo	241
CONCLUSÃO	243
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	250
FONTES CONSULTADAS	256

1. INTRODUÇÃO

Na capa desta tese, apresentamos uma propaganda comemorativa ao dia do trabalhador de 1943, publicada pela Cia. Energia Elétrica Rio-grandense de Porto Alegre¹. Logo abaixo da imagem, a empresa escreveu uma mensagem a respeito do grande papel do trabalhador brasileiro na batalha da produção, traçada pelo governo estadonovista. A figura que acompanha a homenagem representa um homem branco, forte, com músculos aparentes, exercendo uma atividade braçal.

No entanto, devemos refletir sobre qual a parcela da classe trabalhadora estava representada nessa figura. São trabalhadores homens, brancos e robustos? Em um país que permitiu a escravidão de pessoas por 358 anos? Em um país que saiu do mapa da fome somente em 2014? E as mulheres? Na realidade, o retrato dos (as) trabalhador(as) brasileiro(as) era bem diferente do representado na imagem.

Casemiro Cubaski e Elsa Winter Bischoff eram trabalhadores, o primeiro estava há 14 anos empregado no Frigorífico Anselmi Ltda., localizado na cidade de Rio Grande. A segunda era funcionária da Sociedade de Açougues Ltda., na capital gaúcha. Ambos foram demitidos por furtar comida em seus locais de trabalho. Cubaski declarou que havia pego “dois pedaços de morcilha porque estava com fome”. Alegou que “iniciava o seu trabalho na firma muito cedo e naquele dia não tinha tomado café”. Bischoff, conforme relatou o empregador, “usava uma caixinha, toda especial, em cujo conteúdo costumava depositar papéis servidos, para nela também ocultar várias mercadorias”. Ao levar a dita caixinha até o lixo, para desfazer-se dos papéis, ela escondia “sanduíches, charques, salames, linguiças”, para posteriormente levar para casa.

Tanto no caso de Cubaski, quanto no de Bischoff, o furto era de alimentos para consumo próprio. Qual motivo levou Casemiro a não tomar café antes de ir para o trabalho? Seria falta de alimento em casa? Por que Elsa misturava com o lixo os alimentos que iria “furtar”?² Essas perguntas são impossíveis de responder, dada a

¹ O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio. n. 33, de 16 de agosto de 1943.

² O pedido ajuizado pelo frigorífico Anselmei para demissão do funcionário estável Cubaski foi negado pelo Conselho Regional do Trabalho. Os membros do CRT consideraram que se tratava de um operário com boas referências de comportamento, portanto, não cabia uma pena tão severa. Já ação de Bischoff, foi julgada procedente em parte pela 1ª JCJ de Porto Alegre, tendo esse entendido que havia provas concretas que incriminavam a trabalhadora. Diante disso, a demissão era justificada, mas as férias que lhes eram de direito deveriam ser pagas.

carga subjetiva que as envolvem, mas, como historiadores, podemos buscar compreender o contexto que interpelava essas pessoas.

Os casos ocorreram em 1942 e 1943, período em que o Brasil estava lutando ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Para isso, havia criado dois *front's*: um externo, que seria formado pelos soldados e enfermeiras enviadas para o palco de batalha, e um interno, composto pelos trabalhadores considerados soldados da produção pelo discurso oficial, os quais tinham o dever de empregar suas forças de trabalho para produzir o máximo possível.

A guerra eclodiu em setembro de 1939, e o Brasil, nessa ocasião, manteve-se neutro, rompendo com essa política somente em agosto de 1942. O mundo estava envolvido em um conflito e não podemos analisar as circunstâncias dele sem levar em conta as implicações da guerra. O celebre historiador inglês Eric Hobsbawm defende que Segunda Guerra “ampliou a guerra maciça em guerra geral”. De acordo com esse autor, a guerra moderna envolve “todos os cidadãos e mobiliza a economia para a sua produção, e são usados em quantidade inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos”³.

A guerra de massa, como Hobsbawm denominou os conflitos do século XX, necessitava da mobilização em massa, a qual, mesmo em sociedades industrializadas, acabava impondo “enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado”⁴.

No caso brasileiro, embora fosse um país em processo de industrialização, as tensões existiam, porém, diante da conjuntura da ditadura estadonovista, eram abafadas, de modo que não fossem notadas. Roney Cytrynowicz afirma que as fronteiras entre “Estado e sociedade, entre cultura oficial e popular, entre classe média e operários, entre homens e mulheres, foram rompidas, acionadas e mobilizadas pelo governo”.⁵

A Segunda Guerra Mundial é um tema muito atraente, existem muitas produções cinematográficas, revistas, coleções acerca dela. Entretanto, tudo parece muito distante da realidade vivenciada pela população brasileira na época. Concordamos com Cytrynowicz a respeito da necessidade de construir “o tema no

³ HOBBSAWM. Eric. A Era dos Extremos. São Paulo: Cia. das Letas, 2003, p. 50.

⁴ HOBBSAWM. Eric. op. cit., p. 51.

⁵ CYTRYNOWICZ. Roney. Guerra sem guerra. São Paulo, Geração Editorial, 2002, p. 19.

Brasil', sem tratar do assunto como uma extensão do conflito vivenciado pelos estadunidenses e europeus.

Precisamos analisar a guerra com uma lente brasileira que envolva a política, o discurso e as práticas da época. Existem questões próprias a serem consideradas, uma vez que as circunstâncias promovidas pelo conflito atingiram vários setores. Além disso, o país estava em meio a uma ditadura instituída por Vargas, o qual se valeu das circunstâncias para permanecer no poder até 1945.

Getúlio Vargas governou o Brasil por mais de 18 anos, assumindo, primeiramente, a cadeira da presidência no “Governo Provisório” (1930-1934). Depois, foi eleito indiretamente, pela Câmara dos Deputados, como presidente do “Governo Constitucional” (1934-1937), deu um golpe de Estado em 1937, tornando-se um ditador e, por fim, voltou ao poder, eleito pelo povo, em 1951.

O período entre 1930 a 1937 tem sido muito explorado pelos especialistas, tendo em vista a grande mobilização da classe trabalhadora. Porém, o chamado Estado Novo (1937-1945), implantado a partir de uma mentira de ameaça comunista, foi considerado, por muitos anos, um momento de desmobilização da luta de classe. Todavia, a partir da tradução de livros de autores como Edward Thompson e Eric Hobsbawm novas pesquisas começaram a surgir, considerando as múltiplas formas de manifestações da classe laboral durante esse período, transformando o campo da história social e proporcionando novas discussões a respeito dos mundos do trabalho⁶.

No entanto, poucos estudos avançaram a respeito das implicações causadas pela Segunda Guerra Mundial ao Estado Novo, principalmente em relação às questões trabalhistas⁷. Conforme Alexandre Fortes, isso ocorre porque “fatores

⁶ SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos, direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992; FORTES, Alexandre. Revendo a legislação dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945). In: FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos*. Estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; COSTA, Hélio. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicalismo no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995; KONRAD, Glauca Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006; PAOLI, Maria Célia. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros*. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José S. L. *Cultura & Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: PROED; Marco Zero; Museu Nacional, 1987; SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1950)*. São Leopoldo-RS: Oikos, 2014.

⁷ FORTES, Alexandre. *Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil*. *Nuevos Mundos*, 2014; FERREIRA, Jorge. *Brasil, 1942 estado e sociedade contra o reich*.

domésticos continuam a preponderar nas explicações sobre os processos inovadores ocorridos naquela primeira metade dos anos 1940”. Desta forma, “a análise dos efeitos da Guerra sobre as relações de trabalho no país tende a ficar diluída num debate mais geral sobre o legado de Getúlio Vargas”⁸.

Considerando que o Brasil dependia de relações comerciais com os países beligerantes, que boa parte dos produtos manufaturados eram importados do Velho Continente e que, por sua vez, esses eram clientes de nossa produção agropastoril, entendemos que os estudos a respeito do Estado Novo devem levar em consideração, também, os fatores externos.

No âmbito das relações de trabalho, por exemplo, embora em 1943 Getúlio Vargas tivesse assinado o decreto-lei n. 5.452, que instituía a Consolidação das Leis do Trabalho, alguns dos seus artigos foram flexibilizados por leis criadas em nome da mobilização de guerra. A exemplo disso, podemos citar a jornada laboral de 8 horas, a qual, por meio do decreto n. 4.639 de 1942, poderia ser de até 10 horas, mediante autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC).

A estabilidade adquirida após 10 anos de serviços prestados para uma empregadora ganhou uma exceção, pois os contratos de trabalho de alemães, italianos e japoneses poderiam ser rompidos⁹. Os operários das fábricas consideradas de interesse nacional ou bélico que faltassem por mais de oito dias sem justificativa eram considerados desertores e julgados pela Justiça Militar.¹⁰

Os sindicatos sofreram maior interferência estatal a partir do decreto 4.637, de 31 de agosto de 1942, que os colocavam sob colaboração permanente enquanto perdurasse o contexto beligerante. Os homens convocados para o serviço militar tinham a garantia do recebimento de 50% de seus ordenados¹¹. Essa medida ocasionou muitas demissões de trabalhadores do sexo masculino em idade de

Acervo, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 89-109, jul./dez. 2017 SECRETO, María Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007; LIRA, Clarice. *O Piauí em tempos de Segunda Guerra: mobilização local e as experiências do contingente piauiense da FEB*. Jundiaí, SP: Paco, 2017; ALCANTARA, Patrícia. *Os conflitos de um conflito: processos trabalhistas ajuizados nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*. 2018. 155 f. (Dissertação) Mestrado em História- Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2018.

⁸ FORTES, Alexandre. 2014, Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil. *Nuevos Mundos*, 2014, p. 1.

⁹ Decreto-lei n. 4.638 de 31 de agosto de 1942.

¹⁰ Decreto-lei n. 4.937 de 9 de novembro de 1942.

¹¹ Decreto-lei n. 4.902. de 31 de outubro de 1942.

convocação militar. Diante disso, o governo criou outra lei, a qual proibia a rescisão do contrato de trabalho para esse tipo de operário¹².

A falta de matéria-prima e de serviços, em decorrência da dificuldade nas importações, provocou, desde o início do conflito, demissões e suspensões de trabalhadores. O transporte, tanto de carga quanto de passageiros, foi afetado pela falta de combustíveis; nas cidades, ocorreram reduções de horários dos bondes e dos ônibus, bem como a proibição da circulação de carros particulares. No campo e nos portos, os alimentos pereciam à espera de vagões de trem ou de navios para transportá-los. Ademais, o custo de vida sofreu grande elevação durante o período, fazendo com que o salário mínimo, instituído em 1940, fosse insuficiente para o sustento da maior parte das famílias operárias.

Diante desse cenário, questionamo-nos quais foram os impactos que a conflagração mundial causou na vida dos trabalhadores no Rio Grande do Sul, analisando as dificuldades encontradas pelos operários diante da escassez de produtos e do alto valor alcançado pelos alimentos, bem como os conflitos trabalhistas criados a partir da conflagração mundial e, posteriormente, a declaração de estado de guerra. Com o andamento do conflito mundial, diversos decretos-lei foram criados, flexibilizando direitos já conquistados pelos trabalhadores, transformando as fábricas em “campos de batalha”, e os operários em “soldados da produção”, com isso criando novas tensões.

A principal hipótese deste estudo é de que os trabalhadores, frente à mobilização de guerra, que tentava lhes tornar soldados da produção, bem como diante da falta de alimentos e de produtos, antes comuns em suas vidas, criaram estratégias de sobrevivência e de luta por seus direitos, agindo contra os abusos patronais cometidos, em nome da *batalha da produção*, através das táticas jurídicas.

Em busca das evidências para responder nossos questionamentos, utilizamos diferentes tipos de fontes históricas, e o jornal *Correio do Povo*¹³ faz parte do *holl* de

¹² Decreto-lei n. 5.689, de 22 de julho de 1943.

¹³ O Jornal Correio do Povo foi fundado por Caldas Junior em 1895 e existe até os dias atuais, passando por muitas fases. Inicialmente apresentava-se ao mercado com um discurso de neutralidade, contudo, após sua negociação nos anos 1930 passou a apoiar abertamente o governo de Getúlio Vargas. Foi nesse momento que Fernando Caldas, filho do fundador, deixou o Correio do Povo, alegando que após a venda do jornal não conseguiria manter linha de neutralidade indicada pelo seu pai no momento de fundação. Em dezembro de 1935, Breno Caldas (filho mais novo do fundador) assumiu a direção do o Correio do Povo afirmando que seguiria o exemplo de Caldas Junior. De acordo com o verbete do CPDOC a tentativa de neutralidade foi mantida “mesmo após o golpe de 10 de novembro de 1937, que inaugurou o Estado Novo. Entretanto, em 1943, Breno Caldas entrevistou o general Eurico Gaspar Dutra, encampando sua tese da necessidade de liberalização do regime.” Todavia, é importante frisar

fontes analisadas. Com sede em Porto Alegre, o periódico diário reunia informações sobre a capital gaúcha, cidades do interior, além das principais notícias do país. Considerando a periodicidade com que era publicado e a diversidade de notícias, pode-se ter um panorama acerca da conjuntura entre 1939 e 1945¹⁴.

O site da Câmara dos Deputados disponibiliza, de forma *online*, as leis, basta procurar pelo número. Assim, conseguimos ter acesso ao texto completo das legislações criadas no período, de modo que foi possível fazer um contraponto com a aplicação dessas. Também, exploramos os processos do Tribunal de Segurança Nacional – TSN, da Justiça do Trabalho – JT e uma revista de jurisprudência denominada *O Orientador: Trabalho, Indústria e Comércio*.

O TSN se tratava de um tribunal de exceção, criado em setembro de 1936 e subordinado à Justiça Militar. Sua instituição está ligada à política de repressão criada por Getúlio Vargas, sua função “era processar e julgar, em primeira instância, as pessoas acusadas de promover atividades contra a segurança externa do país e contra as instituições militares, políticas e sociais.”¹⁵ Os alvos eram os “inimigos” do governo, em um contexto de pós Insurreição Nacional Libertadora.

A implantação do Estado Novo gerou mudanças para o TSN, o qual não só passou a ser autônomo, não mais sendo subordinado ao Superior Tribunal Militar, como também se tornou permanente. Em 1942, os crimes contra economia popular igualmente passaram a fazer parte do conjunto de infrações apreciadas por essa instância.

Os crimes contra economia popular envolviam desobediência ao tabelamento dos preços, especulações e fraudes, os quais ajudavam para o encarecimento do custo de vida. Logo, a análise desses processos torna-se imprescindível para que possamos compreender como se davam essas práticas e quais eram os impactos

que o Correio do Povo deixava aparente o não apoio a Aliança Nacional Libertadora, a Revolta Comunista de 1935 e foi favorável a cassação do Partido Comunista em 1947. Acreditamos que a ideia de neutralidade é bastante delicada, principalmente para um jornal, através de nossa leitura que, compreendeu os anos de 1939 a 1946, recebemos que o Correio do Povo compactuava com as ideias de Mobilização de Guerra proposta pelo governo, além ser um espaço que dava voz aos anseios e opiniões dos grandes proprietários de terras rio-grandenses. Para mais informações sobre a trajetória do Correio do Povo acessar. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-do-povo>

¹⁴ Realizamos a pesquisa no Arquivo Histórico de Santa Maria, em que se encontram salvaguardados o jornal Correio do Povo.

¹⁵ Verbete sobre Tribunal de Segurança Nacional da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/TribunalSegurancaNacional>>>. Acessado dia 25 de junho de 2020.

dessas, na vida dos trabalhadores rio-grandenses, em um tempo de escassez supostamente causada pela guerra.¹⁶

Os processos da Justiça do Trabalho também foram consultados na busca por vestígios do cotidiano da classe trabalhadora, assim como das estratégias traçadas pelos trabalhadores para enfrentar as circunstâncias já mencionadas, visto que as ações, em geral, são compostas por descrição dos casos, relatos de testemunhas e, em alguns casos, apresentam anexos.

A criação de uma justiça para arbitrar as relações de trabalho estava presente na Constituição de 1934. Porém, a JT não foi regulamentada nem integrada ao poder judiciário, passando a funcionar, de forma efetiva, somente em 1941, quando foi instituída. A maior parte dos processos trabalhistas do Rio Grande do Sul da década de 1940 foram incinerados¹⁷, restando apenas ações das cidades de Pelotas¹⁸, Santa Maria¹⁹, Porto Alegre²⁰ e São Jerônimo²¹.

Diante da impossibilidade de acessarmos as ações promovidas por trabalhadores de outros municípios, recorreremos ao livro de acórdãos salvaguardado no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul e à revista de jurisprudência *O Orientador: Trabalho Indústria e Comércio*, acondicionada na biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT4.

O livro em que foram anexados os acórdãos, promovidos pelo Conselho Regional do Trabalho – CRT, apresenta a resolução dada pelos membros do CRT aos casos levados à segunda instância. A revista, produzida na capital gaúcha, era direcionada à área trabalhista, geralmente consultada por advogados. Ela veiculava notícias sobre leis e os decretos, bem como apresentava casos que se tornaram jurisprudência.

Por fim, ainda analisamos as cartas enviadas ao presidente Getúlio Vargas, ou aos ministros²². Esse tipo de correspondência era um canal de comunicação entre o

¹⁶ Os processos do TSN estão salvaguardados no fundo do Tribunal de Segurança Nacional, no Arquivo História do Rio Grande do Sul.

¹⁷ Através da lei n. 7.627, de 10 de novembro de 1987, foi permitida a eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, de autos findos há mais de 5. Diante dessa possibilidade, muitos tribunais optaram por eliminar seus acervos, assim boa parte da história da classe trabalhadora foi perdida.

¹⁸ Salvaguardados no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas.

¹⁹ Salvaguardados no Centro de Memorial do TRT4 de Santa Maria.

²⁰ Salvaguardados no Memorial da Justiça do Trabalho em Porto Alegre

²¹ Salvaguardados no Memorial da Justiça do Trabalho em Porto Alegre.

²² Salvaguardadas no Fundo do presidente Getúlio Vargas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas – FGV, na cidade do Rio de Janeiro.

governo central e as diversas camadas da sociedade. O historiador José Luiz Ferreira afirma que as cartas têm grande “riqueza quantitativa e qualitativa”, além disso, elas permitem, ao pesquisador:

[...] investigar o cotidiano e as condições de vida dos trabalhadores da época, possibilita sistematizar as manifestações das classes e dos grupos sociais, desde os estratos hegemônicos até os setores mais excluídos, cobrindo uma temporalidade considerável em todo o território nacional.²³

O autor também ressalta a existências de constantes, aspectos que se repetem “a leitura da correspondência revela uma mesma temática: os personagens apresentam um triste quadro de precária situação social e, a partir disso, pedem algo - geralmente um emprego ou um aumento salarial”²⁴. Além disso, as introduções dos pedidos geralmente são compostas por elogios ao presidente e ao trabalho desempenhado por esse, no entanto, devemos ter cuidado, pois ninguém escreveria uma carta para solicitar favores, fazer xingamentos ou críticas ao governo. Mas isso não quer dizer que os autores delas não tivessem objeções à política federal, apenas não as faziam naquele momento.

Considerando que todo documento é produzido com uma intencionalidade e para um fim, compartilhamos da ideia de Antoine Prost, que entende que “as maneiras de falar não são inocentes, e a língua que se fala estrutura as representações do grupo a que se pertence”²⁵. Conscientes dessas armadilhas, analisamos o jornal *Correio do Povo*, a revista *O Orientador*, os processos trabalhistas, as ações do TSN e as cartas ao gabinete presidencial, realizando as devidas críticas das fontes²⁶.

Mediante aos questionamentos a que buscamos responder e ao conjunto de fontes utilizadas, dividimos este trabalho em quatro partes. O primeiro capítulo reservamos para tratar das questões introdutórias da temática da tese. Iniciamos abordando o contexto antes de setembro de 1939, de modo que pudéssemos ter, ao longo da tese, consciência das circunstâncias para distinguir as mudanças e as

²³ FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990, p. 182.

²⁴ FERREIRA, Jorge. op. cit., p. 182.

²⁵ PROST, Antoine "Social e cultural indissociavelmente". In. RIOUX, Jean-Pierre; SERINELLI, Jean-François. Para uma história cultural, Lisboa, Estampa, 1998, p. 130.

²⁶ Para mais ler PINSKY, Carla. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

permanências que ocorreram na vida dos trabalhadores rio-grandenses após o início da guerra.

Considerando o contexto desde 1939, bem como a mobilização de guerra, a partir de 1942, investigamos as implicações econômicas causadas pela guerra à vida dos trabalhadores. Ademais, abordamos a instituição do salário mínimo e sua rápida defasagem em relação ao custo de vida da população.

Durante as apreciações apresentadas no primeiro capítulo, ficou evidente que as despesas com aluguel, vestuário e alimentação consumiam praticamente todo salário dos trabalhadores. Desse modo, em muitos casos, os ordenados não eram suficientes para cobri-las.

Os impasses referentes ao aumento do valor dos aluguéis e do vestuário ganharam espaço na primeira parte da tese, mas a alimentação, por ser um tema demasiadamente longo, necessitou de uma análise mais aprofundada, uma vez que, embora o Rio Grande do Sul fosse produtor de alimentos, alguns gêneros desapareceram das prateleiras²⁷. Essa temática, assim, tornou-se o segundo capítulo, cujo o objetivo é identificar qual a parcela de responsabilidade da guerra nos problemas de abastecimento de produtos indispensáveis à dieta dos operários, como a carne verde, o leite, o pão branco, a banha e o açúcar.

O transporte de pessoas e cargas sofreu transformação com a eclosão do conflito mundial. O Brasil dependia da importação de combustíveis, contudo, com a guerra, a possibilidade da aquisição de tais produtos tornou-se um desafio, já que, além de escassos no mercado, a viagem nos navios cargueiros pelos oceanos era arriscada, pois esses também eram palco de batalha.

Em função disso, no terceiro capítulo, buscamos compreender como a guerra, ao afetar os setores do transporte, do abastecimento de energia elétrica²⁸ e a produção de borracha²⁹ causou modificações, ameaças e gerou oportunidades para os trabalhadores rio-grandenses.

²⁷ A explicação para o “sumiço” era a conjuntura de guerra.

²⁸ Considerando que, além da falta de combustíveis, os bondes, caminhões, carros e máquinas, em geral, necessitavam de peças de reposição importadas e, assim, também acabaram sofrendo de imediato as implicações. Os geradores de energia estavam na iminência de serem desligados por falta de combustível, a ameaça de apagões era real.

²⁹ A compra e venda dos artigos de borracha passou a ser controlada pelo governo, em detrimento do Tratado de Washington, tornando-se um lucrativo negócio clandestino, frequentemente praticado nas fronteiras do estado.

Após desenvolver as discussões a respeito dos impactos causados pela Segunda Guerra Mundial, nos vários âmbitos da vida da classe trabalhadora, no estado, destinamos o quarto capítulo à análise dos efeitos da conjuntura bélica nas relações de trabalho. Nesse contexto, o rompimento de contratos de trabalho e as suspensões ganharam um novo alibi, a matéria-prima. Empregadores demitiam e afastavam os funcionários sem o pagamento de nenhum direito, argumentando a inexistência de matéria-prima ou a falta de serviço.

Além disso, como já mencionado, após o Brasil declarar estado de guerra, em 1942, muitos direitos trabalhistas passaram a ser flexibilizados. Como os trabalhadores rio-grandenses reagiram ao serem interpelados por essas situações? Quais foram as estratégias de resistência criadas pela classe laboral diante de retrocessos da legislação tão sofridamente conquistada? Havia um pacto entre trabalhadores e o governo? Essas são as perguntas que pretendemos responder no último capítulo deste estudo.

Em suma, esse trabalho busca agregar as discussões sobre o Estado Novo e as relações trabalhistas, de modo que consigamos enxergar para além dos fatores domésticos. Para isso, consideraremos as implicações da guerra para o projeto político de Vargas, mas, principalmente, as mudanças causadas na vida dos trabalhadores rio-grandenses e de que modo esses reagiram diante das novas circunstâncias.

2 - PAGANDO O PREÇO: A ESCASSEZ E A CARESTIA DE VIDA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO RIO GRANDE DO SUL

O presente capítulo é destinado às discussões iniciais sobre o tema que abordaremos ao longo da tese. Nele, discutiremos a situação da classe trabalhadora antes e durante Segunda Guerra Mundial. Será analisada a conjuntura de forma mais geral, buscando compreender a questão salarial, a carestia de vida e a mobilização da população diante do estado de guerra.

Para isso, essa parte deste estudo foi dividida em seis subcapítulos. No primeiro, nos dedicamos a examinar a situação da classe laboral no Rio Grande do Sul antes da eclosão da guerra, de modo a criarmos parâmetros para compreender as mudanças causadas pelas circunstâncias de beligerância.

O segundo, cujo subtítulo é “Os discípulos de Gandhi”, foi reservado para examinarmos as implicações econômicas que a guerra causou à vida dos trabalhadores, assim como as medidas governamentais instituídas diante de tal conjuntura. Já as terceira e a quarta partes deste capítulo, foram dedicadas ao tratamento das questões referentes ao vestuário e à habitação, buscando compreender qual/quais motivo (s) provocou(aram) os vertiginosos aumento do vestuário, tecidos e aluguéis, os quais consumiam boa parte do ordenado dos trabalhadores.

Cientes das discussões apresentadas nos subtítulos anteriores, a respeito do aumento do custo de vida, entre os anos 1939 e 1945, no penúltimo subtítulo, aprofundaremos nossa discussão no que tange à instituição do salário mínimo e ao poder de compra do trabalhador rio-grandense. Por fim, na última parte deste capítulo, abordaremos a utilização do contexto internacional como argumento para a mobilização econômica.

2.1 - A CONJUNTURA PRÉ-GUERRA

A economia do Brasil, até meados dos anos 1930, girava em torno da exportação de café³⁰. Era um país considerado agrário, com poucas indústrias e com a maior parte da população residindo no campo. Porém, tais características não

³⁰ Embora outros produtos como algodão, fumo, carne, dentre outros, fossem exportados, o café era considerado o principal.

livravam a população da escassez e da elevação de preços dos alimentos básicos que compunham a mesa do trabalhador brasileiro.

O jornal *Correio do Povo* de maio de 1939, ou seja, antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, publicou uma reportagem a respeito do preço da carne verde³¹ em Porto Alegre. No caso em questão, a população pressionava a prefeitura da capital para que o valor desse artigo tivesse uma diminuição de 100 réis. Em contrapartida, os comerciantes solicitavam ao governo a criação de uma Comissão Permanente para fiscalizar e estudar o caso³², demonstrando que o mercado dessa carne era alvo de manobras altistas.

A produção de trigo também era um assunto a ser tratado com muita cautela. Por ser a base da receita do pão branco, produto indispensável na mesa dos trabalhadores brasileiros, requeria das autoridades a máxima atenção. O país produzia o cereal, mas não em quantidades suficientes para abastecer o mercado interno. Desse modo, era necessário importar trigo das repúblicas vizinhas, Argentina e Uruguai. O maior problema estava em garantir que a produção nacional fosse liquidada e que as importações fossem ordenadas, de forma que o pão de cada dia chegasse fresquinho e com preço justo à mesa da população.

Em janeiro de 1939, o governo federal cotou o valor do trigo nacional em 600 réis o quilo, porém o mesmo cereal importado da Argentina custava menos aos moageiros, causando problema para produção nacional. Esse impasse resultou em uma longa discussão sobre a situação da triticultura brasileira e a respeito das possíveis soluções³³.

Como podemos notar, a questão da escassez e da elevação dos preços dos alimentos não eram incomuns ao cotidiano dos brasileiros. Diante disso, foi lançado, pelo governo federal, no dia 18 de novembro de 1938, o decreto-lei n. 869, que enquadrava como crime contra economia popular atos como os especificados no trecho a seguir:

I - destruir ou inutilizar, intencionalmente e sem autorização legal, com o fim de determinar alta de preços, em proveito próprio ou de terceiro, matérias-primas ou produtos necessários ao consumo do povo;

³¹ Como era chamada a carne de boi crua.

³² CORREIO DO POVO. A questão da baixa do preço da carne, Porto Alegre, dia 18 de maio de 1939, p. 9.

³³ CORREIO DO POVO. Situação do trigo, Porto Alegre, dia 15 de janeiro de 1939, p. 9.

II - abandonar ou fazer abandonar lavouras ou plantações, suspender ou fazer suspender a atividade de fábricas, usinas ou quaisquer estabelecimentos de produção, ou meios de transporte, mediante indenização paga pela desistência da competição;

III - promover ou participar de consórcio, convênio, ajuste, aliança ou fusão de capitais, com o fim de impedir ou dificultar, para o efeito de aumento arbitrário de lucros, a concorrência em matéria de produção, transporte ou comércio;

IV - reter ou açambarcar matérias primas, meios de produção ou produtos necessários ao consumo do povo, com o fim de dominar o mercado em qualquer ponto do país e provocar a alta dos preços;

V - vender mercadorias abaixo do preço de custo com o fim de impedir a concorrência;

VI - provocar a alta ou baixa de preços, títulos públicos, valores ou salários por meio de notícias falsas, operações fictícias ou qualquer outro artifício³⁴;

Além disso, no Art. 3º do decreto, eram enquadrados como crimes contra economia popular práticas bastante conhecidas nas cidades brasileiras, tais como transgredir as tabelas oficiais de preços de mercadorias; realizar especulações ou processos fraudulentos para tentar obter ganhos ilícitos, em detrimento do povo e, por fim, fraudar pesos ou medidas padronizadas com o intuito de lucrar em cima dos produtos vendidos.

A Constituição de 1937 também tratava do assunto. Em seu Art.122, estava previsto que “os crimes que atentarem contra a existência, a segurança e a integridade do Estado, a guarda e o emprego da economia popular seriam submetidos a processo e julgamento perante Tribunal Especial.”³⁵ Esse artigo, porém, foi modificado após a declaração brasileira de guerra ao Eixo. No dia 07 de dezembro de 1942, foi apresentada a lei número e 07³⁶, a qual atribuía, ao Tribunal de Segurança Nacional, a responsabilidade de julgar os crimes contra economia popular.

Um assunto que também suscitava reclamações e exigia uma providência, a respeito dele, era o salário mínimo. Durante uma reunião na capital gaúcha, em que estavam presentes diversos sindicatos, foi salientada a necessidade de elevação do

³⁴ BRASIL, Decreto-lei 869, no dia 18 de novembro de 1938 Art. 2.

³⁵ BRASIL. Constituição de 1937, Art. 122.

³⁶ BRASIL. Lei n. 07 de, 08 de setembro de 1942.

ordenado da classe operária³⁷ para, no mínimo, 300\$000 réis mensais³⁸, considerando que “o operário, para se conservar sofrivelmente nutrido, necessitava alimentar-se pelo menos três vezes ao dia: café, almoço e jantar”³⁹. No entanto, a instituição de um valor mínimo de ordenado à classe trabalhadora só passou a ser realidade em maio de 1940, com o decreto n. 2162.

Com o intuito de demonstrar as dificuldades da classe laboral de Porto Alegre, o jornal *Correio do Povo* lançou uma série de reportagens, no final do primeiro semestre de 1939, assim anunciada: “Qual o padrão de vida do operário em Porto Alegre?”⁴⁰. A série apresentava entrevistas com trabalhadores e expunha as dificuldades que a classe estava enfrentando. A primeira entrevista foi realizada com funcionários que trabalhavam na melhoria da Rua Teresópolis. Os homens que faziam o serviço braçal de calçamento relataram receber, em média, dez mil réis diários, aos domingos e feriados, dificilmente trabalhavam e, por serem jornaleiros, o ordenado mensal não passava de 230\$000.

Conforme descrito em um trecho de uma dessas reportagens, um trabalhador que observava a equipe do jornal se aproximou do jornalista e relatou que:

[...] quando há doença em casa então a coisa piora. Fica-se devendo a todo mundo. Cortam-nos o crédito. Uma porção de coisas que nem convém explicar. O senhor entende perfeitamente, sabe das necessidades por que passamos, o que percebemos por mês nem dá para comer⁴¹.

A impossibilidade de os ordenados contemplarem os gastos mínimos das famílias dos trabalhadores era um assunto recorrente em todos os relatos dessas matérias. O entrevistado Nicanor Rodrigues exercia a função de motorista e recebia 5\$000 réis por dia, quantia que, segundo ele, mal dava para sobreviver, considerando que mantinha sua família que era composta por nove pessoas.

³⁷ CORREIO DO POVO. Os sindicatos de classe consideram insuficiente o salário mínimo, Porto Alegre, 18 de julho de 1939, p. 3.

³⁸ A Constituição de 1934 já previa o salário mínimo, porém somente em 1936 ele foi instituído por meio da Lei n. 185, mas ainda estava no campo do estudo e da análise. Somente em 1940, por intermédio do decreto-lei n. 2.162, foi criada a primeira tabela, estabelecendo o valor de 240 mil réis como ordenado mínimo a ser pago aos trabalhadores brasileiros.

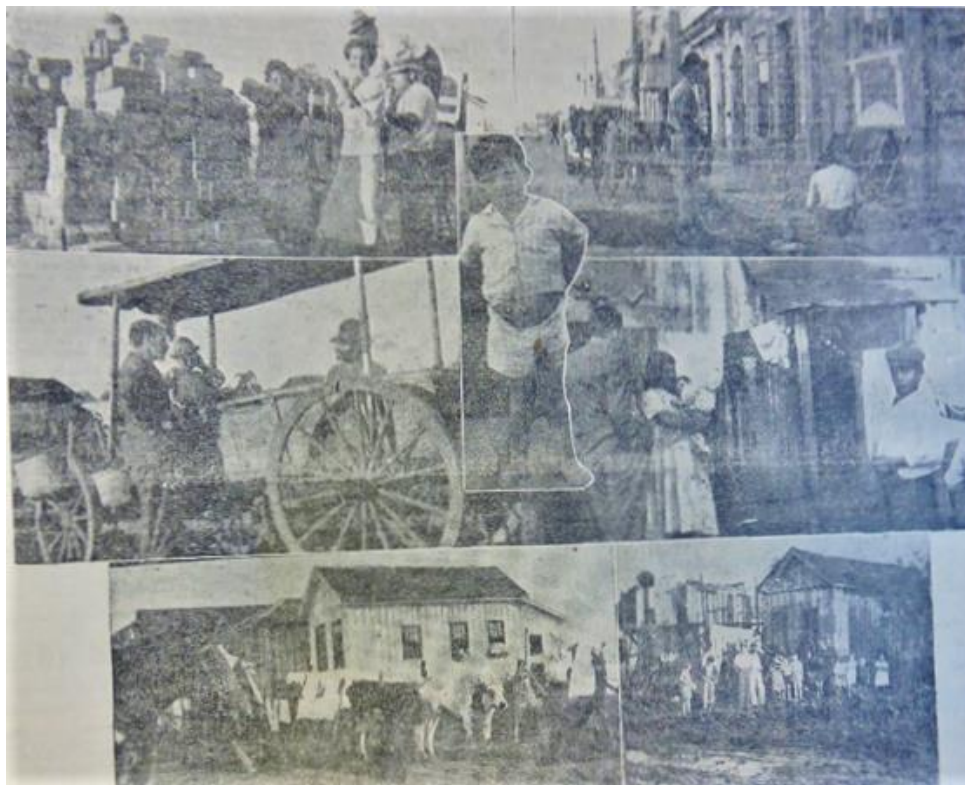
³⁹ CORREIO DO POVO. Os sindicatos de classe consideram insuficiente o salário mínimo, Porto Alegre, 18 de julho de 1939, p. 3.

⁴⁰ CORREIO DO POVO. Qual o padrão de vida do operário em Porto Alegre? Porto Alegre, 25 maio de 1939, p. 9.

⁴¹ CORREIO DO POVO. Qual o padrão de vida do operário em Porto Alegre? op. cit.

Um operário da construção civil que, reconstruía a calçada da Rua Cristóvão Colombo, afirmou, ao repórter, que os gastos eram muitos. Os aluguéis, nas zonas do subúrbio, custavam em média 60\$; a alimentação para esposa e mais três filhos ficava na faixa dos 200\$; no plano ideal, ainda teriam os custos com higiene e vestuário, mas isso não era possível. Ao somar dos valores pagos pelo aluguel e pela alimentação ultrapassava o ordenado mensal e “ainda ficava faltando dez para pagar a comida.” Ao concluir sua fala, o homem afirmou que a solução era “diminuir a alimentação e passar fome.”⁴² Abaixo, as fotos apresentadas junto à reportagem.

Figura 1 – Trabalhadores de Porto Alegre



Fonte: Correio do Povo, Porto Alegre, dia 25 maio de 1939, p. 9.

Ao que parece, a fome assombrava os trabalhadores rio-grandenses. Podemos ilustrar ainda mais isso com o depoimento do zelador Ribeiro Mathias, pai de 10 filhos, o qual, ao ser entrevistado pelo jornal Correio do Povo, exclamou, dizendo ao repórter: “a vida está tão ruim! Trabalho aqui como zelador há vários anos, ganho mais ou menos 150\$000, não dá para nada.” O final do mês era um período cruel para Ribeiro,

⁴² CORREIO DO POVO. Qual o padrão de vida do operário em Porto Alegre? op. cit.

pois sem dinheiro e com fome, defendia-se comendo laranjas e bergamotas; além disso, seu filho de 7 anos, “Paulinho, cantava na calçada para ganhar alguns trocados.”⁴³ Outra situação de falta de alimentos foi reportada pelo estivador Esperidião, casado e pai de dois filhos, com rendimentos mensais de 150\$000. O operário da estiva levou a equipe do jornal até sua moradia, descrita como uma casa abandonada e em ruínas. Ao mostrá-la a eles, bradou: “Olhe aqui, este quadro, não sou nenhum revoltado, mas entristece-me ver a minha mulher e meus filhos passando mal, passando até fome.”⁴⁴

A análise dos relatos, de forma individual, pode nos causar a sensação de que não correspondiam à real situação da maioria trabalhadores, ou que somente representavam o contexto em que vivia a classe trabalhadora de Porto Alegre. Poderíamos duvidar e, até mesmo, acreditar que o jornal estivesse utilizando certas doses de sensacionalismo. Contudo, ao unirmos as informações apresentadas durante as entrevistas, as recorrentes notícias sobre aumento do custo de vida, no Rio Grande do Sul, e a média salarial dos trabalhadores, concluímos que as declarações, apresentadas na série sobre o padrão de vida do trabalhador, em Porto Alegre, podem ser compreendidas como representantes das agruras por que passava a maioria da população gaúcha.

⁴³ CORREIO DO POVO. Qual o padrão de vida do operário em Porto Alegre, Porto Alegre, 26 de maio de 1939, p. 9.

⁴⁴ CORREIO DO POVO. Qual é o padrão de vida do operário em Porto Alegre, Porto Alegre, 30 de maio de 1939, p. 4.

Figura 2 – Trabalhadores da estiva



Figura 3 – Trabalhador de açougue



Figura 4 – Trabalhadores no Porto de Porto Alegre



Fonte das imagens: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 30 de maio de 1939.

A série que analisamos acontecia concomitante ao recenseamento da população de Porto Alegre. O trabalho do censo era realizado pela prefeitura, por intermédio da Diretoria Geral de Estatística. Infelizmente, não tivemos acesso aos resultados da pesquisa. Todavia, no decorrer das matérias sobre os trabalhadores, o jornal Correio do Povo apresentou algumas categorias criadas pelo censo, a exemplo de: a divisão dos trabalhadores em três classes, de acordo com a faixa etária, ou seja, de 14 a 18 anos, aprendizes, os maiores de 18 anos sem experiência e os maiores de 18 anos com experiência⁴⁵.

A respeito dos salários, sabemos que deveria ser informado aos agentes do censo se eram pagos por hora, semana ou mês e se o trabalhador recebia alguma bonificação, como casa, comida, roupa, transporte, higiene. As empresas deviam declarar o número de funcionários e os valores dos ordenados pagos a esses. A alimentação também era assunto da pesquisa, e os trabalhadores deveriam detalhar quais alimentos eram normalmente consumidos por suas famílias. O objetivo disso era avaliar a ingestão de nutrientes e de calorias pela população, uma vez que existiam parâmetros nacionais sobre o assunto, como podemos analisar na tabela a seguir, considerada “ração tipo essencial mínima para o operário.”⁴⁶

Tabela 1: Cálculo da ingestão diária de nutrientes e de calorias recomendados pelo governo

Alimentos	Gramas	Calorias	Proteínas	Cálcio	Ferro	Fósforo
Carne	220	217,9	46,22	0,0154	4,40	0,479
Leite	250	163,75	8,75	0,300	0,60	0,230
Feijão	150	483,90	35,7	0,240	11,89	0,706
Arroz	100	360	8,24	0,009	0,90	0,096
Farinha	50	170,8	--	--	--	--
Batata	200	157	3,60	0,028	1,82	0,058
Legumes	300	180	3,60	0,135	1,29	--
Pão	200	559,2	13,00	0,020	1	0,092
Café (pó)	20	20,7	--	--	--	--
Açúcar	100	405,9	--	--	--	--
Banha	30	273,42	--	--	--	--
Manteiga	25	190,2	--	--	--	--

⁴⁵ CORREIO DO POVO. Qual o padrão de vida do operário em Porto Alegre, Porto Alegre, 26 de maio de 1939, p. 9.

⁴⁶ CORREIO DO POVO. Qual o padrão de vida do operário em Porto Alegre, op. cit.

Frutas	3 und.	290	6,9	0,009	1,92	0,031
Total		3532,7	127,30	0,7564	23,82	1,692

Fonte: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 26 de maio de 1939.

Informações sobre habitação, vestuário e higiene também estavam presentes no repertório de perguntas do recenseamento. Desejava-se saber se a moradia era individual ou coletiva. Ainda, era preciso informar o número de pessoas que residiam, se a residência contava com fogão, iluminação; se era própria ou alugada; o valor gasto em roupas; se andavam descalços; o gasto com saúde e as doenças mais comuns entre os membros da família.

Segundo já mencionado, não sabemos as conclusões obtidas com a pesquisa, mas as categorias criadas para essa apontam indícios de situações comuns do cotidiano da vida dos porto-alegrenses, como a existência de residências sem saneamento básico, energia elétrica; moradias coletivas; prática de andarem descalços; salários pagos em diferentes periodicidades e, por fim, o problema da nutrição, que não era novidade para os governantes. Em sua pesquisa a respeito de São Paulo, Roney Cytrynowicz observa que a “mortalidade infantil, a subnutrição e as carências alimentares”⁴⁷, acompanhavam a população brasileira. No entanto, com a mobilização para a guerra, a questão da dieta alimentar virou um dos temas centrais das políticas sociais.

2.2 - “OS DISCÍPULOS DE GANDHI”

A Segunda Guerra Mundial eclodiu em 1 de setembro de 1939. Não se passaram muitos dias e as notícias do aumento dos preços de alguns artigos começaram a ser publicadas. Diante disso, o procurador do Tribunal de Segurança Nacional, Dr. Mac Dowell da Costa, encaminhou, aos jornais,⁴⁸ um comunicado relembrando o Art. 2º do decreto-lei 869 de 18 de novembro de 1938, o qual enquadrava, como crime, “vender mercadorias abaixo do preço de custo com o fim de impedir a concorrência”, bem como “provocar a alta ou baixa de preços, títulos públicos, valores ou salários por meio de notícias falsas, operações fictícias ou

⁴⁷ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra Sem Guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial, 2002, p. 62.

⁴⁸ CORREIO DO POVO. A Repercussão da guerra em São Paulo. Porto Alegre, dia 08 de setembro de 1939, p. 5.

qualquer outro artifício,”⁴⁹ sendo passível a prisão celular de 2 a 10 anos e multa de 10:000\$000 a 50:000\$000 para quem não cumprisse essas determinações. A publicação desse comunicado nos dá indícios de que estava havendo um aumento nos casos de especulação diante da conjuntura que se instalava.

Em Porto Alegre, ainda durante a primeira quinzena de setembro, reuniram-se, no gabinete do interventor federal Cordeiro de Farias, o secretário da fazenda, Oscar Fontoura; Ataliba Paz, secretário da agricultura; Loureiro da Silva, prefeito de Porto Alegre; Conrado Ferrari, diretor da fazenda municipal; Ricardo Machado, diretor do Instituto Sul Rio-grandense de Carnes, com o intuito de encontrar uma solução para os problemas que surgiram ou que se agravaram após a notícia do início do conflito.

Loureiro, prefeito da capital, anunciou, durante essa reunião, que o tabelamento dos gêneros de primeira necessidade para Porto Alegre estava pronto. Entretanto, havia outros problemas, tais como o valor que tinham alcançado os materiais de construção, acarretando no encarecimento das obras municipais e em transtornos para as empresas do ramo da construção civil, bem como a instabilidade do preço da carne.

O encontro foi concluído com a deliberação de uma comissão para realizar estudos a respeito dos problemas econômicos apontados. Somente após o resultado desse, seriam realizados os tabelamentos dos “artigos vendidos pelos atacadistas, drogarias, casas de ferragens e materiais, enfim, tudo que fosse de procedência nacional”⁵⁰.

A realização da reunião demonstrava a preocupação do poder público mediante o súbito aumento dos preços. Para ilustrar o problema, podemos citar o caso de Santa Maria, em que o relato da população é que, uma semana após a eclosão da guerra, “houve um movimento pavoroso a elevação de preços,” alimentos comuns, presentes na mesa do trabalhador praticamente dobraram de preço, “o feijão passou de 28\$000 para 55\$000; banha de 2\$200 para 2\$400; açúcar de 82\$000 para 86\$000; arroz de 30\$000 para 36\$000. O ferro com a eclosão da guerra passou de 2\$500 para 5\$000.”⁵¹

Na tentativa de fazer frente aos problemas de abastecimento, foram criados, em 1939, dois órgãos federais: a Comissão do Abastecimento e a Comissão de

⁴⁹ BRASIL. Decreto-lei 869, de 18 de novembro de 1938.

⁵⁰ CORREIO DO POVO. A Repercussão da guerra em São Paulo. Porto Alegre, dia 08 de setembro de 1939, p. 5.

⁵¹ CORREIO DO POVO. Os reflexos da guerra no mercado local. Porto Alegre, dia 14 de setembro de 1939, p. 5.

Defesa da Economia Nacional⁵². No Rio Grande do Sul, o interventor federal, Cordeiro de Farias, por meio de decreto, instituiu a Comissão Estadual de Tabelaamento e Controle de Preço, “considerando que, com a deflagração da guerra na Europa, bem se observando, no Estado, uma alta geral de preços.” De acordo com ele, essa elevação era fruto da ação de “especuladores que se prevalecem da autoridade e da confusão momento para auferir proveitos indevidos”[...] sacrificando, assim, injustamente, os consumidores, cuja grande massa é constituída pelas classes trabalhadoras.”⁵³

A Comissão Estadual tinha, como objetivo, organizar, com aprovação do governo do Estado, o tabelaamento dos gêneros e dos produtos considerados de primeira necessidade, bem como modificá-lo quando necessário. Além disso, essa comissão seria responsável por realizar estudos, levantamentos estatísticos e verificação de estoque⁵⁴. Em menos de uma semana após a data de sua criação, a Comissão Estadual de Tabelaamento e Controle de Preço já estava sendo solicitada, os varejistas se queixavam da alta considerável dos produtos vendidos por alguns atacadistas.⁵⁵

Com base nas denúncias de irregularidades e devido à necessidade de compreender a situação em que se encontrava o mercado, a Comissão estabeleceu um prazo até 22 de setembro de 1939 para que os comércios entregassem a listagem de seus estoques. Ainda, foram criadas subcomissões de tabelaamento e de controle de preços nos municípios, sendo a população chamada para ajudar, no combate às majorações indevidas,⁵⁶ por meio de denúncias, visto que o decreto publicado em 15

⁵² O plano para a criação da Coordenação da Mobilização Econômica remonta a setembro de 1939, quando o Conselho Federal de Comércio Exterior elaborou um projeto visando assegurar a defesa da economia brasileira diante dos problemas causados pela eclosão da Segunda Guerra Mundial. Aprovado pelo presidente Getúlio Vargas, esse projeto foi transformado em dois decretos-leis, que criaram a Comissão de Defesa da Economia Nacional e a Comissão do Abastecimento. As duas comissões, embora cobrindo áreas diferentes, deveriam agir conjuntamente, tendo, como objetivo, defender a economia nacional e, mais especificamente, os interesses do consumidor brasileiro. Para mais, acessar <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coordenacao-da-mobilizacao-economica>

⁵³ CORREIO DO POVO. Criada a Comissão de tabelaamento e controle de preços. Porto Alegre, 16 de setembro de 1939, p. 5.

⁵⁴ CORREIO DO POVO. Criada a Comissão de tabelaamento e controle de preços. op.cit.

⁵⁵ CORREIO DO POVO. Controle e tabelaamento dos preços. Porto Alegre, 20 de setembro de 1939, p. 5.

⁵⁶ A população podia ir até a sede da Comissão e realizar as denúncias; o atendimento ao público ocorria no Palácio do Governo, das 8h e 30 min às 11 h e 30 min e das 14 h às 17 h.

de setembro, proibia aumento superior a 10% no valor dos produtos que haviam sido adquiridos até 30 de agosto.⁵⁷

Após análise detalhada dos problemas relatados e da quantidade de produtos mantidos em estoques, a Comissão lançou, no dia 08 de outubro de 1939, o primeiro tabelamento.

Tabela 2 – Tabelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade

Alimento/artigo	Saco	Atacado	Varejo (quilo)
Arroz Blue Rose I	60kg	60\$000	1\$150
Arroz Blue Rose II	60kg	55\$000	1\$050
Arroz Blue Rose III	60kg	46\$000	\$850
Arroz Japonês I	60kg	48\$000	\$950
Arroz Japonês II	60kg	43\$000	\$800
Arroz Japonês III	60kg	36\$000	\$700
Açúcar refinado	60kg	79\$000	1\$450
Açúcar Usina Especial	60kg	84\$000	1\$550
Açúcar II	60kg	80\$000	1\$450
Açúcar usina moído	60kg	68\$000	1\$200
Azeite Salada e semelhantes	--	2\$700	3\$100
Azeite Galo e semelhantes	--	11\$800	13\$300
Banha comum, lata	--	2\$500	2\$800
Banha frigorificada	1kg	2\$900	3\$100
Batata inglesa	50kg	27\$000	\$650
Batata inglesa II	1kg	23\$000	\$550
Café moído tipo I	1kg	2\$300	4\$200
Café moído tipo II	1kg	3\$000	3\$500
Cebola I	1kg	1\$300	1\$600
Cebola II	1kg	\$900	1\$200
Feijão preto beneficiado extra	60kg	65\$000	1\$200
Feijão preto catado e polido	60kg	60\$000	1\$100
Feijão preto comum	60kg	54\$000	1\$000

⁵⁷ CORREIO DO POVO. Visando combater qualquer majoração exorbitante no preço dos gêneros de primeira necessidade. Porto Alegre, 19 de setembro de 1939, p. 5.

Farinha de trigo I	50kg	45\$000	1\$000
Farinha de milho I	22kg	15\$500	\$800
Farinha de mandioca especial	50kg	19\$000	\$450
Farinha de mandioca comum	50kg	18\$000	\$400
Manteiga pasteurizada	1kg	6\$600	7\$600
Manteiga comum I	1kg	5\$800	6\$800
Manteiga comum II	--	5\$200	6\$000
Sal refinado	30kg	9\$500	\$400
Sabão refinado extra	1kg	1\$600	1\$900
Sabão refinado I	1kg	1\$400	1\$700
Sabão refinado II	1kg	1\$000	1\$300

Fonte: CORREIO DO POVO. Preços dos gêneros de primeira necessidade tabelados. Porto Alegre, dia 08 de outubro de 1939, p. 5.

A instituição do tabelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade era uma tentativa de garantir que os alimentos e as utilidades indispensáveis à vida dos brasileiros fossem acessíveis a todos. No entanto, na prática, existiam muitas formas de burlá-lo. Em uma reportagem do jornal Correio do Povo, denominada “Vida cara e preços fixos”, foi exposta uma forma empregada pelos comerciantes para driblar o tabelamento:

Alguém deseja adquirir determinado artigo. O custo de unidade digamos é de dois. Está tabelado. O vendedor solicitado, para fugir a cotação imposta, declara que não tem o artigo. O freguês sabe que ele o tem. Oferece-lhe mais. O artigo aparece e fecha-se negócio. Verdadeiramente, no que toca aos preços fixados estes só atingiram os aluguéis das casas.”⁵⁸

O problema com a desobediência do tabelamento não se restringia somente ao Rio Grande do Sul. Sobre esse aspecto, Araújo relata que, em Manaus, o peixeiro Francisco Couto teve sua licença cancelada por ter vendido, ao cliente, mil e trezentas gramas de pescada por 10\$000, quando devia ter cobrado 3\$120. O historiador também discorre acerca da frequência de casos em que a carne de jacaré-açu era

⁵⁸ CORREIO DO POVO. Vida cara e preços fixos, Porto Alegre, dia 10 de abril de 1943, p. 8.

vendida como sendo de pirarucu, e da utilização de balanças “viciadas” com o objetivo de obter maior lucros nos negócios.⁵⁹

A frequência das denúncias de desobediência ao tabelamento dos preços que foram veiculadas no jornal *Correio do Povo*, nas cartas enviadas ao Getúlio Vargas, e os inúmeros processos do TSN, em que os crimes cometidos eram fraudes, especulação e descumprimento da tabela, revelam que tais práticas estavam difundidas pelo estado. Embora houvesse fiscalização, e os cidadãos pudessem denunciar os casos de violação à lei, o tabelamento não era efetivo. Desse modo, a população continuava a queixar-se da carestia; em muitos casos, pessoas passavam por restrições alimentares devido ao alto preço dos alimentos.

A ideia de tabelar os artigos indispensáveis à população foi alvo de elogios e de críticas. No estado de São Paulo, na cidade de Barretos, o ⁶⁰Sindicato dos Invernistas⁶¹ afirmava que o tabelamento, criado em virtude do contexto bélico, deveria ser feito de maneira que não atendesse unilateralmente aos anseios das classes consumidoras. Esse sindicato declarou que “O que está em jogo não é a riqueza desta ou daquela classe, não o são os interesses do povo consumidor, é a solidez de toda estrutura econômica brasileira.” Finalizando seu argumento, ele afirmou acreditar que a fixação dos preços era uma medida necessária, mas não poderia ser uma “lista barateira, favorecedora do consumo, com os olhos fechados para os interesses da produção.”⁶²

Efetivamente, a declaração do Sindicato dos Invernistas de Barretos se tratava da defesa de seus interesses enquanto classe, pressionando o governo para que as medidas tomadas não interferissem em seus negócios e, conseqüentemente, em seus lucros. Tangenciando essa perspectiva, o historiador Osias Filho afirma que “quem mais sofreu com a guerra em São Luís do Maranhão foi a classe média e setores

⁵⁹ AGUIAR, Sidney. *Caso da Carne Verde: vivências populares na cidade de Manaus durante a II Guerra Mundial (1939-1945)*. Disponível em: <<<https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>>>. Acessado dia 26 de março de 2020.

⁶⁰ O sindicato dos invernistas é formado por aqueles que dispõem de campos para invernada de gados, ou seja, para que os animais passem o inverno.

⁶¹ Não encontramos, nas fontes utilizadas nesta pesquisa, algum indício de crítica ao tabelamento partindo do Rio Grande do Sul. No entanto, isso não quer dizer que não existiu, apenas que as fontes analisadas não contemplaram essas críticas.

⁶² CORREIO DO POVO. O tabelamento de gêneros e os interesses da produção. Porto Alegre, 27 de outubro de 1939, p. 7.

ligados à exportação. Já a população pobre não sofreu tanto, pois não dependia tanto de bens importados e totalmente manufaturados.”⁶³

Creemos que tal conclusão seja fruto da interpretação das fontes utilizadas pelo historiador em sua pesquisa, já que, se o quadro de calamidade em que viviam os trabalhadores; a diferença entre o valor nominal e real dos salários; as recorrentes queixas da carestia de vida e o aumento da circulação monetária, que em 1942 era de 5 bilhões e em 1943 alcançou 8 bilhões, forem considerados, concluiremos que os trabalhadores foram a parcela mais implicada após a eclosão da guerra.⁶⁴

No discurso oficial do presidente Getúlio Vargas,⁶⁵ citado na sequência, é perceptível a guerra sendo utilizada como álibi para explicar a escassez e o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, bem como a responsável pelos problemas no transporte público. Além disso, ela também serviu como argumento para a convocação da população, que foi chamada a colaborar e a sacrificar-se em nome da pátria, não sendo concebidas oportunidades para agitações, discussões ou reclamações, pois o Brasil passava por um momento difícil. Essa mobilização e a atitude dos trabalhadores diante dela são o objeto de pesquisa desta tese.

Qualquer desvio de atenção, quaisquer discussões com outros objetivos são condenáveis e nocivas. Vencer militar, política e economicamente — deve ser o nosso alvo exclusivo e, para atingi-lo, nenhum sacrifício deve parecer demasiado no presente, porque estamos defendendo o próprio futuro da Pátria.

Durante o mesmo discurso, o presidente também falou a respeito do comprometimento do governo com o bem-estar social, declarando que:

Combater o encarecimento da vida; melhorar a remuneração do funcionalismo e dos trabalhadores no comércio e na indústria; retirar o maior proveito possível dos transportes; evitar o açambarcamento e as explorações dos aproveitadores: estas e muitas outras tarefas constituem programa de ação imediata e enérgica. E, sobretudo, produzir mais e mais, nas fábricas e

⁶³ FILHO. Osias de Oliveira S. Os reflexos da II Guerra em São Luís do Maranhão. In. PEDREIRA, Flávia de Sá. *Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial*. São Paulo, LCTE, 2019, p. 291.

⁶⁴ CORREIO DO POVO. Vida cara e preços fixos. Porto Alegre, 19 de abril de 1943, p. 3.

⁶⁵ Discursos de Getúlio Vargas na ocasião da homenagem aos cinco anos da implantação do Estado Novo. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1943/10.pdf/view>>>. Acessado dia 13 de março de 2020.

na lavoura, a fim de termos quanto basta ao suprimento crescente das necessidades da guerra.⁶⁶

No entanto, o prometido combate não foi efetivo, uma vez que, no mesmo ano que o discurso foi proferido, o jornal Correio do Povo chamou a atenção para o problema da alimentação dos trabalhadores. De acordo com o periódico, se o caso da “alimentação do operário brasileiros, já era precária antes do atual e assoberbante encarecimento da vida, reduziu-se consideravelmente, tornando-se um dos problemas de mais árdua solução entre os que polarizam a atenção do poder público.”⁶⁷

O presidente do Sindicato dos Comerciários, ao se pronunciar sobre o problema, defendia que o aumento do salário era a solução. O trabalhador “não ganha nem para comer e morar, quanto mais para educar e vestir seus filhos.” Ele ressaltava a impossibilidade do sustento, frisando a diminuta capacidade aquisitiva dos comerciários e o “custo proibitivo da vida,” que faziam surgir um “abismo intransponível. Tudo subiu de preço vertiginosamente, e o seu salário é o mesmo dos tempos heroicos, em que se realizava o milagre bíblico da multiplicação dos pães.”⁶⁸

A situação apresentada no relato do presidente do Sindicato dos Comerciários pode ser confirmada por meio da análise do levantamento da elevação dos preços e do custo da cesta básica, entre 1936 a 1942, de acordo com as tabelas que seguem.

Tabela 3 – A alta do custo de vida no RS

Gênero	Aumento
Álcool	17,8%
Açúcar	24,4%
Arroz	52,1%
Banha	69,2%
Café	59,5%
Carne	49,6%

⁶⁶ Discursos de Getúlio Vargas na ocasião da homenagem aos cinco anos da implantação do Estado Novo. op. cit.

⁶⁷ CORREIO DO POVO. A alimentação do operário brasileiro, Porto Alegre, 03 de abril de 1943, p. 4.

⁶⁸ CORREIO DO POVO. Não ganha nem para comer e morar, quanto mais para educar e vestir os filhos, Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1943, p. 12.

Leite	32,3%
Manteiga	16,5%
Óleo Salada	66,5%
Pão	20,3%
Queijo	52,8%
Carvão Vegetal	73%

Fonte: Correio do povo, dia 18 de abril de 1943, p. 10.⁶⁹

Tabela 4 – Rancho mensal para uma família de 5 pessoas, entre 1936 a 1942

Ano	Valor
1936	Cr\$ 199,48
1937	Cr\$ 221,45
1938	Cr\$ 246,23
1939	Cr\$ 237,40
1940	Cr\$ 250,35
1941	Cr\$ 262,20
1942	Cr\$ 356,05

Fonte: Correio do povo. Dia 18 de abril de 1943.

A tabela referente ao valor da cesta básica, para uma família de 5 pessoas, revela um aumento de 78,49% entre 1936 e 1942. A situação era preocupante, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre reclamava da majoração dos preços da carne, do açúcar, do sabão e solicitava aumento de salário por meio do seguinte apelo, publicado no Jornal Correio do Povo:

Percebendo a classe comerciaria, em média, um ordenado mensal de duzentos e cinquenta cruzeiros, como poderá a mesma atender, com dignidade, à sua própria subsistência? Como poderão os auxiliares do comercio, com tão insignificantes salários, satisfazer os seus compromissos e apresentar-se com decência na sua tenda de trabalho? Que espécie de habitação possui o empregado no comércio percebendo o salário que acima aludo? A resposta é fácil de ser obtida. A fome e a miséria rondam o lar do empregado no comercio. Urge, portanto, desta ou daquela forma encontrar uma solução.⁷⁰

⁶⁹ CORREIO DO POVO. A alta do custo de vida no RS, Porto Alegre, dia 18 de abril de 1943, p. 10.

⁷⁰ CORREIO DO POVO. Melhorias de salários, Porto Alegre, 01 de agosto de 1943, p. 4.

A dada conjuntura de carestia e de exploração virou motivo, inclusive, para sátira. O jornal Correio do Povo, de agosto de 1944, publicou a seguinte chamada: “Comer pouco e andar de tanga.” Na referida reportagem, o autor afirmava que Gandhi podia ser considerado o criador do modo de vida que as pessoas estavam sendo impelidas a ter.

O racionamento, o custo astronômico da vida, a subida vertiginosa de preços, o sumiço inexplicável deste ou daquele artigo, o jogo de esconde das galinhas, dos ovos, da carne, do leite, do açúcar, da manteiga – estão aos poucos nos transformando em autênticos discípulos do líder indiano.⁷¹

O pequeno trecho aponta para dois grandes problemas do período, o aumento do custo de vida e o “sumiço inexplicável” dos gêneros de primeira necessidade. A escassez de certos artigos era algo bastante comum, fruto da ação dos comerciantes e dos açambarcadores, os quais, ao saber de notícias, algumas vezes falsas, de que determinada mercadoria teria aumento de preço na tabela, retinham-na nos depósitos, esperando a dita majoração. Também havia situação de criação de estoques com o propósito de forçar a mudança de valor.

A tabela a seguir apresenta o valor da cesta básica, na capital gaúcha, entre os anos de 1940 a 1944.

Tabela 5 – Custo da alimentação em Porto Alegre, em valor monetário Cr\$ (1940 a 1944)

Mês	1940	1941	1942	1943	1944
Janeiro	115	109	139	145	184
Fevereiro	115	110	140	145	182
Março	116	106	141	145	181
Abril	115	111	143	148	176
Mai	115	121	141	145	174
Junho	115	119	135	146	182

⁷¹ CORREIO DO POVO. Comer pouco e andar de tanga. Porto Alegre, s/d de agosto de 1944.

Julho	155	119	134	153	182
Agosto	116	121	133	155	--
Setembro	116	121	136	162	190
Outubro	116	124	142	170	196
Novembro	122	--	143	178	--
Dezembro	116	--	147	174	196

Fonte: Carta enviada ao presidente Getúlio Vargas.⁷²

Entre dezembro de 1940 e, no mesmo mês, em 1944, houve um aumento de 69% no custo da alimentação para os habitantes de Porto Alegre. Essa elevação não foi acompanhada de forma paritária ao salário mínimo, o que explica a situação aflitiva que o povo estava enfrentando.

Ciente dos problemas nutricionais dos brasileiros, que não eram novos, mas tendo o contexto de guerra agravado a situação⁷³, o governo federal passou a elaborar medidas para amenizá-los. No dia 04 de outubro de 1942, a Coordenação de Mobilização Econômica – CME, lançou o pão-de-guerra, feito à base de farinha de trigo com extração da moagem com porcentagens entre 75 e 80%, resultando em um produto final mais escuro, o que chamamos hoje de integral. O objetivo era aproveitar a parte da casca e do germe do trigo, já que, assim, o produto teria maior rendimento e maior valor nutricional.

O decreto lei n. 6.172, de 06 de janeiro de 1944,⁷⁴ concedida isenção de direitos para a importação das sulfanilamidas,⁷⁵ seus derivados e vitaminas pelo prazo de 180 dias. O intuito dessa medida era abastecer o comércio para, logo após, implantar o que foi chamada de Campanha das Vitaminas, por intermédio da qual o Serviço Técnico de Alimentação Nacional fabricou e distribuiu vitaminas concentradas à população.

⁷² Centro de Indústria Fabril do Rio Grande do Sul. [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dia 11 de abril de 1945.

⁷³ Para mais, ler: VASCONCELOS, Francisco de A. G; FILHO, Malaquias B. História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Volume: 25, Número: 5, 2020. FOGAGNOLI, Marcela. O SAPS e a boa alimentação: O Serviço de Alimentação da Previdência Social e os trabalhadores (1940-1950). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011

⁷⁴ BRASIL, Decreto-lei n. 6.172 de 06 de janeiro de 1944.

⁷⁵ As sulfanilamidas são uma sulfonamidas antibacteriana, ou seja, uma molécula contendo o grupo funcional sulfonamida ligado a uma anilina. De maneira prática, podemos considerar um antibiótico que atua no controle da reprodução das bactérias, combatendo as infecções.

Um ano antes da campanha das vitaminas, foi lançada, pela Legião Brasileira de Assistência – LBA,⁷⁶ a Horta da Vitória, que previa a criação de hortas nos quintais das residências. Abaixo, há o cartaz da campanha, assinado por Cândido Portinari e publicado na revista Sombra.

Figura 5 – Cartaz da Horta da Vitória



Fonte: SIMILI, Ivana. *Educação e moda na Segunda Guerra Mundial: as propagandas das campanhas da Legião Brasileira de Assistência*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 161-172, junho 2007.

No Rio Grande do Sul, a comissão estadual, encarregada de estimular a população, informava que todos que possuíssem “pequenas horta, em sua residência, poderiam requerer registro à L.B.A. à rua Dr. Flores, pois, além de assistência técnica, obteriam o requerente direito a sementes gratuitas.”⁷⁷ As fontes que analisamos não

⁷⁶ Para mais, consultar: SIMILI, Ivana. *Educação e moda na Segunda Guerra Mundial: as propagandas das campanhas da Legião Brasileira de Assistência*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 161-172, junho 2007.

⁷⁷ CORREIO DO POVO. Horta da Vitoria Melhoria de salários. Porto Alegre, 01 de agosto de 1943, p. 5.

nos possibilitaram saber qual foi o alcance dessa campanha no estado. Todavia, foi perceptível que o governo estadual estava disposto a colaborar com a LBA no fornecimento de suprimentos e na ajuda aos interessados a aderir à campanha.

O leite, artigo presente na mesa da maior parte das famílias, também foi alvo de preocupação. Com a escassez do produto, muitos comerciantes passaram a adicionar água, de modo que rendesse mais, porém acabavam comprometendo sua qualidade. Diante disso, em 1942, foi instituída uma Comissão Executiva para tratar da produção, distribuição e higiene do leite.

Por fim, em 1944, durante o ano mais crítico, em que os preços dos gêneros de primeira necessidade subiam vertiginosamente, foram divulgadas notícias do lançamento do chamado prato de guerra, que se tratava de um prato mais barato, o qual deveria ser servido obrigatoriamente nos restaurantes e constar nos cardápios deles.⁷⁸

Apesar das medidas terem sido criadas para minimizar os problemas de abastecimento e a carestia de vida, tudo indica que os resultados foram pífios, considerando a continuidade de notícias e cartas a respeito da escassez, do aumento do preço dos artigos e das más condições de vida que levava a classe laboral.

2.3 - OS TRABALHADORES NÃO VESTIAM TANGA

No subcapítulo anterior, tratamos da questão alimentar, mas sabemos que os trabalhadores e trabalhadoras rio-grandenses não “andavam de tanga,”⁷⁹ ainda que o valor das peças de roupa fossem desproporcionais aos seus ganhos.

O alto valor alcançado pelas vestimentas tinha explicação: com a eclosão da guerra, aumentaram consideravelmente as exportações de tecido e de algodão para os países aliados. Dessa forma, adquirir roupas e sapatos não era uma tarefa barata.

⁷⁸ Sidney Aguiar, em seu texto sobre a mobilização de guerra em Manaus, explica que, apesar da Comissão de Tabelação instituir o tabelação do preço dos pratos de guerra, alguns comerciantes burlavam a determinação, mantendo os cardápios por algumas horas de depois descumprindo as orientações. Para mais informações, consultar: ARGUIAR, Sidney. Caso da Carne Verde: vivências populares na cidade de Manaus durante a II Guerra Mundial (1939-1945). Disponível em: <<<https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>>>. Acessado dia 26 de março de 2020.

⁷⁹ Parafraseando do segundo subtítulo deste capítulo.

O estudioso Dominique Veillon,⁸⁰ em seu texto *Moda e Guerra*, relata que, na França, durante o período da guerra, o tingimento e a reformas de roupas tornou-se algo recorrente. Podemos afirmar que os brasileiros passavam por problemas semelhantes, visto que, como setor do vestuário atingiu preços exorbitantes, a saída encontrada pela população era remendar, reformar e tingir. Confeccionar seus próprios trajes também se tornava mais vantajoso, uma vez que alguns cortes de tecidos haviam sido tabelados.

Em 1943, o *Journal of Commerce*, de New York, afirmou que, em breve, o Brasil superaria os japoneses na produção de tecidos, pois existia maior disponibilidade de matéria-prima. Além disso, o comércio desse artigo com o Estados Unidos estava encorajando investimentos no setor por se mostrar um negócio promissor.⁸¹ As cifras econômicas confirmavam o crescimento da indústria nacional de tecidos durante o período da guerra, conforme podemos visualizar na tabela a seguir.

Tabela 6 – Valor arrecadado com a produção de tecidos nacionais

Ano	Valor em cruzeiros
1926	Cr\$ 603.000.000
1938	Cr\$ 1. 208.000.000
1942	Cr\$ 4.100.000.000

Fonte: Revista O Orientador: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 51/52 1943, p. 1125.

Observando a arrecadação de 1938 e comparando com 1942, veremos um aumento de 239.4 %; no entanto, o mercado interno sentiu esse impacto, os tecidos sofreram elevação dos preços, e muitos cortes passaram a ficar escassos. Diante disso, no dia 19 de agosto de 1943, entraram, no mercado, os chamados tecidos populares. Tratavam-se de tecidos que tinham preços tabelados, com o objetivo de “suprir as necessidades das classes menos favorecidas.”⁸²

⁸⁰ VEILLON, Dominique. *Moda e Guerra: um retrato da França ocupada*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2004.

⁸¹ O Orientador: Trabalho Indústria e Comércio, n. 9 Porto Alegre, 8 de março de 1943.

⁸² O Orientador: Trabalho Indústria e Comércio, n. 44 Porto Alegre, 30 de outubro de 1943.

Tabela 7 – Tabela dos tecidos populares, 1943

Produto	Valor
Linho branco e tinto	Cr\$ 2,30
Brim caqui	Cr\$ 3,00
Chita	Cr\$ 2,80
Brim mescla	Cr\$ 3,30
Flanela de algodão	Cr\$ 2,30
Morim	Cr\$ 2,10
Brins escuros e claros	Cr\$ 2,90
Algodão cru	Cr\$ 1,90
Algodão riscado	Cr\$ 1,90
Toalha de algodão alvejadas e felpudas	Cr\$ 2,20 (rosto) Cr\$ 7,70 (banho)
Cobertor algodão	Cr\$ 6,00 (solteiro) Cr\$ 9,00 (casal)

Fonte: O Orientador, Trabalho, Indústria e Comércio, n. 45, 1943.

Os tecidos considerados populares, segundo podemos observar, eram aqueles utilizados na fabricação de roupas para o dia-a-dia, para o trabalho, como o brim, muito utilizado para os cortes de calças; a flanela, com a qual se confeccionavam camisas; o algodão e a chita, os quais eram matéria-prima para fabricação de vestidos, camisetas e saias.

Após a implantação dos primeiros tecidos considerados populares, a lista foi sendo acrescida. A casimira, um tipo de lã bastante utilizada para confecção de agasalhos para o inverno, entrou para o hall, bem como o algodão enfeitado.⁸³ Dessa forma, considerando o elevado valor das roupas compradas prontas, adquirir tecidos populares e confeccionar suas próprias peças certamente era a saída mais econômica. Todavia, veremos que nem sempre isso era possível.

O advogado José Rodrigues Almeida enviou uma carta, ao presidente Getúlio Vargas, relatando as dificuldades que a classe trabalhadora estava enfrentando em Pelotas. No decorrer do texto, chamava os comerciantes de “exploradores do Povo, que estavam acumulando milhares de cruzeiros, explorando o povo de dia para dia.”⁸⁴

⁸³ O Orientador: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 45, Porto Alegre, 06 de abril de 1944, p. 3.

⁸⁴ José Rodrigues Almeida. [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 17 de março de 1945.

Para basear suas críticas em provas, José enumerou os preços de vários componentes da cesta básica e do vestuário.

Os valores dos alimentos não estavam muito diferentes do que já havíamos observado em outras cidades do estado. Porém, o custo das peças do vestuário nos chamou atenção, pois ainda não havíamos encontrado valores tão detalhados.

O advogado declarou, em sua carta, que o quadro dos valores do vestuário era triste:

[...] basta dizer que uma camisa de tricoline inferior custa Cr\$ 50,00 e as melhores de Cr\$ 70,00 a 80,00; roupas de casemira inferior, para o pobre, custa um terno Cr\$ 450,00; camiseta de algodão, para baixo, as inferiores, Cr\$ 10,00 verdadeiras peneiras; uma calça de mescla para trabalhadores, custa as inferiores Cr\$ 22,00.⁸⁵

Nesse contexto, um par de sapatos para crianças podia custar entre Cr\$ 38 e Cr\$30.⁸⁶ para adultos, o preço variava de Cr\$50 a Cr\$ 300.⁸⁷ O salário mínimo vigente no período era de Cr\$ 380, ou seja, uma camiseta mais módica de tricoline custava 13% do salário, uma calça consumia aproximadamente 7% do ordenado. Isso nos faz pensar nesses valores e na quantidade de roupas que teriam que ser compradas para vestir uma família de 5 pessoas. O custo disso seria completamente incompatível com salário mínimo.

⁸⁵ José Rodrigues Almeida. [Correspondência]. op. cit.

⁸⁶ CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 11 de abril de 1944, p. 5.

⁸⁷ CORREIO DO POVO. Não haverá aumento no preço dos calçados. Porto Alegre, 16 de maio de 1943, p. 20.

Figura 6 – Propaganda dos calçados colegiais Renner



Fonte: CORREIO DO POVO. Anúncio dos calçados populares da empresa A. J. Renner. Porto Alegre, 05 de maio de 1944.

Embora a fábrica de tecidos Renner, sediada em Porto Alegre, tenha lançado linhas de roupas de lã e sapatos a preços ditos populares,⁸⁸ costurar as próprias peças ainda era a solução. Contudo, nem sempre os tecidos de menor valor estavam disponíveis. José relata que, em Pelotas, “os chamados tecidos para pobre, são vendidos um corte de quatro metros para cada freguês, de maneira que uma família de operários composta de muitas pessoas não pode obter o tecido para pobre.”⁸⁹

Indignado com a situação, conta, em sua correspondência, que questionou o atendente sobre o motivo da cota, obtendo a seguinte resposta: “se eu vender somente este tecido para pobres ninguém compra dos outros;”⁹⁰ ou seja, era uma maneira encontrada pelo comerciante de burlar o tabelamento e de forçar a compra de cortes mais caros, de modo a aumentar seus lucros.

⁸⁸ CORREIO DO POVO. A firma A. J. Renner & Cia. Com a primazia no lançamento de roupas e calçados populares. Porto Alegre, 11 de abril de 1944.

⁸⁹ José Rodrigues Almeida. [Correspondência]. op. cit.

⁹⁰ José Rodrigues Almeida. [Correspondência]. op. cit.

Em outras palavras, o tabelamento existia, estava sendo obedecido, mas alguns comerciantes encontravam formas de contorná-lo. O jornal Correio do Povo, de agosto de 1944, mencionou, em seu editorial, o resultado do controle dos preços e a campanha de fiscalização empreendida pelo governo.

De acordo com a reportagem, as medidas surtiram efeito positivo no valor da casimira, alguns cortes “tiveram uma grande queda de preço, alguns que antes custavam Cr\$ 550,00 passaram a custar Cr\$ 380,00 outros de Cr\$ 425,00 foram remarcados a Cr\$ 280.”⁹¹ Em outro editorial do mesmo jornal, a loja Brasileira anunciou o desconto de 20% na venda de alguns tipos de tecidos que estavam em estoque antes do aumento dos preços.

Figura 7 – Propaganda da loja Brasileira

— para a manicura perfeita!

PELUCIAS PELUCIAS
MIL E QUINHENTAS PEÇAS DE PELUCIAS
Abaixo dos preços de hoje das fabricas

A **BRASILEIRA** o grande baratinho de fazendas da rua Uruguai vai dar mais uma vez margem a gerais comentários, pois vai surpreender todo mundo com preços deste ano das suas pelucias. A **BRASILEIRA** vai vender as suas pelucias 20% mais barato do que elas custam hoje nas fabricas, pois foram compradas há muito tempo, antes das grandes altas. Convidamos todos a visitarem-se e dizer sem compromisso de compra e examinar as enormes pilhas na casa fora à fora, nada menos do que 47 sortimentos diferentes cada qual mais lindo e original, parece quase impossível que na época atual ainda nos foi possível reunir um sortimento tão maravilhoso a preços ainda tão baratos:

PELUCIA mescla lisa nas cores rosa, azul claro, azul escuro, encarnada, cinza e bege, com 65 cms. largura, artigo especial, metro Cr\$ 4,80.

PELUCIA lisa (flanela) em 12 cores claras e escuras, artigo especial, Mtr. Cr\$ 4,80.

PELUCIA lisa (flanela) nas cores rosa, azul claro, salmon, crème, branco e mais 12 outras cores claras e escuras vamos vender o nosso grande stock de 150 peças a 6 Cruzeiros o metro (parece veludo liso).

PELUCIA para vestidos, varios desenhos para senhoras e mocinhas, padronagem de peler-man, muito moderna, este é o nosso grande reclame porque vamos vender 100 peças deste artigo o metro a Cr\$ 5,50.

FLANELA floreada, fundo branco, Flôr del Campo, bem encorpada e côr firme, este é outro artigo que vai agradar muito e só custa o metro Cr\$ 5,90.

PELUCIA xadrez bem grande, para vestidos e chambres, qualidade extra, em 6 cores diferentes, com 65 cms. largura, vamos vender o metro a 6 Cruzeiros.

PELUCIA branca a Cr\$ 4,20 5,20 6,50 7,50 8,50 9,50 10,50 12,00 e 13,80.

FUSTAO pelucado com 70 cms. largura bem encorpado o melhor artigo no genero, temos ainda 20 peças para vender este mês a Cr\$ 6,50 nas cores rosa, branco, azul claro, amarelinho, salmon e verde-mar, este é o artigo de ideal que toda dona de casa precisa, ou para capinhas e casaquinhos de crianças, cueiros, roupas de baixo, etc. etc. (preço normal hoje é 10 Cruzeiros).

PELUCIA listada, bem encorpada, lindo artigo e côr firme, para pijamas de homens, metro Cr\$ 5,80 (de graça).

ELUCIAS, flanelas listadas para pijamas de homens e senhoras temos mais 8 sortimentos cada qual mais lindo a Cr\$ 5,80 6,20 6,80 7,20 e 9,50.

ELUCIA preto e branco, para meio luto ainda temos um grande lote para vender o metro a 6 Cruzeiros.

ELUCIA fundo liso rosa, azul, salmon, amarelinho, verde e azulão, com lindo floreado moderno, este artigo vai agradar em cheio e vai vender o metro a Cr\$ 6,20 (artigo bellissimo).

ELUCIA com desenhos de bonecas, bichinhos e outros desenhos infantis apresentamos um sortimento maravilhoso com fundos claros e fundos escuros, cada qual mais original a Cr\$ 6,20, 6,50 6,80 7,20 e 7,50.

ELUCIA floreado moderno, para senhoras e mocinhas, artigo de superior qualidade e côr firme, temos varios desenhos diferentes, parece uma listinha, metro Cr\$ 6,80.

assim a seguir mais inumeros outros sortimentos diferentes de pelucias, flanelas e cachês a preços ainda muito camaradas, convenga-se para comprar bem e barato ao par dum sortimento onde encontra o artigo do seu gosto e mais barateira loja da cidade:

FLANELA escura para vestidos de senhoras de idade, bem encorpada e superior qualidade desenhos apropriados, metro Cr\$ 6,50.

CACHA' pelucado, xadrezão grande, para vestidos, chambres, etc. o nosso grupo de reclame — metro Cr\$ 6,50.

FLANELA pelucia para quimonos, floreados bem grandes, com passadeiras de barboletas e outras fantasias novidades para quimonos, artigo que vai agradar muito e depois o preço também vai agradar: metro Cr\$ 7,50 e 7,20.

PELUCIA com fundo preto, azul-marinho, azulão e outras cores com grandes desenhos e floreados de gosto chiques, este superior artigo vamos vender o metro a Cr\$ 8,80 (parece mais veludo do que pelucia).

FLANELA fundo branco com lindos desenhos miúdos em cores vivas, flores, borboletas e outros, artigo de qualidade que substitui perfeitamente a lã e custa 80 Cr\$ 8,80 o metro.

TRICOLINE pelucada listada para pijamas, camisas, cuecas etc. etc. um artigo novo muito apropriado com a largura de 80 cms. cores garantidas Indanthera, tuen — metro Cr\$ 6,50.

CACHA' pelucia, com 80 cms. largura em 24 desenhos diferentes, padronagem para senhoras, mocinhas e crianças, este é um artigo formidável, cores que substitui perfeitamente a lã e custa 80 Cr\$ 8,80 o metro.

PELUCIA floreada moderna, padronagem miúda, padronagem de toda para vestidos, temos inumeros sortimentos, onde não se sabe o que escolher, porque cada qual é mais lindo, a Cr\$ 6,50 6,80 7,50 8,00 e 8,50.

PELUCIA Flanelate xadrez, para vestidos e chambres, lindo artigo, mtr. Cr\$ 6,50.

FUSTAO pelucado, tipo extra especial, com 80 cms. largura, muito encorpado, muito proprio para capas de crianças e casaquinhos de luxo, nas cores branco, rosa, azul e amarelinho — metro Cr\$ 10,50.

FLANELA lisa trançada nas cores branco, crème, rosa-claro e azul-claro, com 80 cms. largura, proprio para roupas interior e vestimentas para crianças, capas, etc. o artigo melhor que há no genero — metro Cr\$ 13,80.

CACHA' imitação à lã perfeita, fundo liso com discreto desenho fantasia, artigo muito bonito e de grande aceitação, nas cores azul-marinho, grená, azul, elétrico, xadrou e azulão, para lindos e modernos vestidos e costumes que imitam perfeitamente a lã, temos 30 peças que vamos vender a título de brinde o metro a Cr\$ 8,80. (Uma grande oportunidade) este artigo não é pelucado.

FLANELAO pelucia floreado bem grande, para vestidos, chambres compridos e para quimonos, um artigo recém chegado que vai fazer sucesso, padrão esquisito mas muito lindo — metro 9 Cruzeiros.

CACHAS e flanelões xadrezes miúdos e graúdos, cores garantidas Indanthera, artigos do outro mundo, que substituem ou parecem lã, enorme variedade e combinações de cores, uma especialidade, metro Cr\$ 9,50 10,00 11,50 e 12,80.

BRASILEIRA - Rua Uruguai 318

Fonte: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 16 de abril de 1944, p. 12.

À primeira vista, essas notícias poderiam ser estranhas, uma vez que anunciavam a eficiência das medidas, enquanto acabamos de analisar o relato do advogado de Pelotas. No entanto, precisamos compreender que os comerciantes do

⁹¹ CORREIO DO POVO. A exploração do preço das casimiras e a campanha de fiscalização, 01 de agosto de 1944, p. 12.

Sul do estado, como já destacado, não desobedeciam a tabela de preços, apenas estabeleciam cotas para obrigar os clientes que necessitavam de maior metragem a adquirir outros cortes, de valor mais elevado. Essa manobra não tem como ser verificada por meio das matérias publicadas no jornal. Dessa maneira, as informações não se contrapõem, porém se complementam e nos ajudam a compreender a conjuntura.

Em suma, podemos pontuar que a guerra havia provocado o encarecimento dos tecidos e roupas e, diante disso, o governo criou cortes de tecidos chamados de populares, os quais eram tabelados. Apesar disso, assim como aconteceu com outros artigos tabelados, os comerciantes criaram formas de burlar os preços fixados.

2.4 - A QUESTÃO HABITACIONAL

O primeiro subtítulo deste capítulo nos apresenta um panorama geral de como estava a situação da classe trabalhadora rio-grandense e de como as instituições governamentais estavam lidando com a situação. No entanto, com o advento da guerra, o cenário de precarização se agravou. A cesta básica sofreu um elevado e crescente aumento, os açambarcadores e os comerciantes aproveitavam-se da situação para lucrar, retinham a mercadoria, a fim de forçar o aumento dos preços, ou procuravam vendê-las clandestinamente por valores fora da tabela.

Os valores dos aluguéis pagos pela classe assalariada também eram uma questão delicada, visto que consumiam grande parte dos ordenados dos trabalhadores. O decreto-lei n.431, de 1938, enquadrava como crime “tentar, por meio de artifícios, promover a alta ou baixa dos preços de gêneros de primeira necessidade, com o fito de lucro ou proveito.” Seis meses após a publicação dessa normativa, foi criada uma nova categoria de crimes, os crimes contra economia popular, previstos no decreto lei n. 869. No entanto, nenhuma das legislações citadas tinham artigos específicos sobre a questão habitacional.

Com a eclosão da guerra, a questão habitacional ganhou espaço na legislação. De acordo com o governo federal, “o estado de guerra entre diversos Estados europeus” havia tornado o país “suscetível de ter profunda repercussão na economia.” Em função disso, foi criado o decreto-lei n.1.716, que nada mais era que um adendo das leis citadas anteriormente.

Art. 1º Na configuração dos crimes previstos no art. 3º, n. 23, do Decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938, e no Decreto-lei número 869, de 18 de novembro do mesmo ano, bem como na de quaisquer outros crimes e infrações contra a economia popular, sua guarda e seu emprego, considerar-se-ão de primeira necessidade, ou necessários ao consumo do povo, os gêneros, artigos, mercadorias e qualquer outra espécie de coisas ou bens indispensáveis à subsistência do indivíduo em condições higiênicas e ao exercício normal de suas atividades.⁹²

Após a divulgação do decreto, o procurador do Tribunal de Segurança Nacional, Mac Dowell, afirmou que “choviam reclamações” a respeito da majoração indevida dos preços de aluguéis⁹³. Dorival Leão e outros senhores, por exemplo, procuraram a polícia para reclamar do aumento de 122% no valor de seus respectivos aluguéis. Os inquilinos foram ouvidos e deu-se início a um inquérito para averiguar o fato.⁹⁴

A viúva Vitória Bonen, com vários filhos menores, enfrentava uma situação semelhante à de Dorival. Ela havia alugado um imóvel, de propriedade do Sr. José, há 10 anos, pelo valor de 100\$000 (nota fiscal abaixo). Nesse lugar, Vitória abriu um comércio. Em 1940, o aluguel foi reajustado para a importância de 160\$000 mensais (nota fiscal abaixo); em 1941, a inquilina fez uma série de reformas exigidas por José (nota fiscal a seguir). Contudo, sem considerar os gastos que a viúva teve com a reforma, o Sr. José reajustou o valor da locação, passando a cobrar 220\$000 (aviso de majoração abaixo). Diante disso, ela deixou de pagar o imóvel, e o proprietário entrou com ação na justiça, exigindo o despejo da mulher e seus filhos.

Em seu depoimento, no Tribunal de Segurança Nacional, José contou que havia pedido para a inquilina desocupar o imóvel em 1941 e, como ela não o fez, ele resolveu aumentar o valor do aluguel para, então, forçar a mulher e seus filhos a deixarem sua propriedade. Os recibos foram analisados e os envolvidos ouvidos. Por fim, os membros TSN, por maioria dos votos, resolveram arquivar a ação, considerando que o fato não se enquadrava como crime contra economia popular, permitindo o despejo da senhora e seus filhos⁹⁵.

⁹² BRASIL. Decreto-lei n. 1.716, de 28 de outubro de 1939.

⁹³ CORREIO DO POVO. A elevação dos aluguéis. Porto Alegre, 22 de novembro de 1939, p. 2.

⁹⁴ CORREIO DO POVO. A elevação dos aluguéis. Porto Alegre, 22 de novembro de 1939, p. 6.

⁹⁵ Fonte: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. José Crescente, Porto Alegre, 21 de agosto de 1942. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

Figura 8 – Recibo de aluguel do imóvel (15/03/1940)

N.º _____

Aluguel .. 1005000
 Agua
 Esgotos ..
 Rs. _____

RECEBI do Sr. Victorio Bruno

quantia de centos mil reis
 proveniente do aluguel da casa sita à rua Flora
 n.º 11798 correspondente ao mês de Março de 1940
 Porto Alegre, 15 de Março de 1940

Está selado com 570000

BRASIL
 200 REIS
 TESOUREIRO NACIONAL
 DE 1938-1941

BRASIL
 40 REIS
 TESOUREIRO NACIONAL
 DE 1938-1941

15-3-1940

Fonte: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. José Crescente, Porto Alegre, 21 de agosto de 1942. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

Figura 9 – Recibo de aluguel do imóvel (16/06/1941)

Decima urbana	\$		
Lixo e policiamento	\$		
Adicional de 20%	\$		
Água e esgotos	\$		
Somma	\$		
Aluguel do prédio	\$		
Total	\$		

N.º _____ Rs. 7609000

Recebi do Sr. Victorio Bruno

quantia de sete e seiscentos mil reis
 importância do aluguel, água e esgotos da casa sita à rua Flora
 n.º 11798 vencido em 15 de Junho de 1941

SELLADO COM
 \$ 50000

BRASIL
 500 REIS
 TESOUREIRO NACIONAL
 DE 1938-1941

BRASIL
 300 REIS
 TESOUREIRO NACIONAL
 DE 1938-1941

15-6-1941

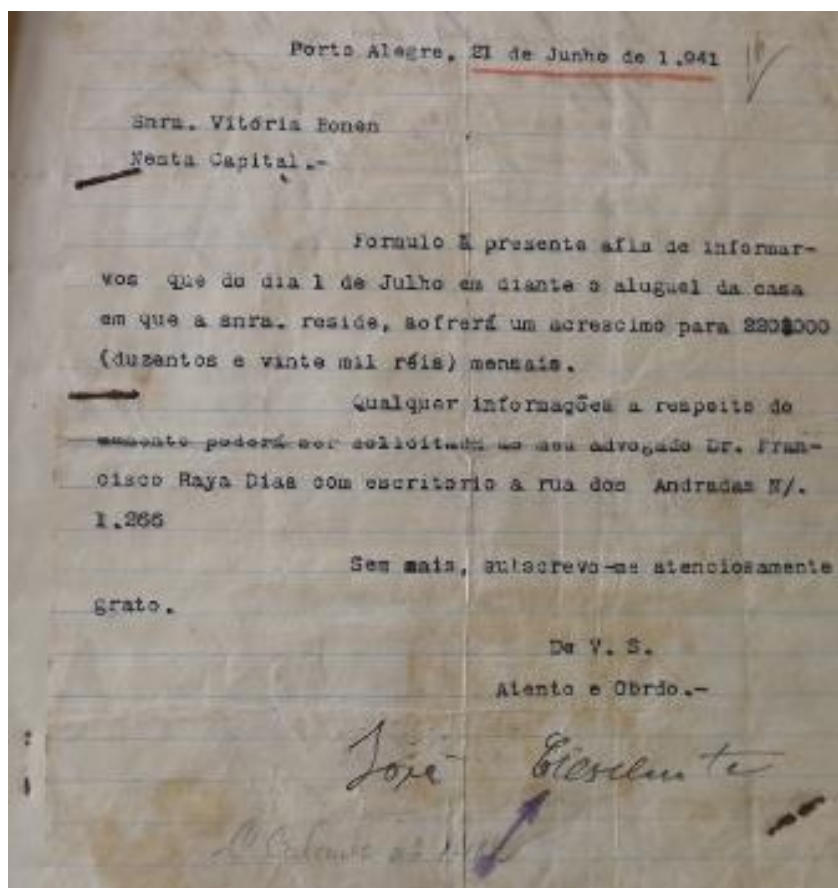
Fonte: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. José Crescente, Porto Alegre, 21 de agosto de 1942. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

Figura 10 – Recibo apresentado por Vitória, comprovando o pagamento de matérias e mão de obra para a reforma do imóvel



Fonte: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. José Crescente, Porto Alegre, 21 de agosto de 1942. Salvaguardado no Arquivo Nacional.

Figura 11 – Aviso da majoração do aluguel enviado à inquilina



Fonte: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. José Crescente, Porto Alegre, 21 de agosto de 1942. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

Outro caso que chegou ao TSN foi o de José Dias, locatário de um imóvel de 12 cômodos, pelo qual pagava Cr\$ 300,00 mensais. O contrato com o proprietário do prédio foi firmado em 1944. Logo após, José subalugou para 12 famílias, com valores que variavam entre Cr\$ 50,00 e 170,00 cruzeiros.

Tabela 8 – Pagamento pago pelo aluguel de cada cômodo

Número de identificação do cômodo	Valor do aluguel
1	Cr\$ 50,00
2	Cr\$ 170,00
3	Cr\$ 120,00
4	Cr\$ 100,00
5	Cr\$ 130,00
6	Cr\$ 100,00
7	Cr\$ 100,00
8	Cr\$ 160,00
9	Cr\$ 80,00
10	Cr\$ 140,00
11	Cr\$ 120,00
12	Cr\$ 70,00
Total	Cr\$ 1.340

Fonte: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. José Bento Dias, Porto Alegre, 11 de outubro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

Entre os locatários, havia oito mulheres – descritas como três solteiras, duas casadas, duas desquitadas e uma viúva – e quatro homens – dois solteiros e dois casados. Os inquilinos expuseram as precárias condições do lugar, relataram a existência de goteiras e a inexistência de energia elétrica em algumas peças. Diante da lamentável situação, os inquilinos acusaram José de ter lucros elevados, considerando que o total pago pelos moradores era de Cr\$ 1.340 cruzeiros.

Em sua defesa, José apresentou um relatório de gastos que tinha mensalmente com a residência, tentando provar que os lucros não eram altos.

Tabela 9 – Gastos mensais com a casa alugada

Gastos	Valor em Cr\$
Aluguel pago ao proprietário do imóvel	Cr\$ 300,00
Luz (média mensal)	Cr\$ 120,00
Zelador	Cr\$ 70,00
Conservação do prédio	Cr\$ 50,00
Licença localização	Cr\$ 40,90
Registro e ficha policiais	Cr\$ 5,00
Abatimento – reforma feita no imóvel, contrato, mensal	Cr\$ 250,00
Juros capital dispensado em reformas	Cr\$ 70,00
Despesas diversas	Cr\$ 13,00
Total	918,90

Fonte: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. José Bento Dias, Porto Alegre, 11 de outubro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

Ao analisarmos a tabela, alguns gastos nos chamaram atenção. Existem, por exemplo, três rubricas referentes à reforma e à manutenção do estado de conservação do prédio, as quais, se somadas, totalizam Cr\$ 370,00 cruzeiros. Contudo, como esses investimentos podem ter sido feitos, e a casa ter goteiras e, em determinadas peças, não dispor de instalação de energia elétrica? Infelizmente, nossa fonte nos limita, não conseguimos respostas para essa questão. Entretanto, esses dados nos causaram estranhezas, já que há divergências entre os dados apresentados por José e os depoimentos dos moradores.

Os membros do TSN realizaram os cálculos a partir das informações apresentadas e julgaram que o lucro de CR\$ 421,10, obtido por José, por intermédio da sublocação da casa, não poderia ser considerado alto, estando de acordo com a alínea 3, do Art. 3º do decreto-lei número 6.739, de 26 de julho de 1944, que previa, para as moradias coletivas, a fixação do aluguel “com base no valor locativo e proporcionalmente à parte que cada um ocupar.”⁹⁶

O primeiro caso, da viúva Vitória, demonstrou como o aumento do aluguel foi utilizado como meio de forçar a inquilina e sua família a deixar a casa. Essa difundida prática, entre os proprietários de imóveis, inspirou o governo na criação de decretos para regulamentar a questão. A exemplo disso, podemos citar o decreto-lei n. 4.598,

⁹⁶ BRASIL. Decreto-lei n. 6.739, de 26 de julho de 1944.

de 20 de agosto de 1942, o qual proibia, por dois anos, a elevação de preço dos imóveis alugados.⁹⁷

Quando se aproximava da data de vencimento do “decreto do inquilinato,” como ficou conhecido, Vargas instituiu um outro semelhante, conforme podemos observar na citação que segue:

Art. 1º Até o dia 31 de agosto de 1945, o preço de aluguel de qualquer imóvel é o que esteja sendo legalmente cobrado na data da publicação desta lei.

§ 1º Continua em vigor o Decreto nº 24.150, de 20 de abril de 1934, não prevalecendo, porém, para as locações a que esse Decreto se refere, e até a data fixada neste artigo, qualquer aumento de aluguel que exceda de 20% o cobrado a 31 de dezembro de 1941.

§ 2º Para as demais locações de imóveis destinados a fins comerciais e industriais, é permitido o aumento até 10% sobre o aluguel cobrado a 31 de dezembro de 1941.⁹⁸

Entretanto, o caso de Vitória ocorreu em 1941, antes da criação dos decretos. Desse modo, sem que houvesse uma legislação que a protegesse, a inquilina foi despejada. A situação dos 12 inquilinos nos chamou atenção por demonstrar a precariedade em que viviam aquelas pessoas. Eram 12 famílias morando em uma casa, dividida em 12 peças, algumas tinham goteiras e não dispunham de energia elétrica. Mesmo assim, os valores dos alugueis eram elevados se comparados ao salário mínimo vigente.

A explicação para o alto preço e para as más condições em que se encontravam as residências destinadas ao aluguel estava no desinteresse dos capitalistas em construir novas casas. O já mencionado decreto-lei 4.598 proibia majoração dos alugueis por dois anos, além disso, os preços dos materiais de construção haviam sofrido aumento com a eclosão da guerra. Assim, não era mais um negócio vantajoso.

Contudo, o decreto do inquilinato não foi o único culpado pela precariedade do sistema de alugueis, foi apenas a ponta do *iceberg* de problemas. Desde o início da República, a questão habitacional era considerada caótica, Osvaldo Rocha, ao se referir ao Rio de Janeiro do início do século XX, afirma que “a situação habitacional

⁹⁷ BRASIL. Decreto-lei n. 4.598, de 20 de agosto de 1942.

⁹⁸ BRASIL. Decreto-lei n. 6.739, de 26 de julho de 1944. op. cit.

das classes populares representava um escândalo moral, sanitário e econômico.”⁹⁹ Friedrich Engels, ao analisar a questão da habitação, em seus estudos, assegurou que o problema de habitação era recorrente, “atingiu de uma forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos,”¹⁰⁰ porém se tornou relevante aos olhos das outras classes, pois a pequena burguesia também começou a sentir o reflexo da escassez de moradias e da precariedade das que existiam. Na concepção desse autor, a falta de habitação dos operários e de uma parte dos pequenos burgueses tratava-se “um dos inúmeros males menores, secundários, que resultam do modo de produção capitalista.”¹⁰¹

No Brasil, a moradia para a população mais humilde, até os anos 1930, foi relegada como adversidade a ser resolvida com ajuda do poder público. Diante desse problema haviam empresas que construíam vilas operárias e descontavam um determinado valor do salário de seus operários. Ainda, nessa época, existiam cortiços, casas geminadas e casebres, feitos de madeira, em locais afastados dos centros urbanos. Com a chega de Vargas ao poder, houve uma mudança de perspectiva. A partir de então, o Estado passou a assumir um “papel de elemento organizador das classes sociais.”¹⁰²

As primeiras medidas tomadas pelo governo, nesse sentido, foram incentivar a iniciativa privada a produzir casas com o intuito de serem alugadas para a classe trabalhadora. Todavia, fatores como o aumento das migrações e o crescimento vegetativo, além da crise de 1929, fizeram com que o governo federal mudasse sua tática, passando a gerar um mecanismo para facilitação da construção de moradias populares através da Fundação da Casa Popular – FCP e da criação de carteiras prediais ligadas aos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAP’s.

Como resultado desses programas, foram erguidas 140.989 casas. Porém, esses números eram bastante baixos, considerando a demanda. Contudo, devemos lembrar que “antes destas iniciativas o poder público praticamente nada realizava no

⁹⁹ ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: a cidade do Rio de Janeiro (1870 – 1930)*, p. 145. Disponível em: <<
http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101374/era_demolicoes_hab_pop.pdf>>. Acessado dia 15 de fevereiro de 2020.

¹⁰⁰ ENGELS, Friedrich. *A Questão da Habitação*. p. 10. Disponível em: <<
http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf>>. Acessado dia 15 de fevereiro de 2020.

¹⁰¹ ENGELS, Friedrich. Op. cit., p. 10.

¹⁰² DUARTE, Maurizete. O governo Vargas e as primeiras tentativas do estado na provisão de habitação popular. Disponível em: <<
http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364149670_ARQUIVO_ARTIGODEZETEPARAR-N-24-03-2013.pdf>>. Acessado dia 21 de março de 2020.

campo da habitação social.”¹⁰³ Logo, embora tenha sido considerado um fracasso, foi a primeira tentativa de solução do problema habitacional por parte do governo.

Em 1942, em uma nova tentativa de amenizar a questão habitacional, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) enviou uma circular para os interventores federais e ao prefeito do Distrito Federal. Nela, era apresentada a proposta de construção de moradias populares para trabalhadores. Segundo Alexandre Marcondes Filho, seria essa uma opção para desonerar os orçamentos das famílias operárias, pois boa parte da renda familiar delas era destinada ao pagamento de alugueis.¹⁰⁴

Infelizmente, não sabemos o desfecho da proposta feita por Marcondes aos dirigentes dos estados, nem do trabalhador ligado ao Sindicato dos Comerciantes. O que encontramos, durante nossa pesquisa, foi a criação de jurisprudência que condenava à prisão e à multa, pelo Tribunal de Segurança Nacional, os proprietários que solicitassem a desocupação do imóvel para alugá-lo posteriormente, cobrando maior valor, uma vez que estavam proibidas elevações dos preços de locações por dois anos.¹⁰⁵

Ainda assim, podemos concluir que a lei do inquilinato, juntamente com a escassez e a valorização dos materiais de construção, foram os responsáveis pelo desinteresse dos investidores na construção ou na reforma das habitações. Esse fator, aliado ao fracasso das medidas federais e ao aumento da procura por residência, nos centros urbanos, deram margem para que os proprietários cobrassem valores exorbitantes por moradias precárias.

2.5 - VIVER COM O MÍNIMO

O Rio Grande do Sul não era o único estado brasileiro que sofria com a carestia de vida. Em Salvador, também foi registrado aumento dos preços. Entre 1942 e 1944, as cifras chegaram a alcançar 72,8%. Em contrapartida, o número de novos estabelecimentos comerciais, varejistas e atacadistas, entre 1940 e 1950, tiveram uma elevação de 27%, demonstrando que a abertura de comércios, mesmo em

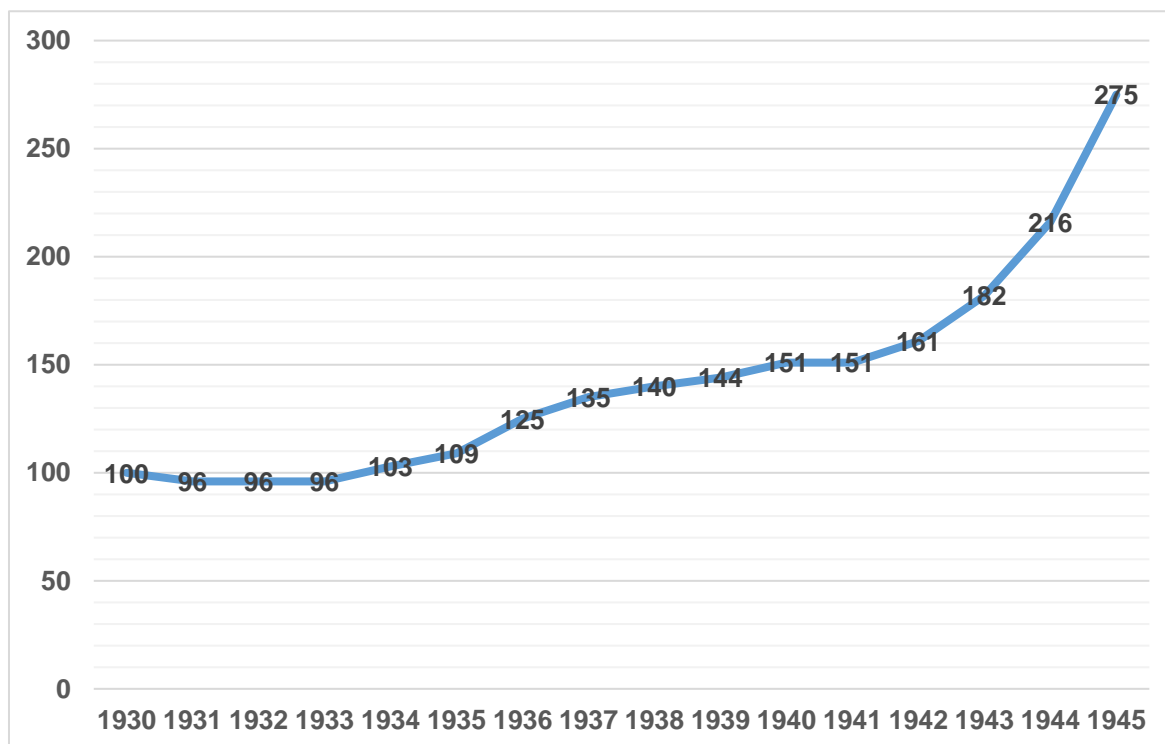
¹⁰³ BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. p. 726. Disponível em << <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>>>. Acessado dia 15 de fevereiro de 2020.

¹⁰⁴ O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio. Porto Alegre, n.32, 16 de novembro de 1942, p. 1615.

¹⁰⁵ O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 28, Porto Alegre, 12 de julho de 1943.

tempos de escassez, era um investimento lucrativo.¹⁰⁶ Abaixo, podemos observar a curva da carestia de vida, no Brasil, entre 1930 e 1945.

Gráfico 1 – Custo de vida no Brasil - 1930 a 1945



Fonte: Adaptado de ÓNODY, Oliver. *A inflação brasileira (1820-1958)*. Rio de Janeiro: s.n., 1960, p. 25.

O gráfico anterior apresenta uma elevação de 190,92% no custo de vida, durante o período da guerra, entre 1939 e 1945. Obviamente, o confronto mundial tinha participação nesta ascensão, porém existem outros personagens que contribuíram para isso, como os especuladores e os comerciantes, os quais se aproveitaram da mobilização para descumprir os preços tabelados, fazer stocks e reterem mercadorias, forçando o aumento dos preços.

A solução ao problema da carestia de vida, de acordo com a Comissão Executiva do Partido Socialista Brasileiro, seria elevar o salário mínimo em 40% e proibir o aumento dos gêneros de primeira necessidade. Tais medidas, para o PSB, deveriam ser todas com urgência, visto que o custo de vida elevado era um dos

¹⁰⁶ CARVALHO, Luana M. Q. *Sobreviver em tempos de guerra: Salvador (1939-1945)*. In. PEDREIRA, Flávia de Sá. *Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial*. São Paulo, LCTE, 2019, p. 95.

motivos que estava levando “a ocorrência de greves inumeráveis e espontâneas que estão sendo e serão ainda declaradas em diversas regiões do país”. Ademais, o partido ressaltava que a população no campo vivia com dificuldades, “pois os colonos, os peões, os agregados estão ficando sem roupas, porque é elevadíssimo o custo dos tecidos, o que acontece também com os instrumentos primitivos de trabalho, que os patrões não fornecem, e nas cidades o proletariado irão assistir ainda mais à alta dos preços dos alimentos, da lenha e do carvão”¹⁰⁷.

Alguns produtos, essenciais na mesa do povo baiano, alcançaram preços exorbitantes. Para ilustrar isso, entre 1940 e 1944, a cotação do charque subiu 107,7%; a carne verde, 55,2%; a banha, 141% e o feijão teve uma alta de 93,5%. A historiadora Luana Carvalho defende que essa elevação pode ser explicada pela instabilidade econômica e pelo medo de torpedeamentos e naufrágios na costa do estado baiano. Ainda, ela explica que “se esse fato colaborou ele não era o principal, haja vista haver disputas no comércio de gado, que fazia com que muitos criadores segurassem suas boiadas no pasto quando o preço tabelado não lhes era interessante, forçando os aumentos.”¹⁰⁸

No estado do Maranhão, a situação de carestia não era diferente. Existem relatos de que o custo de vida, durante o conflito, sofreu majoração de 71,2%, além disso, a escassez tomou conta do cotidiano dos maranhenses. Nesse estado, faltavam, nos mercados, produtos essenciais, como açúcar, café, manteiga, carne fresca e farinha de trigo. Também, os combustíveis eram racionados, e o tabelamento dos preços se mostrou ineficiente.¹⁰⁹ No Norte do país, mais especificamente em Manaus, houve dificuldades no abastecimento de gasolina, carne, farinha de trigo e açúcar.¹¹⁰ No caso da carne verde, o historiador Sidney Aguiar relata que os jornais manauaras noticiavam a escassez diariamente, sendo esse um problema que se “arrastaria por quase toda a década de 1940.”¹¹¹

¹⁰⁷ Executiva do Partido Socialista Brasileiro [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, dia 14 de março de 1945.

¹⁰⁸ CARVALHO, Luana M. Q., op. cit., p.104.

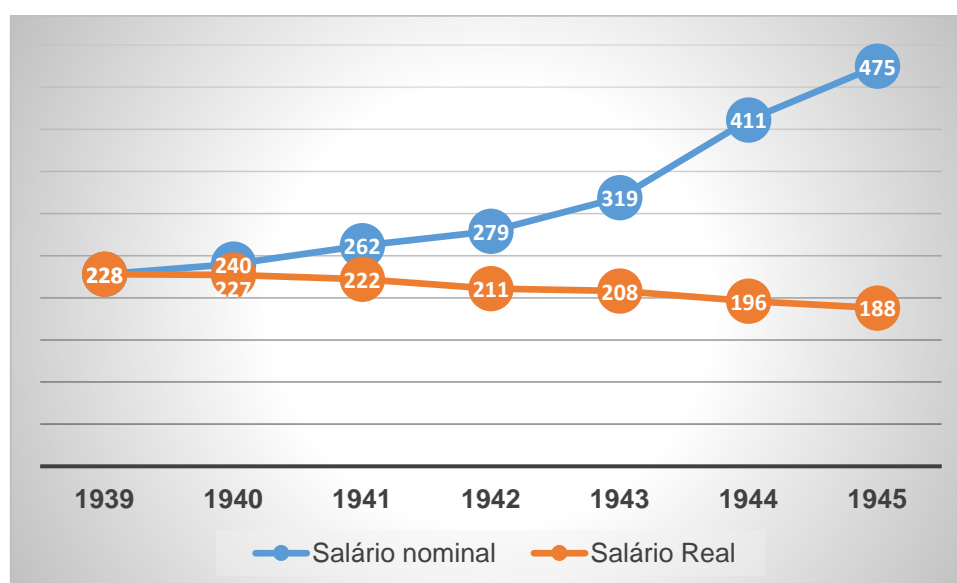
¹⁰⁹ FILHO, Osias de Oliveira S. Os reflexos da II Guerra em São Luís do Maranhão. In. PEDREIRA, Flávia de Sá. *Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial*. São Paulo, LCTE, 2019, p. 285.

¹¹⁰ FILHO, Antônio. Luiz Macedo e Silva. Estilhaços de uma guerra. In. *Mais Borracha para a Vitória*/Adelaide Gonçalves, Pedro Eymar Barbosa Costa (Orgs.). Fortaleza – MAUC/NUDOC, Brasília-Ideal Gráfica, 2008.

¹¹¹ AGUIAR, Sidney. Caso da Carne Verde: vivências populares na cidade de Manaus durante a II Guerra Mundial (1939-1945). Disponível em: <<<https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>>>. Acessado dia 26 de março de 2020.

O gráfico a seguir demonstra a diferença entre o salário nominal, medido em quantidade de moeda, no padrão monetário vigente, no caso o cruzeiro, e o salário real, que era o salário medido em termos de poder de compra do trabalhador. Ao analisá-lo, percebemos que, embora o salário nominal tenha aumentado, o poder de compra da população diminuiu. A diferença, entre esses, chegou a 39,5% em 1945. Essa discrepância foi motivada pelo aumento nos gêneros de primeira necessidade, que apresentaram uma escalada nos preços entre 1939 e 1945, levando os trabalhadores ao desespero diante da impossibilidade de seus ordenados cobrirem os gastos básicos mensais.

Gráfico 2 – Salário nominal e real em Cr\$ de um trabalhador na indústria de transformação



Fonte: Adaptado de ÓNODY, Oliver. *A inflação brasileira (1820-1958)*. Rio de Janeiro: s.n., 1960, p. 263.

Um exemplo da diferença entre a elevação salário nominal e a diminuição do poder de compra do trabalhador era o caso de Izidoro, um pai de sete filhos que trabalhava como fundidor em uma fábrica têxtil em Salvador, com salário de Cr\$ 42,00 por semana. Dos sete filhos, um já havia ido embora, três trabalhavam como aprendizes, e os outros três não recebiam nenhum salário. A renda mensal total da família era Cr\$ 344,00; as despesas com alimentação e aluguel ficavam em torno de

Cr\$ 195,00; ou seja, sobravam apenas CR\$ 149,00 para garantir a permanência dos outros três filhos na escola, para o vestuário e a higiene.¹¹²

Estudos sobre padrões de vida são bastante recorrentes, tanto nas sociedades atuais, como nas do passado. Na maioria dos casos, esses padrões são obtidos por meio do resultado da renda per capita e do poder de consumo. No entanto, o economista indiano Amartya Sen foi responsável por uma virada analítica a respeito da compreensão dos fatores que afetam o padrão de vida¹¹³: “as vantagens de ver o padrão de vida em termos de posse e opulência de mercadorias podem parecer sérias o suficiente. De fato, é assim que a “renda real” é tipicamente vista, e a ligação entre renda real e padrão de vida deve ser bastante próxima”¹¹⁴.

Sen acredita que a abundância, na forma de posse de mercadoria, é importante para melhorar o padrão de vida, mas questiona se o padrão de vida melhor é visto como a abundância em si. Para melhor elucidar essa questão, esse economista apresenta o seguinte exemplo¹¹⁵:

Considere duas pessoas A e B. Ambas são muito pobres, mas B é mais pobre. A tem uma renda mais alta e consegue, em particular, comprar mais alimentos e consumir mais. Mas A também tem uma taxa metabólica mais alta e algumas doenças parasitárias, de modo que, apesar de seu maior consumo de alimentos, ele é de fato mais desnutrido e debilitado do que B. Agora a pergunta: quem tem o padrão de vida mais alto dos dois? Creio que não é uma pergunta de US \$ 64.000 (ou, se for, é fácil ganhar dinheiro). A pode ser mais rico e opulento, mas não se pode realmente dizer que ele tem o padrão de vida mais alto dos dois, pois ele é claramente mais desnutrido e mais debilitado.¹¹⁶

¹¹² Este caso foi apresentado por CARVALHO, Laura. op. cit., p. 107.

¹¹³ SEN, Amartya. *The Standard of Living*, 1985, p. 20. Disponível <<https://tannerlectures.utah.edu/_documents/a-to-z/s/sen86.pdf>>. Acessado dia 01 de abril de 2020.

¹¹⁴ Texto original: the advantages of seeing living standard in terms of commodity possession and opulence might appear to be serious enough. Indeed, that is the way “real income” is typically viewed, and the link between real income and living standard must be fairly close. Livre, tradução da autora.

¹¹⁵ SEN, Amartya. op. cit., p. 22.

¹¹⁶ Texto original: Consider two persons A and B. Both are quite poor, but B is poorer. A has a higher income and succeeds in particular in buying more food and consuming more of it. But A also has a higher metabolic rate and some parasitic disease, so that despite his higher food consumption, he is in fact more undernourished and debilitated than B is. Now the question: Who has the higher standard of living of the two? It isn't, I believe, a \$64,000 question (or, if it is, then money is easy to earn). A may be richer and more opulent, but it cannot really be said that he has the higher standard of living of the two, since he is quite clearly more undernourished and more debilitated. Livre, tradução da autora.

Desse modo, o autor acredita que o padrão de vida não pode ser entendido apenas como uma questão de opulência material. Conforme ele, existem outros fatores condicionantes, como saúde, lazer, metabolismo, clima. Para SEN, o padrão de vida ¹¹⁷“deve ser diretamente uma questão de vida que se leva e não de recursos e meios que se deve levar uma vida”.¹¹⁸ A perspectiva do economista realmente é interessante, despontando como uma nova proposição de análise dos fatores que compreendem o padrão de vida. No entanto, esse tipo de análise é impossível de ser realizada com as fontes que dispomos sobre o período. A subjetividade, nesse tipo de abordagem, impede que seja aplicada em objetos que estejam em um espaço tempo muito distante do pesquisador. O que nos resta é considerar esse olhar mais flexível, menos estruturante, sobre nossas fontes e resultados de estudos do período em questão. Assim, é preciso compreender que, por trás das cifras, existem fatores subjetivos, não mensuráveis.

Ciente das questões propostas por Sen, fazendo uma análise crítica das fontes e traçando paralelos com outras pesquisas, chegamos à conclusão de que o salário mínimo não satisfazia as necessidades elementares da classe trabalhadora durante o período estudado. Em 1943, 26 entidades sindicais da capital gaúcha uniram-se para redigir um memorando solicitando reajuste do salário mínimo e para o remeter ao Presidente Getúlio Vargas.¹¹⁹

O salário mínimo, ainda que previsto na Constituição de 1934, demorou para virar realidade. A primeira tabela, com ele, saiu apenas em 1940, com a publicação do decreto-lei n. 2. 162, no dia primeiro de maio. A discussão sobre a intencionalidade e os resultados de sua implantação foram e ainda são questões amplamente debatidas pela historiografia brasileira.¹²⁰

O economista Ignácio Rangel concluiu que o estabelecimento de um valor mínimo a ser pago ao trabalhador contribuiu para elevar o nível de rendimento que era comumente pago pelos empregadores.¹²¹ De acordo com Octavio Ianni, a criação

¹¹⁷ SEN, Amartya.op. cit., p. 22.

¹¹⁸ Texto original: it must be directly a matter of the life one leads rather than of the resources and means one has to lead a life. Livre, tradução da autora.

¹¹⁹ CORREIO DO POVO. As classes trabalhistas e o elevado custo de vida, Porto Alegre, 26 de agosto de 1943, p. 4.

¹²⁰ Saliento que, por meio do GT Mundos do Trabalho foi possível conhecer e trocar ideias e bibliografias sobre o tema “salário mínimo” com o Dr. Nauber G. da Silva. Portanto, devido ao diálogo e as indicações de texto sugerida pelo colega, a análise historiográfica sobre o tema percorrida aqui se aproxima da realizada na tese de Nauber G. da Silva.

¹²¹ RANGEK, Ignácio. *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963, p. 44-45.

do salário mínimo, bem como a Consolidação das Leis do Trabalho “tiveram o objetivo – entre outros – de preservar a classe operária de uma pauperização drástica. Ao mesmo tempo, destinavam-se a manter as relações de produção em conformidade com as exigências do desenvolvimento econômico.”¹²². Contudo, o autor afirma que, mesmo a existência dessa legislação, não foi impedido que o nível do salário real permanecesse ainda insuficiente para arcar com o custo de vida dos trabalhadores.

Aproximando-se das perspectivas de Rangel e Ianni, Francisco de Oliveira salienta que o estudo, para a elaboração da primeira tabela de salário mínimo, analisou “as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas etc.) para um padrão de trabalhador que devia enfrentar um certo tipo de produção, com um certo tipo de uso de força mecânica, comprometimento psíquico etc.”¹²³. Assim, não foi considerado o bem-estar do trabalhador, mas sim a força de trabalho que ele teria disponível, que ele poderia vender. Oliveira entende que tal medida “igualava reduzindo”¹²⁴ o valor pago pela força de trabalho. Seguindo nessa mesma perspectiva, Pedro Fonseca pontua que o governo apenas instituiu o salário mínimo, não criando, efetivamente, mecanismos para manter o poder aquisitivo dos trabalhadores, conforme podemos perceber no gráfico número dois¹²⁵.

O historiador Nauber da Silva, por meio de sua pesquisa sobre a implantação do salário mínimo em Porto Alegre, observa que, embora esse tenha sido o pensamento em termos de subsistência do trabalhador, não significa que estes homens e mulheres tenham se curvado perante à lei e a obedecido de forma pacífica.

Os/as trabalhadores/as de Porto Alegre não ficaram automaticamente satisfeitos com um salário mínimo de subsistência. Muito pelo contrário, foram paulatinamente, por mais de duas décadas, construindo uma agenda própria para a definição dos mínimos que achavam justo receber, de acordo com outros princípios que não os prescritos pelos governos, mesmo que para isso tivessem que construir uma imagem relativamente negativa do próprio salário mínimo.¹²⁶

¹²² IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968, p. 61.

¹²³ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 37.

¹²⁴ OLIVEIRA, op. cit., p. 38-39.

¹²⁵ FONSECA, Pedro Cezar D. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

¹²⁶ SILVA, Nauber G.. *O “mínimo” em disputa: salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c. 1940 : c. 1968)*. 2014. 385 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.p. 26.

Os trabalhadores baianos também deram exemplo de resistência. Em 1943, cerca de 1700 trabalhadores da empresa Trawmys conquistaram aumento de ordenados de 20% para quem ganhava até Cr\$ 500,00 e de 15% para os trabalhadores que recebiam Cr\$ 1.000,00.¹²⁷ A luta por melhores condições de vida ocorria em diversos âmbitos, podia ser no chão da fábrica, nos palanques das assembleias sindicais, em denúncias de abusos cometidos pelos empregadores e comerciantes locais. Isso igualmente ocorria por intermédio do envio de cartas ao presidente Vargas ou ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sugerindo medidas ou solicitando ajuda. A fim de ilustrar isso, temos uma carta escrita pelas esposas e mães dos ferroviários de Pelotas e remetida a Vargas.

Esposas e mães dos ferroviários de Pelotas, viemos secundar o apelo que como um grito de angustia foi dirigido ao Presidente Vargas pelas mulheres dos ferroviários do Sul deste Estado. Confiamos que vosso bondoso coração paladino dos gestos filantrópicos, seja o esteio básico no apoio da nossa petição. O exorbitante padrão de vida que defrontamos atualmente veio colocar o proletariado brasileiros numa situação desoladora; e, a melhoria imprescindível que nos propomos obter, seria o único meio capaz de redimir o ferroviário Rio-grandense. A necessidade aflitiva e imperiosa que se impõe não comporta mais temporizações nem processas falazes; urgimos de providencias radicais que visem diretamente o pequeno e laborioso ferroviário, que injustificavelmente geme sob a guante de fome, completamente esquecido no seio de sua numerosa classe¹²⁸.

Segundo notamos, a carta expunha o que outras fontes já nos apontavam,¹²⁹ isto é, o grande aumento do custo de vida dos últimos tempos, o qual resultou em um quadro de precarização da vida o trabalhador.

Um estudo desenvolvido com os funcionários públicos de Porto Alegre demonstrou a situação aflitiva que o contexto impunha. Um questionário foi entregue a 220 municipais. Contudo, apenas 54 devolveram preenchido. Analisando as

¹²⁷ CORREIO DO POVO. Acordo entre operários e empregadores baianos: majoração de salários de 15 a 20 por cento, Porto Alegre, 12 de fevereiro de 1943, p. 8.

¹²⁸ CORREIO DO POVO. Os ferroviários pleiteiam melhores vencimentos, Porto Alegre, de 18 de março de 1944, p. 2.

¹²⁹ Importante frisar que compreendemos que a carta pode apresentar certos exageros, uma vez que foi produzida com o intuito de simbolizar o presidente, mas, embora contenha excessos, as outras fontes que analisamos nos sinalizam para um quadro bastante aflitivo aos trabalhadores.

respostas dos participantes, chegou-se a uma média salarial de Cr\$ 778,90, o que era insuficiente. De acordo com o relator do estudo, o cálculo dos gastos mensais girava em torno de Cr\$ 1.051,60. Os funcionários que serviam aos órgãos federais também reclamavam de seus ordenados. O caso de Francisco de Assis Brasil Correa, exemplifica isso. Ela trabalhava como diarista do Departamento Nacional da Produção Mineral, na cidade de Porto Alegre, e recebia um o salário bruto mensal de Cr\$ 700,00. Em correspondência remetida ao presidente Vargas, Correa relatou que “o atual ordenado não dá para suprir minhas necessidades, pois em dezembro de 1940 a dezembro de 1944, a alta dos gêneros de primeira necessidade foi de mais de 300%.”¹³⁰

A trabalhadora não citou a fonte de onde retirou a informação referente à porcentagem do aumento dos preços. Todavia, sabemos que a elevação do custo de vida existiu, mas não conseguimos precisar se nessa porcentagem. O relatório da pesquisa realizada com os funcionários da prefeitura de Porto Alegre, mencionado anteriormente, informava que as despesas com alimentação eram responsáveis por 1/3 dos vencimentos. Além do pagamento de aluguel e dos gastos com vestimentas e higiene, havia ainda uma rubrica denominada diversas que consumia 21,83% dos salários. Entre esses gastos, estavam:

Tabela 10 – Gastos diversos

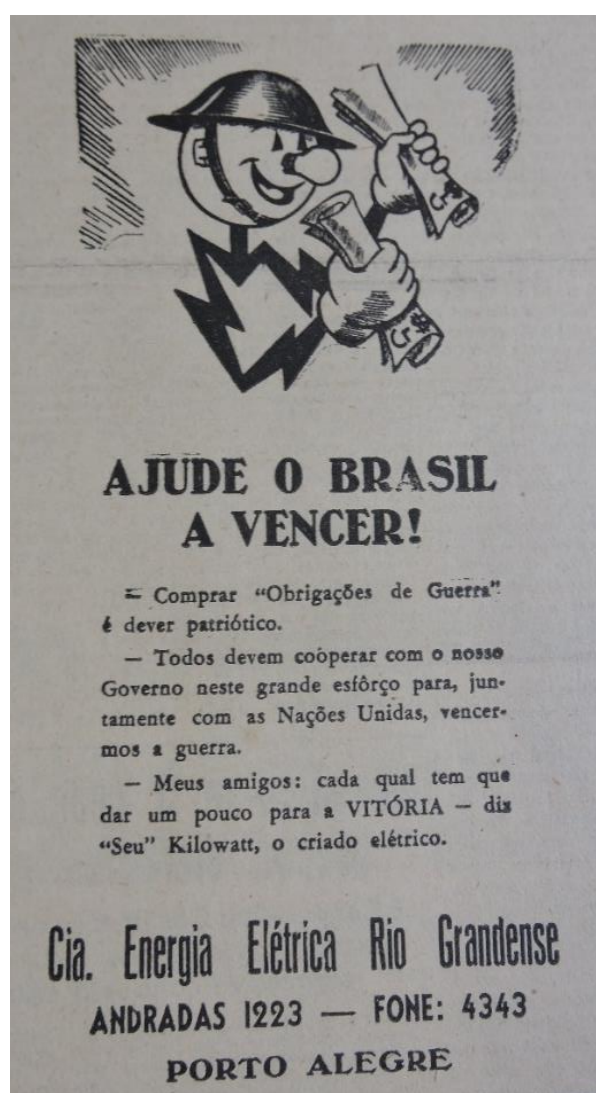
Gasto	Portagem	Desconto
Desconto no Instituto	5 a 7%	Cr\$ 4,17
Amortização de dívidas no Instituto e C. Econômica	-	Cr\$ 11,43
Contribuições de Guerra	-	Cr\$ 2,19
Instrução dos filhos	-	Cr\$ 2,14
Farmácia	-	Cr\$ 2,08

Fonte: Correio do Povo, Porto Alegre, dia 28 de março de 1944.

¹³⁰ CORREA, Francisco de Assis Brasil. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1945.

Observamos que a tabela apresenta dois tipos de impostos, o desconto do Instituto de Aposentadorias e Pensões e a Contribuição de Guerra. O último foi considerado obrigatório após a criação de decreto lançado em 1942, que impunha ao trabalhador o desconto de 3% do salário, o qual seria destinado ao fundo de guerra.¹³¹ A contribuição de guerra chegou a ser propagandeada pela Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense, em publicação no Jornal Correio do Povo, tratando o cumprimento de tais obrigações como um dever patriótico.

Figura 12 – Propaganda da Obrigação de Guerra



Fonte: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 1943.

¹³¹ Art. 6º A partir de janeiro de 1943, os patrões ou empregadores ficaram obrigados ao recolhimento compulsório, mês a mês, nos institutos e nas caixas de aposentadoria e pensões respectivos, de importância igual a três por cento (3 %) do montante dos salários ou ordenados ou comissões que tiverem de pagar aos associados desses institutos, cabendo-lhes descontar essa percentagem dos ordenados ou salários de seus empregados, os quais receberiam importância igual em Obrigações de Guerra, no fim de cada semestre. BRASIL, decreto-lei 4.789, de 5 de outubro de 1942.

O item amortização de dívidas era referente ao pagamento de empréstimos que vinham descontados na folha do servidor. Por fim, havia os dispêndios com instrução dos filhos e farmácia, sendo esses dois os valores mais baixos dos gastos da aludida rubrica.

O relator dessa pesquisa fez o seguinte questionamento: “Que vida social terá uma classe que dispense por mês, em média Cr\$ 0,98% para sociedades recreativas e beneficentes, Cr\$ 0,52 para cinema e outras diversões e 0,81% para empregadas?”¹³² Mesmo que a situação financeira dos municipais não fosse frouxa, ainda tinham reservas para gastar com lazer e, em alguns casos, até mesmo contratavam empregadas domésticas. Esses eram gastos que os trabalhadores, em sua grande maioria, nem cogitavam dispor. Contudo, o responsável pelo o estudo também fez uma declaração interessante, a saber: a necessidade de que 80% das mulheres dos funcionários da prefeitura de Porto Alegre trabalhassem como cozinheiras, lavadeiras, empregadas e costureiras para complementar a renda familiar.

A informação sobre o número de esposas que trabalhavam fora do lar, ou que exerciam alguma função remunerada em casa, chamou-nos a atenção, pois foi apresentada com uma entonação de revolta. Dessa maneira, devemos analisá-la de acordo com a conjuntura do momento histórico em questão. O que significava uma mulher ter que trabalhar em plena década de 1940?

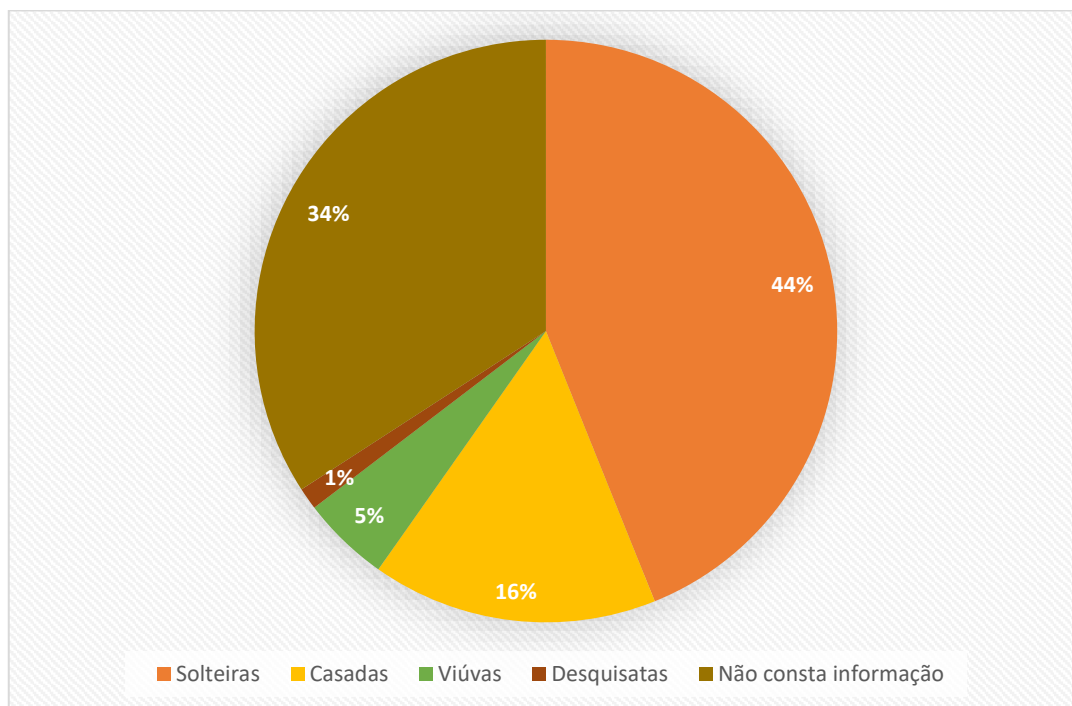
O trabalho feminino, nesse período, era considerado um tabu, as mulheres pertencentes às famílias que detinham melhor poder aquisitivo não trabalhavam, dedicavam-se às tarefas domésticas e ao cuidado de sua prole. No entanto, as famílias mais humildes não tinham escolhas, mulheres e crianças muito cedo passavam a trabalhar, conforme apresentaremos no capítulo quatro.

Assim, o trabalho fora de casa era para mulheres viúvas, solteiras ou casadas e cujos os esposos/pais não dispunham de uma renda compatível com o sustento familiar. A título de exemplo, criamos um gráfico com o estado civil das mulheres que

¹³² CORREIO DO POVO. O desequilíbrio econômico-financeiro das classes trabalhadoras poderá trazer abalos morais de proporções imprevistas, Porto Alegre, de 28 de março de 1944, p. 2.

procuraram a Justiça do Trabalho em Pelotas, entre 1937 a 1945, com o propósito de pleitear seus direitos¹³³.

Gráfico 3 – Porcentagem do estado civil as mulheres nos processos trabalhistas de Pelotas (1937-1945)



Fonte: Acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas

Observando o gráfico anterior, notaremos uma preponderância de mulheres solteiras, bem como um elevado número de ações que não continham a informação a respeito do estado civil. Já as mulheres casadas, somavam apenas 16%. Acreditamos que essa diminuta cifra esteja diretamente ligada ao Código Civil de 1916, segundo o qual as mulheres só poderiam trabalhar fora de casa com a permissão do marido, pai ou representante. Mesmo famílias mais humildes, em alguns casos, as esposas dedicavam-se ao trabalho do doméstico e ao cuidado dos filhos, realizando algumas funções remuneradas, como lavadeiras, costureiras, doceiras, mas sem sair de casa,

¹³³ Entendemos que esse número não expressa a totalidade de mulheres de Pelotas que trabalhavam, nem mesmo a maior parte delas, porém serve de amostragem para entendermos um pouco do perfil das trabalhadoras.

de modo apenas a complementar a renda familiar¹³⁴. A execução de alguma atividade remunerada fora do lar, pelas mulheres casadas, colocava em evidência que o homem não estava conseguindo ser o “provedor da família.”

Michelle Perrot explica que “as mulheres sempre trabalharam, mas o que se tornou o problema para elas foi o exercício de trabalhos assalariados, ter que sair de casa para exercer algum ofício e profissão. Essa reviravolta da vida doméstica provoca resistência dos meios populares.”¹³⁵ Considerando isso, entendemos a forma alarmante como foi tratado o dado de que 80% das mulheres dos funcionários públicos de Porto Alegre necessitavam trabalhar fora de casa ou fazer alguma atividade remunerada para complementar a renda familiar.¹³⁶ Finalizando sua análise, o relator advertiu que “todas as classes vão se irmanando com o mesmo sentimento, por que todos são afetados na mesma proporção, pelo mesmo fenômeno. Dessa comunhão de ideias inofensivas aparentemente poderão resultar grandes perturbações.”¹³⁷ Desse modo, a experiência vivenciada pelos trabalhadores estava gerando laços de solidariedade e de consciência de suas condições de explorados.

2.6- A ESTRATÉGIA DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA

O Jornal Correio do Povo, em uma de suas edições, publicou um texto sobre o tabelamento como solução para controlar os exorbitantes preços. No entanto, o redator da matéria declarou que a elevação do custo de vida, como resultado da guerra, era um “pretexto grosseiro”, “inexplicável e criminoso.”

A afirmação dele era baseada no entendimento de que a guerra realmente afetou alguns setores da economia, como a produção de carne, trigo, borracha, leite. Entretanto, segundo ele, produtos tipicamente nacionais, como o feijão, a batata, o centeio, a cebola, a mandioca, os quais a produção “nada tem que ver com as consequências da guerra,”¹³⁸ também teriam desaparecido do mercado e, quando apareciam, custavam preços exorbitantes.

¹³⁴ Para mais informações, ler SANTOS, Maurício. *Experiências e lutas de trabalhadoras domésticas por direitos (Porto Alegre, 1941-1956)*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, 233f.

¹³⁵ PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*, São Paulo: UNESP, 1998, p. 98, 99.

¹³⁶ Para compreender mais ler: WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez/CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

¹³⁷ CORREIO DO POVO. O desequilíbrio econômico-financeiro das classes trabalhadoras poderá trazer abalos morais de proporções imprevistas, op. cit.

¹³⁸ CORREIO DO POVO. Os tabelamentos serão uma solução para baratear a vida. Porto Alegre, 30 de março de 1943, p. 4.

No pensamento de Roney Cytrynowicz, o conflito mundial foi sentido em todos os aspectos da vida, “a partir da constituição do *front* interno, a sociedade devia estar sempre em prontidão, permanentemente mobilizada para todas as batalhas possíveis.”¹³⁹

No caso de São Paulo, a falta de combustíveis, pão e leite foi compreendida, por Cytrynowicz, como uma variável interna, “uma escassez relativa, instrumentalizada e mobilizada como política, que trouxe a guerra para o cotidiano de São Paulo, criando um poderoso efeito de mobilização e de constituição do *front* interno.”¹⁴⁰ O autor defende a ideia de que o governo federal via a necessidade de despertar, na população brasileira, um sentimento de coletividade, uma sensação de que todos estavam passando pelos mesmos problemas. Somente assim a mobilização seria obedecida, sendo essa a chave para implantação das “medidas estadonovistas.”¹⁴¹

Fundamentando a tese de que a escassez e a elevação dos preços não foram motivadas por uma necessidade externa, mas sim por fatores internos e intencionais, Cytrynowicz destaca o aumento no valor dos tecidos no mesmo mês da eclosão da guerra, setembro de 1939: “Qual foi o motivo? Não havia qualquer súbito bloqueio nas importações de máquinas e equipamentos nem nas importações, nem convocação extraordinária de trabalhadores antes ocupados nas indústrias.”¹⁴²

A Coordenação de Mobilização, na época, atribuiu esse fenômeno altista à questão psicológica. Explicou que qualquer boato de problemas com a safra, liberação de exportação ou mudanças dos valores tabelados criava um contexto propício para que açambarcadores e comerciantes elevassem os preços ou retivessem mercadorias. Além disso, os jornais contribuíam para isso, o periódico rio-grandense *Correio do Povo*, por exemplo, veiculava notícias sobre a falta de trigo, a fabricação de pão misto, os problemas com a seca, as consequências da estiagem para a pecuária, a escassez de sal, leite, açúcar, entre outros gêneros essenciais, com grande frequência, criando, assim, uma sensação de caos.

Acreditamos que a questão psicológica tenha sido responsável, em grande parte, pelos problemas. No entanto, não podemos nos limitar apenas a essa

¹³⁹ CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 15.

¹⁴⁰ CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 53.

¹⁴¹ CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 19.

¹⁴² CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 236.

explicação. Precisamos compreender problemas econômicos mais complexos, como a produção e a exportação durante o período.

O historiador Caio Prado Júnior, ao analisar o período, afirma que a guerra trouxe de volta “um revigoração esporádico do tradicional sistema do passado”, que se baseava na exportação de produtos primários. “O Brasil se fazia de novo alvo de forte demanda internacional de gêneros alimentares e de matérias-primas exigidos agora pelas necessidades da luta em que se empenhavam as grandes potências de que o Brasil era e ainda é tributário”¹⁴³.

Além do mais, devemos analisar as exportações não pela quantidade de artigos importados, mas sim com base no valor que esses produtos alcançaram, tornando a prática da exportação um negócio lucrativo. Annibal Vileta explica que a economia brasileira, no contexto da Segunda Guerra Mundial, era extremamente dependente do comércio exterior. Desse modo, a dificuldade de “importar inputs industriais provocou uma forte queda da taxa de crescimento da produção industrial.”¹⁴⁴ Compartilhando dessa mesma perspectiva, Caio Prado Junior defende que isso provocou “grandes privações, particularmente sensíveis no que diz respeito aos combustíveis, com a drástica redução das importações de derivados do petróleo e de carvão; bem como ao trigo.”¹⁴⁵

Inversamente à queda das importações, houve um aumento na receita de exportação, provocada “não só porque as exportações se diversificaram, havendo maior participação de produtos manufaturados, principalmente têxteis, mas também de minerais estratégicos.”¹⁴⁶ Produtos como a madeira, antes comercializada com a Alemanha e a Argentina, nesse período, sofreram perdas devido à instabilidade do transporte marítimo, já as frutas, por serem perecíveis, dependiam de um transporte eficiente, o que não fazia parte da realidade da época. As estradas eram precárias, o escoamento deveria ser feito por trens ou barcos, porém a demora para o embarque e o tempo que esses meios de transporte levavam, até o destino do produto, acabavam sendo demasiadamente longos e, em decorrência disso, as frutas apodreciam. Isso transformou o transporte no calcanhar de Aquiles dos produtores.¹⁴⁷

¹⁴³ JUNIOR, Caio Prado. *História econômica do Brasil*. São Paulo: brasiliense, 2012, p. 298.

¹⁴⁴ VILLETA, Annibal. *Política do Governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*. Rio de Janeiro, IPEA, 1975, p. 201

¹⁴⁵ JUNIOR, Caio Prado. Op. cit., p. 298, 299.

¹⁴⁶ VILLETA, Annibal. op. cit., p. 201.

¹⁴⁷ CORREIO DO POVO. Repercussão da guerra no mercado local. Porto Alegre, dia 16 de setembro de 1939, p. 5.

Mesmo assim, a economia brasileira apresentou sinais de estabilidade durante o período. Entretanto, o equilíbrio econômico foi atingido às custas da classe trabalhadora, “que suportou todo o ônus daqueles sacrifícios (por efeito, em particular, das restrições alimentares e do encarecimento considerável da vida), e são somente as classes possuidoras que dele participarão efetivamente”.¹⁴⁸ Assim, é perceptível que, para os industriais e comerciantes, a guerra foi sinônimo de aumento de lucros, mas, quem dependia da venda de sua força de trabalho para sobreviver, viu o custo de vida aumentar, os alimentos desaparecerem e o salário mínimo ser insuficiente para cobrir as necessidades básicas de suas famílias.

Segundo a perspectiva de Caio Prado Junior, Cytrynowicz conclui que o Estado Novo e a guerra significaram “a inclusão controlada e a mobilização negociada com as classes médias e altas e violenta intervenção e mobilização militar sobre a população pobre, operários e imigrantes.”¹⁴⁹ Ademais, acreditamos que, além de ser uma mobilização negociada, os impactos econômicos da guerra também foram seletivos, visto que as classes média e alta não dependiam de cortes populares de carne, não contavam os centavos para comprar pão, não habitavam cortiços, nem sentiam o gosto amargo da fome após um longo dia de trabalho.¹⁵⁰

2.7 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

As perguntas que nortearam nosso primeiro capítulo foram: como estava a situação econômica dos trabalhadores rio-grandenses antes de agosto de 1939? Qual era a proporção entre o custo de vida e os salários? Houve mudanças significativas entre o contexto a priori e, logo imediato, a declaração da guerra?

Com base primeiro subcapítulo, observamos que a situação da classe laboral rio-grandense, antes da guerra, já era de penúria. Problemas com a alimentação, habitação, vestuário e higiene já estavam presentes no dia a dia das famílias. No entanto, percebemos que, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as circunstâncias se agravaram, conforme analisamos nos outros subcapítulos. Os alimentos básicos da mesa da população gaúcha sofreram elevação de preço, os

¹⁴⁸ JUNIOR, Caio Prado. Op. cit., p. 301.

¹⁴⁹ CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 35.

¹⁵⁰ A exemplo disso, temos o estudo sobre os municípios de Porto Alegre, no subtítulo 1.3, o qual nos sinaliza que, embora estivessem passando por privações, essas não podiam ser comparadas às agruras que a classe laboral enfrentava.

aluguéis consumiam boa parte da renda dos trabalhadores, e outros gastos, como vestuário e higiene, em muitos casos, não cabiam no orçamento deles.

Ainda, os salários não eram compatíveis com as despesas mínimas de sobrevivência. Embora tenha sido criado o salário mínimo, em 1940, não tardou muito para que a defasagem entre o valor real e nominal aparecesse. Tanto o governo federal como estadual tentaram buscar soluções paliativas aos problemas, entre essas, a elaboração de tabelas de preços para os gêneros de primeira necessidade. Esse tabelamento buscava coibir a ação de atravessadores, mas, ao que parece, seus resultados foram duvidosos, visto que a elevação dos preços e a prática dos açambarcadores persistiu durante todo o período.

Por fim, diante dessas circunstâncias, o governo mobilizava a população para a guerra, utilizando o contexto mundial como justificativa para questões que existiam antes do início da guerra. Contudo, na realidade, os problemas estruturais foram agravados com a conjuntura de beligerância, não criados por ela, como a ditadura estadonovista tentava fazer a população crer.

Analisando esse contexto, perguntas ainda nos inquietam, tais como: que implicações causaram a elevação dos valores de determinados alimentos, como pão, carne, leite, banha, açúcar? Que medidas foram instituídas para amenizar a carestia de alimentos tão importante como esses? Como a população reagia ao ser interpelada pela escassez e pelo aumento do preço dos alimentos que compunham a base de sua alimentação? Essas perguntas serão respondidas no capítulo 2, no qual será examinado o caso de cada um desses artigos em particular.

3. A GUERRA NO PRATO

Em um primeiro momento, a Segunda Guerra Mundial foi sentida no prato pela população brasileira. A maior parte dos trabalhadores rio-grandenses tinham, como base de sua alimentação, o pão francês, ou famoso *cacetinho*; carne de boi, também chamada de carne verde, carne de gado ou carne de rês; a banha, utilizada para cozinhar; o leite, ingerido não só pelas crianças, mas por toda família; o feijão e o arroz. Todos esses produtos, considerados indispensáveis, sofreram majoração de preços e se tornaram escassos durante o período em questão.

A elevação dos valores ocorreu por diversos fatores, como a dificuldade de importação, problemas causados pela estiagem, entre os anos de 1943 e 1944, adversidades com o escoamento da produção nacional, entre os estados e municípios, bem como em função da ação de atravessadores e de especuladores.

O historiador Edward Thompson, ao analisar o caso dos motins de fome na Inglaterra, também se deparou com atravessadores buscando lograr maiores lucros, assim como com a prática de retenção de alimentos.

Os fazendeiros médios retinham os seus cereais, na esperança de um mercado em elevação, até o começo da primavera; enquanto os fazendeiros mais opulentos e a gentry agricultora retinham parte de seus ainda por mais tempo – de maio a agosto – na expectativa de pegar o mercado no auge.”¹⁵¹

Os atravessadores, segundo o autor, compravam os cereais dos produtores por meio de amostragem e, de posse desses, revendiam a um alto preço à população.¹⁵² Para mais, o período estudado por Thompson revela a implantação, na prática, da teoria liberal, a qual tem, como pai, Adam Smith. Seguindo essa teoria, o governo abandonou as antigas práticas de intervenção estatal na economia para entregá-la à mão invisível que rege o mercado. Esse tipo de política econômica causou a escassez e a elevação do preço do trigo, disseminando a fome e a revolta entre os mais humildes. “Os altos preços do pão tinham pouca importância para os ricos, eram inconvenientes para as camadas médias, angustiavam os trabalhadores com emprego fixo, mas podiam ameaçar a sobrevivência dos pobres.”¹⁵³ Nesse

¹⁵¹ THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, p. 161.

¹⁵² THOMPSON, op. cit., p. 157.

¹⁵³ THOMPSON. op. cit., p. 222.

sentido, lutar pela melhor distribuição dos grãos e pelo preço justo era uma questão de sobrevivência.

A invasão de celeiros, nos quais os grãos estavam estocados pelas *turbas*; a interceptação de carroças que levavam trigo para ser exportado, bem como a exigência de fixação de preços, eram consideradas ações legítimas pela sociedade.¹⁵⁴ Os “motins da fome” eram respostas racionais “quando os preços vão às alturas, os empregos desaparecem e eles veem o seu suprimento de alimentos básicos ser exportado.”¹⁵⁵

A eclosão dessas mobilizações populares não exigia muitos elementos, bastava apenas existir “um consenso de apoio na comunidade e um padrão de ação herdado com seus próprios objetivos e limites.”¹⁵⁶ Entretanto, o autor salienta o fato de que havia outras formas de resistência, “como petições em massa junto as autoridades, sacrifícios e orações, inspeções até as casas dos ricos ou a migração de aldeias inteiras.”¹⁵⁷

No Brasil, entre 1939 e 1945, diferente do contexto estudado pelo autor, o governo, sob a batuta de Getúlio Vargas, intervia frequentemente na economia. A exemplo disso, podemos citar a criação da economia de guerra, criada em detrimento dos impactos causados pela Segunda Guerra Mundial, por meio da qual foram estabelecidas cotas para exportação de alimentos, foram criados impostos de consumo e realizado o tabelamento de preços.

O tabelamento acabou gerando inúmeros problemas, como a formação de um mercado paralelo, o que alimentava a prática dos especuladores. Não são raros os relatos de especulação; de lucros abusivos por parte dos atravessadores; de mercadorias retidas, à espera de aumento do preço da tabela; de criação de mercados clandestinos, que desobedeciam a fixação de preços. Diante disso, alguns questionamentos surgem: Por que, no Rio Grande do Sul, não ocorreram revoltas assim como na Inglaterra? Por que a população não se amotinou contra a escassez dos produtos e o aumento do custo de vida? Podemos levantar algumas hipóteses para essas perguntas.

¹⁵⁴ THOMPSON. op. cit., p. 180.

¹⁵⁵ THOMPSON. op. cit., p. 207.

¹⁵⁶ THOMPSON. op. cit., p. 186.

¹⁵⁷ THOMPSON. op. cit., p. 206.

Primeiro, mesmo existindo um histórico de luta por melhores condições de vida,¹⁵⁸ no período analisado, não havia espaço político para mobilizações populares. O país vivia em meio à ditadura estadonovista, rebelar-se seria sinônimo de prisão para os envolvidos. De acordo com a análise das fontes trabalhadas neste capítulo, detectamos que população criou outras estratégias para lutar por sobrevivência, como fazer queixas públicas de estabelecimentos que não respeitavam as tabelas ou que fraudavam os produtos.¹⁵⁹

Entretanto, debruçar-se sobre essas perguntas seria matéria para uma outra tese, não sendo nosso foco neste estudo. As perguntas a que pretendemos responder, neste capítulo, são: quais motivos geraram a escassez? Quais as medidas tomadas pelo governo para controlar esse problema? Qual a reação popular diante da falta de alimentos que eram comuns em suas refeições? Para isso, dividimos o presente capítulo em quatro partes: Pão nosso de cada dia, Sentindo na carne, A vaca foi para o brejo, O açúcar era doce, mas o preço era salgado.

¹⁵⁸ Para mais informações, consultar: PESAVENTO, Sandra J.; FAGUNDES, Ligia K.; KUMMER, Lizete; STEPHANOU, Maria. *Memória da Indústria Gaúcha: das origens a 1930*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1987. PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In.: LOPES, José Sergio Leite. *Cultura & Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987, p. 53 – 101.

¹⁵⁹ A prática de efetuar denúncias aos órgãos responsáveis e aos jornais locais era difundida. Nós a consideramos como uma estratégia para lutar contra o encarecimento do custo de vida, uma vez que esse tipo de reclamação podia resultar em uma ação no TSN ou no boicote da população a certos estabelecimentos.

3.1 - PÃO NOSSO DE CADA DIA

Pães e pãezinhos¹⁶⁰

Estas receitas não são de pães no sentido exato do termo. Constituem, de fato, substitutos que se podem preparar numa emergência ou quando houver dificuldades em obter o pão dos padeiros. Deverão ser comidos no próprio dia da sua preparação e, si possível, quentes.

Regalos

1 2/3 chic. [sic] de farinha de trigo
 1/3 chic. [sic] de araruta ou maisena
 1 colh. (sopa) fermento Royal
 1/2 colh. (chá) sal
 1 colh. (sopa) rasa assucar [sic]
 1 chic [sic] leite
 4 colhs. (sopa) banha derretida
 2 ovos.

Pão pó Royal

3 1/4 chic [sic] farinha de trigo
 2 colhs. (sopa) fermento Royal;
 3/4 chic. [sic] araruta ou maisena
 1 colh. (chá) rasa sal
 1 batata bem cozida e fria (tamanho médio)
 Água, leite ou ambos
 1 colh. (sopa) assucar [sic]

O fragmento acima faz parte de um livro de receitas, lançado em 1940, pela marca de fermento Royal, denominado Economia Culinária. Nele, eram ensinadas receitas de pão, doces e salgados nas quais a farinha de trigo poderia ser substituída, em parte, por fécula de batata, araruta, polvilho doce ou maizena.

Adaptações como essas eram realizadas na tentativa de minimizar o problema do abastecimento de pão, produto base da alimentação da população brasileira, o qual, durante primeira metade da década de 1940, sofreu grande elevação do preço e, em muitos momentos, ficou escasso.

O problema do pão estava no fornecimento da farinha de trigo. Ao observarmos a questão da triticultura, durante o período da guerra, e os discursos oficiais, a tendência é atribuir a culpa pelas adversidades encontradas nesse setor ao conflito mundial. Todavia, por meio de uma análise mais cautelosa, notaremos que o problema do trigo era anterior à eclosão da Segunda Guerra Mundial.

¹⁶⁰ SILVEIRA, Maria. *Economia Culinária*. Rio de Janeiro, Gráfica Mauá, 1940.

Em janeiro de 1939, representantes dos moinhos instalados, no Rio Grande do Sul, formaram uma comissão que, juntamente com o interventor federal, foram, ao Rio de Janeiro, tratar sobre os assuntos referentes à triticultura diretamente com o presidente. A comissão levava um memorial que devia ser entregue a Vargas, no qual era abordada a questão da entrada livre de 10 mil toneladas de trigo uruguaio, em consequência do tratado entre o Brasil e o Uruguai.

Entretanto, a compra dessa quantidade significativa de cereal prejudicava o produto nacional. Diante disso, a comissão solicitou, por meio do memorando, a fixação de uma cota para consumo do trigo nacional para cada moinho. O cálculo deveria ser feito tomando, como base, a média da moagem dos últimos cinco anos.¹⁶¹

A triticultura, embora necessária, estava se tornando um cultivo nada atrativo aos agricultores, os quais se queixavam do descaso com a produção nacional por parte das autoridades¹⁶². A exemplo disso, o prefeito de Bento Gonçalves, ao receber um telegrama solicitando a relação nominal dos produtores de trigo, respondeu que, ainda que os agricultores daquele município preferissem a viticultura, destinaram parte de suas terras para plantação de trigo, porém, sem depósitos para o cereal, temiam pelo futuro da safra.¹⁶³

A comissão foi recebida por Vargas, que se mostrou bastante preocupado com a questão da produção tritícola do estado.¹⁶⁴ Os representantes das pastas da Agricultura e do Trabalho, Indústria e Comércio foram chamados para, em conjunto com o presidente, encontrarem uma solução para o problema do trigo. Entre as providências criadas, estava o decreto prevendo que “todas as empresas ou firmas moageiras do país seriam obrigadas a adquirir, dentro de trinta dias, a produção nacional em quantidade nunca inferior a dez por cento em relação a moagem.”¹⁶⁵ Cada estabelecimento receberia uma cota que estipulava a quantidade que deveria adquirir e, então, somente após a comprovação do consumo dessa parcela poderiam solicitar a importação do cereal.

A dificuldade do cultivo do trigo, para suprir a necessidade nacional, estava no clima, uma vez que esse grão deve ser cultivado em lugares de temperaturas amenas.

¹⁶¹ CORREIO DO POVO. A situação do trigo nacional. Porto Alegre, 11 de janeiro de 1939, p.2.

¹⁶² CORREIO DO POVO. Criação do Instituto do Trigo. Porto Alegre, 19 de janeiro de 1939, p. 3.

¹⁶³ CORREIO DO POVO. A situação dos produtores de trigo nacional. Porto Alegre, 21 de janeiro de 1939, p. 4.

¹⁶⁴ CORREIO DO POVO. O problema do trigo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 20 janeiro de 1939, p. 2.

¹⁶⁵ CORREIO DO POVO. Solucionada a situação do trigo. Porto Alegre, 22 de janeiro de 1939, p. 22.

Dessa forma, eram poucos os estados que ofereciam clima favorável para essa cultura. Por esse motivo, o Brasil, embora produzisse trigo, precisava importá-lo de países vizinhos, como Argentina e Uruguai. A tabela que segue mostra a compra de trigo da Argentina entre 1935 e 1938.

Tabela 11 – Importação de trigo da Argentina (1935-1938)

Ano	Toneladas	Valor em contos de réis
1935	927.187	465.804:000\$
1936	970.673	663.279:000\$
1937	982.125	708.619:000\$
1938	1.020.142	570.125:000\$

Fonte: CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 20 de junho de 1939, p. 8.

Ao observar a tabela, é perceptível que havia uma crescente demanda pelo cereal, pois, a cada ano, comprava-se algumas toneladas a mais. A respeito dos valores pagos, notamos que, em 1938, ocorreu uma diminuição do arrecadado pela república vizinha com a venda do cereal. A explicação para isso estava na desvalorização desse produto no mercado internacional. Mesmo que o Brasil tenha adquirido maior tonelagem do que nos anos anteriores, pagou menos pelo produto.

Nos anos subsequentes, o Brasil continuou importando trigo. Conforme dados apresentados da revista O Orientador, em 1942, temos a cifra de 24 mil contos de réis dispendidos, entre os meses de janeiro a março, na compra da cereal.¹⁶⁶ Era notória a necessidade de o país investir no incremento da triticultura. O secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, em entrevista ao Correio do Povo, afirmou que “o trigo é entre os gêneros alimentícios, que nos vem do estrangeiro, o produto que mais pesa no nosso comércio de importação”. Para ele, enquanto o Brasil dependesse da importação desse cereal para ter “o pão de cada dia”,¹⁶⁷ não seria um país economicamente independente.

O Rio Grande do Sul, ao que nos parece, estava atento aos problemas envolvendo a cultura do trigo. Em função disso, criou quatro estações de serviço experimental nas respectivas cidades: Júlio de Castilhos, Encruzilhada, Vacaria e

¹⁶⁶ O Orientador: Trabalho Indústria e Comércio, n. 8, Porto Alegre, 1 de junho de 1942, p. 969.

¹⁶⁷ CORREIO DO POVO. O problema do trigo na RS, Porto Alegre, 27 de abril de 1939, p. 3 e 9.

Dom Pedrito. O objetivo dessas bases de pesquisa era estudar, produzir e classificar sementes de qualidade para serem distribuídas entre os campos de cooperação. Tais campos eram de propriedade privada e, ao total, somavam 34. Por meio de um convênio com o estado, recebiam as sementes das estações e as replicavam para serem distribuídas pela Secretaria da Agricultura aos tricultores. Esses lugares de pesquisa e de multiplicação de grãos eram regularmente visitados pelos técnicos da Inspetoria do Trigo, com o intuito de controlar o cultivo e de prevenir as pragas.¹⁶⁸

Tabela 12: Quantidade de sementes distribuídas pela Secretaria desde 1929

Ano	Quantidade de sementes em KG
1929	104.000
1930	12.657
1931	14.928
1932	7.253
1933	3.011
1934	17.461
1935	25.920
1936	131.092
1937	191.939
1938	279.204
1939 (estimativa)	420.000

Fonte: CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 27 de abril de 1939.

A tabela acima apresenta números variáveis, com aumento e queda referente à partilha de sementes, porém, se olharmos para os anos de 1936 em diante, veremos uma regularidade no crescimento da distribuição. Contudo, além desse incentivo, a lavoura de trigo necessitava ser modernizada. O cultivo do cereal no estado era rudimentar, “[...] não são poucas as lavouras coloniais em que o trigo é semeado depois da queima da capoeira, coberto o grão pela enxada e colhido, na época, por meio de foice.”¹⁶⁹ Assim, as técnicas utilizadas na triticultura, em sua maioria, eram

¹⁶⁸ CORREIO DO POVO. O problema do trigo na RS, Porto Alegre. Op. cit.

¹⁶⁹ CORREIO DO POVO. Pró-intensificação da triticultura. Porto Alegre, 23 de junho de 1939, p. 10.

antigas, sem utilização de máquinas ou qualquer tipo de tecnologia que pudesse contribuir para o melhor aproveitamento do solo e das sementes. Dessa forma, a colheita era praticamente para subsistência. A título de exemplo, em Caxias, foi realizado um levantamento sobre a produção e o consumo local de trigo, sendo concluído que boa parte do cereal era consumido pelos membros da comuna, restando apenas um quarto para ser comercializado.

Outra adversidade apontada pelos pesquisadores, para triticultura, eram as moléstias. Em períodos quentes e úmidos, o cereal era acometido por ferrugens, os grãos ficavam “pequenos, enrugados e com peso mais baixo que o normal.”¹⁷⁰ A solução, para esse tipo de praga, existia, todavia, não era acessível aos humildes produtores, pois se tratava de um herbicida utilizado na Itália, chamado Asporital, um pó que, ao ser aplicado, protegia a planta da penetração da ferrugem.

Nesse contexto, o governo brasileiro, ciente das adversidades encontradas para o cultivo do trigo e das políticas de incentivo que o governo do estado mantinha, contratou um especialista com o intuito de ajudar nas pesquisas. Dr. Gustavo Fischer¹⁷¹ foi enviado ao Rio Grande do Sul, onde percorreu três cidades – Bagé, São Borja e Passo Fundo – “a fim de fazer rigorosa inspeção, organizando também a experimentação com o trigo, adubos e rotação.”¹⁷² Depois de concluída a análise, Fischer seguiu para Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Nesses estados, também promoveu experimentações com o propósito de adaptar os estudos com o trigo ao clima e à terra desses lugares.

Tudo indica que essas medidas de incentivo surtiram efeito, visto que a safra de 1938, colhida e vendida em 1939, foi considerada uma das maiores até então. A partir de então, o novo problema era enfrentar a concorrência dos cereais importados provenientes da Argentina e do Uruguai. Em função disso, em janeiro de 1939, representantes dos moinhos instalados no Rio Grande do Sul formaram uma comissão para tratar acerca desse assunto com Getúlio Vargas.

Como vimos, o problema foi resolvido momentaneamente com a obrigatoriedade do consumo do trigo nacional por meio de cotas para os moinhos. O jornal Correio do Povo noticiava o andamento do escoamento da produção. A compra

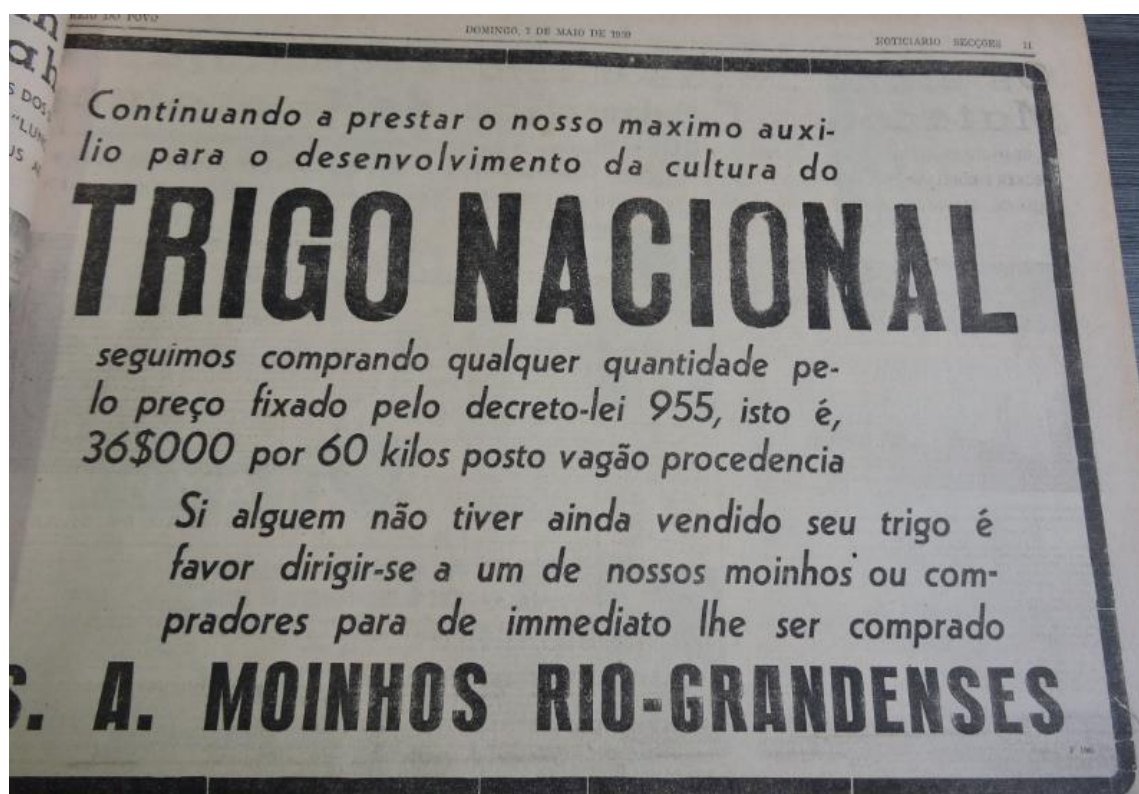
¹⁷⁰ CORREIO DO POVO. Pró-intensificação da triticultura. Porto Alegre, 07 de julho de 1939, p. 10.

¹⁷¹ Antes de ser contratado pelo governo brasileiro, Fischer era chefe do Laboratório Fitopatológico do Instituto de La Estanciaueela, do Uruguai.

¹⁷² CORREIO DO POVO. Maior impulso às investigações agrônômicas. Porto Alegre, 13 de julho de 1939, p. 9.

do trigo nacional foi rápida. Durante a segunda quinzena de fevereiro, já haviam sido adquiridos 1/3 parte da produção, cerca de 75 mil toneladas. No entanto, mesmo com as medidas criadas pelo governo, existiam moinhos que burlavam as autoridades e conseguiam importar o cereal do Uruguai e da Argentina sem antes adquirir a cota que lhes fora atribuída. Mediante diversos casos de desrespeito à lei, o governo tomou providências mais severas, a saber: proibiu “quaisquer autorizações de despachos alfandegários para trigo e farinhas estrangeiras.”¹⁷³

Figura 13 – Propaganda da Sociedade Anônima Moinhos Rio-grandenses para compra de trigo



Fonte: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 07 de maio de 1939, p. 11.

A mesma empresa que colocou o anúncio, no jornal, também apresentou um quadro com o consumo de trigo nacional ao longo dos anos:

¹⁷³ CORREIO DO POVO. Não entrará mais trigo estrangeiro. Porto Alegre, 12 de fevereiro de 1939, p. 3.

Tabela 13: Quantidade em quilos de trigo nacional adquirido pela empresa S. A. Moinhos Rio-grandenses

Ano	Quantidade de trigo em kg
1929	675.000
1930	555.000
1931	2.046.000
1932	10.229.000
1933	2.586.080
1934	7.6313.356
1935	9.320.640
1936	16.404.942
1937	13.596.929
1938	14.642.619
1939 (quatro meses)	33.040.00

Fonte: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 05 de maio de 1939, p. 5.

Segundo o que observamos, houve um grande aumento da compra do cereal nacional de 1936 em diante. Não conseguimos apurar, ao certo, qual o motivo de tal resultado, mas, provavelmente, deva ter sido consequência do incentivo à triticultura, considerando que, na tabela 12, detectamos um aumento da distribuição de sementes a partir de 1936. Contudo, encontramos uma denúncia, realizada pelos donos de moinhos do interior do estado, contra a S. A. Moinhos Rio-grandenses, acusada de tentar monopolizar a compra de trigo. Em memorando ao inventor federal, um representante dos empresários declarou que:

[...] poderosas empresas que encadeiam mais da metade dos moinhos do Estado e que costuma entrar nas zonas agrícolas para apoderar-se de quase toda a produção com o fim de monopolizar o trigo, aniquilar os poucos moinhos do interior, os quais deveriam ser considerados os verdadeiros defensores do problema do trigo nacional.¹⁷⁴

¹⁷⁴ CORREIO DO POVO. Cultura e moagem do trigo nacional. Porto Alegre, 06 de maio de 1939, p. 6.

A Sociedade Anônima Moinhos Rio-grandense respondeu às acusações afirmando que não era proprietária de metade dos moinhos do estado e alertou para as más intenções contidas no memorial. “Pleiteia ele [o representante] esses favores simplesmente porque tem um moinho em Caxias e, logicamente, sofre a concorrência dos moinhos de fora.”¹⁷⁵

Enquanto alguns moinhos se digladiavam pela compra do grão nacional, outros tentavam burlar o sistema. Para as empresas que obedeciam a cota, além da rivalidade na hora de adquirir o produto brasileiro, tinham que lidar com o problema de transporte.¹⁷⁶ O Ministério da Agricultura, mediante as informações sobre o problema do transporte, declarou que não passavam de mentiras, “fantasiam-se novos casos, com a fim de perturbar a ação do governo e de prejudicar o trabalho, em que está empenhado o Ministério da Agricultura.” De acordo com esse ministério, a “falta de transporte, nunca sucedeu no Rio Grande do Sul com relação do trigo, e não sucederá agora, quando os governos federal e estadual estão seriamente empenhados em proteger os produtores, em benefício de nossa economia.”¹⁷⁷

Os relatos expressos, em nossas fontes, todavia, não convergem com as declarações proferidas pelo representante da pasta da Agricultura. Em Passo Fundo, os produtores de trigo reclamavam que estavam com grandes empecilhos para o escoamento da produção. O trigo da região já havia sido vendido para moinhos de Santa Catarina e Paraná, mas, até então, os produtores não haviam conseguido transporte para levá-lo. Receosos com a demora, contataram o diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, porém o problema não foi solucionado. Diante disso, apelaram ao Ministro da Agricultura, enviando-lhe o seguinte pedido: “Apelamos para o alto patriotismo de vossência, reconhecendo a boa vontade de auxiliar a campanha pró-plantio do trigo, pedimos e estamos certo da valiosa interferência de vossência junto à V. F. R. G. do Sul e Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.”¹⁷⁸

Da cidade de Caxias do Sul, a fábrica Germani solicitou, juntamente ao Conselho Técnico de Economia e Finanças e da Comissão de Estudos Econômicos e

¹⁷⁵ CORREIO DO POVO, Cultura e moagem do trigo nacional. Op. cit.

¹⁷⁶ CORREIODO DO POVO. Compra de trigo nacional. Porto Alegre, 14 de fevereiro de 1939, p. 9.
CORREIODO DO POVO. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1939, p. 7.

¹⁷⁷ CORREIO DO POVO. O problema do trigo nacional: assegurado pelo governo o transporte do grão rio-grandense. Porto Alegre, 18 de fevereiro de 1939, p. 12.

¹⁷⁸ CORREIO DO POVO. Falta de “Wagons” de Viação Férrea para a condução do trigo de Passo Fundo, 22 de março de 1939, p. 4.

Financeiros, que fosse reestabelecida a tarifa de emergência para o trigo em grão, que chegava aos portos do litoral e destinava-se ao interior.¹⁷⁹

Como podemos notar, o percurso, entre a produção de trigo até sua moagem, era permeado de adversidades. No entanto, a partir de julho de 1939, passou a existir um novo desafio com a entrada de farinha uruguaia, no mercado brasileiro, sem nenhum tipo de taxaço.

O produto uruguaio ganhava o mercado brasileiro com o valor de 34\$000 o saco, fazendo frente à farinha nacional, a qual era vendida a 43\$000. Diante disso, o Sindicato dos Moageiros do Rio Grande do Sul encaminhou um telegrama ao Ministro da Agricultura. Nesse, o sindicato pedia o cancelamento de tal concessão, de modo a impedir a “entrada do produto estrangeiro sem que antes esteja vendido todo o produto genuinamente nacional, evitando que fique sujeito a deterioração.”¹⁸⁰

O chefe do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, defendendo a entrada do produto uruguaio, em entrevista ao jornal Correio do Povo, declarou o seguinte: “o meio mais fácil do governo, que sempre amparou os fracos, sem desamparar os fortes, é elevar a farinha ao seu justo valor, e continuar dando entrada livre às 7.000 toneladas de farinha de trigo Uruguai.”¹⁸¹

A situação foi avaliada pelas autoridades e permitida a entrada de 7.000 toneladas de farinha de trigo uruguaia no país, assim como havia ocorrido nos anos anteriores. Além disso, foram nomeados 30 fiscais para agir no interior, considerando a incidência de contrabando e a necessidade de averiguar a distribuição da farinha.¹⁸²

Os moageiros, indignados com tal decisão, passaram a defender ativamente a criação de um Instituto Federal do Trigo, de modo que os interesses das indústrias de beneficiamento do cereal fossem defendidos por um órgão que centralizasse a representatividade e que garantisse melhores condições de negociação com o governo. Vicente Dal Molin, diretor do Moinho Esperança, reclamava que “o Uruguai inundou o Rio Grande de farinha de trigo, [...]. Ainda se o país vizinho só nos mandasse trigo, vá lá. Nós ainda não produzimos a gramínea em quantidade

¹⁷⁹ CORREIO DO POVO. O Barateamento de transporte para o trigo. Porto Alegre, 14 de julho de 1939, p. 3.

¹⁸⁰ CORREIO DO POVO. A entrada de farinha de trigo estrangeira. Porto Alegre, 08 de julho de 1939, p. 6.

¹⁸¹ CORREIO DO POVO. A situação da farinha de trigo. Porto Alegre, 22 de abril de 1939, p. 4.

¹⁸² CORREIO DO POVO. Serviço de fiscalização de farinha do RS. Porto Alegre, 10 de agosto de 1939, p. 10.

suficiente. Mas ele manda farinha e esse fato que tem nos causado grandes transtornos.”¹⁸³

Entretanto, a criação do Instituto do Trigo era um assunto delicado. Agamenon Magalhães, ministro do MTIC, juntamente com uma comissão técnica, elaborou um anteprojeto de lei que previa a criação do Instituto do Trigo. Contudo, o Departamento Nacional de Produção Vegetal, ligado ao Ministério da Agricultura, também apresentou, à Câmara de Deputados, uma proposta similar¹⁸⁴. A situação causou desconforto entre os ministérios, e o assunto ficou parado por um longo tempo.¹⁸⁵ Passaram-se quase três anos, após os primeiros ensaios para a possível criação do Instituto do Trigo, quando a proposta recebeu a negativa. A explicação, para isso, era o entendimento de “que o Ministério da Agricultura, por meio dos seus órgãos especializados, podia cuidar dos assuntos referentes à triticultura, “evitando, no momento atual, a criação de novos órgãos.”¹⁸⁶

Enquanto as instâncias governamentais tratavam dos problemas relacionados ao trigo e à farinha, o pão virava um artigo raro e caro.¹⁸⁷ Glaucia Konrad, em sua tese, apresenta o caso da mobilização da população gaúcha, em torno do aumento do pão, ocorrida em maio de 1939. Konrad afirma que “muitas denúncias foram encaminhadas para o presidente da República exigindo providências contra a ação das padarias.” Nesse contexto, os remetentes solicitavam “justiceiras e valiosas providências,” ao “benemérito e ao supremo chefe da nação,” para a regularização e definitiva “padronização e venda desse artigo de primeira necessidade.”¹⁸⁸

O caso foi de tamanha repercussão que o prefeito de Porto Alegre criou uma comissão com o propósito de estudar o caso do pão. Após averiguar as denúncias, a

¹⁸³ CORREIO DO POVO. É de grande interesse a criação do instituto do trigo. Porto Alegre, 03 de agosto de 1939, p. 7.

¹⁸⁴ A questão entre as duas pastas não era nova. Em fevereiro de 1939, o ministro do Trabalho já havia proposto a transferência do serviço do comércio de farinhas de trigo para o Ministério da Agricultura. CORREIO DO POVO. O problema do trigo nacional: assegurado pelo governo o transporte do grão rio-grandense. Porto Alegre, dia 18 de fevereiro de 1939, p. 12.

¹⁸⁵ CORREIO DO POVO. Instituto de trigo. Porto Alegre, 02 de agosto de 1939, p. 14.

¹⁸⁶ CORREIO DO POVO. Não será criado o Instituto do trigo. Porto Alegre, dia 28 de março de 1943, p. 20.

¹⁸⁷ A exemplo disso, em Santa Maria, o pão custava 200 réis e deveria pesar deveria pesar 90 gramas, mas não existia uniformidade no produto, era comum pesar 80, 85 e até 90 gramas. Além disso, em outras cidades do estado os preços eram bem inferiores, como em Porto Alegre que custava 1\$300; em Bagé, 1\$350; em Cacequi, 1\$200 e, em Pelotas, 1\$400 o quilo. CORREIO DO POVO. Pão em Santa Maria 2\$000. Porto Alegre, 21 de março de 1939, p. 4.

¹⁸⁸ KONRAD, Glaucia *et al.* *O Trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande Do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*. 2006. 354 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2006, p. 159.

comissão concluiu que, assim como a população afirmava, havia irregularidades no preço do alimento, indicando, como responsáveis, os intermediários, uma vez que vendiam o pão por unidade e não por peso. “A Prefeitura sentia-se impotente para a resolução do ‘momentoso problema’, pois, mesmo que tivesse tabelado o preço para venda do pão no balcão, não conseguiria tabelar o produto vendido à domicílio.” Esse problema certamente não era específico da cidade de Porto Alegre, ele atingia boa parte do estado.

Diante da escassez e da carestia do carboidrato base da alimentação dos brasileiros, o ministério da agricultura instituiu, em 1938, a receita do pão misto¹⁸⁹. Tal pão era feito com uma farinha de trigo acrescida de outras sucedâneas, como farinha de raspa de mandioca, de quireira de arroz e de milho degerminado.¹⁹⁰

Com o intuito de fiscalizar a execução da medida, foi criado o serviço de fiscalização do comércio de farinha, o qual, primeiramente, era subordinado ao Ministério do Trabalho e, depois, ao Ministério da Agricultura. De início, a porcentagem de mistura era de apenas 2%, mas, com a maior industrialização das farinhas sucedâneas, o percentual subiu para 13% (5% de farinha de raspa de mandioca, 5% de milho e 3% de arroz).

O intuito dessa medida era economizar farinha de trigo, já que a produção nacional não comportava o consumo.¹⁹¹ A expectativa era de que a campanha de incentivo à triticultura conseguisse tornar o Brasil autossuficiente, na produção de cereal, em 5 ou 6 anos.¹⁹² Enquanto isso, a melhor saída era continuar importando grão e farinha de outros países e intensificar a mistura de farinhas sucedâneas à farinha de trigo que, de acordo com o discurso oficial, substituiriam parte do trigo das receitas sem causar muita “diferença” no resultado final.

O pão misto não caiu no gosto popular, ao contrário, enfrentou resistência. Conforme Guido Mondim, um entusiasta da mistura, a rejeição era explicada pela falta de farinha de raspa de mandioca no mercado. Desse modo, era utilizado “pó de

189 BRASIL. Decreto n. 2.307, 3 de fevereiro de 1938.

190 CORREIO DO POVO. Fabricação de pão misto. Porto Alegre, 11 de junho de 1939, p. 11.

191 CORREIO DO POVO. Pão brasileiro. Porto Alegre, 06 de julho 1939, p. 14.

192 Como forma de fomentar a produção de trigo no estado, a inspetoria Agrícola, do Ministério da Agricultura, prometia distribuir, no decorrer do ano de 1939, 7mil sacos de semente de trigo entre 32 municípios gaúchos, principalmente os da região da campanha e da serra. Não sabemos se essa medida se concretizou, mas ela estava prevista no orçamento do ano de 1939. CORREIO DO POVO. Fomento à agricultura do trigo. Porto Alegre, 31 de março de 1939, p. 3.

mandioca e mandioca moída, cuja alta porcentagem de fio” deixava o pão com aspecto e textura estranha ao gosto popular.¹⁹³

Em suma, podemos concluir que a falta de trigo, bem como os percalços referentes ao transporte, estiveram presentes, no cotidiano do rio-grandense, desde muito antes do início da Segunda Guerra Mundial. Os governantes tentavam solucionar, ou ao menos amenizar a situação, mas isso era realizado por meio de medidas, muitas vezes, consideradas polêmicas, como o estabelecimento de cotas de trigo nacional para moinhos ou a criação do pão misto.

Após a eclosão da guerra, percebemos que, de imediato, em menos de uma semana, o Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas elevou para 20% a porcentagem da mistura de farinhas sucedâneas. De acordo com o chefe desse setor, “atendendo aos impositivos econômicos e financeiros determinados pela desastrosa situação criada pela deflagração da guerra na Europa,” foi lançada uma nova porcentagem para a mistura do pão. “A partir do dia 11 de setembro de 1939, todos os moinhos do país ficarão obrigados a elevar para 80% a taxa de extração para a farinha de trigo que produzirem.”¹⁹⁴

Em outubro, as massas passaram a ser fabricadas com extração de 72 e 73%, sendo, obrigatoriamente, 10% de farinha de mandioca.¹⁹⁵ Assim, notamos que nem bem a guerra havia iniciado e já estava servindo como alibi para serem implantadas medidas impopulares.

As porcentagens de extração aumentavam, e a resistência ao pão misto também, porém o discurso oficial estava na contramão das evidências. No dia 20 de setembro de 1939, em entrevista ao jornal *Correio do Povo*, o subinspetor do Setor de Fiscalização e Comércio de Farinhas, Dr. Aristo Coelho, após o retorno da viagem que fez ao Rio de Janeiro e a São Paulo relatou que “as padarias, por sua vez, continuam fabricando satisfeitas e sem nenhuma reclamação esplêndidos e saborosos pães mistos confeccionados com as aludidas farinhas, e a população os consome cheia de prazer [...]”¹⁹⁶

¹⁹³ CORREIO DO POVO. O fabrico do pão misto. Porto Alegre, 25 de agosto de 1939, p. 6.

¹⁹⁴ CORREIO DO POVO. Fabrico do pão misto. Porto Alegre, 06 de setembro de 1939, p. 5.

¹⁹⁵ CORREIO DO POVO. Fabricação de pão misto e massas alimentícias. Porto Alegre, 03 de outubro de 1939, p. 5.

¹⁹⁶ CORREIO DO POVO. Economia de cerca de 200.000 contos de réis: está fazendo o Brasil com a fabricação de pão misto Porto Alegre, 20 de setembro de 1939, p. 5.

No entanto, em novembro de 1939, o Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinha estabeleceu a suspensão da mistura de farinha de arroz e milho degerminado, ficando liberada apenas a adição de farinhas de raspa de mandioca.¹⁹⁷ Além disso, a taxa de extração foi modificada para 76% “com o objetivo de melhorar o pão e o sabor do pão”.¹⁹⁸ Disso tudo, um questionamento se faz necessário: se pão misto estava sendo consumido sem reclamações, conforme afirmou Aristo Coelho, por qual motivo a receita seria modificada?

Em outubro de 1940, Brasil e Argentina assinaram um tratado econômico que atingia diretamente a produção de farinha de trigo. O acordo bilateral previa, dentre outras cláusulas, a supressão da mistura de sucedâneos nos gêneros alimentícios no Brasil. Logo, não era mais permitido misturar farinha de raspa de mandioca à farinha de trigo.¹⁹⁹ A partir de então, para atingir maior rendimento, o trigo passou a ser moído inteiro, aproveitando a casca e o germe, produzindo, assim, uma farinha mais escura, o que chamamos hoje de farinha integral, base do pão-de-guerra.

Roney Cytrynowicz, conta que, em São Paulo, o pão de guerra era difícil de ser encontrado. Quando existia, em geral, era sabotado durante sua fabricação: “não assar direito a massa, deixar de pôr fermento e outros ardis que tornavam o pão integral mais ou menos semelhante aos paralelepípedos da rua de tão duros.”²⁰⁰ Como alternativa ao pão-de-guerra, a população paulista elaborou uma receita de pão branco a partir da dissolução do macarrão, para reaproveitar a farinha de trigo.²⁰¹

No livro *Economia Culinária*, lançado pelos fabricantes do fermento Royal, havia a receita do “Pão de Ouro”, feito à base de farinha de trigo, fubá de milho e araruta.²⁰² De acordo com as considerações apresentadas na receita, o fubá de milho era “um produto modesto, de alta nutrição e de baixo custo,” tendo virado “moda”²⁰³ naquele período. Obviamente, não era uma questão de moda, mas de necessidade.

¹⁹⁷ A exploração da farinha de raspa de mandioca tornou-se vantajosa para o governo. Em 4 de dezembro de 1942, foi criado o decreto-lei n. 5.031, no qual foi prevista a cobrança de uma taxa de 10% sobre o valor de venda dos produtos da mandioca, [...] arrecadá-la e dela dispor para ocorrer as despesas das operações de crédito realizadas, a constituição dos fundos necessários à agricultura e indústria da mandioca e à comercialização dos produtos derivados e a manutenção dos trabalhos da própria comissão, com prestação de contas, mensalmente, ao Ministério da Agricultura. BRASIL. Decreto-lei n. 5.031 de 4 de dezembro de 1942.

¹⁹⁸ CORREIO DO POVO. Os serviços de fiscalização e o comércio de farinhas. Porto Alegre, 29 de novembro de 1939, p. 6.

¹⁹⁹ O ORIENTADOR: Trabalho Indústria e Comércio, n. 35, Porto Alegre, dia 3 de dezembro de 1942.

²⁰⁰ CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 58.

²⁰¹ CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 52.

²⁰² Trata-se de uma erva cujo rizoma tem fécula branca, que é alimentícia.

²⁰³ SILVEIRA, Maria. *Economia Culinária*. Rio de Janeiro, Gráfica Mauá, 1940, p. 14.

Ao impor resistência ao consumo do pão de guerra, considerando a escassez de farinha de trigo, bem como a elevação do preço do pão francês, a utilização da mistura de farinha de fubá e araruta era uma alternativa à fabricação de pães caseiros.

O Rio Grande do Sul consumia 10 mil toneladas de farinha de trigo por mês, ou seja, 120.000 toneladas ao ano. Embora os governos tenham dispendido estudos e recursos para incentivar a triticultura, esse processo de aumento de produção era lento, e a demanda era alta. O problema da insuficiência de produção de trigo persistiu durante todo o período que compreende essa pesquisa. Em 1944, por exemplo, a colheita havia sido de apenas 70.000 toneladas e somente o Rio Grande do Sul consumia 120 mil toneladas por ano. Isso comprova que a falta de trigo não era um fator externo, provocado pela conjuntura beligerante mundial, mas sim um problema da estrutura agrícola do país. A mea-culpa da guerra estava na dificuldade de importação do cereal, visto que os oceanos estavam sendo utilizados como palcos de batalhas.

As safras de trigo variaram bastante em questão de produtividade e da qualidade. O ano de 1939, por exemplo, não teve uma grande safra, fatores como chuvas intensas, na época da semeadura; inverno ameno e chuvas, na época da colheita, em algumas regiões do estado, levaram a poucas colheitas.²⁰⁴ Essa situação gerou a ausência e o encarecimento da farinha de trigo no mercado, de modo que a Associação Comercial de Livramento enviou um memorando, ao presidente da República, solicitando a liberação da importação de farinha uruguaia. Considerando se tratar de uma região de fronteira, estava ocorrendo um crescente aumento de contrabando de farinha, prejudicando, assim, “o honesto comércio importador.”²⁰⁵ A colheita de 1941 foi considerada uma das melhores até então, pois foram colhidos um milhão e duzentos mil sacos de trigo no estado,²⁰⁶ Nos dois anos seguintes, todavia, a estiagem que atingiu o estado comprometeu as safras.

Nessa época, as safras eram inconstantes, e o transporte era um constante problema. Em dezembro de 1942, foi dado o prazo de 120 dias para o trigo produzido, no estado rio-grandense, ser adquirido pelos moinhos, bem como foi determinado que os navios que atracassem, em portos do Rio Grande do Sul, deveriam levar certa

²⁰⁴ CORREIO DO POVO. Safra do trigo. Porto Alegre, 05 de dezembro de 1939, p.5.

²⁰⁵ CORREIO DO POVO. Interesses comerciais à entrada de farinha Uruguai. Porto Alegre, 16 de setembro de 1939, p. 7.

²⁰⁶ CORREIO DO POVO. A colheita do trigo, de 1941. Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1942, p. 5.

partida de trigo para abastecer os mercados do Rio de Janeiro, Santos, Bahia e Recife.²⁰⁷

Poucos meses após tal determinação, os grãos se acumulavam à espera de escoamento. Em março, os pequenos moinhos solicitaram 90 vagões para escoar a produção.²⁰⁸ Os moageiros explicavam que, embora existissem determinações para que os navios carregassem parte da produção para outras regiões do país, o problema estava no transporte das zonas produtoras até os portos rio-grandenses, uma vez que havia carência de gasolina e falta de vagões para fazer esse tipo de traslado.²⁰⁹

Diante dessa situação, os fluminenses teciam críticas a respeito do problema. Os problemas de transporte sugeriam que os estados produtores consumiam o trigo que produziam, de modo que somente o excedente seria vendido para as regiões que não produziam o cereal. Ao se fazer isso, as cotas para consumo do produto nacional poderiam ser reavaliadas para essas regiões.²¹⁰

Em Manaus, a população reclamava e pedia satisfações acerca do aumento do valor cobrado pelo pão. A justificativa dada pelas padarias era de que “não conseguiam baixar o preço [do pão] por adquirirem a farinha mais cara.”²¹¹ No Rio Grande do Sul, críticas semelhantes à realizada pelos fluminenses eram publicadas no jornal *Correio do Povo*:

De fato, não se compreende que nosso Estado, grande produtor de trigo, exporte este cereal para as demais circunscrições do país e tenha de importá-lo da Argentina. Plausível também seria que consumisse a safra “in loco”, embarcando apenas as sobras, máxime numa situação de emergência em que o Brasil vive presentemente, com seus transportes costeiros incertos, sobretudo restringidos.²¹²

Desse modo, a importação desse artigo enfrentava vários problemas, tais como o alto valor cobrado pelos fretes e o longo tempo de espera para o embarque. Esses fatores, agregados à escassez do produto, uma vez que o Brasil não era autossuficiente na produção do cereal, faziam o preço do pão sofrer elevações.

²⁰⁷ CORREIO DO POVO. Exportação de trigo rio-grandense. Porto Alegre, dia 18 de fevereiro de 1943, p. 4.

²⁰⁸ CORREIO DO POVO. Transporte para o trigo. Porto Alegre, 07 de março 1943, p. 5.

²⁰⁹ CORREIO DO POVO. Moageiros gaúchos no Rio. Porto Alegre, 03 de abril de 1943, p. 10.

²¹⁰ CORREIO DO POVO. Trigo que se deteriora por falta de navios. Porto Alegre, 06 de abril de 1943, p. 10.

²¹¹ AGUIAR, Sidney. *op.cit.*, p. 7.

²¹² CORREIO DO POVO. Ainda a questão do trigo. Porto Alegre, 07 de abril de 1943, p. 4.

Em 1944, após dificuldades já mencionadas com a safra de trigo, o governo estadual estudava a possibilidade de implantar o pão de guerra no estado. Em entrevista ao jornal Correio do Povo, Alberto Pasqualini²¹³ afirmou que “alguns panificadores já tinham apresentado à CAERGS vários tipos de pão com as porcentagens de 75, 80, 85, 90 e 95. O produto não apresentava bom aspecto, porém o considerava mais nutritivo.”²¹⁴ A medida, que regulamentava a fabricação do pão de guerra, foi lançada, pelo governo estadual, em agosto de 1944. Ela previa que “todos os panificadores fabricarão obrigatoriamente o pão de guerra, que oferecerão à venda quer nos seus balcões, quer em domicílio.”

Os panificadores e revendedores que, por ventura, não tivessem o pão de guerra para oferecer ao freguês seriam “obrigados a entregar ao consumidor o pão branco pelo preço daquele.”²¹⁵ Além disso, foi criado o tabelamento para esses tipos de pães, sendo o pão de guerra, aproximadamente, 25% mais em conta que o tradicional pão francês, como observamos na tabela que segue.

Tabela 14 – Tabelamento do pão em Porto Alegre (agosto de 1944)

Tipos de pão	Quantidade	Ao distribuidor	No balcão da padaria	Nos armazéns	Em domicílio
Pão de Guerra	500g	Cr\$ 0,80	Cr\$ 0,90	Cr\$ 0,90	Cr\$ 1,00
	250g	Cr\$ 0,45	Cr\$ 0,50	Cr\$ 0,50	Cr\$ 0,60
	125g	Cr\$ 0,20	Cr\$ 0,25	Cr\$ 0,25	Cr\$ 0,30
Pão de farinha de trigo 75% de extração	Tipo broa 1k	Cr\$ 2,00	Cr\$ 2,10	Cr\$ 2,10	Cr\$ 2,20
	T. francês 500g	Cr\$ 1,00	Cr\$ 1,10	Cr\$ 1,10	Cr\$ 1,20
	T. francês 250g	Cr\$ 0,55	Cr\$ 0,60	Cr\$ 0,60	Cr\$ 0,70
	T. francês 125g	--	Cr\$ 0,30	Cr\$ 0,30	Cr\$ 0,40
Pão de forma, com mistura de centeio	500g	Cr\$ 0,90	Cr\$ 1,00	Cr\$ 1,00	Cr\$ 1,10

²¹³ Secretário de Interior e Justiça.

²¹⁴ CORREIO DO POVO. Perspectivas de aumento do preço do pão, da carne e do feijão. Porto Alegre, 05 de julho de 1944, p. 8.

²¹⁵ CORREIO DO POVO. Aprovado o aumento de preços do pão e do açúcar. Porto Alegre, 02 de agosto de 1944, p. 5.

Pão de forma, com mistura de milho	500g	Cr\$ 0,90	Cr\$ 1,00	Cr\$ 1,00	Cr\$ 1,10
------------------------------------------	------	-----------	-----------	-----------	-----------

Fonte: CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 02 de agosto de 1944, p. 5.

No entanto, assim como a população já havia oferecido resistência ao pão misto, passou a oferecer ao pão de guerra. As padarias, por sua vez, tentavam burlar o sistema. Elas realizavam isso por meio do simples descumprimento do tabelamento ou fabricando pães com menor pesagem. Fernando Pureza, em sua dissertação, apresenta o caso de Frederico Rodenque, o qual, após sair do trabalho, resolveu entrar em um restaurante e pedir uma *à la minuta*. Durante a espera pelo prato, resolveu “mastigar um pedaço de pão para “desenferrujar” os dentes. Porém, de repente, o inesperado aconteceu: na segunda dentada, o “seu Frederico acabou quebrando dois dentes! Dentro do pão havia um parafuso.”²¹⁶

Os fregueses que almoçavam no mesmo recinto zombaram da situação, o garçom tentou explicar que a culpa não era do restaurante, pois os pães eram comprados na padaria Cruzeiro. Indignado com a situação, Frederico pegou os dois dentes quebrados, o parafuso, o pão e dirigiu-se à redação do jornal Correio do Povo para denunciar o acontecimento.

Devemos nos perguntar por que Frederico não levou o caso às autoridades? A padaria poderia responder a um processo de crime contra a economia popular no TSN. No entanto, esse caso nos fez perceber o fato de que nenhum dos 49 processos ajuizados no Tribunal de Segurança Nacional que analisamos apresentava, como queixa, problemas com pães ou padarias. Qual seria o motivo para essa inexistência? Creio que essa não seja uma pergunta fácil de responder, o que conseguimos concluir não são respostas, mas sim hipóteses.

Analisando o relato de Frederico, o historiador Fernando Pureza afirmou que os fregueses zombaram do fato, o que pode ser um indício de que aquele tipo de acontecimento era comum. Contudo, cremos que o caso seja uma exceção, uma vez que o valor do parafuso, devido à escassez de ferro, era maior que o próprio pão. Não estamos rejeitando a ideia de que a fabricação de pães era alvo de fraudes e

²¹⁶ PUREZA, Fernando. *Economia de Guerra, Batalha da Produção e Soldados-Operários: o impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos trabalhadores de porto alegre (1942-1945)*. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 98, 99.

sabotagens, isso ficou óbvio no decorrer da análise das fontes. Mas, voltando ao caso, talvez, por ser um acontecimento inusitado e muito difícil de comprovar, Frederico tenha preferido contar ao jornal do que às autoridades. Quem acreditaria? Seria necessário comprovar que o parafuso estava dentro do pão, que não havia sido posto propositalmente pelo dono do restaurante ou por Frederico. Quem seriam as pessoas dispostas a testemunhar, envolver-se em um processo? Por fim, os tipos de fraudes que encontramos, nos processos do TSN, que serão analisados no decorrer deste capítulo de do próximo, são bem mais consistentes, a saber: casos de balanças adulteradas, de tabelamentos não respeitados, os quais tiveram, como provas, fotografias de perícias e testemunhas.

Notamos que práticas de fraudes no fabrico do pão eram muito mais difíceis de serem comprovadas. Por exemplo, de Santa Maria, foi noticiado, pelo jornal *Correio do Povo*, que o pão custava 2\$000 réis e deveria pesar 90 gramas, mas que não existia uniformidade no produto, era comum pesar 80, 85 gramas.²¹⁷

Como faria o trabalhador para comprovar que o peso do pão estava adulterado? Dispor de uma balança, em casa, era algo raro. Levar os pães, até os órgãos responsáveis de fiscalização, para que lá fossem pesados e, assim, fosse descoberto se estavam sendo ludibriados ou não, seria uma atitude possível, no entanto, pouco provável.

Edward Thompson nos ajuda a compreender qual motivo levava as pessoas a não denunciarem casos de fraude, praticados pelas padarias, às autoridades competentes. Ao escrever sobre os motins de fome na Inglaterra, o autor pontuou que a população entendia que toda cadeia de produção de alimentos tinha culpa pela conjuntura, do produtor de trigo ao padeiro. No entanto, os padeiros, por estarem em “contato diário com o consumidor e, mais do que qualquer um dos outros [senhor de terras, fazendeiro, negociante, carregador, moleiro], ele tinha a proteção da parafernália visível do paternalismo.”²¹⁸ A reflexão feita por Thompson, para explicar os motivos pelos quais as reações populares contra os padeiros eram menos violentas se comparadas, por exemplo, às praticadas contra os moleiros, pode nos servir para compreender qual razão levava a população a preferir queixar-se no jornal a recorrer à justiça.

²¹⁷ CORREIO DO POVO. Pão em Santa Maria 2\$000. Porto Alegre, 21 de março de 1939, p. 4.

²¹⁸ THOMPSON, op. cit., p. 175.

É preciso lembrar que os consumidores em questão eram, em sua maioria, trabalhadores e suas numerosas famílias, os quais, em muitos casos, compravam a crédito. Considerando a escassez e o alto preço do pão francês tradicional, feito à base de farinha branca, além da rejeição popular às alternativas criadas pelo governo, como o pão misto e, logo após, o pão de guerra, entenderemos que ter uma boa relação com os donos de padaria era uma questão que podia definir quem teria possibilidade de comprar pão branco ou, até mesmo, a garantia do fornecimento do produto²¹⁹.

A falta de pão foi concebida, por Roney Cytrynowicz, como culpa do governo, como consequência das negligentes medidas criadas durante o período em que perdurou a guerra. O autor explica que “faltava pão porque faltava trigo, e faltava trigo porque o país exportava seu trigo, e o país exportava seu trigo porque isso convinha economicamente aos exportadores.”²²⁰

Concordamos em parte com esse autor, já que, mediante o exame da conjuntura pré-guerra, acreditamos que os problemas referentes à produção tritícola e, conseqüentemente, ao fabrico do pão, já existiam antes do conflito, devido às adversidades elencadas no início deste subcapítulo. A produção de trigo do país não era compatível com o consumo dos brasileiros. Várias medidas de incentivo à cultura do cereal foram criadas, mas as importações nunca foram descartadas.

Com o advento da guerra, adquirir trigo uruguaio e argentino ficou mais difícil. O transporte por via marítima foi duramente afetado pelo contexto beligerante. O transporte terrestre também enfrentava adversidades, pois a dificuldade em adquirir combustíveis obrigou os caminhões, praticamente, a cessarem suas viagens, o que sobrecarregava a linha férrea, ocasionando falta de vagões para acomodar todos os produtos que tinham que ser escoados pela malha ferroviária.

Desse modo, a guerra não foi a causadora dos problemas, mas foi responsável por agravar a situação, de modo que o governo passou a utilizá-la como único motivo responsável pelas dificuldades enfrentadas pelo setor.

Em suma, a elevação do preço do pão e sua escassez tinham raízes mais profundas, não eram fenômenos novos, que passaram a ocorrer em 1939. Se assim

²¹⁹ Além disso, veremos, no próximo subcapítulo, a provável descrença da população em relação aos julgamentos dos crimes contra economia popular proferidos pelo TSN, podendo esse descrédito também ser um fator que pesava na hora de o consumidor decidir se procuraria a imprensa ou a delegacia.

²²⁰ CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 64.

os considerássemos, estaríamos assimilando o discurso governamental de que o conflito foi o responsável pelas agruras que a população passava. Ao contrário disso, eram problemas antigos, que foram agravados com a Segunda Guerra Mundial. No entanto, Vargas, ao utilizá-lo também em outros setores da economia, criava um espectro da guerra como responsável por velhos problemas, um álibi para impor o projeto do Estado Novo, autoritário e intervencionista.

3.2 - SENTINDO NA CARNE

O clima e a vegetação do Rio Grande do Sul são favoráveis à prática da agricultura e pecuária. Estando distante dos centros industriais e com condições favoráveis à atividade agropastoril, o Rio Grande do Sul alicerçou sua base econômica nessas atividades.

O Uruguai e a Argentina são países vizinhos os quais têm as condições climáticas e vegetativas muito parecidas com o Rio Grande do Sul, o que permite também, a esses países, a criação de animais e a prática da agricultura. Isso pode ser visto de duas maneiras: pode simbolizar concorrência, mas também oportunidade. Podemos afirmar isso pois veremos, mais adiante, que, em momentos de escassez de gado reprodutor, eram a esses países que os criadores brasileiros recorriam.

A concorrência ocorria quando o preço do animal criado no Uruguai ou na Argentina era mais baixo que o nacional, resultando em problemas à pecuária gaúcha. A exemplo disso, em abril de 1939, os fazendeiros da fronteira reclamavam da entrada em massa de gado bovino uruguaio destinados às indústrias de alimentos. “As charqueadas e frigoríficos têm feito suas maiores compras do outro lado, onde adquirem gados de mais gordura e maior rendimento”. Logo, o argumento era o de que essa prática estava prejudicando as estâncias gaúchas.²²¹

A tabela abaixo ilustra a quantidade de cabeças de gado que passaram pela Mesa de Rendas Federais da cidade de Jaguarão, entre janeiro e maio de 1939.

²²¹ CORREIO DO POVO. A entrada de gado do Uruguai. Porto Alegre, 14 abril de 1939, p. 5.

Tabela 15: Quantidade de gado vacum que passou pela alfândega de Jaguarão (janeiro e maio de 1939)

Mês	Quantidade	Destino
Janeiro	930	Pelotas
	980	Rio Grande
	697	Bagé
	66	Jaguarão
Fevereiro	938	Rio Grande
	320	Bagé
	321	Jaguarão
Março	831	Rio Grande
	544	Bagé
	1.376	Jaguarão
Abril	540	Rio Grande
	2.706	Jaguarão
Maio	650	Rio Grande
	871	Bagé
Total: 11.770		

Fonte: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 16 de junho de 1939, p. 10.

Conforme percebemos, os números eram significativos. Somente pela cidade de Jaguarão passaram 11.770 cabeças de gado com destino ao sul do estado. Contudo, essa prática não era novidade, porque, em 1934, havia sido assinado um convênio entre o Uruguai e o Brasil,²²² por intermédio do qual era permitida a entrada de 200.000 cabeças de gado vacum sem taxaço.

A entrada de animais uruguaios sem cobrança de taxa aduaneira alimentava a concorrência, o que afetava o criador nacional. Em notícia veiculada pelo jornal Correio do Povo, os fazendeiros rio-grandenses se queixaram que as charqueadas e os frigoríficos haviam encerrados as matanças, em junho de 1939, mas ainda havia gados disponíveis para abate. A culpa, segundo o entrevistado, era atribuída ao convênio entre os dois países, que tornava a concorrência desleal.²²³

²²² BRASIL. Decreto-lei n. 23.710, e 9 de janeiro de 1934, Art. 15 – “Será completamente livre de direitos aduaneiros, na República dos Estados Unidos do Brasil e na República Oriental do Uruguai, por suas fronteiras terrestres [...] 200.000(duzentos mil) cabeças de gado bovino de corte e de invernar”.

²²³ CORREIO DO POVO. Convênio Brasil-Uruguai. Porto Alegre, 30 de junho de 1939, p. 10.

Os impostos e as questões aduaneiras pareciam realmente um empecilho para os negócios dos ruralistas rio-grandenses. Se, por um lado, reclamavam da isenção de taxa concedida ao gado de corte vindo do Uruguai; por outro, solicitavam a liberação para o pagamento de impostos de exportação e de vendas mercantis de animais negociados com as indústrias de Santa Catarina.²²⁴ O presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul – FARSUL entregou, ao secretário interino da Fazenda, um memorial assinado pelos fazendeiros do nordeste do estado, pedindo o fim da cobrança de 5% em cima das negociações. Manoel, em resposta, declarou que esse imposto sempre existiu²²⁵ e que o exator de Vacaria estava apenas “cumprindo o que manda a lei.²²⁶” Existia, do mesmo modo, a chamada taxa de carga, que custava 2\$500 por tonelada, a qual, depois de muitas solicitações, foi declarada, pelo presidente da Viação Férrea, extinta de maio de 1939 em diante.²²⁷

Com o pseudônimo de H, por intermédio de uma matéria no Jornal Correio do Povo, o autor criticou a alta taxação dos produtos de primeira necessidade, como a carne verde. De acordo com cálculos apresentados por “H”, a cada 200kg de carne, os cofres públicos recebiam 40\$000 de impostos, “sem contar o valor que o criador pagava durante 4 anos, tempo que o animal leva para ser criado até o abatimento.” Ao concluir seu raciocínio, reiterou que entendia o aumento do preço dos artigos indispensáveis por encarecimento da produção, “mas obrigar a classe pobre, que é a maioria da população, a pagar tais preços por causa de uma tributação irracionalmente acumulada é bem uma falha, e grave, no bom senso de nossos legisladores e economistas.”²²⁸

²²⁴ CORREIO DO POVO. Exportação de gado para Santa Catarina. Porto Alegre, 23 de junho de 1939, p. 6.

²²⁵ A solicitação foi refeita em junho e, então, aceita. Não sabemos qual foi o motivo da mudança de opinião do governo, porém foi noticiado que, em um churrasco realizado em Osório, o Sr. Júlio de Castilhos de Azevedo, representando a Associação Rural de Vacaria e a União dos Funcionários Municipais do Estado, conversou com o interventor federal, que lhe prometeu que a causa dos fazendeiros do Nordeste seria resolvida dentro de breve tempo e da melhor forma. Um dia após noticiado o churrasco, foi veiculada outra reportagem, com a seguinte chamada “Hoje mesmo, possivelmente, será suspensa a cobrança do imposto sobre a exportação de gado”. CORREIO DO POVO. Impostos sobre a exportação de gado. Porto Alegre, dia 27 de junho de 1939, p. 4. CORREIO DO POVO. Hoje mesmo, possivelmente, será suspensa a cobrança do imposto sobre a exportação de gado. Porto Alegre, 28 de junho de 1939, p. 2.

²²⁶ CORREIO DO POVO. A exportação de gado para Santa Catarina está sujeita à tributação. Porto Alegre, 20 de maio de 1939, p. 2.

²²⁷ CORREIO DO POVO. Preço do transporte de gado em pé. Porto Alegre, 10 de maio de 1939, p. 7.

²²⁸ CORREIO DO POVO. Os impostos e a carne verde. Porto Alegre, 19 de abril de 1939, p.3.

Os elogios dos fazendeiros eram destinados à “Lei de Carnes” da Argentina. Em uma edição sobre a referida lei, o jornal *Correio do Povo*, declarou que a legislação em questão havia sido criada com o intuito de aproximar o produtor do consumidor. Isso foi feito por meio da edificação de um Frigorífico Nacional, que congregava como “uma agremiação de produtores nacionais, a fim de impedir o controle do mercado de carnes pelos frigoríficos ingleses e americanos.”²²⁹

A Corporação Argentina de Produtores de Carnes era considerada, pelos fazendeiros rio-grandenses, como um exemplo a ser seguido pelo Brasil. Com o título de “Uma solução nacional em defesa da pecuária”, o jornal *Correio do Povo* citou “o invejável espírito de organização associativo dos criadores”²³⁰ na república vizinha, e afirmou ser o único modo acabar com os danos causados pelos atravessadores à economia.

Por outro lado, igualmente eram feitas queixas ao protecionismo adotado pela Argentina, a qual concedia isenções alfandegarias para poucos produtos brasileiros. De acordo com Renato Costa, autor da reportagem citada anteriormente, “as tarifas argentinas de importação são em regra, proibitivas sempre que o artigo estrangeiro concorrer com a produção nacional. Em alguns casos excessivas.”²³¹ A exemplo disso, em se tratando dos produtos agropastoris, a exceção de cobrança do imposto era para animais destinados à reprodução dos rebanhos nacionais.

Além das adversidades criadas pelos impostos e da concorrência dos países vizinhos, havia problemas internos na Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Em uma entrevista ao *Correio do Povo*, José Bonifácio Corrêa,²³² em nome dos ruralistas da fronteira, afirmou que a classe estava desunida, visto que não se sentiam representados pela FARSUL. Esse atrito, na Federação, ocorria, segundo o entrevistado, pelo fato de a maioria dos cargos estarem sendo ocupados por charqueadores, “cada um puxa a brasa para seu assado. E já se sabe que o espeto do fazendeiro não está cravado no mesmo fogão do charqueador.” Queixava-se, por exemplo, da falta de iniciativa da instituição em pleitear uma carteira de crédito rural e da distância da sede da FARSUL dos interessados. De acordo com José, “a

²²⁹ CORREIO DO POVO. A estrutura fundamental da “Lei de Carnes” na República Argentina. Porto Alegre, 07 de março de 1939, p. 5.

²³⁰ CORREIO DO POVO. Uma solução nacional em defesa da pecuária. Porto Alegre, 18 de março de 1939, p. 5.

²³¹ CORREIO DO POVO. A política aduaneira no Rio da Prata. Porto Alegre, 24 de junho de 1939, p. 5.

²³² Não existem detalhes sobre quem seja esse homem, apenas citado como ruralista da fronteira.

Federação Rural vive afastada da realidade, das necessidades dos objetivos e dos desejos dos ruralistas das zonas de maior densidade pecuária.”²³³

Após a análise dessas declarações, surgiram várias questões, já que a incidência de atritos, no seio da FARSUL, poderia ter causado graves problema aos pecuaristas. A partir disso, passamos a nos questionar: qual o motivo da matéria? Para quem ela foi escrita? Qual era o propósito? Ponderamos a possibilidade de não ser a opinião da maioria dos fazendeiros, ou de ser uma notícia exagerada, que tudo, na realidade, não fosse mais que uma pequena rusga dentro do órgão classista. Contudo, uma série de acontecimentos nos sinalizou que existiam graves conflitos, não só referentes aos representantes da FARSUL, mas também envolvendo o Instituto de Carne.

O Instituto Sul Rio-Grandense de Carne foi criado em 1934, era ligado à Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Conforme seu estatuto:

Art. 39 – A convocação das associações rurais para procederem à eleição dos membros da Diretoria e os do Conselho Consultivo e Fiscal, será feita pelo Presidente do Instituto por editais e por ofícios às direções das associações com a antecedência de 60 dias.

§ 1ª – A Assembleia Geral dos delegados, que se reunirá em lugar, dia e hora previamente designados pelo Presidente do Instituto, só poderá funcionar, em primeira convocação, quando estejam presentes, pelo menos, a metade e mais um dos representantes das associações.

§ 2ª – Na segunda convocação será necessário pelo menos a presença de um terço (1/3) dos delegados das associações para poderem deliberar.

§ 9ª – O Instituto poderá solicitar à Federação das Associações Rurais que faça proceder a eleição de diretores e suplentes nas condições acima referidas, ou poderá o próprio Instituto convocar diferentemente as associações para que se faça a eleição na sede do Instituto.

Art. 40 – Não havendo número para proceder-se às eleições, de acordo com o disposto nas § 1ª, 2ª e 9ª do art. 39, serão os membros da eleição da Diretoria e dos Conselhos Consultivos e Fiscal escolhidos pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, mediante eleição feita pelos Presidentes das Associações a ela federadas, e se não realizar a eleição, serão eles nomeados pelo Governo do Estado.²³⁴

²³³ CORREIO DO POVO. O problema fundamental do ruralismo. Porto Alegre, 26 de março de 1939, p. 3.

²³⁴ INSTITUTO SUL RIO-GRANDENSE DE CARNES. Estatuto, p. 15 e 16.

O referido estatuto foi implantado em 1939, após uma reforma que gerou muitos atritos. Os ruralistas se declaravam insatisfeitos com a modificação, alegavam que a FARSUL não havia sido consultada. Os membros do Instituto de Carne, responsáveis pelas modificações, declaravam que a diretoria do conselho consultivo e o próprio conselho eram compostos por membros representantes da classe rural.²³⁵

No entanto, existem contradições a serem pensadas. Primeiro, José Corrêa, como já mencionamos, criticou a FARSUL, argumentando que os fazendeiros, principalmente da fronteira, não se sentiam representados pela instituição. Porém, mais adiante, outros ruralistas criticaram o ISRGC por, ao instituir a reforma do estatuto, não ter consultado a FARSUL, considerando que esse era o órgão que representava os interesses da classe²³⁶. Essa ambiguidade nos discursos explicita indícios de que o problema da representatividade de classe, referente à FARSUL, não era uma opinião unânime entre os fazendeiros, mas não nos faz descartar a ocorrência de conflitos entre os associados e os membros da administração.

A polarização, dentro da FARSUL e do ISRGC, era visível. No início do mês de agosto de 1939, os representantes das Cooperativas de Carnes de Bagé, Dom Pedrito, Tupanciretã e Alegrete foram até a sede do Instituto de Carnes para tratar do Art. 2º do estatuto, o qual julgavam “não estar de acordo com a orientação econômica do Estado Novo, que é o de amparo a produção.”²³⁷

Em resposta às Cooperativas reclamantes, o presidente do Instituto de Carne, Ricardo Machado, afirmou que não havia contradição entre os interesses do Estado Novo e o regulamento, uma vez que o último “encontrava-se perfeitamente enquadrado nos desejos e aspirações da “classe rural” e de acordo com a Constituição Federal.”²³⁸ Parecia que a questão estava solucionada. Todavia, no dia 30 de agosto, o jornal Correio do Povo noticiou a renúncia de Dário Brossard, Geraldo Snell e Gaspar Ochôa dos cargos que ocupavam no Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes.

²³⁵ CORREIO DO POVO. Os novos estatutos do instituto de carnes. Porto Alegre, 24 de agosto de 1939, p. 11.

²³⁶ Vale pensar também que parte da classe rural estava sendo representada, pois os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários, ao que parece, estavam de fora dessa abrangência, sendo os grandes proprietários de terra os mais influentes dentro da instituição.

²³⁷ CORREIO DO POVO. Situação de cooperativas perante o instituto de carne. Porto Alegre, 13 de julho de 1939, p. 9.

²³⁸ CORREIO DO POVO. Os trabalhadores do conselho consultivo do Instituto de Carne. Porto Alegre, 01 agostos de 1939, p. 9.

Os três homens também eram membros da Fundação e deixaram os cargos, no ISRGC, por não concordarem com a aprovação do novo estatuto.²³⁹

No dia 02 de setembro, foi a vez de o periódico noticiar a exoneração do presidente da FARSUL, Írio do Prado Lisboa, que, em declaração ao Correio do Povo, falou sobre seu pedido.

Como vistes, a falta de um ambiente tranquilo, indispensável a uma sadia administração, leva-me a tomar tal atitude por se haver tornado demasiado penosa e pouco eficiente a minha permanência à frente dos destinos da entidade máxima da classe rural gaúcha.²⁴⁰

Diante dessa situação, o interventor lançou o decreto-lei n. 7.936, em 31 de agosto, declarando autônomo o Instituto de Carnes:

Considerando, entretanto, que a instabilidade de orientação seguida ultimamente pelos órgãos diretores da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul não lhe tem permitido manter uma atuação condizente com o tradicional prestígio da classe rural;

Considerando que, ainda agora, o Conselho Deliberativo da Federação Rural provocou, injustificadamente, grave crise no seio do Instituto de Carnes, impelindo à renúncia de membros desta entidade, legitimamente eleitos e cuja atividade estavam perfeitamente enquadradas nas atribuições de seu mandato;

Art. 1º - Fica sem efeito, até ulterior deliberação do governo, a faculdade concedida à Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul pelo art. 40 do Estatuto do Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes, aprovado pelo Decreto n. 7.918 de 18 de agosto de 1939²⁴¹.

O presidente Írio do Prado Lisboa tinha pouco mais de um mês de mandato à frente da Federação. A instituição havia sido presidida, entre 1937 a 1939, por Anibal Di Primio Beck. Em 1939, Heitor de Jesus, Manoel Correia Soares, Ricardo Pereira Machado, Luiz Carlos de Moraes e Miguel Lopes de Almeida foram eleitos. Em Assembleia Geral extraordinária, os três primeiros renunciaram, os dois últimos

²³⁹ CORREIO DO POVO. Renúncia no Instituto de carne. Porto Alegre, 30 agostos de 1939, p.3.

²⁴⁰ CORREIO DO POVO. A Federação Rural não terá mais representantes no Instituto de Carne. Porto Alegre, 02 de setembro de 1939, p. 5.

²⁴¹ RIO GRANDE DO SUL. Decreto-lei estadual n. 7.936 de 31 de agosto de 1939.

permaneceram por alguns meses, até Írio assumir. Essas constantes trocas demonstram uma grande instabilidade, o que acabava prejudicando a classe ruralista, mas também são indicadores dos resultados causados pela polarização de opiniões referentes aos assuntos ligados ao ISRGC e à própria condução da FARSUL.

Por intermédio da análise da conjuntura até agora, demonstramos que os fazendeiros do Rio Grande do Sul enfrentavam uma crise interna nos órgãos representativos da classe. Eles se queixavam dos impostos e da concorrência dos produtos argentinos e uruguaios. Ademais, também tinham de lidar com o abigeato e com as dificuldades no transporte. A exemplo disso, os criadores do município de Alegrete, considerando a incidência de casos de roubo em suas propriedades, criaram um serviço de policiamento privado.

Do mesmo modo, as fazendas dos bageenses estavam sendo alvos de abigeato, mas esses alegavam que a responsabilidade pela segurança pública era do governo. Diante disso, reiteravam que “nenhuma voz pública pode ser autoridade moral para aconselhar aos criadores a adquirirem reprodutores finos, enquanto os ladrões de gado continuarem a dormir descansados até nas próprias divisas das suas vítimas habituais.”²⁴² Estimativas do período indicam o furto de aproximadamente 480 animais por ano.²⁴³

O controle do abigeato, na fronteira, era uma realidade distante para o governo do estado, assim como a garantia de transporte para os subprodutos da pecuária, vendidos aos centros consumidores. Além de enfrentar dificuldades em conseguir navios para fazer o frete das mercadorias, os ruralistas tiveram que lidar com a restrição do transporte de 23 para 18 animais por vagão. Essa medida, criada pela Viação Férrea, passou a valer a partir do segundo semestre de 1939,²⁴⁴ o que, conseqüentemente, acarretou um aumento do custo do transporte, que é certo que seria repassado ao consumidor por meio do preço cobrado pelo quilo da carne-verde.

O problema com o valor cobrado pela carne bovina era recorrente para os consumidores gaúchos. Ainda que o estado tivesse uma economia agropastoril, a carne-verde chegava “salgada” ao prato do trabalhador. A imprensa da época fazia um papel importante ao noticiar as denúncias populares referentes aos abusos nos valores cobrados pelos gêneros de primeira necessidade. Em Tupanciretã, com a

²⁴² CORREIO DO POVO. Ainda o policiamento rural, 01 de abril de 1939, p. 10.

²⁴³ CORREIO DO POVO. O abigeato na região pastoril. Porto Alegre, 19 de fevereiro de 1942, p. 2.

²⁴⁴ CORREIO DO POVO. Transportes na Viação Férrea, Porto Alegre, 01 junho de 1939, p. 4.

ajuda do jornal local, “que mostrava os exorbitantes preços do pão e carne, os açougues baixaram o preço da carne.”²⁴⁵ A população de Carazinho passou por situação semelhante, pois a carne de gado era vendida, no município, a 1\$700 o quilo. A partir disso, a imprensa local deu início a uma campanha para promover a diminuição do valor. O sucesso dela foi parcial, o preço baixou para 1\$500 réis o quilo, porém os moradores da cidade acreditavam que era possível ter havido um desconto ainda maior.²⁴⁶

As entidades governamentais também traçaram uma estratégia para controlar o preço da carne. O Tribunal de Segurança Nacional pediu, ao Interventor Federal no estado, que exigisse das autoridades municipais maior agilidade na fiscalização dos crimes contra economia popular. Para ilustrar isso, o prefeito de Porto Alegre, Loureiro da Silva, de imediato passou a cobrar maior fiscalização, constituiu uma comissão, para colocar em prática o tabelamento da carne,²⁴⁷ e deu início aos estudos com o intuito de averiguar a possibilidade do barateamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade.²⁴⁸

O Instituto de Carne, por sua vez, agilizou o projeto de criação do Matadouro Modelo em Porto Alegre, o qual tinha, como propósito, abastecer a cidade, além de dar seguimento ao plano de edificação de um frigorífico nacional no município de Bagé, com o intuito de produzir carne acessível ao orçamento da população mais carente. As estimativas apontavam para a capacidade do abatimento de 1000 animais por dia nesse empreendimento.²⁴⁹

No entanto, o cenário da pecuária não era ruim. A safra de 1939 havia superado a de 1938, podendo ser essa a explicação para o fato de que algumas cidades, através da pressão popular e da imprensa, tenham conseguido a diminuição do valor cobrado pelos cortes no varejo. As exportações de charque e de carne congelada estavam em alta. Em março de 1939, foi noticiado o embarque de 8.050 fardos com carne bovina

²⁴⁵ CORREIO DO POVO. A carne, em Tupanciretã, baixou \$200 réis em quilo. Porto Alegre, 17 de março de 1939, p. 3.

²⁴⁶ CORREIO DO POVO. Preços da carne em carazinho. Porto Alegre, 28 de abril de 1939, p. 4.

²⁴⁷ CORREIO DO POVO. Constituída a comissão de tabelamento da carne verde. Porto Alegre, 08 de junho de 1939, p. 5.

²⁴⁸ CORREIO DO POVO. Regulamentação do problema de abastecimento de carne da cidade. Porto Alegre, 14 de junho de 1939, p. 7.

²⁴⁹ CORREIO DO POVO. O Instituto de Carne instalará um frigorífico em Bagé. Porto Alegre, 11 de junho de 1939, p. 3.

para diversos portos brasileiros, como Rio de Janeiro, Vitória, Ilhéus, Aracajú, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal, Ceará.²⁵⁰

Ainda, a FARSUL recebeu um esperançoso telegrama do Sindicato dos Invernistas e Criadores de gado de Barretos, comunicando sobre a aceitação de carne brasileira no mercado inglês e a respeito da possibilidade de haver comércio de carne congelada com a Grécia.²⁵¹ Dessa forma, o mercado de carne e de charque demonstrava prosperidade, embora houvesse problemas internos nas entidades representativas e a incidência da concorrência com o produto dos países vizinhos. Registrou-se um aumento dos negócios internacionais e uma diminuição de impostos para exportação entre os estados, constituindo um quadro auspicioso para investimentos no setor.

Em setembro de 1939 com a eclosão da Segunda Guerra Mundial houveram transformações no setor, porém nenhuma mudança abrupta como ocorreu com o trigo. A exemplo disso, nas primeiras semanas após a conflagração ser anunciada, o ISRGC expediu uma circular solicitando que as vendas de charque, para os outros estados, fossem suspensas por 14 dias, pois haviam “grandes estoques abarrotando os mercados”, de modo que essa pausa evitaria “distúrbios provenientes de remessas desordenadas.”²⁵²

A América do Sul passou a ser a grande fornecedora de carne a países como Inglaterra e Estados Unidos. Em 1942, o Brasil recebeu a encomenda de 69 mil toneladas de carne, o que significava um montante superior a toda produção brasileira de conservas em 1941.²⁵³ As exportações de carne em conserva, durante a guerra, tiveram vertiginoso aumento, o que acarretou problemas no abastecimento interno desse produto. Podemos afirmar que no setor pecuarista, a guerra foi sendo sentida a partir do aumento da demanda por carne para os países envolvidos no front, considerando que as grandes redes de frigoríficos, aqui instaladas, eram movidas pelo capital estrangeiro, dificultando o controle das exportações.

²⁵⁰ CORREIO DO POVO. Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 02 de março de 1939, p. 11.

²⁵¹ CORREIO DO POVO. As carnes congeladas brasileiras no mercado grego. Porto Alegre, 21 de julho de 1939, p. 10.

²⁵² TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Frederico Linck & Cia., Porto Alegre, 24 de outubro de 1939. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

²⁵³ CORREIO DO POVO. O problema de exportação de carne em face da guerra. Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1942, p. 5.

No Rio de Janeiro, o vespertino *A Notícia* publicou uma reportagem intitulada “Os Frigoríficos do Sul contra o barateamento da carne,” na qual o autor criticava a postura dos frigoríficos:

Agora, com a guerra, as exportações têm sido consideráveis, proporcionando-lhes lucros astronômicos, o que aliás já se registrou numa estatística oficial norte-americana. É natural que os frigoríficos forneçam carne às Nações Unidas, mas esse fornecimento não lhes impede de contribuir para o abastecimento interno do país de onde tiram os seus proventos.²⁵⁴

A guerra pode não ter causado efeitos imediatos no mercado bovino, mas, de modo gradual, as implicações foram sendo sentidas pelos consumidores. Uma análise realizada em 1941 apontou para o aumento de 134% no valor das carnes frigorificadas; já o produto em conserva, havia alcançado a marca dos 80% de majoração.²⁵⁵ No mesmo ano, o Frigorífico Armour anunciou um lucro de 31.954 contos de réis.²⁵⁶

Enquanto os frigoríficos tinham seus lucros acrescidos, os fazendeiros paulistas não estavam satisfeitos com os proventos que lhes cabiam. Então, solicitaram às autoridades a fixação do preço mínimo para o gado *vacum*. No caso Rio Grande do Sul, o preço pago pelo boi, aos ruralistas, era maior, o que não impedia que os pecuaristas do estado endossassem o pedido dos companheiros de “classe”.²⁵⁷ Em resposta aos colegas de Barretos, afirmaram que essa era uma velha aspiração, mas que não podiam oficializar o apoio sem antes consultar o Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes.

O ISRGC pronunciou-se contrário, visto que considerava que o problema era mais complexo que uma simples fixação de preços. Conforme a entidade, fixar o preço mínimo, ao gado bovino, acarretaria em sobrecarregar ainda mais as despesas dos consumidores. A solução, conforme o ISRGC, deveria ser a instituição de “uma taxa

²⁵⁴ Notícia republicada no jornal CORREIO DO POVO. Reclama-se para os industrialistas do boi um papel de cooperação no esforço de guerra. Porto Alegre, 11 de março de 1942, p. 8.

²⁵⁵ O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 34, Porto Alegre, 1 de dezembro de 1941.

²⁵⁶ CORREIO DO POVO. Armour teve um lucro de 31.954 contos de réis. Porto Alegre 27 de fevereiro de 1942, p. 5.

²⁵⁷ CORREIO DO POVO. O problema de exportação de carne em face da guerra. Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1942, p. 5.

que incidisse sobre as carnes exportadas e cujo produto seria destinado a cobrir a diferença de preços verificada nas compras de gado para o consumo interno.”²⁵⁸

Até onde conseguimos analisar, nenhuma ação do governo foi tomada nesse sentido. Sem a criação de medidas protecionistas pelo governo brasileiro e com a elevação da demanda externa por carne bovina, o aumento do valor dos cortes, para os consumidores, era inevitável, uma questão de tempo. As implicações começaram a ser sentidas dois meses após a eclosão do conflito mundial. Em novembro de 1939, os gaúchos passaram a pagar 100 réis a mais por quilo de carne-verde. O produto de primeira passava a custar 1\$750 para os retalhistas e 2\$100 para a população; os cortes de segunda deveriam valer 1\$250 para os retalhistas e 1\$600 para os consumidores do varejo.²⁵⁹

Além do aumento do preço, os consumidores da capital gaúcha estavam enfrentando a escassez do alimento básico da dieta operária. Em decorrência disso, a prefeitura de Porto Alegre passou a examinar a localização dos açougues, de modo a buscar melhor distribuição dos estabelecimentos.²⁶⁰ Ela, ainda, suspendeu o imposto municipal de \$0,70 réis sobre o quilo da carne.²⁶¹

Contudo, o problema da localização dos marchantes não era restrito a Porto Alegre. O Tribunal de Segurança Nacional julgou o caso do açougueiro Albino Schewer,²⁶² residente de Arroio do Meio, acusado de comercializar carne verde fora do valor da tabela. O valor do tabelado era Cr\$ 2,80 cruzeiros o quilo, porém o comerciante estava cobrando Cr\$ 3,00 cruzeiros o quilo. Em depoimento, Albino explicou que não havia agido de má fé, estava apenas atendendo aos pedidos de alguns fregueses que solicitaram que classificasse os cortes de primeira. O tabelamento era genérico, não estabelecia preço para os cortes, apreçava apenas o quilo carne verde, sem distinção. Então, por sua conta, o marchante tabelou os cortes de primeira a Cr\$ 3,00 o quilo.

Além disso, o acusado relatou que os açougueiros de Lajeado, cidade vizinha, estavam viajando até o município de Arroio do Meio em busca de boi para comprar, o que acabava elevando a procura e, conseqüentemente, o preço do animal vivo. Assim,

²⁵⁸ CORREIO DO POVO. Exportação de carnes. Porto Alegre, 24 de fevereiro de 1942 – p. 5.

²⁵⁹ CORREIO DO POVO. Será elevado o preço da carne. Porto Alegre, 20 outubro de 1939, p. 5.

²⁶⁰ CORREIO DO POVO. A localização dos açougues. Porto Alegre, 23 novembro de 1939, p. 5.

²⁶¹ CORREIO DO POVO. Suspensa a taxa municipal de \$0,70 que recaia sobre o kilo da carne. Porto Alegre, 14 de dezembro de 1939 – p. 5.

²⁶² TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Albino Schewer, Arroio do Meio, 25 de novembro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

ele considerava que, mesmo cobrando Cr\$ 3,00, não estava auferindo grandes lucros. Uma de suas testemunhas, um cliente, relatou que a marchantaria de Albino era a única da região e, por esse motivo, solicitaram ao açougueiro que, ainda que o valor cobrado pelo quilo do boi vivo fosse exorbitante, continuasse comprando, porque tinham medo de ficar sem carne.

A explicação de que o açougueiro estava desobedecendo o tabelamento a pedido dos fregueses, que solicitaram a ele a classificação dos cortes, pode ser falseável. No entanto, sendo ou não, foi confirmada, em juízo, pelos clientes, o que demonstra que a freguesia estava tentando proteger Albino.

Na obra *O Capital*, Karl Marx aborda aspectos que nos ajudam a refletir sobre esse assunto. Em sua explicação a respeito da relação entre hora de trabalho e salário, o autor analisa o caso dos padeiros, os quais se dividem em duas categorias, a saber: os *full priced*, que vendem o pão pelo preço integral, e os *undersellers*, os quais comercializam abaixo de seu preço normal. Os *undersellers* conseguem baixar o valor do produto porque “enganam o público”, misturando alume, sabão, calcário e pó de pedra na massa do pão; além de submeterem seus empregados a “18 horas de trabalho pelo salário de 12”, ou seja:

Um vendedor que vende seu pão abaixo do preço de custo, variável de acordo com o preço da farinha, escapa do prejuízo extraíndo mais trabalho de seus trabalhadores. Se extraio apenas 12 horas de trabalho de meus empregados, mas meu vizinho, em contrapartida, extrai 18 ou 20 horas, ele tem necessariamente de me derrotar no preço de venda.²⁶³

O questionamento, feito e respondido por Marx, foi por que as pessoas adquiriam esse pão de tão baixa qualidade, vendido pelos *undersellers*? A chave para resposta era a necessidade. Boa parte dos trabalhadores ingleses recebiam, mensal ou quinzenalmente. Assim, necessitavam de crédito, pois só podiam quitar as dívidas quando recebessem seus ordenados. Os *undersellers* ofereciam esse tipo de venda, isto é, um produto com qualidade ruim e, até mesmo, nocivo à saúde, mas a necessidade de algumas pessoas falava mais alto.

²⁶³ MARX, Karl. *O Capital* – Livro 1, vol. 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, p. 757, 758. Versão do livro digital.

Acreditamos que essa perspectiva apresentada por Marx também possa servir para analisarmos o caso de Albino e sua clientela. A freguesia do marchante, ao defendê-lo e expor o medo que tinham de ficar sem abastecimento, deixam nítido a questão da necessidade. Talvez a relação entre Albino e sua clientela não fosse das melhores, porém a população que residia no 10º distrito de Arroio do Meio precisava dos serviços prestados pelo açougueiro. Na hipótese da prisão do comerciante, por praticar crime contra economia popular, conseqüentemente, seu estabelecimento fecharia, e moradores ficariam sem o fornecimento de carne. Então, havia uma relação de dependência mútua.²⁶⁴

O problema de abastecimento de carne bovina, nos açougues, não era pontual ao estado rio-grandense. Em fevereiro de 1943, o jornal *Correio do Povo* veiculou as adversidades enfrentadas pelos consumidores da Paraíba²⁶⁵ e Recife²⁶⁶. Através das pesquisas de Sidney Aguiar²⁶⁷, Osias Filho²⁶⁸, Luana Carvalho²⁶⁹ e Roney Cytrynowicz²⁷⁰, tomamos conhecimento de que também havia escassez de carne verde no Maranhão, Amazonas, Salvador²⁷¹ e São Paulo.

Em São Paulo, por exemplo, Cytrynowicz encontrou a emissão de um decreto, em 1944, que regulamentava a comercialização de carne apenas duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados. “Em certos bairros, começavam a se formar filas às 3 ou 4 horas da madrugada. [...] mesmo assim compravam só as sobras porque primeiro atendia-se às encomendas domiciliares.”²⁷² Os motivos, para a restrição da venda de carne eram “a prolongada seca de oito meses no Estado e também por causa da falta de combustível para transporte.”²⁷³

O Rio Grande do Sul viveu uma situação após duas situações de seca no verão atingirem o estado, a primeira em 1942/1943 e a segunda em 1944/1945. A tabela

²⁶⁴ Após análise do caso, o Tribunal de Segurança Nacional absolveu Albino, pois constatou que, realmente, a tabela era “incompreensível”, visto que não havia distinção do valor conforme os cortes. Ainda, alegou que não havia tido “ganância” no ato de comercializar o alimento de primeira acrescido em Cr\$ 0,20.

²⁶⁵ CORREIO DO POVO. Falta quase absoluta de carne na Paraíba. Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1943, p. 20.

²⁶⁶ CORREIO DO POVO. A carne verde em Recife. Porto Alegre, 27 de fevereiro de 1943, p. 8.

²⁶⁷ AGUIAR, Sidney. Caso da Carne Verde: vivências populares na cidade de Manaus durante a II Guerra Mundial (1939-1945). op. cit.

²⁶⁸ FILHO, Osias de Oliveira S. op. cit. 2019.

²⁶⁹ CARVALHO, Luana M. Q. op. cit., 2019.

²⁷⁰ CYTRINOWICZ, op. cit.

²⁷¹ CARVALHO, Laura. op. cit.

²⁷² CYTRINOWICZ, op. cit., p. 231.

²⁷³ CYTRINOWICZ, op. cit., p. 255.

apresentada na sequência mostra o volume de chuva esperado para os 4 meses de verão, no ano de 1943, e a quantidade que choveu.

Tabela 16 – Volume de chuvas em alguns municípios gaúchos durante o verão de 1943

Municípios	Altura de chuva nos 4 meses do verão de 1943	Média normal dos 4 meses de verão	Porcentagem de chuvas sobre a quantidade normal
São Gabriel	97,1	527,9	18%
Uruguaiana	99,4	444,6	22%
Dom Pedrito	126,2	532,3	23%
Santa Vitória	98,8	382,5	26%
Vacaria	189,2	601,5	31%
Bagé	137,1	427,3	32%
São Borja	204,2	614,3	33%
Porto Alegre	127,3	379,2	33%
Itaqui	161,5	530,7	34%
Livramento	166,8	468,2	35%
Bento Gonçalves	186,7	529,0	35%
Cachoeira	152,2	522,5	36%
Jaguarão	232,3	440,0	52%
Rio Grande	180,3	331,2	54%
Santa Maria	322,9	570,8	56%
Júlio de Castilhos	294,5	476,7	62%

Fonte: CORREIO DO POVO. A seca no estado. Porto Alegre, 16 de abril de 1943.

Essa tabela revela que, das 16 cidades citadas, em apenas 3 o volume de chuva foi superior à metade do esperado. Assim, a estiagem atingiu regiões cruciais para a economia pecuária no estado. Os danos causados, pela falta de pastagens para o gado, ocasionaram perda de peso dos rebanhos e, em decorrência disso, o preço pago pelos animais em pé sofreu uma grande diminuição.

Na cidade de Garibaldi, a Associação Rural recomendava, aos associados, não se desfazerem de seus rebanhos por falta de alimentação para esses, pois isso “iria

agravar ainda mais a situação em um futuro próximo.²⁷⁴ Os frigoríficos estrangeiros faziam ofertas ofensivas de acordo com os criadores. A companhia Swift ofereceu, para os fazendeiros de Quaraí e Alegrete, Cr\$ 1,30 pelo quilo do novilho e Cr\$ 1,15 pelo o quilo da vaca. Considerando “demasiada baixa a cotação,” boa parte dos criadores optaram por não aceitar a proposta.²⁷⁵ A mesma empresa ofereceu, aos ruralistas de Tupanciretã, a importância de Cr\$ 2,60 por quilo de carne. Além de terem a mesma reação que os colegas da fronteira, os tupanciretanenses enviaram um pedido a FARSUL, solicitando o envio de sal a fim de iniciarem a matança e a charqueada.²⁷⁶

Mesmo diante da resistência dos criadores, em entregar o gado ao preço pago por essas companhias, as baixas ofertas continuaram a serem feitas. Os Frigoríficos Swift e Armour ofereciam Cr\$ 1,50 pelo quilo vivo para gados com média de peso superior a 500 quilos, o que era difícil, pois, com a estiagem, poucos animais haviam alcançado essa massa.²⁷⁷

Por sua vez, os fazendeiros de Júlio de Castilhos, Rio Grande, Cruz Alta²⁷⁸ e Rosário²⁷⁹ também recusaram as pechinchas que lhes eram oferecidas pelos animais. Entretanto, alguns “cujos campos estavam assolados pela estiagem que se registra há cerca de 4 meses”, viram-se na iminência de vender o que tinham pelo preço que fosse, para evitar maiores prejuízos.²⁸⁰

A esperança, para os ruralistas que resistiam às propostas dos frigoríficos, em 1943, era a previsão meteorológica de chuvas, assim como a decretação, por parte do governo, da necessidade de efetuar a matança de 250.000 rezes para suprimir as necessidades dos soldados da borracha. Além disso, circulava a informação²⁸¹ de que chegaria um carregamento de sal, tornando possível o beneficiamento de charque.²⁸²

²⁷⁴ CORREIO RIO GRANDENSE, Importação de Milho, Garibaldi, 10 de fevereiro de 1943, p.5.

²⁷⁵ CORREIO DO POVO Reação dos ruralistas contra os preços baixos. Porto Alegre, 02 de fevereiro de 1943, p. 2.

²⁷⁶ CORREIO DO POVO. A matança das vacas e terneiros. Porto Alegre, 05 de fevereiro de 1943, p. 5.

²⁷⁷ CORREIO DO POVO. O preço das carnes sul americanas no mercado exterior. Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1943, p. 7.

²⁷⁸ CORREIO DO POVO A safra de gado corrente ano. Porto Alegre, 12 de fevereiro de 1943, p. 3.

²⁷⁹ CORREIO DO POVO. A reação dos criadores aos baixos preços. Porto Alegre, 14 de fevereiro de 1943, p. 5.

²⁸⁰ CORREIO DO POVO. A reação dos criadores aos baixos preços (14/02/1943 – p. 5)

²⁸¹ Em uma reunião entre os charqueadores e o interventor federal, foi atendido o pedido de importação de 6.000 toneladas de sal sem impostos para as charqueadas.

²⁸² CORREIO DO POVO. Acentua-se a reação dos fazendeiros contra os preços baixos. Porto Alegre, 17 fevereiro de 1943, p. 4.

As chuvas caíram, mas não foram suficientes para amenizar as agruras provocadas pelos meses de estiagem.²⁸³ Alguns criadores queixavam-se da falta de iniciativa de entidades e do governo e atribuíam a isso o agravamento da situação.²⁸⁴ Alguns preferiam industrializar seus animais para o charque, a ter de vendê-los por poucos cruzeiros às companhias estrangeiras.²⁸⁵

O jornal *Correio do Povo* noticiou essa estiagem como a mais trágica de todas, e chamava atenção para “os lares pobres, daqueles que viviam entre os pequenos ganhos dos trabalhos rurais e o produto das lavouras modestas.”²⁸⁶ Isso nos fez refletir a respeito das privações que estavam enfrentando os camponeses, aqueles que plantavam e que criavam animais para subsistência.²⁸⁷

É uma pena que, praticamente, inexistam informações, nas fontes analisadas, sobre essa parcela da população. As únicas menções que encontramos, em todo rol de fonte que utilizamos nesse estudo, foi a declaração do jornal *Correio do Povo* e a criação de uma campanha iniciada pela Associação Rural de Rosário.²⁸⁸ Tal campanha tinha, por finalidade, a arrecadação de animais para o abate e posterior distribuição às famílias pobres da região. Não sabemos, ao certo, se essa população pobre era urbana, rural ou ambas. Contudo, considerando a composição da cidade de Rosário, a maior parte rural, acreditamos que a campanha tenha sido direcionada às pessoas que moravam no interior e que dividiam seus afazeres entre a cuidado de suas pequenas propriedades e a prestação de serviços aos latifundiários. As poucas informações que encontramos, acerca dos camponeses, não se repetem em relação à situação dos grandes pecuaristas e no que se refere aos frigoríficos estrangeiros.

Críticas referentes à postura dos frigoríficos eram amplamente divulgadas na imprensa. Junto a essas, eram cobradas providências dos poderes públicos, configurando, em alguns casos, uma leve e disfarçada crítica à ineficiência do

²⁸³ CORREIO DO POVO. Em declínio a reação contra os preços baixos. Porto Alegre, 11 de março de 1943, p. 4.

²⁸⁴ CORREIO DO POVO. Em declínio a reação contra os baixos preços. Porto Alegre, 12 de março de 1943, p. 3.

²⁸⁵ CORREIO DO POVO. Intensifica-se a reação contra os baixos preços ofertados pelos frigoríficos. Porto Alegre, 16 de abril de 1943, p. 4.

²⁸⁶ CORREIO DO POVO A fronteira rio-grandense sob as consequências da mais trágica de todas as secas ali registradas. Porto Alegre, 06 de maio de 1943, p. 10.

²⁸⁷ Acreditamos que essas pessoas foram extremamente afetadas pela estiagem, porém não conseguimos informações para embasar essa afirmação. Por outro lado, ela parece um pouco óbvia.

²⁸⁸ CORREIO DO POVO. A fronteira rio-grandense sob as consequências da mais trágica de todas as secas ali registradas. Porto Alegre, 06 de maio de 1943, p. 10.

governo. No jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, foi publicado o seguinte comentário a respeito das recorrentes reclamações dos criadores gaúchos:

Urge, pois, que se tomem medidas enérgicas contra os frigoríficos, todos estrangeiros, e que de há muito, vem sugando, como morcegos, o trabalho dos brasileiros. Tal como acontece com a borracha, é indispensável fixar-se um preço mínimo para a aquisição do gado, preço que deve subir segundo a qualidade do mesmo, por determinação das autoridades nossas. Só assim, o criador ou o invernista terá de receber aquilo que tem direito, o que não ocorre, mercê da exploração de certos amigos ursos da nossa economia, com sede no estrangeiro.²⁸⁹

Ao que tudo indica, não houve grandes providências contra os “amigos ursos”. As medidas instituídas pelo governo eram apenas no que tangenciava à questão da estiagem. Na tentativa de preservar os rebanhos nacionais, o Ministro da Agricultura elaborou, em fevereiro de 1943, um decreto suspendendo, por 120 dias, o abate de vacas e de terneiros no estado.²⁹⁰

No mesmo ano, considerando o contexto da seca, em que o gado morria de fome, pois as pastagens eram insuficientes, o secretário da Agricultura apresentou a possibilidade de transferência desses animais para campos que estavam em melhores condições nas cidades de Júlio de Castilhos, Santa Maria, Cachoeira e São Vicente. Para viabilizá-la, foi anunciada a diminuição de 50% no valor do transporte.²⁹¹ No âmbito federal, foi concedida a isenção de impostos para a importação de 2 mil toneladas de milho e mil toneladas de torta de linhaça, destinadas à forragem.²⁹²

Essas medidas podiam aliviar as adversidades dos grandes criadores. Contudo, ainda ficava bastante complicada a situação para os camponeses. A fim de criar postos de trabalho para essas pessoas que moravam em pequenas propriedades e trabalhavam sazonalmente para os grandes fazendeiros,²⁹³ a Secretaria da

²⁸⁹ CORREIO DO POVO. Notícia republicada no jornal CORREIO DO POVO. Medidas enérgicas contra os frigoríficos. Porto Alegre, 16 fevereiro de 1943, p. 10.

²⁹⁰ CORREIO DO POVO. Livre matança de vacas e terneiros. Porto Alegre, 04 de fevereiro de 1943, p. 8.

²⁹¹ CORREIO DO POVO. Seca em Uruguaiana. Porto Alegre, 16 de março de 1943, p. 2.

²⁹² CORREIO DO POVO. Importação livre de forragem da argentina. Porto Alegre, 09 de abril de 1943, p. 4.

²⁹³ Acreditamos que essa população era a parte da sociedade mais exposta aos problemas causados pela estiagem. Essa conclusão foi baseada no fato de que a imprensa gaúcha estava do lado dos estancieiros, veiculando suas queixas e cobrando providências do governo. Além disso, muitas medidas foram cridas para minorar as perdas dos pecuaristas. No entanto, houve um silenciamento sobre a vida dos mais pobres que residiam no campo. Acreditamos que a falta de influência e a

Agricultura autorizou a construção de estradas de rodagem em diversas zonas do Norte e da fronteira do estado. “Dessa maneira alguns milhares de ruralistas [trabalhadores do campo] terão trabalho, enquanto não voltarem as lavouras e pastagens às condições normais.”²⁹⁴ Não sabemos qual foi o alcance nem o resultado dessas providências direcionadas aos trabalhadores rurais. Conforme já foi discutido nesta pesquisa, existiu um silenciamento sobre essa população.

No entanto, sabemos que as medidas dirigidas aos grandes pecuaristas demoraram a ser postas em prática, uma vez que eram recorrentes as notícias e as queixas, a respeito do assunto, nos periódicos analisados. Talvez, a principal e mais eficiente intervenção do estado, para amenizar os efeitos causados pela estiagem a esses grandes fazendeiros, teria sido a criação de uma carteira de crédito, como fez o Banco de la Republica Oriental del Uruguay, que chamou os produtores e os criadores atingidos pela estiagem para “irem até o banco de modo a facilitar a solução para os problemas.”²⁹⁵

Contudo, medida como essa não foi tomada de imediato. Primeiro, foi convocada uma reunião, realizada em maio de 1943, nos municípios de Alegrete e São Gabriel,²⁹⁶ para que fossem pensadas soluções para as dificuldades provocadas pelas secas. Nessa, foi deliberado que o Rio Grande do Sul se comprometia em criar uma carta de crédito, no valor de Cr\$ 1.500.000,00, à disposição das cidades atingidas.²⁹⁷

A severa estiagem que assolou o Rio Grande do Sul, entre 1942/1943, voltou a assombrar os produtores nos anos de 1944/1945. Esse fenômeno era motivado pela La Niña, ocasionando diminuição da produtividade agrícola e perda dos rebanhos.²⁹⁸ A permissão, para importação de forragem sem taxa alfandegária, concedida em

impossibilidade de exercer grande pressão ao governo tenha feito dessa parcela do povo a parte mais prejudicada.

²⁹⁴ CORREIO DO POVO. Amparo à lavoura e à pecuária através da secretaria da agricultura. Porto Alegre, 06 de fevereiro de 1943, p. 2.

²⁹⁵ CORREIO DO POVO. Amparo à lavoura e à pecuária do Uruguai. Porto Alegre, 31 de março de 1943, p. 4.

²⁹⁶ CORREIO DO POVO. Decisão do governo no sentido de adota medidas para minorar os efeitos da estiagem. Porto Alegre, 09 de maio de 1943, p. 20.

²⁹⁷ A CORREIO DO POVO. Amparo aos municípios assolados pela estiagem. Porto Alegre, 05 de setembro de 1944, p. 4.

²⁹⁸ De acordo com Gisele Machado da Silva, em sua pesquisa de mestrado sobre a ocorrência de secas do estado, “Nesse período, houve forte queda de produtividade nos anos agrícolas 1942/1943 e 1944/1945, associada a precipitações pluviométricas inferiores à média climatológica, determinada por dois eventos de La Niña”. SILVA, Gisele Machado da. Avaliação da ocorrência de seca no Estado do Rio Grande do Sul. 2015. 126f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Manejo e Conservação do Solo e da Água. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015, p 24.

1943, motivou pedidos de providências semelhantes em 1945. A exemplo disso, podemos citar o pedido encaminhado pela empresa Dellazzna Santos & Cia., sediada em Uruguaiana, ao então presidente Getúlio Vargas, para importação da Argentina e do Uruguai de 300 toneladas de milho em grão, 200 toneladas de aveia e 200 toneladas de farelo de trigo isentos de impostos.²⁹⁹

Considerando a delicada situação que mais uma vez se instaurava, no estado, devido à seca prolongada, foi instituído o decreto-lei n. 6.888 em 1944, o qual previa “isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, pelo prazo de dezoito (18) meses, o gado vacum importado dos países limítrofes do Brasil e destinado ao consumo das populações locais”.³⁰⁰

O gabinete do presidente passou a ser o destino de inúmeros pedidos de isenção de importação para animais destinados à reprodução, remetidos por criadores de todas as regiões do estado. Estes são só alguns exemplos: de Santana do Livramento foi solicitada a importação de 20 vaquilhonas e de um touro da raça Shorthorn, do Uruguai;³⁰¹ de São Luiz Gonzaga, chegou o pedido para compra de 3 mil cabeças de gado vacum do Paraguai;³⁰² de Uruguaiana, a Empresa Pastoril e Agrícola Barbará S/A. pediu para adquirir 210 touros e 30 novilhas da raça Hereford, do Uruguai.³⁰³

Convém destacar que, no decreto lei 6.888/1944, não existia a possibilidade de importação livre taxas para animais destinados à industrialização e posterior comércio com outros estados ou países. Isso passou a ser questionado pela Sociedade Agrícola Pastoril de Uruguaiana, já que o tipo de concessão prevista na lei não possibilitava a compra de grande quantidade de animais. Portanto, com o “intuito de facilitar o problema de abastecimento de charque e carne verde no país”, a sociedade solicitou a introdução de 20 mil cabeças de gado de corte dos países limítrofes, “[...] para invernaem aqui, e posteriormente sacrifício, com destino à

²⁹⁹ Dellazzna Santos & Cia. [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1945. Salvaguardado no Arquivo Nacional.

³⁰⁰ BRASIL. Decreto-lei n. 6886 de 21 de setembro de 1944.

³⁰¹ Achyller Santana Alves. [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1945. Salvaguardado no Arquivo Nacional.

³⁰² Jayme Tarrago. [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dia 04 de abril de 1944. Salvaguardado no Arquivo Nacional.

³⁰³ Empresa Pastoril e Agrícola Barbara S.A. [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dia 17 de abril de 1944. Salvaguardado no Arquivo Nacional.

fabricação de charque, reservando certa porcentagem para o consumo de carne-verde.³⁰⁴

As cartas enviadas ao presidente, provavelmente, receberam respostas. Entretanto, não foi possível rastreá-las. Cremos que, pela quantidade de pedidos que chegavam ao presidente, as respostas, é muito provável, devam ter sido positivas, uma vez que, caso contrário, não haveria tanta demanda.

Ao longo do texto, citamos inúmeras providências tomadas, tanto pelo governo estadual como federal, para amenizar os problemas causados pelos períodos de estiagem. Contudo, essas medidas tiveram, como foco, os pecuaristas, sem considerar que toda a cadeia de produção havia sido afetada.

Em 1944, registramos falta de carne verde em diversas cidades gaúchas, como Cruz Alta, Alegrete,³⁰⁵ Caxias do Sul,³⁰⁶ Vacaria, Bagé, Júlio de Castilhos,³⁰⁷ São Jerônimo, São Borja.³⁰⁸ Os marchantes que abatiam o gado, para vendê-lo aos consumidores locais, expuseram, à Comissão de Abastecimento do Rio Grande do Sul – CAERGS, as dificuldades que estavam tendo em adquirir o animal vivo. Isso se deu porque os criadores estavam tendo maiores lucros com o comércio de animais destinados à exportação e, assim, faziam “várias pretensões para a venda de gado”³⁰⁹ ao comércio local.³¹⁰

Ciente do problema, a CAERGS publicou um apelo aos criadores a fim de que fornecessem gado para o consumo local, sendo esse atendido em várias regiões do estado.³¹¹ “É chegado, agora, o momento de todos corresponderem e concorrerem

³⁰⁴ Sociedade Agropastoril de Uruguaiana. [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dia 05 de fevereiro de 1945. Salvaguardado no Arquivo Nacional.

³⁰⁵ CORREIO DO POVO. Um gesto dos criadores de alegrete. Porto Alegre, 27 de julho de 1944, p. 3.

³⁰⁶ CORREIO DO POVO. Prevista nova majoração no preço da carne em Caxias. Porto Alegre, 05 de agosto de 1944, p. 8.

³⁰⁷ CORREIO DO POVO. Fazendeiros de vacaria Bagé e Júlio de Castilhos dispensaram o auxílio da taxa de barateamento. Porto Alegre, 07 de julho de 1944, p. 8.

³⁰⁸ CORREIO DO POVO. Os criadores de São Borja aderem ao apelo da CAERGS. Porto Alegre, 28 de julho de 1944, p. 2.

³⁰⁹ CORREIO DO POVO. Nada há de concreto sobre o tabelamento de gado a CR\$ 1,60. Porto Alegre, 04 de julho de 1944, p. 10.

³¹⁰ Aqui podemos notar a diferença em relação às ofertas feitas pelos frigoríficos aos criadores. Durante safra arrasada pela estiagem de 1942/1943, as propostas eram consideradas ofensivas de tão baixas. Contudo, o valor pago pelas companhias estrangeiras pelo quilo do boi vivo da safra de 1944/1945 que, igualmente havia sido marcada pela seca, parece ter sido melhor. A ponto de os pecuaristas darem preferência de venda às indústrias que aos açougueiros.

³¹¹ CORREIO DO POVO. Um gesto dos criadores de Alegrete. Porto Alegre, 27d de julho de 1944, p. 3. CORREIO DO POVO. Os criadores de São Borja aderem ao apelo da CAERGS. Porto Alegre, 28 de julho de 1944, p. 2.

para o bem do povo, principalmente das classes trabalhadoras, cuja situação econômica não permite a imposição de novos maiores sacrifícios.”³¹² Com o mesmo intuito de cooperação, foi selado um acordo com os frigoríficos Armour, Swift e Anglo, de modo que esses deveriam contribuir com o valor de Cr\$ 0,10 centavos por quilo de animal vivo destinado ao abate. O dinheiro seria revertido para o fundo de barateamento da carne verde.

Apesar disso, cabe ressaltar que a proposta do convênio, em um primeiro momento, foi refutada pelos frigoríficos estrangeiros. No entanto, bastou a CAERGS expedir a proibição de exportação de charque, aos estabelecimentos que não fizessem parte do acordo, para que todos os frigoríficos resistentes aderissem ao projeto de criação do fundo.³¹³

Ainda que tenhamos notado que o governo estadual e os órgãos ligados a ele dispenderam esforços para o controlar o valor da carne verde, as majorações eram inevitáveis. Em meio a apelos e acordos, a carne passou a valer, ao consumidor gaúcho, C\$S 3,20 o quilo dos cortes de primeira e Cr\$ 2,70 o quilo dos cortes de segunda.³¹⁴

Devemos compreender que, além da demanda causada pela guerra, houve dois períodos de severas secas, 1942/1943 e 1944/1945. Ao que nos parece, as ofertas feitas pelos frigoríficos estrangeiros aos criadores, durante o último período de estiagem, foram melhores em relação às realizadas durante a estiagem de 1942/1943. Segundo abordamos anteriormente, durante a safra de 1942/1943, os criadores resistiam e denunciavam aos jornais os indignos valores oferecidos pelas companhias estrangeiras na compra do boi vivo. Todavia, os preços pagos pelos animais, na safra de 1944/1945, haviam melhorado, levando os pecuaristas a auferirem maiores lucros ao negociarem com os beneficiadores estrangeiros que com os açougueiros locais, promovendo um agravamento da escassez.

O contexto de escassez e a elevação dos preços da carne abriram margens para prática de desobediência ao tabelamento, de manipulação de balanças e de

³¹² CORREIO DO POVO. Veemente apelo da CAERGS aos fazendeiros rio-grandenses. Porto Alegre, 08 de julho de 1944, p. 8.

³¹³ CORREIO DO POVO. Os frigoríficos Swift e Anglo-Brasileiro aderiram ao convênio para o barateamento da carne. Porto Alegre, 16 de março de 1944, p. 8.

³¹⁴ CORREIO DO POVO. Será majorado novamente o preço da carne verde. Porto Alegre, 06 de setembro de 1944, p. 8.

criação de um mercado clandestino. Alguns desses episódios acabaram virando casos de polícia e sendo julgados no TSN, como observaremos na análise a seguir.

Na cidade de Rio Grande, os clientes Heródoto Porto Alegre e Dilon Magalhães procuraram a sede da polícia para denunciar o açougue de Idalício de Oliveira Simões.³¹⁵ De acordo com os denunciante, a carne, na verdade, estava sendo vendida a Cr\$ 3,60 o quilo, enquanto o preço tabelado era de Cr\$ 3,20. Heródoto e Dilon relataram às autoridades que, a caminho do trabalho, pararam no estabelecimento de Idalício, porque Heródoto queria comprar 500 gramas de carne bovina. Após a pesagem, o comerciante cobrou Cr\$ 1,80 pelo corte.

O trabalhador, indignado, não aceitou o valor cobrado, deixando o estabelecimento e dirigindo-se, com o seu colega, até a delegacia, com o objetivo de denunciar o descumprimento da tabela.

Em sua defesa, Idalício explicou que o valor cobrado era referente ao preço do quilo da carne pura, já que Heródoto havia lhe pedido sem contrapeso. Os membros do TSN analisaram as explicações e, considerando que se tratava de um produto de maior qualidade, sem ossos nem gordura, resolveram, por maioria dos votos, arquivar o processo.

O outro caso que se passou, na capital rio-grandense, foi o de Francesco Rosito,³¹⁶ o qual era dono de um açougue chamado Boa Vista. Ele foi acusado de vender carne verde com deficiência de peso. Em uma perícia realizada na balança do estabelecimento foi encontrado um ferro em formato de martelo grudado embaixo do prato que pesava as mercadorias. O ferro era um “martelinho” que pesava 29 gramas. Além disso, foi constatado que a balança não estava calibrada, pendia para a direita, sendo necessário um peso de 90 gramas para que ela ficasse equilibrada.

O incidente foi descoberto por meio do inspetor de polícia, Francisco Teixeira. Francisco saiu do trabalho e se dirigiu ao açougue com o intuito de adquirir meio quilo de carne de primeira. Desconfiando da pesagem, pediu para que a carne fosse pesada em um armazém, que ficava próximo ao seu local de trabalho, confirmando suas desconfianças, a carne que havia comprado pesava apenas 420 gramas.

Para ter certeza da fraude, antes de denunciar o estabelecimento à Seção de Ordem Econômica, pediu para que um colega fosse ao açougue a comprasse 500

³¹⁵ TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Idalício de Oliveira Simões, Rio Grande, 21 de março de 1944. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

³¹⁶ TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Francesco G. Rosito, Porto Alegre, 10 de outubro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

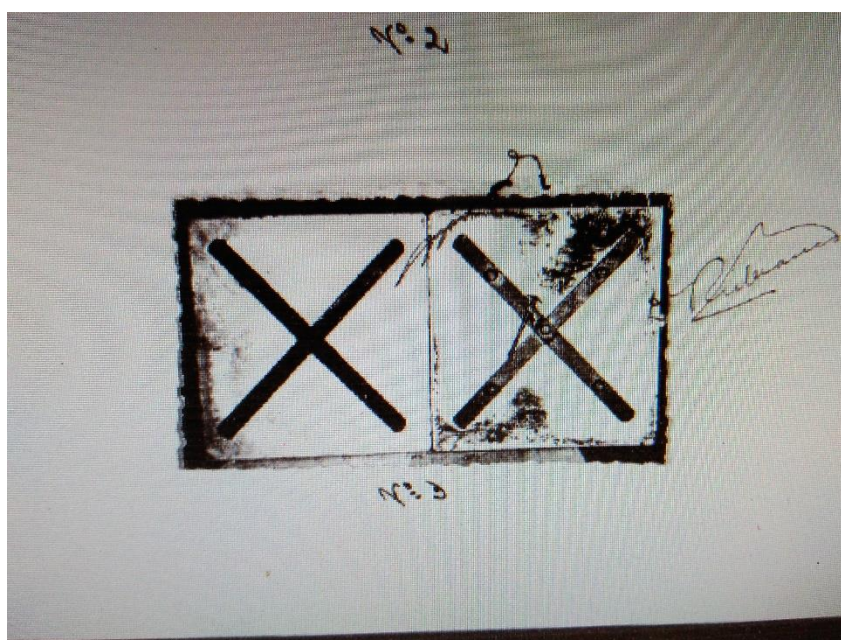
gramas de carne. Então, ele pesou em outra balança o produto e, novamente, foi detectada a diferença de 80 gramas. As figuras a seguir mostram as fotos apresentadas pela perícia.

Figura 14 – Balança levada à perícia (na imagem, existe a indicação do local onde estava o martelinho)



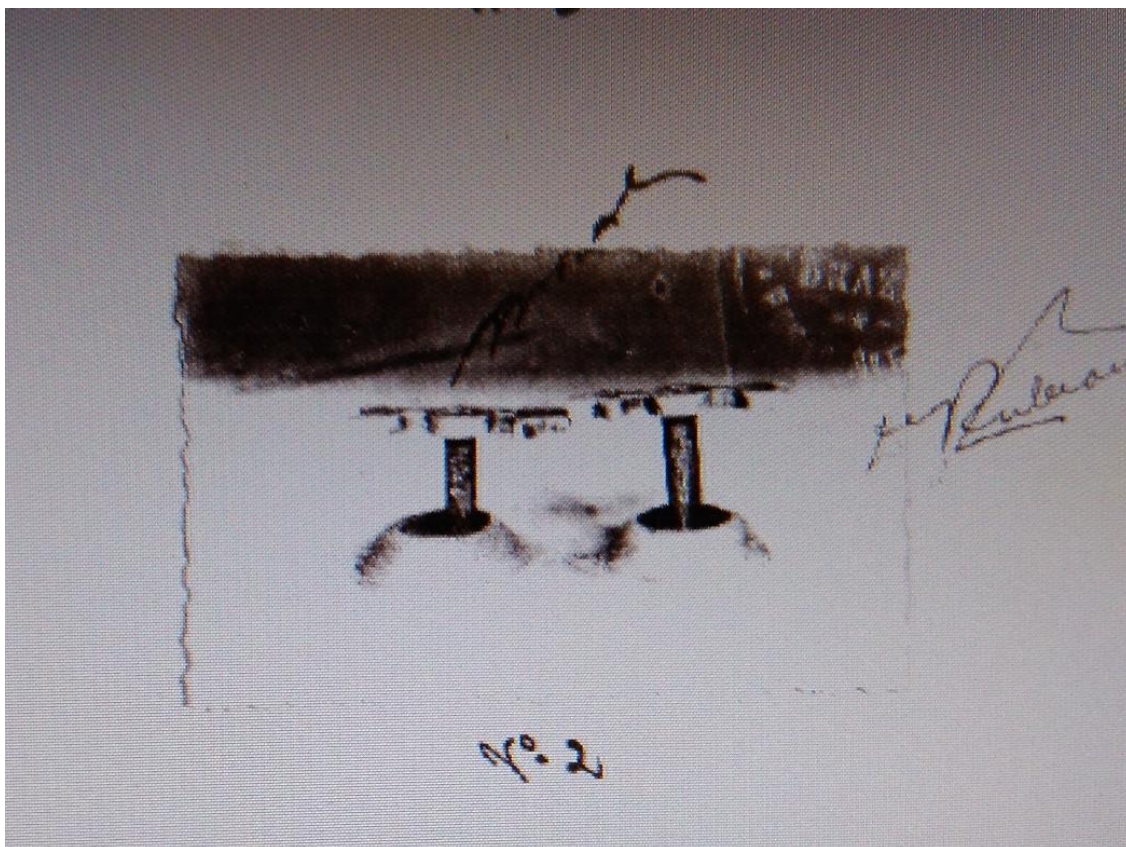
Fonte: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Francesco G. Rosito, Porto Alegre, 10 de outubro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

Figura 15 – Balança levada à perícia, martelinho soldado na balança



Fonte: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Francesco G. Rosito, Porto Alegre, 10 de outubro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

Figura 16 – Balança levada à perícia (a imagem mostra o quanto um lado estava mais baixo que o outro)



Fonte: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Francesco G. Rosito, Porto Alegre, 10 de outubro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

Em sua defesa, Francesco indicou alguns fregueses como testemunhas de sua personalidade idônea. Ainda, explicou que o martelinho fixado no prato havia sido colocado pelos fiscais da prefeitura, não sabendo explicar qual a função. Por fim, o advogado de Francesco declarou que as balanças “sempre tem um ligeiro índice de flutuação, como se pode verificar em qualquer Tratado Elementar de Física, em virtude da própria instabilidade do equilíbrio, decorrente da flutuação constante dos pratos.”³¹⁷

Os membros do TSN analisaram o resultado da perícia, os relatos das testemunhas e concluíram que as provas eram frágeis, resolvendo, por maioria dos votos, absolver Francesco da acusação de crime contra economia popular.

³¹⁷ TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Francesco G. Rosito, Porto Alegre, 10 de outubro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

Conclusões como as dos casos apresentados anteriormente levavam a população a desacreditar no poder imparcial da justiça em analisar e em julgar crimes contra economia popular. Em ambos os casos, os acusados admitiram as irregularidades, mas, atribuíram, a essas, fatores adversos à má-fé.

A descrença com a justiça pode ser uma das chaves explicativas para compreender porque, em alguns episódios de transgressão à lei da economia popular, as pessoas procuravam os jornais ao invés de a delegacia. Além disso, devemos lembrar que, em 1939, conforme explicitamos no início desse capítulo, a imprensa ajudou a pressionar o poder público e os comerciantes para a diminuição do preço da carne, o que, provavelmente, havia criado um vínculo de confiança entre a população e os jornais locais.

Independente dos julgamentos do TSN, os casos, em suma, tratam da população pagando mais caro por um produto tabelado e sendo vítima de balanças viciadas. Por meio da análise do jornal Correio do Povo, conseguimos acompanhar notícias a respeito da escassez e da valorização do preço da carne verde a partir de 1939. Contudo, não podemos afirmar que, no Rio Grande do Sul, os problemas com a carne tenham sido motivados apenas pela eclosão da guerra. Mesmo antes de o conflito ser declarado, havia dificuldades no setor, referentes ao transporte, à concorrência com o produto estrangeiro, ao abigeato e a conflitos internos nos órgãos representativos dos ruralistas.

No entanto, também não foram essas adversidades, *a priori*, as causadoras da escassez e da elevação de preços. Concluimos que esses fenômenos ocorreram devido a uma junção de dois fatores, quer sejam: a nova demanda ocasionada pela guerra e a estiagem que castigou os rebanhos do estado.

3.3 - A VACA FOI PARA O BREJO

A escassez e o encarecimento da carne bovina, no mercado, eram um sinal de alerta para seus derivados, como o leite. Em 1943, os consumidores de Porto Alegre e região metropolitana já se queixavam da falta de leite. O jornal Correio do Povo divulgou a dificuldade que a população estava vivenciando na tentativa de adquirir o precioso líquido. O periódico descrevia a ocorrência de “uma verdadeira romaria aos

“cafés,” no centro da capital gaúcha, à procura de leite. Naturalmente, os “cafés” não podiam atender, já que o que possuíam era para os seus frequentadores”³¹⁸.

O jornal o Momento, da cidade de Caxias do Sul, apresentou, em 16 de janeiro de 1943, a notícia de que a indústria de queijos e de manteigas da Cooperativa Rio Branco não encontrava matéria-prima no mercado para fabricação dos produtos³¹⁹.

Esses episódios tinham ligações direta com a estiagem de 1942/1943. Diante dessa conjuntura, a Associação Profissional de Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados enviou, ao interventor do estado, um pedido para que fosse tomada alguma providência em relação à situação enfrentada pelos criadores de gado leiteiro, tendo em vista as consequências da seca e o aumento do valor das forragens.³²⁰

A Sociedade Anônima Beneficiadora do Entreposto do Leite, SABEL, também intercedeu adquirindo forragem para distribuir aos pecuaristas. No entanto, o problema do transporte dificultou a chegada das encomendas, gerando a desnutrição das vacas e, em decorrência disso, a diminuição na produção de leite.³²¹

O fornecimento de banha, do mesmo modo, apresentava dificuldades. Em 1942, o jornal Correio do Povo publicou uma notícia sobre a provável manobra de retenção de latas de banha para forçar a alta dos preços do produto. De acordo com a matéria, “a guerra não atingiu a suinocultura”, o que estava prejudicando o abastecimento de banha, em diversas regiões do estado, era “uma manobra para encarecer o preço do produto.” A exemplo disso, foi apresentada a média de entrada de banha em Porto Alegre, mencionada a seguir.

Em 1940 entraram em Porto Alegre 69.446 latas de banha, sendo, a média mensal de 5.787. Em 1941 entraram 68.718 latas, ou seja, a média de 5.726. Em janeiro do corrente ano [1942], entraram somente 2.577 latas e nada há que se possa justificar essa restrição de embarque nas refinarias.³²²

Ademais, o autor da notícia declarou ter conhecimento da existência de mais de 1 milhão de latas de banha em Santo Ângelo. Ao que parece, as incidências das

³¹⁸ CORREIO DO POVO. Por que está faltando leite em Porto Alegre. Porto Alegre, 04 de abril de 1943, p. 5).

³¹⁹ O MOMENTO. Prejuízos ocasionados pela seca. Caxias do Sul, 16 de janeiro de 1943, capa.

³²⁰ CORREIO DO POVO. Ainda a escassez do leite. Porto Alegre, 08 de abril de 1943, p. 4.

³²¹ CORREIO DO POVO. Abastecimento de leite a população. Porto Alegre, 06 de abril de 1943, p. 3.

³²² CORREIO DO POVO. Há indícios de que o preço da banha sofre efeito de manobras altistas. Porto Alegre, 08 de fevereiro de 1942, p. 5.

“manobras altistas” não tinham cessado. Em maio de 1943, o problema, no fornecimento de banha, fez parte das páginas do jornal novamente. Desta vez, os comerciantes reclamavam de terem recebido apenas 50% do produto encomendados.

Ao total, 500 varejistas compareceram à Associação Comercial dos Varejistas com o intuito de solicitar providências sobre a falta de banha no mercado e com o propósito de informar, ao presidente da associação, que o tabelamento não estava sendo cumprido, nem pelos atacadistas e, muito menos, pelos comerciantes, que já compravam os produtos majorados e declaravam que “atualmente nenhum dos produtos tabelados pode ser vendido ao público pelos preços oficiais. A banha, por exemplo, de acordo com o tabelamento, deixa uma parcela mínima de lucro.”³²³

A declaração de transgressão à tabela, ao ser publicada em um jornal de circulação estadual, fornece-nos indícios de que existiam casos em que o preço fixado era incompatível com a realidade, assim como a aparente normalidade que o descumprimento da norma era tratado. Para mais, foi ressaltada a “necessidade de uma fiscalização eficiente, que não se limite apenas ao varejo, mas principalmente ao comércio por atacado.” De acordo com os comerciantes, “como em quase todos os fenômenos altistas, o mal deve ser procurado entre os intermediários.” Por fim, eles declararam que “nunca o comércio a varejo sofreu uma crise tão intensa.”³²⁴

A escassez de banha e de leite eram questões sensíveis quando tratamos da alimentação da classe trabalhadora. Assim, a falta de banha, mas principalmente de leite, provocou a ira da população. Em Porto Alegre, podem ser elencados vários fatores como responsáveis pela escassez e pela carestia de produtos lácteos. Podemos citar os seguintes causadores disso: o inexpressivo crescimento do setor entre 1939 a 1943;³²⁵ os dois momentos de seca que atingiram o estado 1942/1943 e 1944/1945; os problemas no contrato assinado com a Cia. Normandia, originária da capital federal, a qual fornecia máquinas beneficiadoras do leite³²⁶ e as questões sanitárias.³²⁷

³²³ CORREIO DO POVO. Até agora, foi entregue apenas 50% da banha prometida aos varejistas. Porto Alegre, 06 de maio de 1943, p. 4.

³²⁴ CORREIO DO POVO. Até agora, foi entregue apenas 50% da banha prometida aos varejistas. op. cit.

³²⁵ CORREIO DO POVO. O entreposto ficara sob controle absoluto da comissão de abastecimento. Porto Alegre, 29 de março de 1944, p. 8.

³²⁶ CORREIO DO POVO. Pelo barateamento do leite. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1939, p. 5.

³²⁷ CORREIO DO POVO. O problema do fornecimento de leite à capital. Porto Alegre, 11 de janeiro de 1939, p. 7.

Em abril de 1943, quando a falta de leite, na capital gaúcha, atingia o auge, os funcionários da SABEL que trabalhavam no caminhão, ao pararem para abastecer, a população que se enfileirava na rua Marcilio Dias, no Bairro Menino Deus, foram testemunhas de um conflito entre os dois homens que esperavam a chegada do caminhão. “O povo formara “bicha” e um dos participantes do conflito pretendeu adiantar-se aos outros. Daí o conflito do qual resultaram algumas garrafas quebradas.”

Momentos depois, quando o mesmo caminhão percorria a Avenida Bastian, local em que se adensava uma multidão de pessoas aguardando a fornecimento do leite, foram registradas mais cenas de violência, as quais demonstravam o “desgosto do público pela anormalidade da distribuição do leite.” Os funcionários que guiavam o veículo, ao estacionarem, começaram a ser abordados “pela multidão que empunhava os mais variados recipientes,” amedrontado “o condutor do caminhão procurou pô-lo em andamento. O povo enfurecido, jogou contra o veículo garrafas, painéis e pedras e o caminhão só escapou graças a sua velocidade.”³²⁸

Figura 17 – Motim contra o caminhão da SABEL (Porto Alegre, 1943)



Fonte: Jornal Correio do Povo, 07 de abril de 1943.

³²⁸ CORREIO DO POVO. Ainda a escassez de leite para o consumo da população nas cidades. Porto Alegre, dia 07 de abril de 1943, p. 3.

A manifestação da “turba enfurecida” pode ser explicada por um conjunto de fatores, como as medidas impostas sem explicação pela prefeitura municipal, como a entrega do leite ocorrer obrigatoriamente em tarros;³²⁹ a proibição da venda de meio litro de leite³³⁰ e a insatisfação com a forma como estava ocorrendo o abastecimento. Durante o período em questão, as queixas da poluição, a respeito das longas filas e das peregrinações entre estabelecimentos, em busca do produto, eram recorrentes nos jornais, assim como as notícias sobre a mudança de administração da SABEL e os pedidos para que a população diminuísse o consumo de leite.

Diante dessa atmosfera de tensão, podemos imaginar a constituição do que Thompson chama de choque psíquico. O autor explica que a escassez é causadora desse fenômeno, o qual, ao ser acompanhado da “consciência das desigualdades e da suspeita de ser manipulada, o choque se transforma em fúria.”³³¹ A impossibilidade de substituição do leite por outro alimento de valores nutricionais iguais ou próximos a ele,³³² bem como a sensação de instabilidade na distribuição, causada pelas longas horas de espera pelo produto, muitas vezes em vão, pois, existiam relatos que, algumas vezes, o leite acabava no meio do trajeto, provavelmente, tenham despertado, na população envolvida nesse caso pontual, uma consciência de desigualdade e de descaso, transformando as frustrações em fúria.

A resposta aos problemas do leite e da banha foram bastante parecidas à intervenção do estado.³³³ No caso da última, após a chegada de novas remessas de latas de banha, aos centros consumidores, em maio de 1943, foi solicitado, pela Comissão de Abastecimento Público, o levantamento dos estoques das zonas produtoras.³³⁴ Um mês após o pedido, foi criado o setor de controle de estoques e de distribuição de banha, manteiga e óleos vegetais.³³⁵

³²⁹ CORREIO DO POVO. O fornecimento de leite a população. Porto Alegre, 28 de outubro de 1939, p. 5.

³³⁰ CORREIO DO POVO. Fornecimento do leite. Porto Alegre, 29 de outubro de 1939, p. 5.

³³¹ THOMPSON. op. cit., p. 201.

³³² Diferente da carne-verde, sua falta podia ser preenchida por peixe ou frango; e o pão francês, em último caso, poderia ser substituído pelo pão de guerra.

³³³ Importante frisar que, enquanto o governo estadual intervia para garantir abastecimento dos centros consumidores e a sobrevivência da suinocultura, mediante a seca, o Ministro da Agricultura foi à mídia, em maio de 1943, e fez a seguinte afirmação: “usem e abusem dos óleos vegetais”, sendo considerada, pelos produtores de banha, uma afronta, tendo grande repercussão na mídia estadual.

³³⁴ CORREIO DO POVO. Vai ser procedido o levantamento dos estoques de banha no Estado. Porto Alegre, 08 de maio de 1943, p. 3.

³³⁵ CORREIO DO POVO. Criado o controle de estoques e de distribuição de banha, manteiga e óleos vegetais. Porto Alegre, 02 de junho de 1943, p. 8.

A questão do leite foi sanada com a encampação da SABEL.³³⁶ No entanto, enquanto as providências judiciais estavam sendo tomadas para isso, o comércio do produto foi submetido à Comissão do Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul³³⁷. Ainda, em 1942, foi criada, pela Comissão de Mobilização Econômica, a Comissão Executiva do Leite, a qual tinha, como tarefa, a fixação de preços a serem pagos aos produtores, às usinas beneficiamento, bem como a determinação do valor que o produto chegaria aos consumidores.³³⁸ As medidas de intervenção estatal fizeram, pouco a pouco, o abastecimento de leite tornar-se menos caótico. No entanto, a produção não era mais proporcional ao consumo da população, e a seca agravou a situação. A média de consumo diário, em Porto Alegre, era de 65 mil litros,³³⁹ uma demanda alta para ser saciada com a estrutura que havia naquele contexto.

Dessa forma, a Comissão Executiva do Leite e a Comissão de Mobilização Econômica aconselhavam que cada família deveria consumir 2 litros e meio de leite por dia,³⁴⁰ ao invés de 5 ou 6, como era de costume, pois só racionando seria possível dispor do produto para toda população necessitada. Os paulistas também passavam por dificuldades no abastecimento de leite. De acordo com Cytrynowicz, “extensas filas se formavam junto aos caminhões de entrega do leite.”³⁴¹

Tudo indica que o conselho para diminuição do consumo de leite, na capital rio-grandense, não foi considerado pela população. Desse modo, o produto continuou sendo insuficiente para abastecer, de forma satisfatória, toda população. A conjunção entre a alta demanda e a escassez inspirou fraudes. De acordo com o que observou a CAERGS, ao deliberar pela ampliação na fiscalização, enviando vários fiscais para efetuar retirada de amostras, elas, ao serem analisadas, apresentaram “grande quantidade de água adicionada ao leite, fato que determina invariavelmente as péssimas qualidades químicas e bacteriológicas do produto.”³⁴²

A prática de “batizar” o leite com água era bastante difundida, tornando-se até música na voz de Jackson do Pandeiro:

³³⁶ O encanamento só ocorreu em agosto de 1944.

³³⁷ CORREIO DO POVO. A solução definitiva para o problema do leite. Porto Alegre, 01 de abril de 1944, p. 4.

³³⁸ CORREIO DO POVO. Comissão executiva de leite. Porto Alegre, 25 de maio de 1943, p. 4.

³³⁹ CORREIO DO POVO. Será normalizada a distribuição de leite na cidade. Porto Alegre, 20 de abril de 1944, p. 2.

³⁴⁰ CORREIO DO POVO. Cada família deverá consumir, no máximo, 2 ½ litros de leite. Porto Alegre, 18 de abril de 1944, p. 4.

³⁴¹ CYTRYNOWICZ. op. cit., p. 231.

³⁴² CORREIO DO POVO. Leite adulterado entregue à população. Porto Alegre, 30 de abril de 1944, p. 5.

O Zé veio da terra ainda tão criança
 Trazendo a esperança de vencer e regressar
 Chegando aqui trabalhando de leiteiro
 Ganhou tanto dinheiro que não sabia contar
 Comprou passagem de regresso á terra
 E dentro do navio foi o dinheiro contar
 O vento forte carregou aquilo tudo
 E Zé leiteiro começou a gritar

Água me deu, água levou
 Água me deu, água levou
 Água me deu, água levou
 Água me deu, água levou

E afobado caiu n'água e se afogou

O trocadilho “água deu a água tirou”, presente na letra da música, fazia alusão aos “batismos” feito pelos leiteiros ao leite.³⁴³ Roney Cytrynowicz, em sua pesquisa sobre São Paulo, cita o caso de uma usina beneficiadora que, em 1944, foi condenada, pelo TSN, por misturar água ao leite, “mas a multa aplicada foi considerada insignificante.”³⁴⁴ Em Porto Alegre, o dono de um bar chamado Orfeu foi denunciado por misturar água ao leite, de acordo com o que reporta Pureza:

O gráfico Eurico Machado pedira um “cafezinho” no bar por volta das 20h, quando de repente viu o irmão do proprietário, Eduardo Correa de Melo, servindo um copo de leite e adicionando um copo de água de igual quantidade à garrafa de leite. O gráfico então deu voz de prisão ao dono do bar, informando-o que aquilo constituía crime e o sujeito foi obrigado a se apresentar à delegacia.³⁴⁵

No decorrer do processo, Pureza descreve que o irmão do comerciante auferia lucros significativos com a mistura, cerca de 2 mil réis. As garrafas de leite eram lacradas, contudo o infrator era especialista em romper os lacres. Assim, depois de

³⁴³ PANDEIRO, Jackson do. Música: Água com Leite.

³⁴⁴ CYTRYNOWICZ. op. cit., p. 251-252.

³⁴⁵ PUREZZA. op. cit., p. 101 e 102.

efetuar a adulteração, recolocava-os sem que os clientes pudessem desconfiar da violação.

A população acabava sempre sendo a parte mais prejudicada. No caso da banha, se o produto estivesse escasso, tinham que se sujeitar a pagar o preço acima da tabela; caso contrário, o produto não “aparecia” detrás dos balcões. O leite, quando não havia “sumido”, estava na companhia da água. Pagava-se um elevado valor por um produto com qualidade duvidosa, considerando o fato de que somente, entre 1939 e 1942, houve um aumento de 32,3%³⁴⁶ em seu preço.

A escassez e a majoração dos valores cobrados pelo leite e a banha não nos parece ter relação direta com a Segunda Guerra Mundial. Obviamente, esses produtos foram afetados de maneira indireta, como, por exemplo, em função das dificuldades no transporte, considerando o racionamento de combustível e os obstáculos encontrados para a aquisição de máquinas para o beneficiamento do leite. Contudo, esses fatores não foram decisivos para o encarecimento nem para a falta desses artigos.

Embora a suinocultura e a produção de laticínios não tenham sido impactadas, de forma direta, pela guerra, a conjuntura de mobilização e o estado de beligerância abriam margens à carestia de vida. Como já mencionado, no primeiro capítulo, mercadorias de produção genuinamente nacional, tais como feijão, mandioca e batata também sofreram elevação de seus preços, corroborando para nossa crença de que a guerra servia para justificar o injustificável.

3.4 - O AÇÚCAR ERA DOCE, MAS O PREÇO ERA SALGADO

O Nordeste brasileiro, devido ao clima e ao solo, propícios para os canaviais, era o responsável pela produção de açúcar do país.³⁴⁷ Esse produto era de suma importância, não só pela sua utilização nas refeições, mas também pela possibilidade de fabricação de um subproduto, chamado álcool anidro.

O álcool anidro era feito com base no melaço residual do beneficiamento do açúcar, o qual era empregado como aditivo à gasolina. Além disso, no início da década de 1930, era considerado um dos principais produtos de importação brasileiro. Foi

³⁴⁶ CORREIO DO POVO. A alta do custo de vida no RS. Porto Alegre, 18 de abril de 1943, p. 10.

³⁴⁷ Isso até 1939, pois, com o advento da Segunda Guerra Mundial, o governo passou a estudar a possibilidade de produzir açúcar em outras regiões, o que passou a ser uma realidade no pós-guerra.

nesse período, em 1933, que o governo Federal decretou a lei n.22.789, instituindo o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). O objetivo de sua criação era orientar, fomentar e controlar a produção de açúcar no país.

Porém, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, houve uma queda de 3,7% nas exportações do produto. Tomás Szmrecsányi e Eduardo Moreira ousam afirmar que o açúcar foi “um dos produtos mais afetados pela guerra submarina.”³⁴⁸ É preciso considerar que, além do comprometimento das vendas com a Europa, o transporte do produto, entre o Nordeste e os centros consumidores nacionais, feito por meio da navegação de cabotagem, foi extremamente afetado.

No entanto, nem tudo estava perdido, uma vez que o contexto de beligerância gerou novas oportunidades para indústria canavieira, pois a dificuldade, na importação de gasolina, tornava a mistura de álcool anidro indispensável. A maior parte da produção desse aditivo vinha da destilaria estatal, criada em 1933, na cidade de Campos, no estado do Rio de Janeiro, a qual atingia a capacidade de 437 mil litros por dia.

O novo horizonte viabilizado pela guerra, para esse tipo de negócio, ocasionou uma avalanche de novas destilarias particulares. Em um levantamento realizado em 1941, foram contabilizadas 44 destilarias. Essas, juntas, produziam 77 milhões de litros de álcool por ano.³⁴⁹ Diante do potencial brasileiro e da necessidade que se fazia iminente, Arthur Torres Filho, membro do Conselho Federal de Comércio Exterior, sugeriu a criação de indústrias de álcool em caráter autônomo, em várias regiões do Brasil, principalmente no interior, onde houvesse possibilidades climáticas para plantação e para o comércio consumidor. A seguir, há alguns pontos da proposta analisada pelos membros do conselho e apresentada ao presidente.

Promover o aproveitamento ao máximo da capacidade das destilarias existentes;

Promover a ampliação das instalações existentes nessas destilarias;

Promover a instalação de novas destilarias;

Promover a instalação de destilarias destinadas a concentração de aguardente em Municípios que possam ser considerados centro de produção e distribuição de carburantes;

³⁴⁸ SZMRECSÁNYI, TAMÁS; MOREIRA, Eduardo. *O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial*. Estudos Avançados, n.11, 1991, p. 58.

³⁴⁹ SZMRECSÁNYI, TAMÁS; MOREIRA, Eduardo. op. cit., p. 59.

Recomendar ao Instituto do Açúcar e do Alcool a necessidade urgente de instalação de destilarias em Estados ainda não açucareiros em pontos considerados econômica e militarmente estratégicos, atendendo ao imperativo da ocupação econômica de nosso território e conseqüentemente importância para a segurança nacional, com a criação de centro de abastecimento no interior do país;

Fazer adotar pelo Instituto do Açúcar e do Alcool uma política de preços capaz de intensificar a indústria de álcool carburante, garantindo a lavoura e a indústria em causa, seja pela criação de um fundo de reserva formado pela cobrança de uma taxa sobre todo o álcool produzido, seja pela garantia de preços durante um período determinado, seja por uma combinação dessas modalidades ou outras;

Expedir lei especial autorizando expressamente o Instituto de Açúcar e do Alcool a tomar medidas acima recomendadas, de caráter executivo, que devam ser de sua alçada.³⁵⁰

O IAA também tinha o entendimento de que era necessária a ampliação das destilarias. Diante disso, ele criou o programa de destilarias centrais, as quais “não eram particularmente vinculadas a qualquer usina, mas estavam aparelhadas para processar a matéria-prima, encaminhada por aquelas que não tivesse destilarias próprias, ou cujas destilarias fossem pequenas demais.”³⁵¹ Além disso, a partir de 1942, a porcentagem da mistura do álcool anidro à gasolina teve um aumento de 5 para 20%, incentivando, assim, a abertura de mais empresas.

Com a entrada do Brasil no conflito mundial, o presidente Getúlio Vargas, por meio do decreto-lei 4.722, de 22 de setembro de 1942, tornou de interesse nacional as indústrias de álcool. Com o maior acréscimo de álcool anidro à gasolina, conseqüentemente, a demanda das destilarias também aumentou. A partir de então, o caldo de cana passou a ser utilizado na produção, e não mais o melaço residual.

Notamos, então, que boa parte dos canaviais estavam sendo destinados à fabricação de álcool anidro, o que afetou, de forma drástica, a produção de açúcar, que, juntamente com as adversidades encontradas no transporte, tornaram o produto escasso na mesa da população.

³⁵⁰ O ORIENTADOR: Trabalho Indústria e Comércio, n. 24, Porto Alegre, setembro de 1942, p. 1449 – 1450.

³⁵¹ SZMRECSÁNYI, TAMÁS; MOREIRA, Eduardo. op. cit., p. 59.

Tabela 17 – Produção de álcool anidro (1937 – 1941)

Ano	Toneladas
1937	16.397.981
1938	31.919.934
1939	38.171.502
1940	53.473.533
1941	76.572.318
1942	82.169.595
1943	50.199.344
1944	40.951.587
1945	22.797.973

Fonte: Revista O Orientador: Trabalho, Indústria e Comércio, 11 de maio de 1942 e informações contidas no artigo de GUIMARÃES, Carlos.

A tabela acima ilustra que a produção de álcool anidro, entre 1937 e 1941, cresceu mais de quatro vezes. Entretanto, de 1943 em diante, ocorreu uma grande queda. A explicação, para essa considerável diminuição, foi a dificuldade de importação, motivada pela evolução da guerra, de benzol, produto desidratante utilizado na fabricação do álcool.

No Rio Grande do Sul, não houve períodos prolongados de falta de açúcar. O que percebemos, na verdade, foi a existência de quadros de escassez em diversos momentos, mas que logo eram solucionados com a chegada de carregamentos nos portos. A exemplo disso, o Jornal Correio do Povo, em fevereiro de 1943, noticiou o melhoramento do transporte de carga entre os portos do Nordeste e do Rio Grande do Sul.³⁵² Em março, o governo estadual emitiu uma nota declarando que não haveria necessidade de racionar açúcar no Rio Grande do Sul.³⁵³ Mesmo sem precisar restringir o consumo, o preço desse produto sofreu elevação de 24,4% nesse ano.

Nos primeiros meses de 1944, chegaram 18 mil sacos de açúcar ao porto de Porto Alegre, e 50 mil desembarcavam em Rio Grande. Além disso, havia previsão do embarque de 420 mil sacos para estado em breve.³⁵⁴ Entretanto, diferente de 1943, o

³⁵² CORREIO DO POVO. Entrada de sal, açúcar e álcool em Porto Alegre. Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1943, p. 4.

³⁵³ CORREIO DO POVO. Não será racionado o açúcar. Porto Alegre, 25 de abril de 1943, p. 4.

³⁵⁴ CORREIO DO POVO. Entradas de açúcar e fornecimento de leite. Porto Alegre, 15 de abril de 1944, p. 3. CORREIO DO POVO. Serão embarcados para o Rio grande, em maio, 420 mil sacos de açúcar. Porto Alegre, 29 de abril de 1944, p. 8.

governo estadual implantou medidas de racionamento, como a proibição de fornecer açucareiros nas cafeterias e bares, devendo os cafés serem servidos adoçados.³⁵⁵ Esse tipo de restrição também foi implantado em São Paulo. De acordo com Roney Cytrynowicz, “a Comissão de Abastecimento do Estado [São Paulo] proibiu, em 3 de fevereiro de 1943, que estabelecimentos comerciais que vendessem café em xícaras deixassem açucareiros no balcão.”³⁵⁶

Ainda, a CAERGS solicitou, aos portos gaúchos, que nenhum saco fosse retirado sem ter o visto da referida, a fim de controlar a distribuição de açúcar que chegaria ao estado.³⁵⁷ Desse modo, diferente do leite e da banha o açúcar, embora fosse um produto genuinamente brasileiro, o açúcar sentiu as implicações da guerra. A escassez de gasolina proporcionou a elevação da porcentagem de mistura de álcool anidro, de modo que parte dos canaviais foram destinados a esse fim. Além disso, o transporte entre a região produtora e o Rio Grande do Sul estava comprometido devido à guerra nos oceanos. Assim, a junção dessas adversidades afetou o abastecimento de açúcar no estado, causando escassez e encarecimento do produto tão importante na dieta das famílias trabalhadoras.

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

No início deste capítulo, afirmamos que nosso propósito era compreender os motivos da escassez e da valorização de produtos como pão, carne, leite, banha e açúcar, todos indispensáveis na dieta alimentar das famílias trabalhadoras do Rio Grande do Sul.

Vários foram os fatores que contribuíram para a existência desses problemas, tais como: períodos de estiagem que causaram aos pecuaristas safras de gado de corte magro e pouca produção do gado leiteiro; aumento da demanda de produtos, como a carne verde, destinada à importação e a questão do o álcool anidro que, na tentativa de diminuir o consumo do combustível importado, era misturado cada vez em maior porcentagem à gasolina. Essa última medida transformou esse tipo de

³⁵⁵ CORREIO DO POVO. Persiste a falta de açúcar – fornecimento de querosene aos varejistas. Porto Alegre, 22 de abril de 1944 – p. 5.

³⁵⁶ CYTRYNOWICZ. op. cit., p. 257.

³⁵⁷ CORREIO DO POVO. Controle oficial sobre a retirada de açúcar do porto. Porto Alegre, 30 de abril de 1944, p. 7.

aditivo no objetivo principal da produção e não em um simples subproduto da produção de açúcar.

O transporte também era um fator problemático, já que ocasionava lentidão no escoamento da produção, de modo que mercadorias produzidas apenas em determinadas regiões do país, como o açúcar e trigo, custavam a chegar aos centros consumidores. Por fim, podemos, igualmente, citar a ação de açambarcadores e de comerciantes, os quais, visando ao lucro, estocavam mercadorias, alteravam balanças e descumpriam o tabelamento.

Logo, não podemos compreender a escassez e a elevação de preços dos gêneros de primeira necessidade, aqui analisados, como sendo apenas resultado de uma variante. Essas problemáticas devem ser consideradas como fruto da união de fatores internos e externos, sendo os internos agravados com a eclosão da guerra, e os externos provocados por essa.

4 - A GUERRA PARA ALÉM DO PRATO: OS IMPACTOS DO CONTEXTO BÉLICO EM OUTROS SETORES

A escassez de artigos e a carestia de vida eram a tônica durante o período em que perdurou a Segunda Guerra Mundial. No capítulo anterior, ficou claro que o conflito foi sentido no prato e que os problemas que existiam anteriormente, com a conflagração de guerra, intensificaram-se.

Contudo, os trabalhadores também tiveram que lidar com os impactos causados pela guerra em outros setores, como no transporte. Automóveis e caminhões movidos a gasolina e a diesel pararam de circular; os ônibus e os bondes trafegavam com horários mais espaçados. Tanto o transporte de carga como o de passageiros foram atingidos pelo contexto bélico. A dificuldade na importação de combustíveis, máquinas e peças de reposição provocaram o caos. Nas cidades, os trabalhadores se espremiavam nas plataformas dos bondes; no campo e nos portos, avolumavam-se mercadorias à espera de escoamento. A discussão sobre esse tema é apresentada no subcapítulo denominado *O aperto e a escassez: as dificuldades enfrentadas no transporte público e coletivo durante a guerra*.

No segundo subcapítulo, destinamos para tratar acerca da incidência contrabando de materiais de borracha por meio da fronteira Norte/Noroeste do estado. O látex era um dos materiais mais utilizados na guerra, todavia, após a invasão, nas possessões da Inglaterra, na Ásia, os Aliados tiveram que procurar outro mercado fornecedor de borracha.

Depois da assinatura de um acordo com os Estados Unidos, o Brasil passou a ser o grande fornecedor de látex para os países aliados. Com o intuito de garantir a extração dessa matéria-prima, o governo brasileiro investiu em propaganda, de modo a angariar recrutas para o chamado “front da borracha”. Ainda, estabeleceu diversas normas a respeito da compra e da venda de materiais à base de látex. Enquanto isso, o comércio ilegal desses artigos se apresentava como um negócio vantajoso, sendo praticado em vários níveis, do trabalhador comum a pessoas públicas, tendo, como rota principal, a fronteira Norte/Noroeste do estado.

Por fim, no último subtítulo, *A obra parou e a luz apagou: a escassez de materiais de construção e o racionamento de energia elétrica*, exploramos os problemas enfrentados na importação de produtos como ferro, aço e cimento, os quais, conseqüentemente, provocaram a elevação dos preços e a paralisação de

obras. Também geraram as ameaças de demissão de operários devido à falta de potencial energético para abastecer as indústrias.

A análise dos impactos causados pela guerra, nesses setores, realizada em três subcapítulos, será feita com o intuito compreender de que forma o caos do transporte, a falta de materiais de construção, o racionamento de energia e a possibilidade ilegal de contrabando de borracha, através das fronteiras gaúchas, afetaram a vida do trabalhador e quais estratégias foram criadas para lidar com as novas condições.

4.1 - O APERTO E A ESCASSEZ: AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO TRANSPORTE PÚBLICO E COLETIVO DURANTE A GUERRA

“Frases como saída, tá pronto, fais favor”, etc. são proferidas numa sequência quase ininterrupta. O Cobrador, com malabarismos de homem de circo, num vai e vem contorcido cumpre seus penosos deveres sob os olhares inquisidores dos fiscais que se sucedem. O problema desse era a ocupação dos balaústres, que existiam nas plantadoras horizontalmente que defendiam as vidraças internas dos carros elétricos, “esses três paus roliços” eram um ponto de apoio para os passageiros, “no final da friagem ou no impulso da saída é justamente quando o passageiro se encontra na plataforma, ele necessita de amparo. [...] O lugar é arejado, perigoso, mas relativamente. O apoio que todos precisam ele monopoliza (uma pessoa, um sujeito). [...] E quando o ocupante é um mortal de cem quilos e de avantajada barriga a coisa piora sobremaneira”.³⁵⁸

A citação anterior foi publicada dia 28 de abril de 1944, no jornal Correio de Povo, a situação descrevia cenas cotidianas dos bondes que cruzavam de Porto Alegre. O autor da reportagem sugeria, à empresa concessionária do transporte público da capital, a colocação de um corrimão munido de seguradores, com mola no teto da plataforma dos carros, para que os passageiros, ao saírem ou em caso de freada brusca, conseguissem se segurar. Também propôs a criação de uma campanha com “gravuras caricaturadas mostrando a situação crítica de um indivíduo gordo e barrigudo entravando a saída de qualquer passageiro”.

As problemáticas relacionadas ao transporte, entre 1939 e 1945, estavam atreladas à conjuntura mundial, à eclosão e ao fim da Segunda Grande Guerra Mundial. O transporte de cargas e pessoas foi um dos primeiros setores a ser atingido com o início do conflito. As empresas detentoras das concessões, para explorar o

³⁵⁸ CORREIO DO POVO. A superlotação dos bondes, Rio Grande do Sul, 28 de abril de 1944, p. 4.

transporte público e energia elétrica, em várias cidades do Brasil, eram de origem inglesa ou estadunidense³⁵⁹.

Os maquinários utilizados nesses tipos de serviço eram importados, assim como as peças de reposição. Desse modo, após a deflagração do conflito, os oceanos passaram a ser locais inseguros, prejudicando as importações de peças e de máquinas. Considerando a delicada situação, o jornal *Correio do Povo* lançou uma campanha de cooperação ao transporte coletivo, como podemos observar no trecho que segue:

Não basta ficar rezando em casa e nas igrejas [...] e nem mesmo entregar-se de corpo e alma ao trabalho necessário a satisfação das necessidades dos mesmos. Imperiosa e imediata é a necessidade de que todos os que ficam em suas próprias cidades se adaptem as novas contingências surgidas com a guerra.

Como deve ser prestada esta colaboração? Não viajar em horas de movimento para simples passeio ou compras que possa ser realizada em outras horas; embarcar, sempre e sempre, pelas portas traseiras dos elétricos e desembarcar pelas portas da frente; não empurrar os que também precisa, pois isso sempre resulta em incidentes desagradáveis, fazer filas nos pontos de parada dos condutores e, em resumo, conservar permanentemente em estado de alerta o senso ordeiro e cavalheiresco que deve predominar nas pessoas bem-educadas.³⁶⁰

A referida campanha solicitava boas práticas e atenção aos horários de pico, de modo não se usar o transporte sem real necessidade. Além disso, ao se referir à questão do “entregar-se de corpo e alma ao trabalho”, o jornal fazia relação aos pedidos realizados pelo governo. Conforme percebemos, o discurso oficial era empregado, pelas empresas e pela imprensa, para mobilizar a população e a fim de justificar os problemas no transporte. Entretanto, existe uma grande distinção entre

³⁵⁹ Para mais ler SAES, Alexandre Macchione.. *Modernizing Electric Utilities in Brazil: National vs. Foreign Capital, 1889-1930*. *Business History Review*, v. 87, p. 229-253, 2013. SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. 2008. 428 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

³⁶⁰ CORREIO DO POVO. Sem a colaboração popular o mal aumentará: não é possível fabricar bondes quando bárbaros assaltam povos indefesos, compreender e colaborar para afastar as dificuldades dos transportes coletivos é mais do que uma necessidade, é uma obrigação que faz parte do esforço de guerra democrática!, Rio Grande do Sul, 13 de abril de 1944, p. 14.

promover campanhas de mobilização popular para a guerra e a adesão da população, convencida de que os recorrentes infortúnios eram motivados pelo estado bélico mundial.

Nos espaços abertos às manifestações populares, sejam eles jornais ou rádios, os cidadãos, ao relatarem os problemas cotidianos, demonstravam a presença de um clima de tensão, o qual era motivado pelas filas, pelos apertos, pelas modificações de horários e pelas tentativas de aumento da passagem.³⁶¹

A Companhia Carris Urbanos de Porto Alegre, do mesmo modo, promoveu uma campanha “a fim de fazer com que o público se conformasse com a situação criada pela guerra, no que diz respeito a escassez de transportes coletivos, principalmente a falta de bondes.” Mas os conflitos eram inevitáveis. Segundo noticiou o periódico gaúcho, muitas situações davam “margens para pugilatos e outras cenas desagradáveis com a intervenção policial.”³⁶² Atitudes desse tipo também foram relatadas nos estudos sobre São Paulo. De acordo com Cytrynowicz, os jornais relatavam a “falta de civilidade da população.” Situações de gritos, pessoas espremidas dentro dos bondes, contusões e machucados são mencionados pelo autor.³⁶³

A falta de gasolina, devido às dificuldades de importação, motivou a proibição a circulação de carros. Esse tipo de medida, juntamente com a restrição dos horários de bonde, transformavam o transporte da capital gaúcha um verdadeiro caos. No entanto, como já abordamos, a Segunda Guerra Mundial serviu, desde de seu início, como argumento para justificar problemas nem sempre relacionados diretamente a ela. Então, teriam as lotações e as más condições do transporte público sido provocadas pela conjuntura bélica?³⁶⁴

Indícios nos sugerem que, para além da falta de peças sobressalentes para o trabalho de manutenção nas oficinas da Companhia Carris, havia desinteresse da empresa concessionária em oferecer transporte de qualidade, uma vez que o acordo

³⁶¹ CORREIO DO POVO. A superlotação e agitações causadas pela falta de linhas foram alguns dos fatores responsáveis para que, em 1943, houvesse 155 quedas do bonde e 187 atropelamentos, demonstrando, desse modo, a situação calamitosa que se enfrentava. Porto Alegre, 06 de abril de 1944, p. 3.

³⁶² CORREIO DO POVO. Queixas do público – a escassez nos meios de transporte. Porto Alegre, 30 de julho de 1944, p. 11.

³⁶³ CYTRYNOWICZ. op. cit., p. 77.

³⁶⁴ CORREIO DO POVO. Foram restringidas, aos domingos, as seguintes linhas de transporte coletivo de Porto Alegre: Belém Novo, Belém Velho, Vila Jardim, Tristeza até Espírito Santo, Passo da Mangueira, Viamão, Itupan, Canoas, Chácara Barreto, Vila Rio Branco, Santo Antônio, Passo do Feijó e São Leopoldo. Porto Alegre, 20 de março de 1943, p. 40.

de cessão havia acabado em 1941. A empresa não demonstrava nenhuma vontade de continuar prestando esse tipo de serviço, porém acabou sendo obrigada, pelo governo brasileiro, a continuar. Na mesma perspectiva, Cytrynowicz afirma que a guerra e seu impacto “relativo de escassez” permitiu que “os conflitos urbanos em torno da desatenção e dos desinvestimentos sobre o transporte público e a prioridade dada ao transporte particular, o automóvel, assumissem os ares de uma discussão em torno dos efeitos da Segunda Guerra Mundial.”³⁶⁵

Portanto, na concepção do autor, o problema do transporte público, em São Paulo, era anterior à guerra, tendo se agravado após a deflagração dela. Índícios nos sinalizam para essa conclusão a respeito do transporte público em Porto Alegre e Pelotas. As más condições existiam *a priori*, sendo resultado do descaso e da falta de investimento no setor, que acabaram sendo potencializadas com o advento da guerra. Assim, não podemos atribuir as más condições e a escassez de horários apenas ao contexto bélico.

Contudo, não iremos nos aprofundar sobre que motivos preponderaram para a precariedade das linhas de transporte coletivo, uma vez que nosso foco, neste capítulo, é analisar de que forma essas complexas situações de falta de transporte público e de combustível afetaram a dinâmica nas cidades e, conseqüentemente, atingiram o trabalhador gaúcho.

A importação de combustível foi bruscamente afetada com a guerra na Europa, pois os navios petroleiros não se arriscavam na travessia do oceano. Logo, o racionamento de combustível era inevitável. Em 1940, o Brasil utilizou 43.802 toneladas de petróleo; em 1941, os números caíram para apenas 27.451 toneladas. Em situação parecida estava o *Fuel Oil* (óleo utilizado em fornos e caldeiras). Desse óleo, em 1940, foram importadas 413.815 toneladas e, em 1941, houve uma queda de quase metade, fechando com 289.447 toneladas.

O óleo diesel, importante combustível para as máquinas e geradores, também sentiu o decréscimo nas importações. Esse produto, em 1940, atingiu a marca de 97.616 toneladas; um ano depois, a situação era ainda mais grave, pois o país não conseguiu adquirir mais do que 58.811 toneladas dele. Jorge Ferreira conta que, no Rio de Janeiro, “os automóveis particulares pararam de rodar. Os táxis continuaram

³⁶⁵ CYTRYNOWICZ. op. cit., p. 82.

prestando serviços, mas diversos profissionais ficaram sem trabalho ou desempregados, como motoristas, garagistas, mecânicos, pintores e lanterneiros.”³⁶⁶

A solução, para amenizar essa situação, veio com a instalação de gasogênio nos automóveis. Esse se tratava de um equipamento que, acoplado ao carro, extraía, da queima do carvão, a energia para movimentar motores. Embora os veículos movidos a gasogênio tivessem perda de potência, registrou-se grande adesão da população a esse novo recurso. O periódico rio-grandense *Correio do Povo* veiculou, em 1943, que “em todas as estradas circulam automóveis e caminhões movidos por esse combustível.”³⁶⁷

Nesse contexto, o governo passou a estimular o surgimento de fábricas para produção e instalação dos aparelhos, abrindo, até mesmo, um edital de concorrência pública para adquirir mil kit’s e vendê-los a baixo custo. De acordo com Ferreira,

[...] técnicos norte-americanos foram convocados para orientar a fabricação de aparelhos de qualidade a baixo custo. A adoção do gasogênio, segundo dirigentes do Ministério da Agricultura, também resolveria o problema da ociosidade das oficinas mecânicas. Parados por falta de gasolina, os automóveis não necessitavam de manutenção ou conserto.³⁶⁸

Muitas empresas passaram a trabalhar com a instalação desses kit’s, e anúncios deles, nos jornais, tornaram-se recorrentes. No anúncio a seguir, notamos que a eficiência e a economia eram citadas como características importantes do gasogênio.

³⁶⁶ FERREIRA, Jorge. Brasil, 1942: Estado e sociedade contra o Reich, *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, n. 2, v. 30, 2017, p. 93.

³⁶⁷ CORREIO DO POVO. Intensificação do gasogênio, *Porto Alegre*, 05 de fevereiro de 1942, p. 5. 1944, p. 3.

³⁶⁸ FERREIRA, *op. cit.*, p. 95.

Figura 18 – Anúncio de empresa que vendia e que instalava gasogênio

D 19174 A

Gasogênio Rimoli

Agora com novo dispositivo de
filtragem superior a 1.500 qui-
lômetros garantidos

O gasogênio vencedor absoluto
do 1.º circuito de corrida de au-
tomóveis promovido pela "Fôlha
da Tarde" em 1943

PRATICO E RESISTENTE

Fabricante e distribuidor:
OFICINA
AUTO GERAL RIMOLI
Riachuelo N.º 1.255 – Fone 6700

Fonte: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 19 de março de 1944.

Figura 19 – Anúncio de empresa que vendia e que instalava gasogênio

CORREIO DO POVO

DE 1944

GASOGENIO "GOMES"

326 Aparelhos a gasogenio marca "GOMES" já vendidos comprovam a superioridade técnica e economica que oferecem. Guie-se pela experiencia dos que o possuem e hoje mesmo consulte-nos sobre qual o aparelho indicado para seu carro ou caminhão, verificando, outros, sim, NOSSO NOVO MODELO, mais eficiente, mais simples ainda, que acabamos de lançar no mercado

Nossa afirmativa é baseada em fatos concretos conforme falaram alguns dos mais idoneos atestados que transcrevemos abaixo:

Cooperativa dos Emp. Viação Ferrea — Caixa Economica — Da. hne, Conceição & Cia. — Albino Bianchi — Rodolfo Della Mea — Pref. Julio de Castilhos.

GASOGENIO GOMES LTD.: RUA SETE DE SETEMBRO, 566 —
TEL. 8618 — PORTO ALEGRE
FABRICA — MONTAGEM — ESCRITÓRIO

Fonte: CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 19 de março de 1944.

Nos três primeiros meses de guerra, as consequências, no setor de abastecimento de combustíveis, já eram aparentes. Em novembro de 1939, o valor da gasolina havia aumentado 120 réis por litro na capital do país, o que levou os Conselhos de Tabelaamento dos Estados a serem chamados para que analisassem a situação em suas respectivas dominações.³⁶⁹

Os governos – federais, estaduais e municipais – não poupavam esforços com o propósito de manter o controle sobre a distribuição dos combustíveis. Em Porto Alegre, por exemplo, o prefeito Loureiro da Silva assinou um decreto, em fevereiro de 1942, que proibia a venda de combustíveis das 17 horas de sábado às 4 horas da madrugada de segunda-feira. No entanto, existem relatos de que a população encontrou meios de contornar a lei; alguns moradores da capital, por exemplo, procuravam postos fora da cidade para abastecer, principalmente nas praias do litoral.

Juntamente ao estabelecimento dos horários para consumo de gasolina, foi solicitado, às companhias distribuidoras de combustíveis, que enviassem, quinzenalmente, à Comissão de Controle de Abastecimento Público, a relação de seus estoques, além de aconselhar “maior prudência, evitando saídas desse combustível acima do consumo normal.”³⁷⁰

Embora houvesse o esforço dos órgãos estaduais, para combater o desvio e uso inadequado de combustíveis, o controle total era impossível. Eram frequentes as denúncias de vendas clandestinas que chegavam às delegacias. Em Caxias do Sul, as empresas Zanella Mello & Cia, Amadeu Milani e Luiz Pizzamiglio & Cia, bem como o chofer Ernesto Guterres, foram acusados de estarem praticando “mercado negro” de combustíveis³⁷¹, tendo como respaldo as vistas grossas do fiscal da Comissão de Abastecimento (CA).³⁷²

A CA de Porto Alegre enviou, à delegacia de Caxias do Sul, um telegrama cobrando providências, pois haviam tomado ciência, por intermédio de denúncias, que

³⁶⁹ CORREIO DO POVO. Aumento de 120 reais no preço do litro da gasolina. Porto Alegre, 23 novembro de 1939, p. 5.

³⁷⁰ CORREIO DO POVO. Vigilância rigorosa dos combustíveis em Porto Alegre. Porto Alegre, 04 fevereiro de 1942, p. 5.

³⁷¹ TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL, Ernesto dos Santos e outros, Caxias do Sul, 20 de junho 1944. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

³⁷² Importante destacar que Caxias do Sul era o centro distribuidor de gasolina, encaminhando combustível às cidades de Antônio Prado, Flores da Cunha, Vacaria e Bom Jesus.

a chefatura daquela localidade se mantinha alheia aos crimes e nada havia feito, por conta própria, para reprimi-los.

Amadeu Milani, dono de uma bomba de gasolina na cidade, foi acusado de ter vendido, clandestinamente, 30 litros de gasolina; Hermínio Zanella, indiciado por vender gasolina a Abrelino; Luiz Pizzamiglio foi incriminado por transportar 300 litros de gasolina de duvidosa procedência, e Ernesto de vender gasolina com procedência duvidosa a seus colegas de profissão.

As acusações de que Luiz Pizzamiglio, dono de uma fábrica de tecidos, havia transportado galões de combustíveis foram ratificadas pelos testemunhos dos funcionários João Kuhn e Pedro Giaconett. Em sua defesa, o proprietário explicou que estava construindo uma nova sede para a empresa e que o frete dos galões fazia parte de um acordo, no qual ele se responsabilizou por abastecer os automóveis que transportassem os materiais para a obra.

Hemínio Zanella, em seu depoimento, declarou desconhecer quem era Abrelino, o qual lhe acusava de ter vendido 18 mil cruzeiros em gasolina de forma clandestina. Todavia, reconheceu que negociou gasolina, pelo preço tabelado, com os motoristas que haviam lhe abastecido com lenha para uso da fábrica.

Ernesto Guterres era chofer, seu automóvel esteve por 15 dias parado para conserto. Com uma numerosa família para prover, resolveu vender sua cota de gasolina aos seus colegas de praça. Ademais, o responsável pela delegacia da cidade, acusado de cumplicidade com os réus, argumentou que a denúncia envolvia querelas particulares, já que Ernesto era inimigo de Pedro de Oliveira França, fiscal da Comissão de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, que foi destacado para averiguar casos de negócios clandestinos de combustível na cidade de Caxias do Sul.

Em vez de ir se instalar na sede da delegacia, para averiguar as denúncias, (o fiscal) foi procurar o escritório do advogado, chefe da oposição ao prefeito, onde a portas fechadas, sem testemunho algum (vide os termos de declaração, até sem escrivão) foi extorquindo declarações de gente humilde, para que o jornalzinho do requerido bacharel pudesse noticiar escandalosas novidades, contra as autoridades constituídas.”³⁷³

Assim, percebemos que, para além dos crimes, existiam intrigas e querelas envolvendo empresas, trabalhadores e autoridades, formando um campo de disputa

³⁷³ TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL, Ernesto dos Santos e outros, Caxias do Sul, 20 de junho 1944, p. 122. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

de interesses, fossem eles pessoais, econômicos ou políticos, os quais, muitas vezes, eram levadas para outras instâncias.³⁷⁴

Na região Sul do estado, também havia indícios de que a comercialização de combustíveis estava sofrendo irregularidades. No dia 13 de abril de 1944, o jornal *Correio do Povo* publicou que “Pelotas era, até poucos dias atrás, o paraíso dos açambarcadores e traficantes do mercado negro.”³⁷⁵ Conforme a reportagem, a prática de negócios ilegais, no ramo, motivou a mudança da Comissão Regional de Abastecimento e do delegado de polícia regional, Uiraçaba Salvado, para a cidade.

Com a instalação da CRA, em Pelotas, foi descoberta uma rede clandestina de venda de querosene e de gasolina, chefiada por José Requião de Oliveira, funcionário público, e por Carlos D. Gastal, gerente da firma Francisco Souza e Silva e agente da *Standard Oil Company*.

Os casos do município de Caxias, assim como o de Pelotas, sinalizam para prática de transgressão do sistema por todos os níveis de trabalhadores, do chofer da praça ao funcionário das grandes companhias. Até mesmo funcionários da própria Comissão de Controle e Abastecimento Público não estavam imunes à corrupção.

Com o intuito de monitorar a distribuição de combustíveis, durante o período de escassez provocada guerra, foram criados cupons de cotas, que deveriam ser distribuídos para os interessados em adquiri-los. Em Porto Alegre, a distribuição desses ficava a cargo da Comissão de Controle e Abastecimento. Sem a apresentação dos cupons, a compra não podia ser efetivada.

Entre os funcionários da Comissão de Controle e Abastecimento, estava Oliveiro Mâncio. Considerando a venda ilegal de cupons um bom negócio, Oliveiro passou a furta da repartição em que trabalhava alguns talões³⁷⁶. Nessa empreitada, era acompanhado pelo chofer Joaquim Prado. A parceria ocorria da seguinte forma: Oliveiro furtava os cupons, e Joaquim angariava os compradores entre seus colegas de profissão.

Em certa ocasião, Joaquim resolveu abandonar a capital rio-grandense para ir tentar a sorte no Rio de Janeiro. Diante disso, Helena, sua esposa e cunhada de Oliveiro, seguiu o negócio, oferecendo os cupons para os colegas de seu ex-marido.

³⁷⁴ Os envolvidos foram absolvidos por falta de provas.

³⁷⁵ *CORREIO DO POVO*. “Pelotas era, até poucos dias atrás, o paraíso dos açambarcadores e traficantes do mercado negro. Porto Alegre, 13 de abril de 1944, p. 14.

³⁷⁶ *TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL*. Oliveiro Mâncio e outros, Porto Alegre, 28 de dezembro de 1943. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

O arriscado negócio foi realizado diversas vezes, sem ninguém ser flagrado, até o dia em que Helena recebeu de seu cunhado um cartão para aquisição de 600 litros de gasolina e vendeu-o a José Machado.

Então, Machado acabou revendendo o bilhete à empresa Expresso Saraiva. O caso levantou suspeita das autoridades locais e passou a ser investigado, terminando com a condenação de Oliveira a 2 anos e 4 meses de prisão e multa de Cr\$ 5.833,30. Já Helena, teve que pagar Cr\$ 500,00 aos cofres públicos, e José permaneceu 1 mês recluso, pagando Cr\$ 2.000,00 de multa.³⁷⁷

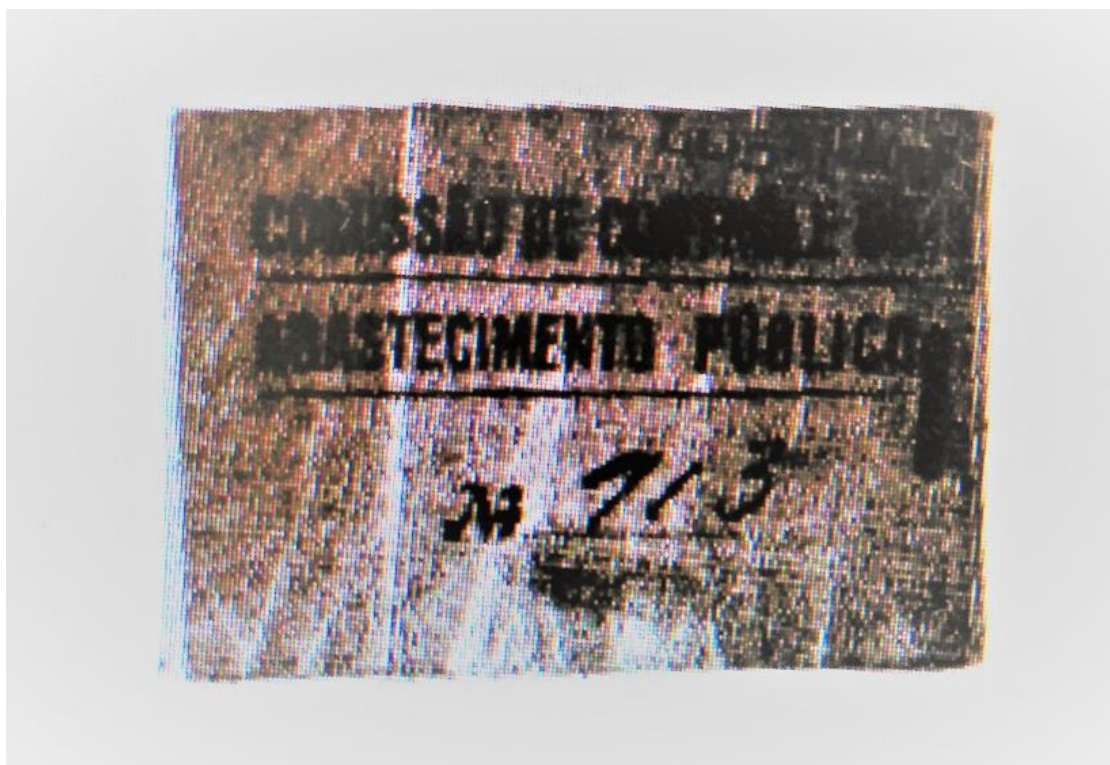
Figura 20 – Fotografias dos envolvidos no processo



Fonte: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Oliveira Mâncio e outros, Porto Alegre, 28 de dezembro de 1943. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

³⁷⁷ TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Oliveira Mâncio e outros, Porto Alegre, 28 de dezembro de 1943. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

Figura 21– Cupom de abastecimento fornecido pela Comissão de Controle e Abastecimento Público



Fonte: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Oliveiro Mâncio e outros, Porto Alegre, 28 de dezembro de 1943. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

O envolvimento de alguns trabalhadores, em negócios dessa natureza, representou uma forma de auferir algum ganho com a comercialização ilegal de combustíveis. No capítulo anterior, examinamos o agravamento das dificuldades enfrentadas pelas famílias operárias para adquirir itens básicos, como pão, carne, leite, banha e açúcar após a eclosão da guerra. Contudo, através da análise dos casos mencionados anteriormente, percebemos que a conjuntura bélica não representou somente o aumento das restrições alimentares para essa classe, mas também oportunidades de negócios ilícitos e vantajosos.

Todavia, se, no meio urbano, a escassez de combustível e a falta de peças de reposição para manutenção de bondes e ônibus causaram problemas referentes ao deslocamento, isso foi pior, principalmente, à classe trabalhadora, que, em sua maioria, dependia unicamente do transporte público para se locomover dentro das cidades.

No campo, a situação não era muito diferente, uma vez que faltavam meios de transporte para escoar a produção. Exemplo disso foi o caso de um produtor de trigo

da cidade de Marcelino Ramos, que tinha 900 toneladas desse grão estocado, pois faltava transporte. Nesse caso, “seriam necessários uns 40 vagões para levar este trigo para São Paulo, mas, a muito custo, lá de vez em quando, o exportador consegue da Estada um ou dois vagões”.³⁷⁸

O problema de transporte já era algo recorrente antes da guerra. Isso é ilustrado em uma reportagem no Jornal Correio do Povo, de março de 1939, na qual produtores de trigo de Passo Fundo relataram problemas com o carregamento de trigo negociado com compradores de Santa Catarina e Paraná.³⁷⁹ Outra situação similar ocorreu em julho do mesmo ano, em que a empresa A. Germani de Caxias solicitou, junto ao Conselho Técnico de Economia e Finanças e Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros, que fosse reestabelecida a tarifa de emergência para o trigo em grão que chegava aos portos do litoral e destinava-se ao interior, de modo a baratear o transporte.³⁸⁰

Com base em estudos apresentados durante o VI Congresso Nacional de Estradas de Rodagem, realizado no Rio de Janeiro, em 1936, o Rio Grande do Sul estava em penúltimo lugar, em relação aos outros Estados Brasileiros, no que se refere à qualidade de estradas de rodagem.³⁸¹ Não eram raros os relatos de viajantes que levavam dias para percorrer trechos curtos, como o caso de Alberto e Ângelo Michele, que demoram dois dias cruzando o trajeto entre Caxias do Sul³⁸² e Porto Alegre.³⁸³

Na tentativa de solucionar a latente adversidade, em 1938, foi criado o Departamento de Estradas e Rodagem – DAER. Segundo Muller, “a criação do DAER permitiu que, em poucos anos, 3 mil km de rodovias de terra recebessem melhorias. Na segunda metade dos anos 1940, o Rio Grande viu a pavimentação de Porto Alegre – São Leopoldo”. Apesar de as más condições das rodovias estarem sendo amenizadas, com o advento da guerra, a situação se agravou.

³⁷⁸ O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 13, Porto Alegre, dia 05 de abril de 1943, p. 399.

³⁷⁹ CORREIO DO POVO. Falta de “Wagons” de Viação Ferrea para a condução do trigo de Passo Fundo. Porto Alegre, 22 de março de 1939, p. 4.

³⁸⁰ CORREIO DO POVO. O Barateamento de transporte para o trigo. Porto Alegre, 14 de julho de 1939, p. 3.

³⁸¹ MULLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Grande Sul, 1998, p. 118.

³⁸² De acordo com o trajeto escolhido, a distância entre Caxias de Sul e Porto Alegre podia variar de 128 a 170km.

³⁸³ MULLER, *op.cit.*, p. 118.

O governo do Rio Grande do Sul recebia, com certa frequência, correspondências solicitando ajuda para embarque de mercadorias. Em um desses casos, comerciantes de José Bonifácio, Getúlio Vargas e Lagoa Vermelha encaminharam um memorando ao interventor federal explicando a situação “calamitante” que estavam passando devido à falta de escoamento da produção. Eles declararam que tinham “fechado três casas exportadoras, estando ameaçadas outras quatro, muitas foram obrigadas a despedir operários, elevando-se o número de desempregados a quinhentos.”³⁸⁴

A produção de carne da região sempre foi vendida para outros estados, principalmente São Paulo, porém os produtores enfrentavam percalços na hora de despachar os pedidos. “Na Estação do Rio Uruguai, contava-se 70 vagões carregados esperando baldeação, a viação férrea estava recusando até mesmo pequenos despachos alegando dificuldades com os transportes.” Conforme os comerciantes, “havia-se cogitado enviar a produção por mar, mas encareceria muito o valor final do produto.”³⁸⁵

Em meio a tantos pedidos, em 1942, o diretor da Viação Ferroviária do Rio Grande do Sul, Valdetaro de Amorim de Melo, afirmou que não havia a possibilidade de resolver o problema do transporte no estado. Com a escassez de combustível, muitos produtos que, antes eram transportados por rodovias, passaram a depender dos trens, produzindo uma grande demanda, a qual, de acordo com Valdetaro, era impossível de atender, uma vez que não se dispunha de material rodante necessário para transportar toda produção rio-grandense, estando a aquisição de novos vagões descartada devido ao contexto beligerante que se apresentava.

O caos no setor transporte persistiu. Em 1944, durante uma reunião para discutir o problema do escoamento da produção no estado, a Comissão de Abastecimento Público apresentou dados alarmantes. Havia 120.000 metros cúbicos de mercadorias, destinadas à exportação, esperando uma solução, e “os transportes fornecidos são[eram] menos da metade do que necessita[va] realmente o comércio rio-grandense.”³⁸⁶

³⁸⁴ CORREIO DO POVO. Crise de transporte na região serrana, Porto Alegre, 15 de setembro de 1939, p. 5.

³⁸⁵ CORREIO DO POVO. Crise de transporte na região serrana, op. cit.

³⁸⁶ CORREIO DO POVO. Na Comissão de Abastecimento Público. Porto Alegre, 01 de março de 1944, p. 4.

A difícil realidade podia ser acompanhada nos jornais, que não poupavam tinta quando o assunto era problemas no transporte. O periódico *Correio do Povo*, publicou, em março de 1944, a reclamação do proprietário da empresa Ferreira Irmão e Cia,³⁸⁷ da cidade de Pelotas, a respeito da insuficiência de navios para carregar a produção da região:

Do Rio para o Sul, somente haviam saído três vapores, sendo parte deles de pequena tonelagem e que divididos entre as três praças de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, dificilmente seriam atendidas as nossas necessidades, resultando disso que os dois artigos de fácil deterioração, batata e cebola, não tiveram a devida evasão.³⁸⁸

Continuando sua argumentação, o empresário empregou o discurso oficial de mobilização para cobrar compromisso do governo e solicitar uma solução. “Com orgulho que vos lembro que o soldado brasileiro dando-lhe armas, saberá honrar o Brasil e a nós, soldados da retaguarda, uma vez que nos sejam dados com regularidades, meios de transporte, também saberemos cumprir com os nossos deveres.”³⁸⁹

No entanto, os transtornos referentes ao transporte de mercadorias não se restringiam apenas ao Rio Grande do Sul. Outros estados, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, apresentavam episódios de escassez de determinados gêneros de primeira necessidade em decorrência da dificuldade em transportarem os artigos do lugar de produção aos centros consumidores.³⁹⁰

Nesse sentido, os portos gaúchos estavam abarrotados de cargas à espera de transporte. Em agosto de 1944, acumulavam-se 120 mil toneladas de mercadoria, das quais 2/3 eram alimentos. Estimava-se a necessidade de 50 navios para dar vazão a esse enorme estoque, e o motivo da espera era a falta de navios. Há três meses que não saiam embarcações para os portos de Fortaleza, Manaus, Maranhão e Belém.³⁹¹

³⁸⁷ Antônio Simões Lopes d’Almeida.

³⁸⁸ *CORREIO DO POVO*. Grande dificuldade para escoamento da produção. Porto Alegre, 04 de março de 1944, p. 2.

³⁸⁹ *CORREIO DO POVO*. Grande dificuldade para escoamento da produção. op. cit.

³⁹⁰ *CORREIO DO POVO*. Seramente ameaçada a economia gaúcha: angustiosa a situação criada pela falta de transporte. Porto Alegre, 20 de abril de 1944, p. 5.

³⁹¹ *CORREIO DO POVO*. 120 mil toneladas de mercadorias aguardam transporte. Porto Alegre, 02 de agosto de 1944, p. 8.

O Frigorífico Sarandi informou, na época, que fazia três meses que³⁹² havia diminuído o abate devido à quantidade de produtos que estavam estocados, aguardando escoamento. Para agravar a situação, quando os vagões chegavam, os produtos, em função do longo tempo de espera, eram condenados pela polícia sanitária, criando, assim, uma grande ambiguidade. De um lado, a existência de um mercado carente de artigos, principalmente alimento; de outro, milhares de toneladas de produtos entrando em estado de putrefação, esperando o devido despacho.

Situações desse tipo acarretavam uma série de novos problemas, visto que os empresários cessavam as matanças, dispensavam os funcionários e, assim, economicamente a sociedade era afetada em todos os estratos. Os trabalhadores urbanos, muitas vezes, ficavam incapacitados de prover o sustento de suas famílias; já os trabalhadores rurais, criadores de animais de corte, não conseguiam colocar no mercado sua produção.³⁹³

Na tentativa de amenizar a falta de combustíveis, em âmbito estadual, a cota de cada município sofreu uma diminuição de 30%³⁹⁴ do valor recebido anteriormente. Dessa forma, a parte economizada poderia ser utilizada de acordo com a necessidade do estado. Entretanto, os varejistas que dependiam do transporte de mercadorias opuseram-se à medida, argumentando que havia ocorrido, nos últimos anos, um grande aumento do valor dos fretes, o que era repassado ao consumidor com a elevação do preço final das mercadorias. Nesse contexto, para eles, o racionamento produziria mais uma leva de aumentos. Então, sugeriram, ao interventor federal, que o estado fosse dividido em zonas, com o propósito de que houvesse o tabelamento dos preços dos fretes de acordo com as peculiaridades.³⁹⁵

Seguindo a mesma linha de apelo dos varejistas, chegou da serra um pedido para que a divisão de cotas fosse refeita, levando em consideração as características do relevo e a necessidade de consumo de cada região. Conforme os varejistas, a “região serrana pelas íngremes estradas deveria receber maior quantidade.”³⁹⁶

³⁹² Desde junho de 1944.

³⁹³ CORREIO DO POVO. Falta de transporte – avultados os prejuízos da indústria de suínos. Porto Alegre, 04 de agosto, 1944, p. 2.

³⁹⁴ Exemplo disso foram os números apresentados pelo jornal Correio do Povo em 25/03/1943, em que foi demonstrada a grande diminuição da cota recebida pela cidade de Santa Maria, a qual, de 10.000 litros, despencou para apenas 3.666 litros.

³⁹⁵ CORREIO DO POVO. A gasolina para o interior do estado. Porto Alegre, 20 março de 1943, p. 4.

³⁹⁶ CORREIO DO POVO. A falta de combustíveis na capital e no interior. Porto Alegre, 26 de março de 1943, p. 6.

A resposta, para a grave situação que abrangia o Rio Grande do Sul, foi tomada em uma reunião, realizada no Rio de Janeiro, entre o Coronel João Carlos Barreto, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, e os líderes responsáveis pelas Comissões Estaduais de Abastecimento. Os representantes rio-grandenses expuseram a importância do aumento da cota de combustíveis para os estados produtores de alimentos, bem como mencionaram a necessidade de regulamentar o tráfego dos caminhões que transportariam as mercadorias entre os estados brasileiros.

Diante disso, foi concedida a permissão para o tráfego de caminhões de carga entre São Paulo e Rio Grande do Sul, sendo implantadas barreiras policiais durante o trajeto, com o objetivo de fiscalizar e de estipular as prioridades do que deveria ser transportado pelas rodovias.³⁹⁷ Em um breve balanço feito pela Comissão Estadual de Abastecimento do Rio Grande do Sul, acreditava-se que seriam transportadas 1.200 toneladas de mercadorias semanalmente a São Paulo.³⁹⁸

Outra forma de racionar combustível, já tratada anteriormente, era a implantação de gasogênio. O Conselho Técnico de Economia e Finanças de imediato recomendou, ao então presidente, Getúlio Vargas, que fossem criadas medidas que previssem crédito para empresas de transporte e outras indústrias, de modo que pudessem adaptar os equipamentos movidos a combustíveis derivados do petróleo para a utilização de carvão.³⁹⁹

No entanto, esse tipo de medida, que envolvia a instalação de gasogênios, era paliativa, sendo mais uma opção para o transporte urbano e às fábricas que uma solução para o problema de escoamento da produção.

O transporte, tanto de pessoas como de carga, foi afetado pela guerra. Percebemos que a dificuldade na importação de combustíveis, após sua deflagração, ocasionou racionamento e escassez. Além disso, pelo mesmo motivo, as empresas não conseguiam adquirir peças de reposição para as máquinas, automóveis e bondes o que se tornou um alibi para diminuição dos horários dos bondes e dos ônibus.

³⁹⁷ Voltarão a trafegar os caminhões de carga entre São Paulo e Rio Grande do Sul (29/04/1944 – p. 8)

³⁹⁸ CORREIO DO POVO. Será reiniciado, na próxima semana, o tráfego de caminhões de carga entre Porto Alegre e São Paulo. Porto Alegre, 04 de maio de 1944, p. 2.

³⁹⁹ Embora houvesse abundância de madeira para criação do carvão mineral, utilizado pelo gasogênio, em 1943, a Comissão Nacional do Gasogênio achou melhor tabelar o valor desse em Cr\$ 1,00 por quilo, além de limitar 40% da produção para carvão especial e o restante para carvão comum. CORREIO DO POVO. Tabelamento do carvão para o gasogênio. Porto Alegre, 09 de junho de 1943, p. 8.

As adversidades vivenciadas pelo setor do transporte tinham origem em circunstâncias anteriores à guerra, como a precariedade em que se encontravam as estradas e as linhas de transporte coletivo. Os problemas nesse setor também se deram em função da falta de estrutura da viação férrea para lidar com grandes demandas. Ao contrário do que o primeiro olhar sobre o contexto nos apresenta, as dificuldades eram estruturais, tendo a conjuntura beligerante, de forma drástica, agravado a situação, sem ter, contudo, provocado as problemáticas.

4.2 - ASSIM COMO A BORRACHA, A FRONTEIRA TAMBÉM ERA FLEXÍVEL: OS CASOS DE CONTRABANDO DE ARTIGOS DE LÁTEX NO RIO GRANDE DO SUL

A borracha foi fonte de grande riqueza para o Brasil durante o fim do século XIX e início do XX. Entretanto, de forma contrabandeada, foram levadas mudas de *Havea Brasiliensis*⁴⁰⁰ para a Grã-Bretanha, em solo europeu, as quais vieram a ser plantadas e aclimatadas no Jardim Botânico de Londres e, de lá, levadas às colônias britânicas e holandesas na Ásia. A partir de então, a produção de látex brasileiro entrou em declínio, recuperando seu potencial apenas na década de 1940, quando o Eixo conquistou as possessões inglesa no Continente Asiático.

Os Estados Unidos passaram a ser os principais compradores da produção brasileira, considerando o alto consumo exigido pela guerra. De acordo com estimativas, “durante a Primeira Guerra Mundial, cada pessoa utilizava, no serviço militar, 16 quilos de borracha, enquanto que, na Segunda Guerra Mundial, essa quantidade tinha aumentado para 98 quilos.”⁴⁰¹ Assim, houve um aumento de 512.5%, que levou os estadunidenses a assinar um acordo para compra do látex brasileiro em 1942, o qual ficou conhecido como Acordo de Washington.

Tal acordo foi assinado no dia três de março 1942, após reunião entre os líderes do governo brasileiro e estadunidense. Tratava-se, basicamente, do fornecimento de alguns tipos de matérias-primas brasileiras à indústria estadunidense. Ele incluía:

⁴⁰⁰ Nome científico da árvore seringueira.

⁴⁰¹ Disponível em: <<<http://exordio.com/1939-1945/civilis/industria/caucho.html>>>. Acessado dia 05 de fevereiro de 2020.

- a) criação de uma corporação destinada a promover a expansão econômica brasileira, com cooperação técnica e financeira dos Estados Unidos;
- b) projeto de modernização da mina de Itabira (minério de ferro) e da ferrovia Vitória-Minas;
- c) fundo para o desenvolvimento da produção de borracha.⁴⁰²

No decorrer dos anos de 1942 e 1943, outros acordos foram assinados e neles incluída a rubrica Acordo de Washington. Esses acordos “diziam respeito ao fornecimento de ipecacuanha, aniagem, lintens de algodão, timbó, babaçu, mamona, borracha manufaturada, café, cacau, castanha-do-pará, cristal de rocha, mica, rutilo, flores de piretro, cera de carnaúba, cera de urucuri.”⁴⁰³

A Comissão de Acordos de Washington, criada pelo Decreto-lei 4.523, de 25 de julho de 1942, tinha o propósito de elaborar relatórios e de criar medidas para regular o mercado de borracha e seus derivados. Dentre as providências apresentadas nele, estavam as limitações, para donos de carros e caminhonetes adquirirem pneus, sendo também estabelecida uma cota de uma unidade por ano para proprietários de caminhões e duas para ônibus.

As câmaras de ar eram vendidas na base de duas para cada três pneus. A fim de adquiri-las, os interessados deviam encaminhar um pedido à Comissão, a qual enviava um perito com o intuito de aferir a necessidade dos pneus ou de câmaras serem substituídos. Em caso de um parecer favorável, a autorização era dada, e o material trocado tinha de ser entregue em pontos de coletas estabelecidos pelo governo.⁴⁰⁴

Os dados apresentados pela Comissão de Controle dos acordos de Washington, a respeito da produção e da exportação de borracha, sinalizam para um vertiginoso aumento da produção de látex, principalmente após 1942, segundo podemos observar na tabela a seguir. É importante frisar que os números apresentados, referentes ao ano de 1944, representavam apenas o primeiro semestre do referido ano.

⁴⁰² ABREU, M. Economia; MOURA, G. Autonomia. Disponível em: <<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>>>. Acessado dia 05 de fevereiro de 2020.

⁴⁰³ ABREU, M. Economia. op. cit.

⁴⁰⁴ CORREIO DO POVO. Pneus e câmaras só podem ser adquiridos mediante autorização. Porto Alegre, 15 de março de 1944, p. 2.

Tabela 18 – Produção de borracha de 1940 a 1944

Anos	Produção (Em toneladas)
1940	17.480
1941	19.500
1942	21.000
1943	32.000
1944	12.863

Fonte: Relatório da Comissão de Controle dos acordos de Washington sobre produção, exportação e financiamento da borracha e exportação de mangabeira e maniçoba. Rio de Janeiro. CPDOC, site <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&PagFis=15591>

O aumento na produção significou, por conseguinte, em um grande número de trabalhadores angariados para o *front* da borracha. Muitos slogans foram utilizados com o intuito de chamar atenção dos brasileiros para o trabalho nos seringais. Conforme Maria Secreto,⁴⁰⁵ a linguagem bélica que, formava parte da “campanha da borracha”, na qual a região Norte era concebida como “front da borracha”. Ainda, o estímulo à produtividade de “mais borracha para a vitória” não passava de uma repressão retórica, visto que os contratos de trabalho, estabelecidos entre os donos dos seringais e os trabalhadores, não atribuíam, a estes últimos, a condição de soldados.

Os “voluntários”, na extração do látex, ficavam isentos do serviço militar, mas não tinham direitos nem recebiam como soldados. Em casos de reclamações a respeito de suas atividades, os seringueiros deveriam procurar a Justiça do Trabalho, pois era o órgão responsável por dirimir as litigâncias dessa natureza. Isso demonstrou que os “soldados da borracha” tinham juridicamente o *status* igual a qualquer outro trabalhador.

No entanto, o aumento da produção de látex não foi suficiente para suprir as novas necessidades, e produtos criados com esse tipo de matéria-prima tornavam-se escassos no mercado interno, ao ponto de serem estabelecidas cotas, pela Comissão dos Acordos de Washington, para o consumo de pneus e câmaras de ar para cada estado brasileiro. Isso pode ser visualizado na tabela abaixo.

⁴⁰⁵ SECRETO. Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

Tabela 19 – Novas quotas estabelecidas pela Comissão local de controle dos acordos de Washington

Estado	Quantidade de pneus e câmaras
Alagoas	2428
Amazonas	759
Bahia	10.224
Ceara	7.245
Distrito Federal	70.775
Espírito Santo	2.726
Goiás	2.536
Maranhão	663
Mato Grosso	3.008
Minas Gerais	31.341
Pará	2.983
Paraíba	8.267
Paraná	9.524
Pernambuco	18.014
Piauí	809
Rio de Janeiro	11.442
Rio Grande do Norte	3.103
Rio Grande do Sul	31.487
Santa Catarina	6.509
São Paulo	102.978
Sergipe	923

Fonte: Correio do Povo. Porto Alegre, 22 abril de 1944.

Seguindo a mesma lógica de racionamento, o governo brasileiro proibiu a venda de pneumáticos para outros países. Todavia, a união de fatores, como a escassez de produtos à base de látex, no mercado nacional e internacional, o controle da venda desses e falta da matéria-prima, nos outros países latino-americanos, tornou o contrabando de borracha um negócio lucrativo.

O Rio Grande do Sul, devido à sua localização de fronteira com a Argentina e o Uruguai, acabou sendo alvo de ações de contrabandistas. Nessa época, foi veiculada, no Jornal Correio do Povo de abril de 1943, a seguinte notícia:

Quando o Brasil está empenhando esforço sobre-humanos; convertendo o suor e a saúde de seus filhos na grandiosa realização que é a Batalha da Borracha, num supremo esforço para extrair o ouro negro da Amazônia, é

criminoso que elementos desnaturalizados estejam dando escoamento ilegal a tão preciosa manufatura.⁴⁰⁶

Os episódios de contrabando passaram a ser relatados nas páginas dos jornais, e um dos casos mais marcantes ocorreu em março de 1944. Nesse, estavam envolvidos Ramón Castillo, sobrinho do ex-presidente da Argentina; Manoel Ramon Alvaredo, ex-ministro de Obras Públicas da República vizinha e o jogador de futebol Cacho Perez, contratado pelo Sport Club Internacional de Porto Alegre. As estimativas da época apontam que esses indivíduos haviam investido um milhão de cruzeiros na compra de 700 pneus no Rio de Janeiro, que chegariam até Porto Alegre pela ferrovia⁴⁰⁷.

Os argentinos enviaram Ricardo Jost Nebery e José Garaí para o Rio de Janeiro. Lá, deveriam encontrar com Valdemar Aragão Silveira e Sadi Vale Machado, ambos residentes na capital, os quais, mediante entrega de uma grandiosa “gratificação”, embarcariam o montante de pneus para Porto Alegre.

Após o despacho das “encomendas”, Valdemar e Sadi embarcaram em um voo com destino a Porto Alegre, o último ficou sete dias hospedado na capital gaúcha e, depois, foi preso.⁴⁰⁸ Já Valdemar, foi detido ao desembarcar, conforme mostra a foto do momento da prisão, publicada no jornal Correio do Povo, no dia 18 de março de 1944.

⁴⁰⁶ CORREIO DO POVO. Contrabando de pneus e câmaras de ar para a Argentina, Porto Alegre, 02 de abril de 1943, p. 4.

⁴⁰⁷ Em sensacional diligência, a polícia local desarticulou uma rede de contrabandistas de pneus, prendendo um bando de criminoso argentinos e brasileiros CORREIO DO POVO. Em sensacional diligência, a polícia local desarticulou uma rede de contrabandistas de pneus, prendendo um bando de criminoso argentinos e brasileiros. Porto Alegre, dia 05 de março de 1944, p. 18.

⁴⁰⁸ Idem.

Figura 22 – Prisão de Valdemar



Fonte: CORREIO DO POVO, Preso Sadi Vale Machado, implicando num vultoso contrabando de pneus, Porto Alegre, 18 de março de 1944.

Os pneumáticos eram os produtos preferidos para esse tipo de negócio ilegal, mas outras mercadorias, à base de látex, também eram alvo desse escuso comércio. A título de exemplo, podemos citar o caso de três argentinos, Miguel Pedro Benedeto, Alberto Domingo Viglicca Fontana e Ismael Ermenegildo Gutierrez, presos pela Polícia do estado do Rio Grande do Sul ao tentarem embarcar, no porto de Porto Alegre, 52 pneus, 354 bolas de tênis, 516 pares de salto de borracha, 84 grozas de preservativos, 6 pares de galochas, 30 pares de sapato para jogo de tênis, vários equipamentos para bicicletas, seringas de borracha, pulverizadores, bolsas de água quente, 236 pares de luvas de borracha, entre outros objetos.

A dificuldade enfrentada pelos contrabandistas que procuravam o estado não estava em adquirir os produtos à base de borracha. Eles tinham problemas ao

transportá-los. O plano dos argentinos era acomodar as compras em caixas de compensado e embarcá-las em um navio com destino ao país de origem.⁴⁰⁹

A ação dos vizinhos, nesse tipo de negócio, não se limitou somente aos casos anteriormente apresentados. No município de São Borja, foi preso outro argentino, Firmino Rodrigues, o qual portava seis malas contendo borrachas laminadas e dois pacotes com enrolamentos para caminhões.⁴¹⁰ Na região central do estado, também foram registrados casos de contrabando, sendo indiciados Eduino Vaz Ferreira, funcionário do Serviço de Repreensão ao Contrabando; Astrogildo Felix Martins, agente Ford em Itaqui; Rivadia Gutierrez, administrador do posto fiscal de Santa Maria; Arlindo de Souza Rocha, administrador do Porto de Cruz Alta; Ramão Subtil das Dores, chefe da guarda aduaneira de Itaqui, e o delegado de polícia de Itaqui, João Policarpo dos Santos.

As prisões de Eduino, Rivadavia, Arlindo e Ramão foram realizadas após os quatro serem flagrados acompanhando um comboio de três caminhões carregados com 300 pneus com destino à Argentina. O lucro dessa arriscada atividade seria de Cr\$ 80.000 para cada um dos envolvidos. A propina do delegado João Policarpo dos Santos, da delegacia de Itaqui, seria de Cr\$ 40.000. Ele, mediante pagamento, permitia a passagem dos produtos na fronteira sem maiores problemas.⁴¹¹

A análise desses dois casos de contrabando nos revela duas questões latentes. Primeiramente, notamos que, embora houvesse leis que coibissem tais práticas, elas estavam sendo transgredidas com grau de refinamento muito grande. Em segundo lugar, as ocorrências em análise envolviam pessoas conhecidas no meio social, como os políticos Sady Vale Machado e Manoel Ramon Alvaredo, assim como funcionários públicos, como Eduino Vaz Ferreira, Rivadia Gutierrez, Arlindo de Souza Rocha, Ramão Subtil das Dores e João Policarpo dos Santos.

O envolvimento de membros do Serviço de Repreensão ao Contrabando da polícia e da guarda aduaneira sinaliza para a formação de uma rede de contrabandistas, e esses se valiam de suas posições para realizar vultuosas remessas

⁴⁰⁹ CORREIO DO POVO. Entrou no Brasil como turista argentino para fazer um contrabando, Porto Alegre, 29 de julho de 1944, p. 2.

⁴¹⁰ CORREIO DO POVO. Presos em São Borja quando ali desembarcavam seis malas com borracha. Porto Alegre, 04 julho de 1944, p. 3.

⁴¹¹ CORREIO DO POVO. Prosseguem as investigações da polícia para esclarecer os contrabandos de pneus praticados no estado, Porto Alegre, 28 de março de 1944, p. 10.

de contrabando sem que houvesse desconfiança, pois eram as autoridades responsáveis pela repressão de tais práticas.

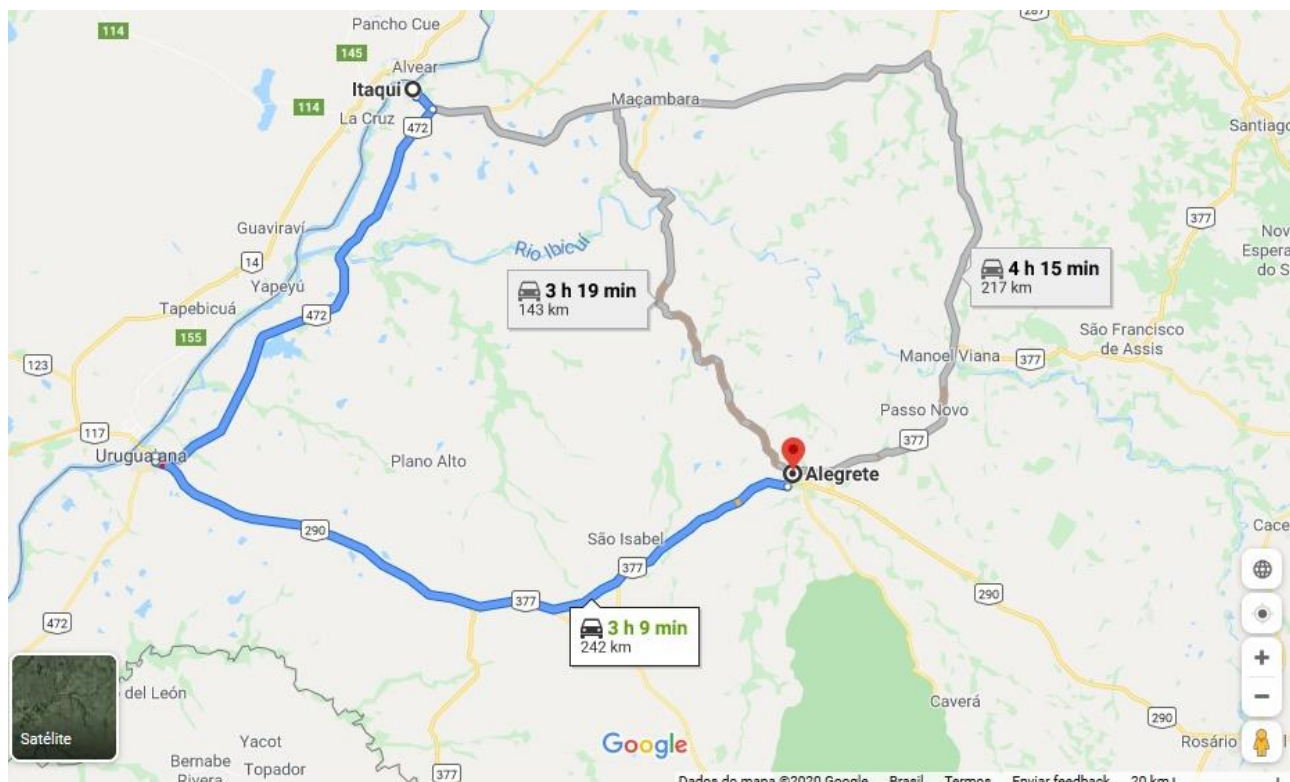
A incidência de casos de tráfico e a proximidade entre as ocorrências acabaram nos chamando atenção. Assim, a partir de agora, analisaremos esses incidentes com o intuito de compreender quais razões podem explicar a frequência e a proximidade entre eles.

Na cidade de Alegrete, Podalírio Palma da Silva era dono de uma pequena pensão, onde guardava um estoque de pneus usados. Segundo a defesa do acusado, ao negociar a pensão, resolveu também se desfazer dos pneus. Ao saber que havia compradores na cidade de Itaqui, ele carregou uma carreta com os pneus e partiu a caminho de Itaqui. No entanto, ao fazer uma pausa para os bois descansarem, acabou sendo preso, e seu caso encaminhado ao Tribunal de Segurança Nacional.

Diante do ocorrido, Podalírio deu entrada em pedido de *Habeas-corpus*. Seu advogado declarou que se tratava de um homem rústico, “como residia em uma cidadela da Fronteira, desconhecia por completo um Decreto-lei publicado no Diário Oficial.”⁴¹² Assim, ele era um cidadão pacato e ordeiro, não tendo agido de má-fé. Porém, os argumentos de defesa não foram suficientes, e o pedido acabou sendo negado pelo TSN.

⁴¹² TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Podalirio Palma da Silva e outros, Alegrete, 5. op. cit.

Figura 23 – Mapa do trajeto entre Passo Fundo e Itaqui⁴¹³



Fonte: <https://www.google.com/maps>

Para nossa surpresa, durante a análise dos processos do Tribunal de Segurança Nacional, encontramos, mais uma vez, uma ação envolvendo Podolório Palma da Silva, considerado, pelas autoridades, um velho conhecido do ramo do contrabando em Alegrete. Em depoimento ao TSN, o réu declarou que entrou para esse ramo de venda ilegal de pneus por conselho de Mauricio Lopes, o qual o convenceu afirmando ser um bom negócio na praça de Uruguaiana.

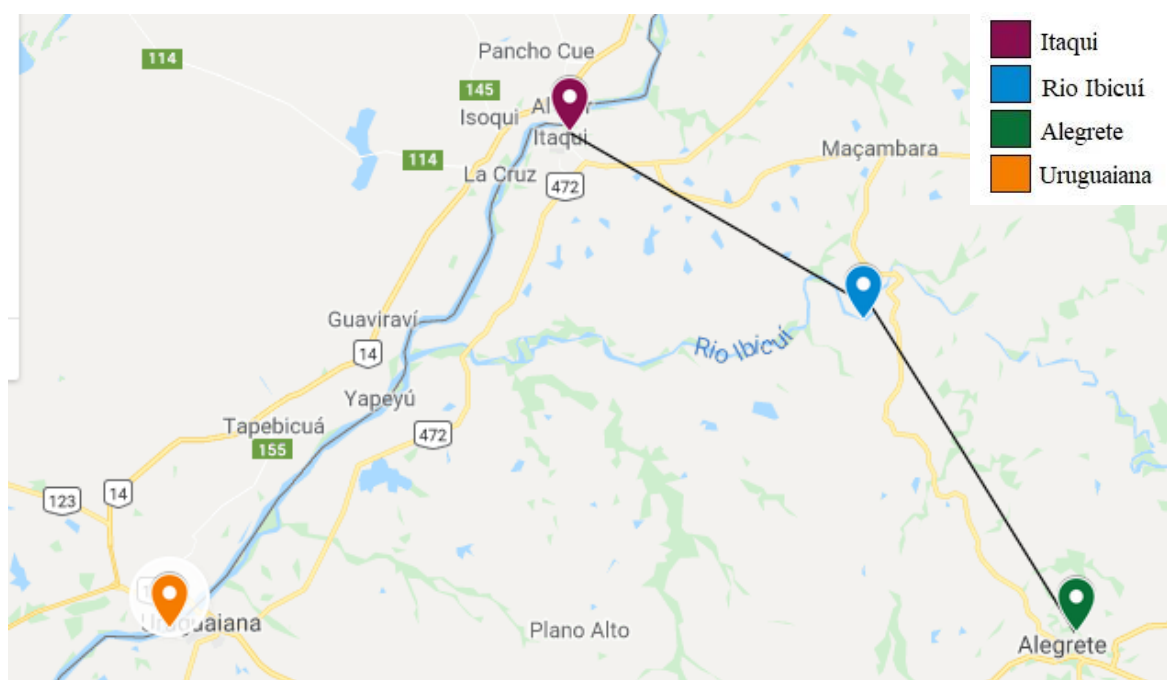
Acolhendo o conselho, Podolório passou a adquirir pneumáticos, comprou três de Saldavor (Cr\$ 170,00); três do chofer Atanagildo (Cr\$ 200,00); um do empregado da usina (Cr\$ 25,00); quatro de Mário Estivaleta (dois por Cr\$ 120 e dois Cr\$ 80,00); um de um quitandeiro (Cr\$ 25,00); um pneu grande usado de João Paoli (Cr\$ 400,00); oito de um estofador (Cr\$ 450,00); quatro de Luiz Alves (Cr\$ 900) e, por fim, quatro de Odorico Souza (Cr\$ 445).

⁴¹³ Existem, atualmente, três formas de chegar até Itaqui saindo de Alegrete. Contudo, acreditamos que a rota utilizada, pelos contrabandistas, era a de 143 km, tendo em vista que, em outro processo contra o mesmo réu, ele deu mais detalhes sobre o caminho que percorria.

Após obtenção os artigos, Podolário deu início à busca pelos compradores. Por meio de uma conversa com Luiz Mazzei, ficou sabendo que, em Itaqui, um empresário do ramo arroseiro, chamado Waldomiro, estava em busca de pneus. O negócio foi promissor, Waldomiro adquiriu 15 pneumáticos, pelo total de Cr\$ 5.500,00 cruzeiros.

Animado com o lucro que havia angariado com o comércio ilegal, Podolário voltou a comprar mais pneus. Quando já acumulava 17 unidades, procurou um carroceiro para fazer o frete até Itaqui. O plano do réu era transportar os artigos de carroça até a costa do Ibicuí, deixar a mercadoria em uma casa e sair à procura de compradores nas empresas de arroz que existiam naquela região, mas o esquema falhou, e Podolário acabou sendo surpreendido pela presença do delegado de polícia durante o trajeto.⁴¹⁴

Figura 24 – Mapa do trajeto entre Alegrete e Itaqui



Fonte: <https://www.google.com/maps>

O acusado e seus comparsas foram indiciados por fazerem parte de “uma quadrilha de contrabandistas espertos e perigosos aos interesses do país em guerra,

⁴¹⁴ Em seu depoimento, Podolário deixou claro que o carroceiro não sabia da ilegalidade da carga que estava carregando.

pois que, não obstante a proibição, entregaram ao estrangeiro material necessário à indústria nacional.”⁴¹⁵ Os membros do TSN entenderam que não havia comprovação da tese de contrabando. Para isso, fizeram uso da jurisprudência emitida pelo Supremo Tribunal Federal, para o Art. 37 do decreto lei 4.766, que compreendia que “o contrabando de utilidades cuja exportação esteja proibida não se consuma enquanto a mercadoria não houver transposto a linha aduaneira e chagado ao seu destino”.⁴¹⁶ Assim, pela maioria dos votos, os acusados foram absolvidos.

Na região Noroeste do estado, encontramos outro caso de grande repercussão envolvendo Jurandir Machado, de São Luiz Gonzaga, o qual exercia a função de viajante comercial; Avelino Machado, de Santo Ângelo, eletricitista; Antonieta Dubois Franzen, de Passo Fundo, proprietária da vulcanizadora Barreto; e João Coll, proprietário de uma empresa na vila de Sertão.

Jurandir e Avelino foram presos em flagrante, na estrada que ligava Passo Fundo a Coxilha, em posse de cinco pneumáticos. As mercadorias eram de Pedro Marques, proprietário de um depósito de móveis e representante da Casa Gaúcha de Porto Alegre.

João Coll era proprietário de uma empresa na localidade de Sertão, onde Jurandir deixou Cr\$ 5.200,00 cruzeiros destinados à compra de pneus. As mercadorias adquiridas com esse valor estavam guardadas na vulcanizadora de Antonieta e, de lá, foram transportadas para a empresa de Coll e, após, levadas por Jurandir e Avelino à cidade de Santo Ângelo. O plano teria dado certo se, no meio do caminho até Santo Ângelo, os dois não tivessem sido presos em flagrante.

Na tentativa desesperada de se livrarem da prisão, ofereceram, sem êxito, propina ao policial Alberto Bussons. Um dos acusados, Avelino, irmão de Jurandir, afirmou que não tinha conhecimento desses negócios, já que seu irmão havia o convidado para acompanhá-lo em uma viagem de negócio.

Na busca por amenizar a participação no crime, Jurandir declarou que não praticava contrabando, apenas comprava os pneus, que vinham de São Paulo, com o dinheiro que Pedro Marques lhe repassava, auferindo apenas uma comissão pelo trabalho prestado.

⁴¹⁵ TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Podolirio Palma da Silva e outros, Alegrete, 5. op. cit., p. 68.

⁴¹⁶ TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Podolirio Palma da Silva e outros, Alegrete, 5. op. cit., p.128.

Contudo, a procedência dos pneus é bastante importante, pois, se unirmos a incidência de casos do Nortes e Noroeste do estado, com a procedência paulista, temos indícios de que existiam múltiplas redes de contrabando de pneus. Ao que tudo indica, algumas eram pequenas, envolvendo um número menor de artigos contrabandeados, e outras eram de amplitude interestaduais. Isso evidencia o quão rentável era esse tipo de negócio.

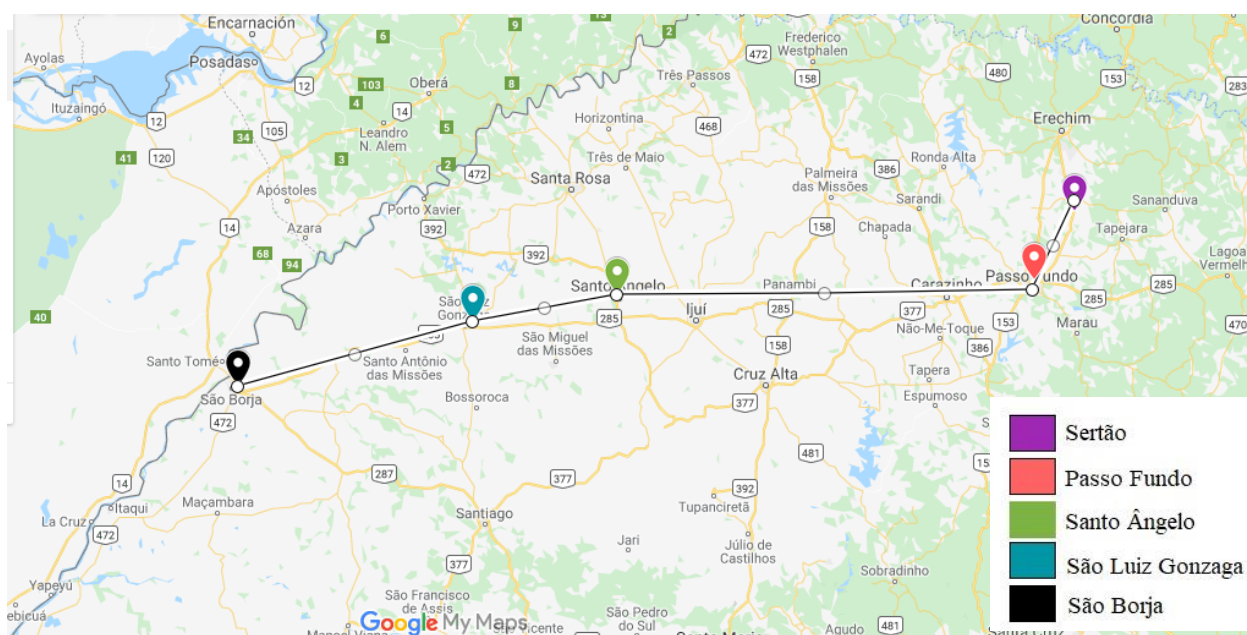
A lucratividade do contrabando de pneus foi a justificativa apresentada por Pedro Marques para ter entrado para o ramo. O réu tinha um tio argentino, o qual morava na divisa entre o país vizinho e a cidade de São Borja. Por intermédio desse, foi apresentado a Santo, também argentino, que lhe ofereceu Cr\$ 20.000,00 cruzeiros para que adquirisse pneus e os transportasse até a cidade de São Luiz Gonzaga. De lá, Santo os venderia ao Exército Argentino.

Em posse dos Cr\$ 20.000,00 cruzeiros, Pedro percorreu as cidades de São Luiz e Santo Ângelo, mas não conseguiu fazer negócio. Então, estendeu sua busca até Passo Fundo, local em que conheceu Jurandir, de quem comprou 5 pneus pela importância de Cr\$ 7.645,00 cruzeiros, e deixou Cr\$ 5.200,00 para que Jurandir adquirisse mais alguns. Em troca, este último receberia uma comissão de Cr\$ 1.000,00.

O flagrante foi feito pelo Tenente Oscar Klein, que levou os contraventores até o Quartel do 8º R.I, onde foi lavrado o flagrante sem a assinatura dos testemunhos (um sargento e um cabo), os quais haviam sido dispensados. No entanto, sem a firma das testemunhas, o ocorrido não poderia ser provado. Por esse motivo, mesmo estando óbvio, nos depoimentos, que se tratava de uma rede de contrabandos envolvendo brasileiros e argentinos, os ministros do TSN consideraram a acusação “inoperante, sob o ponto de vista estritamente jurídico, por falta de elementos substanciais que o invalidam, conforme se vê nos autos a fls. E fls. Em relação à assinatura de testemunhas supostamente presenciais ao fato.”⁴¹⁷ julgando, portanto, inadequadas as prisões. Logo, envolvidos foram absolvidos.

⁴¹⁷ TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Jurandir Machado, Passo Fundo, 29 de fevereiro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo Tribunal de Segurança Nacional.

Figura 25 – Trajeto da provável rede de contrabando no Rio Grande do Sul (Passo Fundo/São Borja/Argentina)



Fonte: <https://www.google.com/maps>

Na região Noroeste/Norte do Rio Grande do Sul, também foram encontradas tentativas de subversão à lei que regulamentava a venda de pneumáticos e de câmaras de ar. No município de Não-me-Toque, foi efetuada a prisão de seis pessoas por crime de contrabando. Os cinco pneumáticos estavam enterrados a uma profundidade de 160cm no porão da casa de um dos envolvidos.

Ângelo, um dos acusados, residia em Ijuí e estava interessado em comprar pneus para o caminhão que, recentemente, havia adquirido. Herculano Butoni, amigo de Ângelo, conhecia duas pessoas que estavam dispostas a negociar os artigos, Arthur e Oscar.

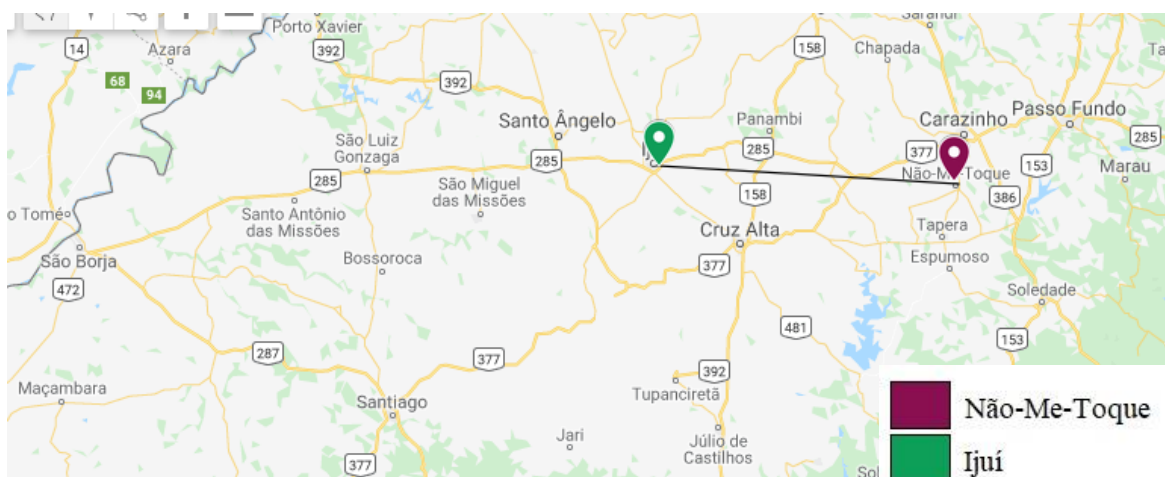
Após o negócio fechado, Ângelo gratificou Herculano com Cr\$ 1.500,00 cruzeiros e convidou Bernardino, um chofer natural de Lajeado, que residia em Não-me-Toque, para fazer o frete da mercadoria, oferecendo-lhe a quantia de Cr\$ 1.500,00 cruzeiros como pagamento. Em depoimento, Bernardino contou que aceitou o trabalho não só pelo valor que lhe seria pago, mas também porque seu irmão havia sido convocado pelo Exército e serviria em Ijuí, sendo essa uma oportunidade de levar Demétrio e seus pertences até o município.

No dia combinado, Demétrio foi até a oficina mecânica na qual os pneus estavam guardados para buscá-los e levá-los até a casa de seu irmão, o chofer

Bertulino. Entretanto, desconfiado da natureza do negócio, declarou que resolveu enterrar as mercadorias no quintal. Quando explicava o motivo de sua desconfiança a Bertulino, a polícia chegou e prendeu os dois em flagrante.

O processo foi analisado pelos membros do TNS, que consideraram o fato de que os pneus foram legalmente adquiridos por Arthur e Oscar. Desse modo, compreendendo que “embora a circunstâncias da ocultação” fizessem presumir a intenção de transportar a mercadoria de forma irregular, não existiam provas suficientes para mantê-los presos.⁴¹⁸

Figura 26 – Mapa do trajeto entre Não-me-Toque e Ijuí



Fonte: <https://www.google.com/maps>

Os produtos apreendidos, durante as prisões, geralmente, eram guardados em instalações das respectivas prefeituras. Todavia, o material, ao ser mal acondicionado, tendia a se deteriorar com facilidade. Na cidade de Uruguaiana, a prefeitura mantinha um galpão com grande quantidade de materiais de látex apreendidos durante as patrulhas policiais. Considerando o risco de perdê-los por falta de lugar adequado para guardá-los, solicitou permissão, à Comissão do Acordo de Washington, para que pudesse encaminhar os produtos a Hasta Publica. Durante o leilão, a empresa Torres & Cia. adquiriu um lote de 196 pneus,⁴¹⁹ o qual havia sido comprado com o dinheiro das três empresas, Torres & Cia., Walter Schamkel & Cia e Armando Raul Delacoste. A primeira entrou com o nome para realizar o arremate e

⁴¹⁸ TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Ângelo Cereser e outros, Carazinho, 14 de novembro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

⁴¹⁹ Pelo custo de Cr\$ 12.064,40 cruzeiros.

uma terça parte do dinheiro necessário para comprá-lo, sendo o restante dois terços do valor, pagos pelas outras empresas.

Com o intuito de garantir a legalidade do arremate, o Inspetor assinou um documento no qual declarava estar ciente da situação. Porém, não foi o suficiente para garantir a concretização do negócio. As empresas acabaram sendo acusadas de cometer crime contra economia popular, visto que havia uma lei que proibia a venda de pneus nas regiões fronteiriças. O advogado das empresas, ao tentar defender suas clientes, fez a seguinte afirmação.⁴²⁰

Não são as firmas brasileiras que mandam os pneus para Libres na Argentina, e sim os argentinos que vem buscar aqui no Brasil, levando-os para o outro lado; que não sabe como é feito este contrabando, mas suspeita que seja em chatas ou chalanas, pois a costa do rio Uruguai, aqui do lado do Brasil não é guarnecida nem fiscalizada como o é do lado da Argentina.⁴²¹

Conforme já mencionado, os casos analisados nos fornecem vestígios para que possamos afirmar que a prática de tráfico de produtos, à base de látex, na fronteira Norte/Noroeste do estado, era recorrente e envolvia redes de contrabandistas. No entanto, a declaração contida nessa ação nos apresentou uma novidade, a provável utilização de rotas fluviais pelos contraventores, uma vez que a extensiva fiscalização realizada pela polícia não abrangia as vias fluviais.

⁴²⁰ O Tribunal de Segurança Nacional não permitiu o arquivamento do processo e encaminhou, ao Supremo Tribunal Federal. Nessa instância, os autos foram analisados e chegou-se à conclusão de que não houve desrespeito ao artigo 31 do decreto-lei 4.766 de outubro de 1942, que previa pena de seis meses a um ano para indivíduos que insurgissem com palavras ou atos contra “a lei, ordem ou decisão destinada a atender a interesse nacional”, nem mesmo ao decreto 6.122 de 18 de dezembro de 1943, que regulamentava a venda de pneumáticos

⁴²¹ TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Walter Schamkel e outros, Uruguiana, 28 de dezembro de 1944, p. 77. Arquivo Nacional, Fundo Tribunal de Segurança Nacional.

Figura 27 – Identificação no mapa das cidades de Paso de los Libres e Uruguaiana



Fonte: <https://www.google.com/maps>

A historiografia mostra que a fronteira entre o Rio Grande do Sul e outros países sempre foi permeável. De acordo com Mariana Flores da Cunha Thompson Flores,⁴²² a fronteira constitui-se enquanto paradoxo fim e início de territórios próximos, proporcionando, concomitantemente, separação e contato. Assim, ela adquire um caráter instável, “a *contingência*, que articula uma heterogeneidade de experiências e trajetórias e possibilita sua duplicação, sobreposição, apagamento, reposição.”⁴²³

O sujeito que vive na fronteira tende a habitar os dois lados, seja em função de laços de parentescos e/ou negócios. Embora a linha divisória que delimita os espaços seja abstrata, “cumpre função concreta na vida dos fronteiriços.” Em sua pesquisa, Flores percebeu que “os fronteiriços reconheciam a linha por onde a fronteira passava e demonstravam nítida clareza de que circular do seu lado, ou do outro lado, acarretava diferentes ações e questões a serem levadas em conta.”

⁴²² FLORES, Mariana F. C. T. CRIMES DE FRONTEIRA: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

⁴²³ FLORES, op. cit., p. 62.

No contexto que estamos analisando, esse comportamento era bastante recorrente, pois argentinos, uruguaios e brasileiros sabiam o que estava em voga quando praticavam contrabando, tinham ciência dos limites políticos e das consequências jurídicas geradas por suas ações. Contudo, a consciência de suas práticas nunca foi empecilho para as relações das fronteiras. Na concepção de Flores, “há pessoas que, sem negar seu pertencimento, desenvolvem partes importantes de suas vidas no outro lado ou, pelo menos, contam de alguma forma com aquele espaço nas suas estratégias sociais.”⁴²⁴ Assim, compreendemos a realização do comércio ilegal de borracha como uma forma de utilização do espaço fronteiriço como estratégia social, gerenciando relações em ambos os lados para negociar mercadorias clandestinamente, o que resultaria em lucros.

Esse tipo de contato pode ser considerado como *transfronteiriço* visto que “atravessam o limite material da fronteira política.”⁴²⁵ O espaço de fronteira, permeável e ambíguo, também é discutido por Julia Chindemi, que dividiu esse em duas dimensões. A primeira diz respeito à questão jurídica, institucional, um limite geopolítico; e a segunda é concebida como espaço *desterritorializado*, o qual compreende práticas de articulação e vínculos entre os indivíduos dos dois lados.⁴²⁶

São exemplos [...] as “tradições de fronteira internacional”, o uso de recursos econômicos como as redes de contrabando e o grande número de proprietários de terra rio-grandenses que tinham propriedades no Uruguai; a mobilidade da população, que teria formado um mercado de trabalho internacional, bem como o caráter plurinacional das forças militares; o espaço fronteiriço que ofereceu refúgio político.⁴²⁷

A partir da apreciação das concepções sobre fronteira e da análise dos casos realizada nesse estudo, percebemos que o trânsito, entre os dois lados, era algo comum no cotidiano dos moradores das regiões fronteiriças. As transações econômicas e os laços de parentescos faziam parte de suas vidas.

⁴²⁴ FLORES; op. cit., p. 68.

⁴²⁵ “[...] atraviesan el limite material de la frontera política” [Minha tradução] FLORES, apud GRIMSON, Alejandro. *La Nación en sus límites*, op. cit., p. 26.

Tradução: cruzam o limite material da fronteira política...

⁴²⁶ FLORES, Apud, CHINDEMI, Julia Valeria. *Las tradiciones de frontera internacional en Rio Grande del Sur*, p. 6.

⁴²⁷ Flores, op. cit., p. 63.

Dessa maneira, as possibilidades abertas pelo espaço *desterritorizado* e pelas relações *transfronteiriças*; o alto valor alcançado pelos produtos à base de látex e os entraves governamentais, para compra e venda de pneus, tornaram o contrabando de artigos de borracha uma oportunidade de lucrar.

Esse lucro era variável, pois notamos a existência de negócios de vários níveis. Por meio de nossa pesquisa, deparamo-nos com casos de apreensão de grande quantidade de pneus e de materiais feito de látex. Por outro lado, notamos o confisco de menos de uma dezena desses artigos. Isso demonstra que esse tipo de crime estava sendo praticado tanto por pessoas mais abastadas, que dispunham de considerável recurso para comprar e revender grandes quantidades de pneus, quanto por alguns trabalhadores comuns, os quais, embora não tivessem muito dinheiro para investir nesse negócio, viam nele a chance de ter um ganho extra, quer fosse adquirindo pneus, quer trabalhando como freteiros, laranjas, carregadores ou mediadores dos negócios.

4.3 - A OBRA PAROU E A LUZ APAGOU: A ESCASSEZ DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E O RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Para uma construção ser erguida, existem materiais imprescindíveis, como areia, tijolos, ferro e cimento. Contudo, a produção dos dois últimos componentes não era compatível com a demanda brasileira, gerando a necessidade de importação.

A história da produção de cimento, no Brasil, é recente. Até a segunda década de 1920, o país importava de países como Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Dinamarca, Bélgica e Argentina cerca de 97% do cimento que consumia. O produto, no mercado interno, era vendido a alto custo. Segundo cifras apresentadas pelo Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, as importações, nesse período, chegavam à marca de 400 mil toneladas anuais, enquanto que a produção nacional não ultrapassava 13 mil toneladas por ano.⁴²⁸

A produção de cimento nacional, em quantidade industrial, remonta a 1926, quando foi inaugurada a fábrica Cimento Perus no interior de São Paulo. Entre 1926

⁴²⁸ Disponível em: << http://snic.org.br/assets/doc/historia_do_cimento_no_brasil.pdf>>. Acessado dia 08 de fevereiro de 2020.

e 1929, a produção de cimento, no país, cresceu mais de 7 vezes, conforme podemos visualizar na tabela abaixo:

Tabela 20 – Produção de cimento nacional (1926-1929)

Ano	Produção de cimento em quilo/gramas
1926	13.000
1927	54.000
1928	88.000
1929	96. 208

Fonte: <http://snic.org.br>

A companhia Perus permaneceu, por sete anos, como única indústria de cimento do país. Após esse período, foi criada a Companhia Nacional de Cimento Portland, subsidiária da norte americana Lone Star, que entrou no mercado cimenteiro instalando-se em Itaboraí no Estado do Rio de Janeiro.⁴²⁹ Na década de 1930, a produção nacional ultrapassou as cifras das importações. Na tabela que segue, isso pode ser visto:

Tabela 21 – Produção e importação de cimento no Brasil

Ano	Produção	Importação
1926	13.382	396.322
1929	96.208	535.276
1932	149.453	160.543
1935	366.261	115.389
1938	617.896	54.092
1941	767.508	17.216
1942	753.293	65.504
1944	810.00	--

Fontes: O Orientador Trabalho, Indústria e Comércio, n. 40, 1943, p. 867⁴³⁰ e <http://snic.org.br>⁴³¹

⁴²⁹ Sendo a mesma parte da história da fábrica de cimento Mauá que existe hoje no Rio de Janeiro.

⁴³⁰ O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 40, Porto Alegre, 1943, p. 867.

⁴³¹ Disponível em: << http://snic.org.br/assets/doc/historia_do_cimento_no_brasil.pdf>> Acessado dia 08 de fevereiro de 2020

Os números apresentados nessa tabela são vestígios de que houve um grande incremento e investimento na produção de cimento entre as décadas de 1930 e 1940. Porém, as importações não foram descartadas, pois, embora em menor quantidade, ainda se faziam necessárias. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, adquirir cimento de países europeus tornou-se uma tarefa quase impossível. A solução, para isso, era elevar a produção nacional e passar a importar o produto de nações latino-americanas. Mesmo assim, a escassez de cimento, no mercado, por alguns momentos, era inevitável.

Outros artigos essenciais à construção civil e à confecção de máquinas eram o ferro e o aço. Acerca desse setor, temos muitos dados, todavia, foram pouco discutidos⁴³². Portanto, tentaremos analisá-los de modo a compreender o impacto que a eclosão da guerra causou nessa esfera. Estimativas apresentadas, sobre a produção anual de minério no Brasil, no começo de século XX, demonstraram que, no ano de 190, a fabricação de ferro girava em torno de 3 mil toneladas. Isso era praticamente insignificante considerando que foram importadas, no mesmo período, cerca de 63 mil toneladas.⁴³³ Importante frisar que esses números fazem referência à produção de ferro e ferro gusa, sendo inexistente a forja de aço e o ferro laminado.

As duas primeiras décadas do século XX representaram a hegemonia da Usina Esperança na fabricação de ferro gusa no país, o que não significava diminuição das importações, as quais, em 1913, alcançaram 500 mil toneladas.⁴³⁴ O aço e o ferro laminado passaram a ser forjados, no Brasil, após a Primeira Guerra Mundial, com a instalação das empresas Cia. Mecânica e Importadora, no estado de São Paulo, e Hime & Cia. no Rio de Janeiro.

Os anos que sucederam o término do primeiro conflito mundial foram de criação e de crescimento de empresas no ramo siderúrgico. De acordo com Barros, entre 1917 e 1930, foram criadas 14 novas fábricas. Dessas, três assumiram maior relevância, a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, 1921; a Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia, 1925; e a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas, 1926.

⁴³² Dentre os trabalhos que abordam tal temática, temos BERGSMAN, Joel. *Brazil: Industrialization and trade policies*. London: Oxford University Press, 1970. BARROS, Gustavo. *O Problema siderúrgico nacional na Primeira República*. Tese de doutorado, Departamento de Economia, FEA-USP, São Paulo, 2011. BARROS, Gustavo. O Desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: Criação de empresas e evolução da capacidade produtiva. *Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada* (HEERA), Juiz de Fora: UFJF, v. 8, n. 14, jan-jun 2013. p. 9-32. GOMES, Francisco M. *História da siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1983.

⁴³³ BARROS, Gustavo. op. cit., p. 161.

⁴³⁴ BARROS, Gustavo. op. cit., p. 161.

Essas três empresas não apenas dominaram o setor rapidamente, como também diversificaram a estrutura produtiva doméstica, entrando de forma mais incisiva na produção de aço e de laminados. Essas empresas, sobretudo a Belgo-Mineira, continuariam dominando o setor siderúrgico na década seguinte, apesar de um segundo surto de criação de novas empresas e de expansão da capacidade produtiva ocorrido na segunda metade da década de 1930.⁴³⁵

O surto a que o autor se refere foi ocasionado pela Segunda Guerra Mundial, quando mais 12 siderúrgicas passaram a funcionar no país. Concomitantemente a isso, a produção deu um salto, passando a ser viável a venda de ferro para outros países, conforme foi noticiado no periódico *O Orientador: Trabalho, Indústria e Comércio* em 1941. A empresa de capital francês Pont-a-Mousson,⁴³⁶ mais conhecida por Companhia Ferro Brasileiro, instalada na cidade de Caeté, fabricava tubos centrifugados, que atendiam tanto as necessidades nacionais, quando o mercado externo. A exemplo disso, naquele ano, a Argentina havia negociado a compra de 750 toneladas de produtos siderúrgicos brasileiros.⁴³⁷

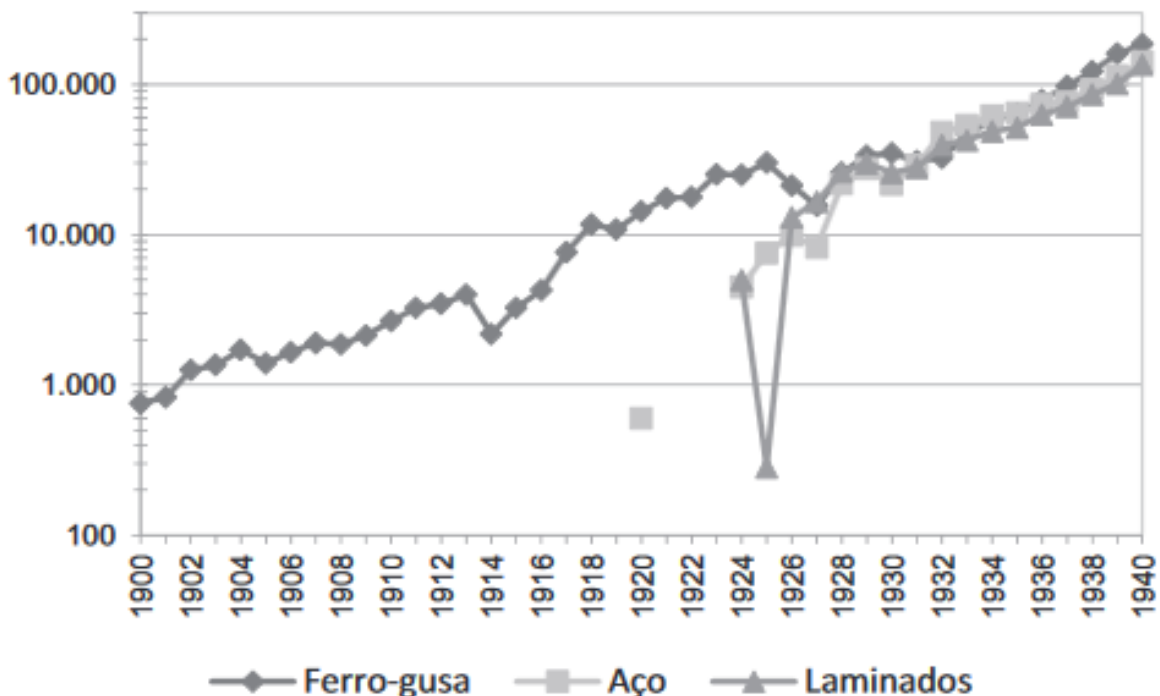
O gráfico abaixo, criado por Barros, oferece-nos um panorama da produção siderúrgica brasileira dentre 1900 a 1940.

⁴³⁵ BARROS, op. cit., p. 162.

⁴³⁶ Fundada em 1937.

⁴³⁷ *O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio*, n. 30, Porto Alegre, 1941, p. 29.

Gráfico 4 – Produção siderúrgica brasileira (1900-1940) (toneladas, escala logarítmica)



Fonte: BARROS, Gustavo. O desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: Crescimento e substituição de importações. *Estud. Econ.*, São Paulo, vol.45, n.1, jan.-mar. 2015, p. 163.

Ao analisar o gráfico, temos a dimensão do avanço da produção siderúrgica. Se, até 1920, o Brasil produzia pouco mais de 10.000 toneladas ferro gusa; em 1940, os números já ultrapassavam 100.000 toneladas. O ferro laminado e o aço que passaram a serem forjados, na década de 1920, tiveram uma escalada rápida de produção. Entretanto, durante o fim dos anos 20, podemos notar uma decaída na produção. Esse fenômeno ocorreu devido aos abalos provocados pela quebra da bolsa de New York. Segundo Barros, o setor sentiu os impactos, mas se recuperou de forma rápida.

O valor da produção a valores constantes caiu 12,9% em 1930, mas já em 1931 retomou o pico de 1929. A retomada, contudo, tornou-se especialmente vigorosa em 1932, com um crescimento muito expressivo, de 41,3% do valor da produção, e já ultrapassando em 42,0% o valor da produção de 1929. Em

1933 o setor continuou a crescer, mas em menor ritmo, 10,4%, atingindo mais que o dobro do valor da produção de 1928.⁴³⁸

A recuperação foi rápida e o crescimento constante, conforme podemos observar na tabela que segue. Em pouco mais que uma década, a produção de ferro gusa quadruplicou; a fabricação de ferro laminado e de aço apresentaram um crescimento de aproximadamente 200%, demonstrando o potencial siderúrgico do país, ainda que o carvão brasileiro não fosse de melhor qualidade para a coqueação.⁴³⁹

Tabela 22 – Produção siderúrgica no Brasil em toneladas (1933 a 1941)

Produto	1933	1934	1935	1936	1937	1940	1941
Ferro Gusa	46.774	58.559	67.082	78.416	98.100	185,595	208,795
Ferro Laminado	42.362	43.669	52.358	62.946	71.410	135,314	149,928
Aço	53.567	61.765	64.231	73.667	76.430	141,069	154,189

Fonte: O Orientador: Trabalho Indústria e Comércio, 27 de setembro de 1939 – p. 3.

As mesmas empresas que se destacavam nesse setor, nas décadas de 1920 e 1930, seguiram despontando na produção metalúrgica brasileira em 1940. A Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas e a Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia eram responsáveis por uma parte significativa da produção nacional de aço, ferro gusa e laminado. Para ilustrar a relevância dessas empresas, podemos observar a tabela abaixo, que é referente à produção de aço no ano de 1942.

⁴³⁸ BARROS, op. cit., p. 167.

⁴³⁹ O periódico O Orientador: Trabalho Indústria e Comércio de 1942, número 07, publicado dia 25 de maio, veiculou a seguinte manchete, *A siderurgia, o problema do carvão e a produção de ferro*. De acordo com a notícia, acreditava-se que o carvão brasileiro não servia para fins siderúrgicos, mas experiências feitas em laboratórios dos Estados Unidos provaram que o mineral de Santa Catarina era adequado para coqueação. Além disso, frisava que, mesmo sem a construção da siderúrgica de Volta Redonda, o Brasil havia apresentado um relevante crescimento na produção de ferro e aço.

Tabela 23 – Quantidade de aço produzido pelas empresas estabelecidas no Brasil em 1942

Empresas	Quantidade em porcentagem	Quantidade em toneladas
Cia. Belgo-Mineira	59%	94.173
Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas	17%	27.134
Cia. Brasil de Mineração Metalúrgica	14%	22.346
Nove empresas diversas	10%	15.961

Fonte: O Orientador: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 50, 1943, p. 1307.

Na próxima tabela, é apresentada a produção das maiores empresas metalúrgicas do país entre 1939 e 1941. Na comparação entre as cifras exibidas, para os anos de 1939 e 1941, detectamos um grande aumento na forja de ferro e aço. Acreditamos que essa significativa elevação tenha relação com a eclosão da guerra, uma vez que, se as importações se tornavam inviáveis, a solução era apostar na produção nacional.

Tabela 24 – sobre a produção siderúrgica brasileira

Nome das Empresas	Gusa		Laminado		Ferro e aço	
	1939	1941	1939	1941	1939	1941
Cia. Belgo-Mineira	72.452	79.015	40.787	81.901	172.448	253.356
Ferro Brasileiro	12.206	38.423	-	-	12.206	38.423
Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas	27.405	33.310	20.907	22.487	68.6815	80.148
Queiróz Junior Ltda.	10.733	29.220	-	-	10.738	29.200
Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia ⁴⁴⁰	-	-	19.482	18.1994	48.111	44.617

Fonte: O Orientador: Trabalho Indústria e Comércio, n. 20/21, de agosto de 1942, p. 1345 -1346.

Os entraves impostos, pela conjuntura beligerante, às importações conduzia as apostas dos empresários para os produtos nacionais. Com o título de *Uma*

⁴⁴⁰ Ao observar a tabela, notamos um decréscimo na produção da empresa Brasileira Mineração Metalúrgica, porém não temos informações suficientes para compreender essa diminuição.

metralhadora e uma fábrica, a revista *O Orientador: Trabalho, Indústria e Comércio* divulgou a história de Osmar Purper. Ele havia trabalhado como chefe do setor de mecânica na fábrica de bombas Lindau. Apesar de ocupar um alto cargo, resolveu sair do emprego e estabelecer uma sociedade com João Kluwe Junior com o propósito de investir na criação de uma fábrica de revólveres.

Enquanto os sócios iniciavam a montagem da fábrica, a conjuntura internacional mudava drasticamente, já que ocorria a eclosão Segunda Guerra Mundial. Diante disso, o maquinário importado da Europa nunca chegou. Dessa forma, Purper, valendo-se de sua experiência na área de mecânica, passou a construir as próprias máquinas. De acordo com a revista, “a matéria-prima nacional na fábrica Purper é para tudo,”⁴⁴¹ desde os parafusos às peças mais complexas dos revólveres.

Por meio dessa notícia, o autor buscava atestar o potencial tecnológico e de adaptação das indústrias brasileiras. Contudo, embora a produção de cimento e de metalúrgica nacional tivesse experimentado considerável crescimento, entre as décadas de 1930 e 1940, não havia chegado a um nível de autossuficiência. Isso explica o impacto causado pela guerra aos setores da economia que empregavam esses artigos como matéria-prima.

Em setembro de 1939, havia o alerta sobre a majoração no valor dos materiais de construção, e “o ferro nacional praticamente dobrou de valor e o cimento aumento 50%.”⁴⁴² Dois meses depois, o jornal *Correio do Povo* abordava, em seu editorial, a notícia de que havia a possibilidade da criação de uma fábrica de cimentos no estado.⁴⁴³

A situação agravava-se no decorrer dos anos. Em 1944, foi criada a Subdivisão de Construção Civil da Coordenação de Mobilização Econômica, pela qual respondia Ricardo Lira. A primeira providência tomada, pelo órgão, foi o tabelamento do cimento em Cr\$ 43,00 o saco de 50 quilos. Além disso, Lira tentou aproveitar os navios carvoeiros que navegavam entre os portos de Rio Grande e Santos para transportar cimento, mas não obteve o resultado esperado, visto que as fábricas fornecedoras do produto alegaram não dispor de sacos de papel para acondicioná-los.

⁴⁴¹ *O Orientador: Trabalho, Indústria e Comércio*, n. 07, Porto Alegre, 25 de maio de 1942, p. 940.

⁴⁴² *CORREIO DO POVO*. Alta de matérias de construção, Porto Alegre, 09 de setembro de 1939, p. 5.

⁴⁴³ *CORREIO DO POVO*. Rio Grande: Fábrica de cimento, Porto Alegre, 28 de outubro de 1939, p. 6.

A solução, para amenizar a escassez de cimento, no Rio Grande do Sul, foi importá-lo do Uruguai, por meio da firma Wilson, Sons & Cia.⁴⁴⁴ Contudo, essa medida encontrou empecilhos nas taxas aduaneiras. Em decorrência disso, considerando a gravidade da situação, Vargas sancionou um decreto prevendo a suspensão das taxas alfandegárias para cimentos do tipo Portland e Romano durante 90 dias.⁴⁴⁵

O governo do estado também interveio no setor da construção. A escassez de madeira gerava reclamações de ambos os lados, ou seja, tanto da parte dos construtores, quanto dos operários. Esses últimos temiam perder o emprego pela falta de matéria-prima.⁴⁴⁶ Diante disso, o interventor federal, Ernesto Dornelles, declarou que “os governos federais e estaduais estavam dispostos a tomar severas medidas em garantia da normalização do abastecimento interno de madeira.”⁴⁴⁷

O medo do desemprego, em função da falta de serviço ou de matéria-prima, acompanhou os trabalhadores durante todo o período que perdurou o contexto beligerante. A falta de energia elétrica também foi pretexto para que empresas ameaçassem de demissão e o afastamento seus funcionários. A exemplo disso, a Associação Comercial de Caxias enviou, ao interventor federal, um telegrama explicando as medidas tomadas diante da ameaça de falta de energia elétrica, bem como comunicava a deliberação dos industrialistas da região pelo racionamento espontâneo, o qual deveria ser:

[...] feito de modo a evitar, na medida do possível desemprego de operários que, em número superior a três mil, estão na iminência de sofrer falta de trabalho, criando aqui sérios problemas sociais. Existem fabricas que, apesar das novas medidas acauteladoras, suspenderam suas atividades, outras dispensaram para mais de cem operários pela falta insignificante de oito cavamos de força.⁴⁴⁸

⁴⁴⁴ CORREIO DO POVO. Cimento uruguaio para seu mercado rio-grandense, Porto Alegre, 04 de março de 1944, p. 8.

⁴⁴⁵ CORREIO DO POVO. Suspensa a cobrança de direitos aduaneiros sobre o cimento, Porto Alegre, 28 de abril de 1944, p.6.

⁴⁴⁶ Na mesma notícia havia o aviso de que a Comissão da Marinha Mercante iria receber até dia 28 de julho os pedidos de requisição para o embarque de madeiras para Buenos Aires.

⁴⁴⁷ CORREIO DO POVO. Entra hoje em vigor o tabelamento da madeira, Porto Alegre, 25 de julho de 1944, p. 3.

⁴⁴⁸ CORREIO DO POVO. Racionamento de luz e força motriz em Caxias e Uruguaiana, devido à falta de óleo, Porto Alegre, 16 de maio de 1943, p. 20.

O periódico local também fazia alusão aos problemas referentes à energia elétrica. O jornal Momento noticiava que, de modo “sensível as indústrias” da região de Caxias do Sul estavam sendo afetadas “ora por falta de energia elétrica, ora por outros motivos”, e isso, conseqüentemente, levaria à falência desses estabelecimentos.⁴⁴⁹

No município de Uruguaiana, o problema era maior, já que a máquina de 300 HP, a qual gerava energia para cidade, necessitava de 23.000 litros de óleo mensalmente, porém estava recebendo somente 4.000 litros, ou seja, cinco vezes menos que o necessário. Diante disso, “a luz pública foi suprimida, em sua quase totalidade, acendendo algumas lâmpadas de reduzido número [...] a luz particular é cortada às 24 horas. A energia para as indústrias é fornecida das 5 às 11 e das 15 às 18 horas.” tentativa de amenizar os problemas causados pela falta de combustível ao gerador, a Companhia de energia elétrica que abastecia a cidade começou a reformar um gerador de 500 HP, que era movido a vapor.

Desse modo, podemos concluir que a guerra impactou diretamente o abastecimento de energia elétrica, assim como de alguns artigos utilizados na construção civil. Várias foram as medidas criadas pelos governos federal e estadual para amenizar a escassez, controlar os preços e garantir o abastecimento de energia elétrica. No entanto, veremos, no subcapítulo 5.2.1, que os mais afetados por esses percalços eram os trabalhadores, que se viam na iminência da dispensa ou da suspensão de suas atividades, uma vez que os empregadores empregavam o argumento de força maior para se desviarem do pagamento dos direitos trabalhistas.

4. 4 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Neste capítulo, objetivamos compreender como a conjuntura bélica afetou a vida dos trabalhadores gaúchos e quais as estratégias criadas por esses para não serem tão prejudicados. Foi perceptível que a guerra impactou as importações de materiais para a construção civil; os setores de transporte, energia elétrica; bem como promoveu a possibilidade de contrabando como negócio rentável, a partir do Acordo de Washington, que controlava a produção, a compra e a venda de artigos à base de látex.

⁴⁴⁹ O MOMENTO. Prejuízos, Caxias do Sul, 16 de janeiro de 1943.

Em relação ao transporte e aos artigos de borracha, notamos que alguns trabalhadores se envolveram em negócios ilegais, como a venda de cupons de cota de combustível, comércio clandestino de gasolina e contrabando de matérias à base de látex. Embora arriscado, esse tipo de empreendimento representou, para os trabalhadores, a chance de obterem um bom dinheiro. Assim, participavam, desses negócios, das mais diversas formas, freteiros, atravessadores e mediadores. Em muitos casos, eles integravam redes de contrabando.

As ameaças e as concretizações de demissões ou de afastamento dos trabalhadores de suas atividades foram bastante recorrentes durante o período da guerra. Os empregadores justificavam suas ações alegando que agiam por motivo de força maior, considerando as dificuldades para obterem matéria-prima, o racionamento de energia e, até mesmo, a falta de serviço.

Desse modo, a classe laboral, no Rio Grande do Sul, lidava com o delicado contexto, criando estratégias, embora algumas ilegais,⁴⁵⁰ para sobreviver entre o arroxó salarial, a carestia de vida e, em alguns casos, com ameaças e as consumações de demissões e de suspensões de suas funções.

⁴⁵⁰ Importante frisar que acreditamos que as estratégias ilegais eram casos pontuais, não representavam a maioria da classe trabalhadora.

5 - OS SOLDADOS DA PRODUÇÃO

Nos capítulos anteriores, apresentamos as diversas formas como a Segunda Guerra Mundial impactou o cotidiano dos trabalhadores. Já esta última parte da tese, reservamos para tratar das relações de classe durante o período. Como já foi mencionado, o Brasil manteve-se neutro até agosto de 1942, quando submarinos alemães torpedearam navios brasileiros, levando-os ao naufrágio. A partir dessa ofensiva, Vargas declarou guerra e aproximou-se do grupo Aliado. No entanto, os impactos da guerra foram sentidos, pela população brasileira, desde seu início, em 1939. O contexto beligerante fez-se sentir tanto no prato, como em outros setores da economia. Logo, não estariam as relações de trabalho imunes a isso, elas também acabaram sendo afetadas.

Obviamente que, a partir de 1942, com a formação do *front* interno e do *front* externo, bem como com a campanha de mobilização da população, as mudanças motivadas pela guerra ficaram mais aparentes. Todavia, isso não significou que não tenham ocorrido implicações anteriores.

Cientes disso, neste capítulo, analisaremos as relações trabalhistas desde 1939 até 1945, na busca de compreendermos de que forma o contexto beligerante as impactou, bem como os mecanismos de resistência e de luta que os trabalhadores gaúchos utilizaram diante das novas circunstâncias.

Para isso, dividimos essa parte em dois subcapítulos. O primeiro dedicamos à uma concisa discussão sobre processo de fazer-se da classe laboral, suas experiências e as bandeiras de luta ao longo da história republicana. A segunda parte destinamos a analisar as questões próprias do contexto bélico e seus impactos nas relações de trabalho. Assim, no segundo momento, serão apresentadas questões como a falta de matéria-prima, a liquidação de bancos eixistas e os decretos-lei que flexibilizavam os direitos trabalhistas vigentes em nome da mobilização para a guerra.

Em suma, nesse capítulo, objetivamos compreender de que forma as circunstâncias criadas/agravadas pela guerra impactaram as relações de trabalho e quais foram as reações dos trabalhadores ao serem interpelados por essas. É preciso lembrar que, nos capítulos anteriores, notamos a incidência de várias adversidades enfrentadas pelas famílias operárias, tais como a elevação do custo de vida, o arroxo salarial, a falta de matéria-prima para o serviço e os problemas com o transporte.

5.1 - A LUTA DE CADA DIA

A classe trabalhadora, sendo ela formada por pessoas escravizadas ou livres, sempre lutou por direitos e por melhores condições de vida e de trabalho. Analisar a história de resistência dos trabalhadores, no Brasil, seria impossível sem recortes temporais. A partir disso, nessa parte do estudo, o foco decairá nas primeiras quatro décadas do século XX.

A classe trabalhadora era e é heterogênea. Essa diversidade está ancorada nos processos de trabalho distintos, na divisão técnica, etária e sexual do trabalho, que está atrelada as questões de gênero, cor, idade. De acordo com Paoli, “existem grupos sociais com identidades definidas, os quais atravessam as classes sociais”⁴⁵¹, porém isso não torna os trabalhadores alienados, passivo à exploração. Perdemos muito, em nossas análises, quando entendemos a classe laboral como homogênea, quando relegamos as pequenas lutas, as diferentes formas de mobilizações e de resistências vivenciadas no dia a dia, para figurarmos, como classe e expressão dessa, somente aquela fração do movimento organizado e unificado. Desse modo, deixamos de compreender a heterogeneidade das experiências; o movimento de conceber-se enquanto grupo de interesses iguais ou semelhantes, de analisar o limite entre a resistência cotidiana e o jogo de negociações do âmbito “doméstico” quando somente enxergamos as grandes transformações, as lutas maiores, que abrangem mais trabalhadores.

As experiências vivenciadas por meio das relações sociais resultam em “distintas formas de viver situações concretas de dominação e exploração”⁴⁵². A dominação não é um processo automático, o qual envolve causa (exploração) e efeito (dominação passiva), existem diversas formas de resistir e de lutar dentro da estrutura que busca ser dominante. Paoli ressalta que, se compreendermos o espaço fabril como local de desamparo, de franqueza e não de resistência, acabaremos negligenciando o papel das experiências do cotidiano fabril e sua ligação com o movimento coletivo dos trabalhadores. A mobilização operária passou a ser “deslocada para o plano ideológico, torna-se uma questão de julgamento da organização e orientação doutrinárias – sobretudo anarquistas – das lutas”⁴⁵³.

⁴⁵¹ PAOLI. op. cit., p. 54.

⁴⁵² PAOLI. op. cit., p. 56

⁴⁵³ PAOLI. op. cit., p. 61

Essa perspectiva faz obscurecer a “importância dos espaços políticos que os trabalhadores da época propunham com base de articulação do movimento”⁴⁵⁴, bem como a emergência das experiências diárias de exploração, que criam laços de solidariedade entre os trabalhadores.

A exemplo disso, podemos citar a eclosão da greve geral de 1906. A eclosão dessa foi um momento de estopim de vários problemas que já vinham ocorrendo, para os quais a classe trabalhadora buscou solução no poder público, em denúncias aos jornais e em greves menores. Os Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre, de 1899, apresentam relatos de problemas de habitação, afirmando que “o problema habitacional foi o cerne das questões sociais”. Enquanto a capital gaúcha crescia, os problemas como “o arruamento, as obras de saneamento, a necessidade de transporte e de fiscalização de construção de habitações para as classes populares”⁴⁵⁵ tornavam-se latentes.

A carne também se fez presente nas páginas dos Anais, que veicularam o seguinte: “a carne que no ano próximo findo a 500 réis foi elevada a 600 réis e agora a 700 réis”. Por ser esse o alimento principal da “classe proletária do município”, foi necessária uma reunião entre os membros do Conselho Municipal a fim de analisar a questão”⁴⁵⁶. Desse modo, os trabalhadores gaúchos, além de enfrentarem uma jornada de trabalho exaustiva, tinham que lidar com as más condições de moradia e com o aumento dos gêneros de primeira necessidade.

Entre o período de 1888 a 1899, ocorreram doze greves na cidade de Rio Grande, as quais foram geradas pelos seguintes motivos: aumento salarial; maus-tratos por parte de inspetores e de mestres; má alimentação; ampliação do horário de almoço; não cumprimento de acordo por parte dos patrões; aumento de diárias e regras da alfândega.

Na cidade de Pelotas, ocorreram sete graves durante o mesmo período, e as bandeiras de luta eram semelhantes, ou seja: solicitação de aumento salarial, contra o monopólio dos transportes e o aumento de impostos⁴⁵⁷. No entanto, a burguesia rejeitava a existência de exploração do operário, no Rio Grande do Sul, argumentando

⁴⁵⁴ PAOLI, op. cit., p. 61

⁴⁵⁵ Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre, 1899. In.: PESAVENTO, Sandra J.; FAGUNDES, Ligia K.; KUMMER, Lizete; STEPHANOU, Maria. *Memória da Indústria Gaúcha: das origens a 1930*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1987, p. 246.

⁴⁵⁶ Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre, 1899 In.: PESAVENTO, Sandra; op. cit., p. 246.

⁴⁵⁷ Informações extraídas das tabelas contidas no livro: LONER, Beatriz. *Construção da Classe Operária de Pelotas e Rio Grande (1888 – 1930)*. Pelotas: Editora da UFPel, 2001, p. 463 – 464.

que os trabalhadores não passavam pelos mesmos problemas que os operários dos grandes centros industriais.

Contudo, ao que aparece, essa era apenas uma perspectiva burguesa. No jornal anarquista *A Luta*, foram formuladas críticas a respeito desse tipo de visão. De acordo com editorial desse periódico, a explicação de que a inexistência de grandes fortunas tornava impossível a “larga exploração dos homens de trabalho” no estado, faltava com a verdade. “Muito se há dito e escrito a respeito das condições de trabalho dos operários das fábricas desta capital [Porto Alegre]”, porém, rebateu o autor da reportagem: “o que é certo é que os capitalistas daqui são tanto ou mais tiranos do que os de qualquer parte do mundo e os trabalhadores padecem das mesmas consequências”⁴⁵⁸.

A alegação de que, no Rio Grande do Sul, os trabalhadores “gozavam de melhores condições de vida de trabalho”, foi empregada por muitos anos. Alexandre Fortes ressalta que, em 1920, quando a elaboração das leis trabalhistas estava sendo discutida no Congresso Federal, os deputados gaúchos sustentavam a ideia de que “a regulamentação do trabalho não deveria ser feita em nível federal, mas estadual”⁴⁵⁹, pois, no estado, os trabalhadores viviam uma realidade melhor que dos outros entes federativos.

Obviamente, isso era uma grande falácia, uma vez que, enquanto buscavam obstaculizar a aprovação das leis, aconselhavam “os empresários [...] que adotassem medidas profiláticas, buscando atender as necessidades imediatas dos operários”⁴⁶⁰. Todavia, a situação dos trabalhadores se mantinha precária, como podemos notar por meio de um relato apresentado no jornal anarquista, o qual divulgou que em uma fábrica de meias, em Porto Alegre, havia 25 crianças, de sete a dez anos, trabalhando. O local desse trabalho era insalubre, sendo o dono intimado, pela diretoria de higiene do município, a instalar filtro de água para as funcionárias, visto que nem isso havia⁴⁶¹.

Foi meio a essa conjuntura que, em 1906, eclodiu a greve geral, na qual os trabalhadores pleiteavam jornada de trabalho de 8 horas. Em uma carta enviada pelos operários da indústria de mármore e granito de propriedade de Aloys Friederichs, o

⁴⁵⁸ A LUTA. 15 de dezembro de 1906. In.: PESAVENTO, Sandra; op. cit., p. 116.

⁴⁵⁹ FORTES, Alexandre. Os direitos, a lei e a ordem: greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da Primeira República. In: LARA, Sílvia; MENDONÇA, Joseli M. N. *Direitos e Justiça do Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2006, p. 353.

⁴⁶⁰ FORTES, Alexandre. Op. cit., 2006, p. 354.

⁴⁶¹ A LUTA. 15 de dezembro de 1906. In.: PESAVENTO, Sandra; op. cit., p. 117.

pedido de diminuição da jornada de trabalho era baseado na tendência mundial⁴⁶². A contraproposta dos empregadores foram 9 horas, mas os grevistas tentaram negociar, propondo, então, 8 horas e 45 minutos. Entretanto, isso foi considerado uma ofensa, uma tentativa de humilhação pelos industriários.

Alberto Bins, representante dos empresários nas tratativas de greve⁴⁶³, afirmou que ele e seus colegas estavam sendo tratados como “subordinados” pelos trabalhadores. Diante disso, alertou, em tom de ameaça, que a classe empresarial podia usar de represálias. “Assim, no momento em que desejarem [os empresários], poderão resolver o fechamento das fábricas, reestabelecer os horários de 10 horas e obrigar, pela fome, os operários a voltarem ao trabalho”⁴⁶⁴.

Após 21 dias, a greve, que envolveu a participação de operários das “fundições, pedreiras, fabricas de doces, de vidros, de chapéus, de sabão, de móveis, de gravatas, de meias”, bem como os trabalhadores da “fiação e tecelagem, dos curtumes, das funilarias, de um estaleiro, da estiva e da Companhia Força e Luz”⁴⁶⁵, o movimento grevista teve fim. Os trabalhadores aceitaram a proposta de jornada de trabalho de 9 horas, porém, segundo Fortes, o resultado mais significativo foi a criação da Federação Operária do Rio Grande do Sul, FORGS, e a formação de sindicatos de ofício.

Embora a mobilização operária tivesse tido um ganho parcial, a carestia de vida continuava. O jornal *Echos do Povo*, em 1911, noticiou que “a situação do pobre em Porto Alegre tornava-se cada vez mais crítica”, devido aos abusos na cobrança dos aluguéis e aos “trust’s”, que aumentavam o valor dos gêneros de primeira necessidade consumidos pela classe trabalhadora.

Fazemos, porém, um pequeno confronto da receita e despesa do chefe de família pobre. Principiaremos, pelo aluguel da casa, que é indispensável para uma família, porque ninguém pode morar ao relento. Qualquer urupuca custa de aluguel mensal de 30\$ a 35\$000. Os gêneros alimentícios, necessários para a manutenção da família, são caríssimos; o açúcar a 600 réis o quilo, a banha a 1\$200, a carne a 600, o café a 1\$400, um pãozinho 600 réis, a manteiga, o quilo 1\$600. Outros artigos indispensáveis numa família estão com os preços elevados; haja vista, por exemplo, o fato de uma caixa de

⁴⁶² Carta. Dia 26 de agosto de 1906. In.: PESAVENTO, Sandra; op. cit., p. 271 e 272.

⁴⁶³ E ex-prefeito da capital gaúcha entre 1928-1937.

⁴⁶⁴ CORREIO DO POVO, 16 de outubro de 1906. In.: PESAVENTO, Sandra; op. cit., p. 275.

⁴⁶⁵ FORTES, Alexandre. Op. cit., 2006, p. 346.

fósforo custar 100 réis. Faça-se agora um cálculo, se esses preços estão de acordo com os ordenados que vencem os proletários⁴⁶⁶.

Nesse contexto, infelizmente, além de persistirem, as adversidades se agravaram, pois, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, “o alto custo de vida e a escassez de alimentos e de produtos básicos atingiram duramente os trabalhadores”⁴⁶⁷, mesmo mediante a criação de medidas intervencionistas, como o controle do comércio de carne e da exportação de feijão, criadas pelo governo do estado entre 1914 e 1915.

A situação do operariado não se modificou. Os trabalhadores cumpriam extensas jornadas, e as más condições de vida e de trabalho estavam sempre presentes na experiência diária dos trabalhadores no estado. Entre 1910 a 1919, foram contabilizadas trinta e uma greves na cidade de Rio Grande. Na cidade de Pelotas, houve dezoito greves durante o mesmo período.

Esse contexto de adversidade deu base para a greve geral de 1917. A FORGS criou a Liga de Defesa Popular, que seria responsável por coordenar a luta pela diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade; pelo estabelecimento de um matadouro municipal para fornecer carne, à população, a preço considerado justo; pela obrigatoriedade da venda do pão a peso, bem como pelo tabelamento do valor por semana. Ainda, ficou responsável por conseguir que as passagens fossem fixadas em 100 réis; pelo aumento de 25% nos ordenados; pela jornada de trabalho de 8 horas para homens e de 6 horas para mulheres e crianças⁴⁶⁸.

Durante os primeiros comícios, as falas eram todas em torno da fome. Os palestrantes afirmavam que, se não houvesse a mobilização, “viriam fatalmente a morrer de fome”. O operário Cecílio Villar declarou que “a fome, depois de permanecer impassível no interior dos casebres saiu gritando para a rua”⁴⁶⁹. As agruras que a classe enfrentava haviam transbordado o âmbito particular, tornando-se uma bandeira de luta. Segundo Villar, quem acreditava que os trabalhadores exigiam em demasia nunca sentiu “a boca amarga pela fome e os músculos vencidos pela miséria”⁴⁷⁰.

⁴⁶⁶ ECHOS DO POVO. 19 de outubro de 1911. In.: PESAVENTO, Sandra; op. cit., p. 119.

⁴⁶⁷ FORTES, Alexandre. Op. cit., 2006, p. 349.

⁴⁶⁸ CORREIO DO POVO. Dia 31 de julho de 1917. In.: PESAVENTO, Sandra; op. cit., p. 291 – 292.

⁴⁶⁹ CORREIO DO POVO. Dia 01 de agosto de 1917. In.: PESAVENTO, Sandra; op. cit., p.293.

⁴⁷⁰ CORREIO DO POVO. Dia 01 de agosto de 1917. In.: PESAVENTO, Sandra; op. cit., p.294.

O preço da carne, alimento indispensável na mesa das famílias operárias, novamente foi citado como exemplo da carestia de vida e um problema a ser resolvido. A carne de boi estava sendo exportada para guerra na Europa, o valor de exportação era, aproximadamente, de 460 réis o quilo, porém, nos estabelecimentos de Porto Alegre, o valor não baixava de 700 réis e, em muitos casos, atingindo \$900 o quilo⁴⁷¹. Outra reclamação era a respeito da necessidade de crianças que “recém [estavam] despertando para a vida” tivessem que ser “lançadas no claustro das oficinas”, para ajudar no sustento de suas famílias. A jornada delas variava de 8 a 10 horas por dia, “para ganhar de 600 a 1\$000 réis, quanto o produto de seus esforços dá ao patrão, em média, o lucro de 4\$000 diários”⁴⁷².

Centros industriais como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba também enfrentavam as mobilizações operárias, uma luta que era sintetizada pela fome. Por fim, chegou-se a um acordo, sendo o governo estadual a peça-chave para esse, pois conseguiu mediar o desejo dos trabalhadores com a disposição dos empregadores. Esse tratamento foi dispensado durante a greve geral de 1919, na qual o governo de Borges de Medeiros tratou os operários organizados com repressão e violência. É preciso mencionar que, durante esse movimento, as exigências dos trabalhadores eram muito parecidas com as do movimento de 1917, isto é, 8 horas de trabalho e 15% de aumento salarial.

Na cidade de Rio Grande, a União Geral dos Trabalhadores foi ameaçada pelo delegado de polícia da cidade, o qual afirmou que, se “algum trabalhador da Usina abandonasse o trabalho, iria buscá-lo em sua própria casa, ainda que fosse arrastado!”⁴⁷³ Outra situação ocorreu na sede da União, que acabou sendo invadida pela cavalaria da polícia e, nesse momento, foram proferidas ameaças aos trabalhadores presentes. Prisões e tiros foram efetuados pelo delegado e alguns praças, em frente à fábrica Rheingantz, enquanto os vários funcionários comemoravam as 8 horas pacificamente⁴⁷⁴.

Em Porto Alegre, 3 mil operários paralisaram as atividades. No entanto, um comício organizado pela FORGS foi reprimido com violência; os bairros operários passaram a ser policiados, e os sindicatos foram fechados, assim como a própria

⁴⁷¹ CORREIO DO POVO. Dia 01 de agosto de 1917. In.: PESAVENTO, Sandra; op. cit., p.295.

⁴⁷² CORREIO DO POVO. Dia 01 de agosto de 1917. In.: PESAVENTO, Sandra; op. cit., p.297.

⁴⁷³ ECHOS DO SUL. Dia 07 de maio de 1919, Rio Grande. In.: PESAVENTO, Sandra; op. cit., p.317.

⁴⁷⁴ ECHOS DO SUL. Dia 07 de maio de 1919, Rio Grande. In.: PESAVENTO, Sandra; op. cit., p.317.

FORGS⁴⁷⁵. No município de Pelotas, a intervenção também foi truculenta, fazendo uma vítima fatal e deixando muitos feridos⁴⁷⁶. Mesmo após as greves gerais e as resistências cotidianas, as causas pelas quais os trabalhadores lutavam, como as almejadas 8 horas diárias de trabalho, proteção a crianças e mulheres e melhores condições de trabalho em geral, estavam longe de serem conquistadas.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, foi assinado o Tratado de Versalhes, em junho de 1919, pelos 27 países signatários que lutaram ao lado da Entente, tais como: Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, Brasil, Uruguai. Esse tratado não só colocou fim ao conflito, mas também criou a Organização Internacional do Trabalho – OIT, com o objetivo de versar sobre as questões trabalhistas. Os países participantes deveriam cumprir com as obrigações internacionais elaboradas durante as conferências anuais da OIT.

Na 1ª Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida na cidade de Washington, em 1919, os representantes dos países que se faziam presentes, dentre esses o Brasil, adotaram uma convenção que previa proibição do trabalho noturno de menores⁴⁷⁷ “em empresas industriais públicas ou privadas, ou em suas dependências⁴⁷⁸”, exceto no caso de empresas familiares, ou seja, aquelas em que os funcionários eram membros da mesma família.

Essa convenção só foi incorporada, à legislação brasileira, em 1934, através do Art. 121 da Constituição Nacional, em que estava previsto: “proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres”⁴⁷⁹.

O descanso semanal, para trabalhadores das indústrias, tornou-se um compromisso dos países signatários durante a 3ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1921. No entanto, essa questão só foi tangenciada, pela legislação brasileira, em 1932, por meio do decreto-lei que previa, para os trabalhadores do comércio e escritório, um dia de descanso semanal para cada seis dias de trabalho efetivo⁴⁸⁰. Sua obrigatoriedade somente foi

⁴⁷⁵ FORTES, Alexandre. pp. cit., 2006, p. 352.

⁴⁷⁶ LONER, Beatriz. op. cit., p. 465.

⁴⁷⁷ Consideravam-se pessoas menores de idade as entre os 0 e 18 anos de idade.

⁴⁷⁸ Convenção n. 6 de 1919. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235011/lang-pt/index.htm>>. Acessado dia 14 de novembro de 2017.

⁴⁷⁹ BRASIL, Constituição brasileira de 1934.

⁴⁸⁰ BRASIL. Decreto-lei n.21.186, de 22 de março de 1932.

reconhecida em 1949, com a divulgação do art. 1º da Lei 605, o qual previa que: “todo empregado tem direito ao repouso semanal remunerado de vinte e quatro horas consecutivas, preferentemente aos domingos e, nos limites das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local”⁴⁸¹.

A lei de férias, de 1925, e o Código de Menores de 1927, foram resultados de um projeto bem maior de regulamentação das relações de trabalho. Ambas normativas faziam parte do projeto 265, de 1923, que apresentava a proposta de criação de um Código de Trabalho, no qual faziam parte a jornada de 8 horas diárias; o descanso semanal; os 15 dias de férias remuneradas por ano; a proibição do trabalho de menores de 14 anos, exceto para alguns casos; a proibição do trabalho noturno para mulheres; o direito à amamentação e a criação da Caixas Profissionais de Pensões para empregados e operários. O projeto não foi aprovado, mas resultou na criação da lei de férias e do Código de Menores. Assim, embora o Brasil se comprometesse com a implantação das medidas de bem-estar para os trabalhadores, amplamente discutidas durante as reuniões da OIT, a adoção dessas, na prática, não era vivenciada pelos operários.

Os problemas ligados à classe trabalhadora eram abertamente negligenciados, considerados caso de polícia, como dizia o velho jargão atribuído, por Vargas, ao então presidente Washington Luiz. Existe uma longa discussão sobre a autoria da frase que entendia a questão social, no Brasil, como caso de polícia. Alguns estudiosos afirmam que ela realmente foi dita por Washington, mas foi descontextualizada por Vargas e seus partidários. Outros defendem que não existem evidências para atribuir tais palavras a Washington Luiz ⁴⁸².

No entanto, os pesquisadores concordam em um aspecto, a saber: tanto Vargas como Washington refutavam a existência de uma classe trabalhadora brasileira que lutava por melhores condições de trabalho, mesmo sendo visível a presença e a resistência dessa classe. Os governantes atribuíam as greves que eclodiram, ao longo da história republicana do Brasil, bem como a ideia de luta de classes, a resultados da intromissão de pensamentos estrangeiros. A exemplo disso,

⁴⁸¹ BRASIL. Lei 605, de 5 de janeiro de 1949.

⁴⁸² Para mais, ler KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. 2004. 597 f. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP. Campinas. FRENCH, John. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos: a questão social como caso de polícia, 1920-1964. In.: LARA, Sílvia; MENDONÇA, Joseli. *Direito e Justiça no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2006, p. 379-416.

Rodrigues Alves declarou que os problemas brasileiros eram “inegavelmente diferentes dos europeus”, de forma que a questão social “não fornecia nenhuma justificativa para a militância operária”⁴⁸³.

Somos sabedores que a luta de classe era orgânica e nada tinha de “ideia exótica” Embora muitos líderes fossem de outra nacionalidade, também existia a massiva participação de brasileiros nas mobilizações. A perspectiva que defende o estrangeiro enquanto fundador do movimento operário brasileiro esquece da resistência que sempre existiu, por parte dos trabalhadores, desde o longo período escravocrata. O povo brasileiro não era passivo diante da dominação, sempre foram criadas formas de resistência, sejam coletivas ou individuais. Para percebê-las, basta ajustar o olhar, conceber a existência de diversas formas de luta além dos movimentos grevistas.

Os movimentos paredistas representam a ponta de um *iceberg*. Quando isso acontece, significa que ocorreu uma radicalização das atitudes por parte dos trabalhadores. Por detrás de uma mobilização operária, existe, no geral, carestia de vida, exploração, desrespeito às leis e irredutibilidade do empregador frente às necessidades da classe laboral. Alexandre Fortes aborda isso quando afirma que, durante a organização para as eleições, em 1929, várias greves foram organizadas, e essas solicitavam a aplicação das leis. Conforme o autor, “essa demanda, nova em um movimento paredista, se tornaria comum no pós-30, quando a defasagem entre regulamentação estatal e realidade social viria se acentuar”⁴⁸⁴.

Na cidade de Porto Alegre, durante o ano de 1929, eclodiram três greves. A primeira, no dia 11 de janeiro, em que o centro da questão era a lei de férias, pois ainda não havia sido cumprida pelos patrões. Osvaldo Aranha, que substituíra Vargas à frente do Rio Grande do Sul, realizou um acordo com os trabalhadores. Em março, os operários se uniram em torno de outro movimento paredista. Dessa vez, além do pedido para que a lei de férias fosse levada a cabo, incluíram, em suas reivindicações, aumento de ordenados, 48 horas semanais de trabalho e adicional de 50% sobre as horas extraordinárias.

Em um contexto de exploração e com o aumento do custo de vida, a classe a operária em Porto Alegre tinha que escolher qual alimento faltaria em sua mesa. A carestia dos gêneros de primeira necessidade era incompatível com os salários,

⁴⁸³FRENCH, John. op. cit., 2006, p. 390.

⁴⁸⁴FORTES, op. cit., 2006, p. 355.

levando à carência de comida e, em alguns casos extremos, gerando a fome. Esse foi o pano de fundo das “novas greves”, marcadas por um “processo de radicalização” do movimento⁴⁸⁵.

Enquanto as mobilizações radicalizavam, segundo Petersen e Lucas, a autonomia das associações organizadas por trabalhadores começou a dividir espaços com as iniciativas de “padrão único do sindicalismo oficial”⁴⁸⁶. Por meio dessas ações, o governo buscava manter o “controle estatal sobre o movimento operários”.

Com a entrada de Getúlio Vargas no poder, a problemática trabalhista ganhou uma nova direção. Entre 1930 a 1937, foram criadas “a maioria absoluta de todas as leis sociais”⁴⁸⁷. Juntamente com a criação dessas, havia a tentativa de “ocultar o caráter repressivo da legislação”, bem como esforços para “apagar a memória das lutas operárias empreendidas na Primeira República”⁴⁸⁸. O intuito era criar a ideia de que o governo, sabedor das necessidades de seu povo, por meio do discernimento de Getúlio Vargas, havia elaborado leis que regulariam o mercado de trabalho. Porém, a existência de leis não significava o fim da repressão policial, uma vez que atuavam como forças complementares⁴⁸⁹.

A questão social não deixou de ser um caso de polícia durante o governo Vargas. Diorge Konrad lança críticas aos estudos que compreendem o período como limite para o tratamento truculento das questões ligas à classe trabalhadora. De acordo com o autor, essas pesquisas estariam centradas “em análises discursivas de documentos oficiais, tendentes a transformar os mesmos discursos, como se fosse o conjunto do processo histórico”. A partir disso, acabariam “assumindo o discurso dos poderes constituídos, como no exemplo do governo pós-1930, para quem a questão social deixou de ser caso de polícia”⁴⁹⁰.

A historiadora Cancelli propõe uma interpretação sobre a forma como a questão trabalhista foi tratada durante a Era Vargas. Segundo a autora, a busca pela extensão da luta de classes ocorria de duas maneiras: pelo “exercício puro e simples

⁴⁸⁵ FORTES. op. cit., 2006, p. 355 a 362.

⁴⁸⁶ PETERSEN, Silvia; LUCAS, Maria. op. cit., p. 334.

⁴⁸⁷ GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*, Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 214.

⁴⁸⁸ GOMES, op. cit., p. 214.

⁴⁸⁹ FRENCH, John. op. cit., 2006, p. 410.

⁴⁹⁰ KONRAD, Diorge Alceno. op. cit., p. 38.

do terror” e por intermédio do controle policial do cotidiano dos operários e de suas instituições de classe⁴⁹¹.

Entretanto, a tentativa fracassou, uma vez que a luta de classes nunca deixou de existir. Mesmo em meio à ditadura do Estado Novo, os trabalhadores resistiram à exploração e à dominação. Apesar de o discurso oficial procurar implantar uma ideia de que a leis eram frutos da clarividência de Vargas, sabemos que essas foram frutos da pressão operária, bem como dos compromissos assumidos internacionalmente.

Para ilustrar isso, podemos citar a convenção relativa à indenização das moléstias profissionais assumidas pelo Brasil durante a 18^o sessão da Conferência Internacional do Trabalho – CIT, ocorrida no dia 04 de junho de 1934. De acordo com essa, os membros da Organização Internacional do Trabalho deveriam garantir uma indenização aos trabalhadores vítimas de doenças relacionadas ao exercício da profissão, e o valor pago não poderia ser inferior ao previsto, na legislação nacional, referente a acidentes de trabalho.

Um mês e seis dias após a assinatura desse compromisso, o governo brasileiro apresentou o decreto-lei n. 24.637, o qual, em seus artigos, definia o que poderia ser considerado como moléstia profissional e a indenização devida.

Art. 1^o Considera-se acidente do trabalho, para os fins da presente lei, toda lesão corporal, perturbação funcional, ou doença produzida pelo exercício do trabalho ou em consequência dele, que determine a morte, ou a suspensão ou limitação, permanente ou temporária, total ou parcial, da capacidade para o trabalho.

Art. 2^o Excetuados os casos de força maior, ou de dolo, quer da própria vítima, quer de terceiros, por fatos estranhos ao trabalho, o acidente obriga o empregador ao pagamento de indenização ao seu empregado ou aos seus beneficiários, nos termos do capítulo III desta lei.⁴⁹²

Outra situação semelhante foi abordada por Glaucia Konrad, ao citar o caso da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), realizada em Genebra – 1938. A autora explica que, ao mesmo tempo em que se dava prosseguimento aos trabalhos

⁴⁹¹ CANCELLI, Elisabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora UNB, 1993, p. 26.

⁴⁹² BRASIL. Decreto-lei n. 24.637, de 10 de julho de 1934.

na Suíça, os consultores jurídicos do MTCI corriam para regulamentar acordos adotados em encontros anteriores.⁴⁹³

O Brasil buscava transparecer, no âmbito internacional, como um país avançado nas questões sociais. Houve grandes esforços, por parte do governo, para que, antes dos encontros da OIT, as medidas aprovadas, em convenções passadas, fossem postas em vigor, visto que existia um apelo internacional para que os países membros do tratado cumprissem com suas obrigações. Porém, é importante lembrar que essas convenções eram orientações, não havia obrigatoriedade em cumpri-las. Para mais, criar uma lei não era sinônimo de aplicação dessa na prática, ou seja, os trabalhadores tiveram que lutar não só pela criação de direitos, como também pela aplicabilidade desses.

Quando analisava a instituição das primeiras leis trabalhistas, Paoli pontuou que as leis do Estado formaram um novo cenário de luta entre os grupos e as classes sociais⁴⁹⁴. Na mesma linha de pensamento, o historiador Alexandre Fortes defende que, com a decretação de leis que regulamentavam questões do âmbito trabalhista e social, a classe laboral brasileira conquistou a “possibilidade de lidar com a lei não apenas como ordem pública inibidora de sua capacidade de manifestação”, mas também alcançou, mesmo que de forma incipiente, o reconhecimento de sua “titularidade a direitos sociais”⁴⁹⁵.

Conforme as palavras do ministro do trabalho, Marcondes Filho, as melhorias, para a classe trabalhadora, podiam ser alcançadas de duas formas: “das cruentas reivindicações populares para fazer progredir o Estado, ou provém da sabedoria do Estado e da clarividência das leis, para fazer progredir o povo”⁴⁹⁶. Assim, havia o esforço para a criação e a difusão do que a autora Angela de Castro Gomes chama do *mito da outorga*⁴⁹⁷, no qual o Estado assumia o papel de doador das leis trabalhistas, restando, à classe trabalhadora, o dever de retribuir a dádiva recebida.

O brasilianista John French chama atenção para a diferença entre os planos de criação de uma ideologia totalizante e a realidade vivida pelos trabalhadores e

⁴⁹³KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006, p.117.

⁴⁹⁴ PAOLI, p. 70.

⁴⁹⁵ FORTES, Alexandre. op. cit., 2006, p. 374.

⁴⁹⁶ FILHO, Alexandre Marcondes. *apud* GOMES, Angela de Castro. *Invenção do Trabalhismo*, Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 221.

⁴⁹⁷ GOMES, Angela de Castro. GOMES, Angela de Castro. *Invenção do Trabalhismo*, Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 228-230.

sindicatos. Para o autor, é necessário ponderar tais generalizações, pois a lei não representa a realidade; as intenções não consistem em resultados e a retórica não equivale a essência⁴⁹⁸. Iniciamos esse capítulo abordando a trajetória de luta que os trabalhadores traçaram ao decorrer da história, de greves gerais a resistências pontuais, e todas elas contribuíram para que os direitos dos trabalhadores fossem criados.

Desse modo, embora o governo tentasse esconder o vínculo entre a regulamentação do mercado de trabalho e os movimentos trabalhistas⁴⁹⁹, por meio da criação do *mito da outorga dos direitos*, essas relações ficaram evidentes. French defende a ideia de que a Justiça do Trabalho abriu um espaço a partir do qual os trabalhadores podiam “contestar atos injustos do empregador e arbitrariedades da administração”, de modo que, segundo o autor, “os interesses dos operários coincidiam com os da crescente burocracia federal, que buscava concentrar o controle efetivo nas mãos do Estado”⁵⁰⁰.

A burguesia industrial e o Estado tinham planos em comum, isto é, ambos desejavam manter o movimento operário controlado. Vargas planejava alcançar tal objetivo atrelando os sindicatos ao governo e intervindo diretamente nas relações entre empregados e empregadores, por meio das leis trabalhistas. Por sua vez, a burguesia criava mecanismo de bem-estar social, por intermédio da promoção de bailes, criação de times de futebol, vilas operárias, escolas para filhos de funcionários, dentre outros. Além disso, ela defendia que a única intervenção necessária do governo, nos assuntos ligados às relações de trabalho, era a manutenção do Tribunal de Segurança Nacional, que punia trabalhadores envolvidos nas ideologias estrangeiras.

A resistência à criação de leis sociais e trabalhistas era tão grande que, em 1918, um dos grandes industrialistas paulistas, Simonsen, declarou que “a militância operária e as greves não constituíam o maior perigo para os empregadores industriais. A maior ameaça, escreveu ele, seria que a questão social fosse revolvida “de maneira equivocada, por meios políticos”, o que resultaria em “obstáculos para a produção”⁵⁰¹. Entretanto, tomando consciência de que as leis sociais e trabalhistas eram uma

⁴⁹⁸ FRENCH. John *O Abc dos Operários - Conflitos e Alianças de Classe Em São Paulo*, São Paulo, Hucitec, 1995, p. 77.

⁴⁹⁹ FRENCH. John. op. cit., 1995, p. 80.

⁵⁰⁰ FRENCH. John. op. cit., 1995, p. 82.

⁵⁰¹ FRENCH. John. op. cit., 1995, p. 72

realidade daquela conjuntura, a saída encontrada, por esses empresários brasileiros, foi buscar adaptá-las de acordo com seus interesses e utilizar seus contatos dentro do aparelho estatal⁵⁰².

Ainda em meio a resistências patronais, que desejavam uma intervenção estatal apenas como parte da repressão, a Constituição de 1934 apresentou, em seu Art. 122, a criação da Justiça do Trabalho. Essa, contudo, não foi regulamentada nem integrada ao poder judiciário, ou seja, só passou a funcionar, de forma efetiva, em 1941, quando foi instituída. Seu atrelamento ao judiciário foi ainda mais tardio, apenas em 1946.

As Comissões Mistas de Conciliação e as Juntas de Conciliação e Julgamento funcionavam como órgãos conciliadores em ações trabalhistas coletivas e individuais, assim respectivamente. Tratava-se de uma instância conciliatória e paritária. Elas eram compostas por uma representação classista, ou seja, os vogais dos empregadores e dos empregados; além do juiz, que, em muitos casos, também atuava como magistrado na justiça civil. A conciliação era obrigatoriamente proposta, e, caso não fosse possível o entendimento entre as partes, seguia-se o julgamento.

A Justiça do Trabalho, por muitos anos, foi considerada uma justiça menor, vulgarmente chamada de “justicinha” no âmbito jurídico. No decurso de seu estabelecimento, necessitava que os trabalhadores a reconhecessem enquanto meio possível de resolver os problemas relativos às relações trabalhistas. Negro e Souza compreendem que as aspirações dos trabalhadores e a ânsia por afirmação da recente JT “atuavam em paralelo, ocasionalmente, de modo a convergir”⁵⁰³.

Em decorrência disso, apesar de a intenção por detrás da criação das leis fosse de disciplinar, os trabalhadores e extinguir a luta de classes, que a JT tenha suas raízes na ideologia dominante e seu objetivo fosse conciliatório, ela passou a ser vista como uma via de luta contra os abusos patronais e um meio de reclamar a garantia dos direitos.

Em 1943, foi elaborada a Consolidação da Legislação do Trabalho, a qual reunia antigos e novos direitos conquistados pelos trabalhadores. A classe trabalhadora passou a recorrer a ela de forma crescente, como mostram os dados da

⁵⁰² FRENCH, John. op. cit., 1995, p. 82

⁵⁰³ NEGRO, Antônio Luigi; SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. Que “fosse procurar os seus direitos” – Justiça do Trabalho e poder disciplinar na Bahia: Insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-1948). In: GOMES, Angela de Castro. SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua história*. Campinas: Editora Unicamp, 2013, p. 145.

Justiça do Trabalho de Pelotas. Nessa jurisdição, durante o ano de 1941, foram ajuizadas 36 ações; em 1943, o número teve uma leve variação, foram, ao total, 32 reclamações; no entanto, em 1944, ocorreu um aumento significativo, pois foram pleiteados 235 processos. Acreditamos que essa elevação, no número de demandas, esteja relacionada à instalação da Justiça do Trabalho em 1941; à vigência da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943; e à grande propaganda do governo a respeito da temática trabalhista.

Na capital do estado, a classe laboral também procurou os meios legais para requerer seus direitos, conforme dados apresentados pelo presidente do Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul. De acordo com Caleb Leal Marques, e o vogal dos empregadores da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, Paulo João Ernesto Dohms, entre 1941 e 1942, foram ajuizadas 1.262 ações na 1ª JCJ de Porto Alegre. A tabela abaixo ilustra o resultado dessas reclamações.

Tabela 25 – Resultados das ações movidas na 1ª JCJ de Porto Alegre (1941-1942)

Resultados das ações	Números
Conciliação	714
Procedentes	157
Improcedentes	135
Arquivados	88
Incompetência da junta para julgar	21
Desistência das partes	95
Reclamações verbais, sem apresentação dos termos	23
Encaminhados ao CRT	9
Processos de causas variadas	20

Fonte: *O Orientador: Trabalho Indústria e Comércio*, n. 1, 1942, p.66.

A análise dos números apresentados sinaliza que 10% dos casos foram julgados improcedentes; 12% procedente e 56% resultaram em conciliação. Essas cifras não nos parecem estranhas, ao contrário, revelam muito sobre a intenção das JCJ's, que, em seu cerne, deveriam privilegiar a conciliação entre as partes. No entanto, não eram todos os trabalhadores que tinham acesso a essa via de luta, já que o direito de usufruir da JT era somente para parte da classe trabalhadora

sindicalizada, considerando, como sindicatos, apenas os oficializados pelo Estado⁵⁰⁴. Nesse contexto, as instituições autônomas enfrentavam dificuldades ao concorrerem com as com as instituições oficiais. Os direitos, os quais, há décadas, mobilizavam a classe laboral, só estavam ao alcance dos trabalhadores que aderissem ao hall de armadilhas criadas por Vargas no intuito de conter a luta de classes, amordaçar os operários em uma requintada teia formada por leis, instituições e censura.

A estratégia dos líderes dos sindicais independentes passou a ser a busca por cargos nos sindicatos legais. Para corroborar com essa ideia, French, por meio de sua pesquisa empírica sobre os conflitos e as alianças da classe trabalhadora do ABC paulista, explicitou que “a liderança sindical atraía normalmente os operários ativistas, entre eles os radicais que alguns estudiosos, erroneamente, supuseram haver sido eliminados pela repressão governamental”⁵⁰⁵. Em outras palavras, se compreendermos a lei e o sistema legislativo como algo estruturante e engessado, encontraremos “una superestructura que se adapta a las necesidades de una infraestructura de fuerzas productivas y relaciones de producción”, servindo portanto, como “instrumento de la clase dominante” que através da legislação “define y al mismo tiempo defiende las reivindicaciones del grupo dominante”⁵⁰⁶.

Edward Thompson, no entanto, em seu clássico livro *Los Orígenes de la ley negra: un episodio de la historia criminal inglesa*⁵⁰⁷, avança na definição da lei, problematiza o fato de ela representar apenas os interesses da classe dominante, pois, de acordo com o autor, existe uma condição essencial para que a legislação seja reconhecida, sua função ideológica. Logo, a lei deve demonstrar “su independencia frente a la manipulación flagrante y perezca ser justa”⁵⁰⁸.

No aludido livro, o historiador inglês dirigiu seus estudos à busca de compreender a aplicação da Lei Negra, aprovada pelo parlamento inglês em 1723, a qual previa a pena de morte para pessoas armadas ou/e com o rosto pintado de negro, que fossem vistas transitando pelos bosques ou parques para cortar árvores, caçar

⁵⁰⁴ BRASIL. Decreto nº 19.770, de 31 de março de 1931.

⁵⁰⁵ Tradução: uma superestrutura que se adapta às necessidades de uma infraestrutura de forças produtivas e relações de produção”, servindo, portanto, como “instrumento da classe dominante”, que através da legislação “define e ao mesmo tempo defende as reivindicações de grupo dominante”. French, John. op. cit., p. 86.

⁵⁰⁶ THOMPSON, Edward. *Los orígenes de la ley negra: un episodio de la historia criminal inglesa*. Espanha: Siglo Veinteuno, 2010, p. 280.

⁵⁰⁷ A versão em português deste livro se chama *Senhores e Caçadores*.

⁵⁰⁸ “Sua independência frente à manipulação flagrante e pareça ser justa” THOMPSON. op.cit., 2010, p. 284.

ou pescar sem permissão. Em busca pela compreensão do direito de propriedade, percebeu a existência de múltiplas perspectivas, “para el terrateniente, el cercamiento; para los aldeanos sin tierras propias, los derechos comunales; para los funcionarios forestales, los terrenos preservados para los ciervos; para los habitantes del bosque, el derecho a extraer turba”⁵⁰⁹. Dessa maneira, concluiu que a retórica de igualdade e de justiça imprimiu brechas na legislação em questão, as quais os camponeses utilizavam ao seu favor. “Ocasionalmente los copyholders o enfiteutas, apoyándose em los precedentes jurídicos del siglo XVI, pudieron ganhar algún caso”⁵¹⁰. Na perspectiva de Thompson, embora a lei seja criada pela classe dominante e contenha seus interesses, existe um discurso de equidade, o qual possibilita, aos dominados, usá-la como via de resistência, de luta contra exploração e contra a desigualdade.

Por meio desse olhar, compreendemos que, ainda que Vargas tenha buscado controlar os trabalhadores, lançando de mão de artifícios como a lei da unidade sindical; a elaboração da Carteira de Trabalho; a organização de uma instituição jurídica específica, para intervir nas relações de classes, o pesado investimento em propaganda não existiu uma dominação passiva da classe laboral.

Não podemos refutar o fato de que a primazia pela conciliação privilegiava os empregadores. Assim, embora houvesse evidências do descumprimento da legislação vigente por parte desses, primeiramente, era proposta a conciliação entre as partes⁵¹¹. Contudo, em uma análise menos apressada, veremos que a JT passou a ser utilizada, pelos trabalhadores, como via de legitimação dos direitos. Antônio L. Negro e Edinaldo Souza, ao analisarem casos de insubordinação operária e de autoridade patronal, no estado da Bahia, entre 1943 e 1948, declararam que a “circulação de informações sobre questões judiciais, com algum efeito multiplicador entre os trabalhadores” sinalizando para um “processo de judicialização das questões trabalhistas na perspectivada dos empregados”⁵¹².

Contudo, em 1942, ocorreram mudanças nos rumos do governo e da política trabalhista. O Brasil rompeu sua política de neutralidade, que vinha mantendo, até

⁵⁰⁹ “para o proprietário de terra, o cerceamento; para os aldeões em terras, os direitos comunais; para os funcionários florestais, os terrenos preservados para os servos; para os habitantes do bosque, o direito a extrair turba”

⁵¹⁰ Ocasionalmente, os copyholders o enfiteutas, apoiados nos precedentes legais do século XVI, poderiam ganhar um caso. THOMPSON. *op.cit.*, 2010, p. 282.

⁵¹¹ Conciliação essa que, muitas vezes, era aceita pelo trabalhador, pois, sem o atrelamento da JT ao executivo, fato que ocorreu somente em 1946, as ações, mesmo sendo julgadas procedentes, em muitos casos, não eram pagas.

⁵¹² NEGRO; Antônio L.; SOUZA, Edinaldo. *op. cit.*, p. 129.

então, em relação ao conflito mundial. Após o naufrágio de embarcações brasileiras em águas nacionais, por submarinos alemães, o governo brasileiro decretou estado de guerra e passou a lutar ao lado dos Aliados. Para muitos historiadores, nesse momento, iniciava o fim do Estado Novo.

A historiadora Angela de Castro Gomes é uma voz dissonante, dessa perspectiva. Segundo ela, o ano de 1942 não foi necessariamente o início do declínio do Estado Novo. A abertura política e as reformas sociais implementadas, a partir desse momento, fazem parte do projeto de governo, batizado, por Gomes, como *Trabalhismo*.

John French critica a perspectiva da autora a respeito da mudança de rumos no governo após 1942. Para ele, Gomes acaba por superestimar “o poder do governo em controlar os acontecimentos, uma vez que, essa mudança refletia também a deterioração da posição global do regime, tanto interna quanto externamente”⁵¹³. Além disso, o brasilianista se contrapõe ao conceito de *Trabalhismo* como chave explicativa para o período. Na concepção de French, o projeto de governo, que buscava apoio político das massas por meio da criação de medidas sociais e trabalhistas, pode ser chamado de *populismo*.

O conceito de populismo foi definido, por Francisco Weffort, como “a exaltação do poder público; o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato [sic] com os indivíduos reunidos na massa”⁵¹⁴. Todavia, o autor observa, nitidamente, a existência de um jogo de interesses entre povo e líder. As classes populares, em troca do apoio e legitimação do governo, tinha seus direitos legitimados e pressionavam por “sua incorporação política e econômica ao sistema”⁵¹⁵.

Distante de sua definição conceitual, o termo populista passou a ser empregado como expressão pejorativa, como forma de caracterizar um governo demagogo. Considerando a carga negativa que a palavra carrega, autores como Angela de Castro Gomes, José Ferreira e Daniel Aarão Reis optaram por utilizar o conceito de *Trabalhismo*. Para Aarão, a utilização do conceito de populismo não possibilita a compreensão do processo histórico brasileiro. Desse modo, defende o uso do conceito *Trabalhismo*, sendo esse a forma nacional do que o autor chama da

⁵¹³ French, John. op. cit., p. 88

⁵¹⁴ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 29.

⁵¹⁵ WEFFORT. op.cit.,p. 163.

tradição nacional-estatista⁵¹⁶. Por sua vez, pesquisadores como John French e Alexandre Fortes defendem que não devemos “jogar a água do banho fora com a criança junto”. Por isso, alegam ser necessária a ressignificação da expressão e não sua aposentadoria.

Ao ser denominado de *Populismo* ou *Trabalhismo*⁵¹⁷, o que está em análise, por esses historiadores, é a implantação de um projeto de governo que, no intuito de atingir seus interesses, reconhecia algumas lutas em prol das quais a classe trabalhadora há muito se organizava. Em suma, em busca de apoio popular para legitimar sua administração, Vargas atendia às reivindicações históricas da classe trabalhadora, mas, juntamente a isso, criava mecanismo para tentar controlá-la.

É preciso deixar explícito que nenhum controle é total, “ao contrário da adesão cega e ativa, podia funcionar um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos retornos e benefícios possíveis”⁵¹⁸, ou seja, os trabalhadores não eram massa de manobra, eles impunham limites à exploração política e econômica. Paoli avalia a questão e defende que, apesar de Vargas ter criado um “Estado forte”, não conseguiu eliminar “a dinâmica da sociedade sobre a qual ele legislou autoritariamente”⁵¹⁹, nem aparou as arestas da abismal desigualdade social.

5.2 - “AS MÃOS BRASILEIRAS DEVEM ESTAR OCUPADAS COM ENXADA OU COM FUZIL”⁵²⁰

A Segunda Guerra Mundial foi deflagrada em setembro de 1939 e, de imediato, potências como Alemanha, Japão e Itália uniram-se contra a França e Inglaterra. No decorrer do conflito, outros países foram se agregando ao Eixo e aos Aliados, todavia, no caso do Brasil, a neutralidade perdurou até 1942. Por outro lado, isso não significou que os brasileiros não tivessem sentido os reflexos da guerra desde o começo.

⁵¹⁶ REIS, Daniel A. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁵¹⁷ Para mais ler: FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

⁵¹⁸ SILVA, Fernando Teixeira; COSTA, Hélio. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 225.

⁵¹⁹ PAOLI, op. cit., p. 58.

⁵²⁰ Agamenon Magalhães – fevereiro de 1943.

Nos capítulos anteriores, observamos que primeira forma que a guerra se manifestou foi no prato das famílias trabalhadoras. A importação de alimentos, tais como trigo, ficou comprometida; e a carne, artigo abundante no estado, passou a ser intensamente exportada para os países Aliados. Ademais, outros setores foram afetados, como o de transportes. Nessa época, os bondes e os ônibus tiveram seus horários modificados em decorrência da falta de peças sobressalentes e de combustível. A falta de combustível também afetou a vida dos choferes, alguns chegaram a perder seus empregos. As indústrias, devido à falta de matéria-prima e em função do racionamento de energia, ameaçavam os seus funcionários de demissão.

O historiador Fernando Teixeira da Silva comenta, em sua dissertação *Os Doqueiros do Porto de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade (1937-1968)*, que os portuários de Santos começaram a sentir os reflexos do conflito mundial ainda em 1939. Segundo Silva, “desde o início do conflito mundial a situação dos portuários se agravou intensamente em face da falta de serviço, decorrente das perturbações às relações econômicas internacionais”⁵²¹. Os doqueiros, por exemplo, eram contratados para atividades ocasionais, recebendo por hora. Desse modo, durante o período do conflito mundial, poucas embarcações aportavam em Santos, ocasionando a diminuição dos ganhos desses homens.

Outros casos comuns eram as demissões de funcionários sem o pagamento de aviso prévio nem indenização por demissão sem justa causa. As empresas alegavam força maior em decorrência da guerra, o que impossibilitava/dificultava a importação de matérias-primas como ferro, aço, cimento ou provocavam a escassez de serviços.

Em suma, a carestia de vida, que já vinha sendo notada pela classe trabalhadora, antes de 1939, tomou maior proporção. O que antes era difícil, ficou ainda pior para o indivíduo que dependia da venda da força de seu trabalho. Sem salário mínimo instituído⁵²² e com o aumento dos preços dos alimentos, aluguéis, vestuário e materiais de higiene, os trabalhadores tinham de lutar para sobreviver.

⁵²¹ SILVA, 1992, p. 150

⁵²² O salário mínimo só foi instituído em maio de 1940.

Os historiadores tendem a analisar os reflexos da guerra, no cotidiano da classe laboral, após a declaração brasileira de guerra à Alemanha e à Itália⁵²³, em 1942, pois, a partir disso, o governo brasileiro passou a mobilizar forças para a criação de um *front* interno e um *front* externo.

O *front* externo era formado por soldados e enfermeiras que, voluntariamente ou por meio de convocações, seriam enviados para a frente de batalha. Já o *front* interno, era composto por todos os brasileiros, que, mobilizados, deveriam garantir suprimentos como fardas, armamento e alimentação necessários aos soldados que estavam no *front* externo, além de terem o dever de proteger o Brasil dos espões nazifascistas e de se manterem preparados para ataques dos inimigos a alvos civis.

De fato, a partir de 1942, as implicações causadas pelo conflito foram mais aparentes. No primeiro mês do corrente ano, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países que compunham o Eixo, ou seja, Alemanha, Itália e Japão. Essa decisão foi tomada após o ataque japonês ao porto de Pearl Harbor, em dezembro de 1941.

Em janeiro de 1942, Vargas sancionou dois decretos-lei, n. 8.567 e, em março, o n. 9.080, os quais estabeleciam a criação do cargo de “Diretor Técnico” para as empresas consideradas de “interesse militar”, a exemplo da Fábrica Electro-Aço Altona, em Santa Catarina; da Companhia Brasileira de Cartuchos, Laminação Nacional de Metais e da Companhia Nitro-Química Brasileira, todas em São Paulo. Além dessas, enquadravam-se nas leis a Fábrica Lindau & Comp. e Amadeu Rossi, ambas no Rio Grande do Sul e a indústria civil Aliança Comercial de Anilinas Limitada, sediada no Rio de Janeiro. Tais decretos demonstravam a preocupação do governo com a produção de certos setores que interessavam ao país e também forneciam indícios do que mais adiante seria chamado de batalha da produção.

Após a entrada do país na guerra, com o intuito de garantir a arrecadação para os investimentos, o governo brasileiro criou o decreto-lei n. 4.789, de outubro de 1942. Conforme previsto no Art. 6º desse decreto, a partir de 1943, os empregadores ficariam obrigados ao “recolhimento compulsório, mês a mês, nos institutos e caixas de aposentadoria e pensões respectivos, de importância igual a três por cento do

⁵²³ A declaração de guerra foi direcionada à Alemanha e Itália, sem incluir o Japão, uma vez que ela foi feita a países agressores. Diferente do Japão, até agosto de 1942, a Itália havia feito dois ataques, e a Alemanha, vinte ataques a embarcações brasileiras.

montante dos salários ou ordenados ou comissões que tiverem de pagar aos associados desses institutos.”⁵²⁴

Mesmo a maioria dos trabalhadores recebendo diminutos ordenados, deveriam destinar, mensalmente, o montante de 3%, referente à contribuição de guerra, e essa porcentagem já era retirada pelo empregador. Além disso, os trabalhadores foram colocados, pelo governo estadonovista, na condição de soldados da produção. Segundo Glaucia Konrad, “a palavra de ordem para o momento era “disciplina e muito trabalho, haja o que houver.”⁵²⁵

Esse governo se tratava do mesmo que implementou a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, garantindo jornada de 8 horas diárias, pagamento de hora-extraordinária, férias, indenização por demissão sem justa causa, aviso prévio, entre tantas outras bandeiras da luta operária. Contudo, nesse momento, sancionava decretos-lei que flexibilizavam e, até mesmo, suspendiam, os direitos trabalhistas previstos no recente código, por meio do argumento da necessidade de mobilizar a indústria e os trabalhadores para guerra.

Angela de Castro Gomes defende que se tratou de um momento político especial, visto que os trabalhadores:

de um lado, eram forçados a trabalhar em condições em que não tinham vigência de vários direitos sociais já garantidos por lei, e de outro, eram conclamados a assumir um papel central na “batalha da produção” desencadeada justamente pelo homem cujo maior título era de ter outorgado estes direitos sociais.⁵²⁶

Compreendemos que a visão dessa célebre historiadora está alicerçada nas fontes históricas a que ela se debruçou. Porém, por meio da análise de fontes históricas recentemente disponibilizadas, como os processos trabalhistas e as ações do TSN, acreditamos que Vargas utilizou do argumento bélico para impor medidas autoritárias, o que, em um momento de normalidade, talvez não conseguisse. Concordamos com Negro e Souza quando afirmam que “o Estado Novo amordaçou o movimento operário que considerava indesejável e concedeu ao empresariado o

⁵²⁴ BRASIL. Decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942.

⁵²⁵ KONRAD, 2006, p. 256.

⁵²⁶ GOMES, 2003, p. 225.

esforço de guerra”, de forma que a CLT foi flexibilizada, intensificando o “despotismo das relações capital-trabalho.”⁵²⁷

A exemplo disso, temos o decreto-lei 4.639, de agosto de 1942, que deliberava a respeito das jornadas de trabalho, permitindo que “empresas de serviços públicos ou que a produção interesse à produção e à defesa nacional, estendessem suas jornadas de trabalho para dez horas.” Também previa acréscimo de 20% sobre a remuneração normal das últimas horas trabalhadas e, em caso de “necessidade imperiosa”, poderiam estender a duração do trabalho além do limite fixado na lei, “seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.”⁵²⁸

Na mesma linha, o decreto-lei 6.688, de julho de 1944, estabelecia que fábricas de fio natural ou sintético, tecelagens, malharias ou de acabamento têxtil, seriam consideradas de interesse nacional, equiparadas aos empreendimentos de interesse militar. Assim, a empresa poderia utilizar das normativas previstas na lei 4.639 e com uma novidade: a permissão para que mulheres e menores de idade realizassem serviços noturnos – entre 22h e 5h da manhã.

Em 1943, já havia um movimento para que esse tipo de lei fosse elaborado, tendo em vista a solicitação, da parte do Sindicato das Indústrias em Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro ao Ministério do Trabalho, para que fosse permitida a prorrogação das horas de trabalho dos menores naquele setor. Contudo, o pedido foi deferido com uma ressalva: a de que os empregadores deveriam se comprometer a dar lanches para os menores, sendo, o mínimo, um copo de leite e pão.⁵²⁹

Outro pedido semelhante partiu do Sergipe. Em 1941, a Indústria Fiação e Tecelagem em Geral enviou ao MTIC uma solicitação de prorrogação 4 horas diárias de trabalho, totalizando uma jornada de 12 horas para os operários. O argumento, para isso, era a “carência de braços fisicamente aptos,” impossibilitando a formação de turmas; bem como o atraso de produção de sacos “destinados ao acondicionamento dos elementos reais de riqueza pública do Estado,” tais como açúcar, sal e cereais.

O caso foi analisado pelo MTIC, que, enquanto instituição regulamentadora das jornadas de trabalho, declarou que, devido ao caso de exceção, como aquele em que

⁵²⁷ NEGRO; SOUZA, op. cit., p. 149.

⁵²⁸ BRASIL. Decreto-lei n. 4.639, de 31 de agosto de 1942.

⁵²⁹ CORREIO DO POVO. Prorrogação do trabalho de menores (18/04/1943 – p. 22)

o país estava inserido, permitiria que as jornadas de trabalho tivessem a duração de 10 horas, considerando “a limitação das horas de trabalho tem por base principal o postulado de higiene social, a necessidade de impedir o esgotamento físico do operário.”⁵³⁰

No Rio Grande do Sul, a indústria têxtil, de propriedade do A. J. Renner, estabelecida na cidade Porto Alegre, beneficiou-se muito das medidas do decreto-lei 6.688. Como exemplo dessa vantagem, Fernando Pureza⁵³¹ apresentou, em sua dissertação, trechos de um *Pequeno Manual dos Empregados* das indústrias Renner, redigido em 1946, no qual o ano de 1944 e 1945 foram tratados como auges da produção. A empresa focava em bater recordes de produção, enquanto o estado garantia repressão, no caso, de algum funcionário tentasse rebelar-se contra as formas de exploração, que eram levadas ao máximo.

A reconhecida e bastante requerida pelos trabalhadores, a Lei 62, de 5 de junho de 1935, também sofreu modificações. De acordo com essa, o trabalhador que permanecesse como funcionário de uma empresa, por dez anos ou mais, adquiria estabilidade. Assim, não podia ser demitido sem abertura prévia de um inquérito administrativo para apuração de falta grave ou de força maior. Entretanto, considerando o estado beligerante do país, Vargas decretou a permissão para a rescisão de contratos de trabalho de empregados alemães, italianos e japoneses.⁵³²

Utilizando-se dessa possibilidade, a Cia. Telefônica Rio-Grandense pediu a demissão dos funcionários Karl Otto Friedrich Buensche, Alfons Rummler, Karl Herzog, Gustav Adolf Hellman e Friedrich Wihelm Horn. O Conselho Regional do Trabalho analisou o caso de cada operário e concedeu a autorização para o rompimento dos contratos de trabalho, conforme o Art. 6 da lei 4.638, para: Karl Otto Friedrich Buensche, Alfons Rummler, Karl Herzog e Gustav. No entanto, no caso de Friedrich Wihelm Horn, por ter sido naturalizado brasileiro, não foi permitida a demissão.⁵³³ Ao que parece, esse não era um pedido isolado, já que várias empresas recorreram aos Conselhos Regionais do Trabalho de suas regiões para esse fim.

⁵³⁰ O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 34, Porto Alegre, 1 de dezembro de 1941, p. 146 e 147.

⁵³¹ PUREZA, op. cit., p. 56.

⁵³² BRASIL. Decreto-lei 4.638, de 31 de agosto de 1942.

⁵³³ O Orientador: Trabalho, Indústria e Comércio, n.29, Porto Alegre, dia 17 de julho de 1943, p. 644.

Entre essas, estava a Cia telefônica Paranaense, a qual também solicitou a demissão dos funcionários “súditos do Eixo”, recebendo parecer positivo do CRT.⁵³⁴

Ainda, os denominados “súditos do Eixo” foram citados, em outro decreto, de número 4.937, que atribuía crime de sabotagem para os trabalhadores das empresas, de interesse nacional, que faltassem 8 dias seguidos sem justificativa. A mesma lei enquadrava, como desertores, os trabalhadores nacionais que se ausentassem por igual período.⁵³⁵

No Rio Grande do Sul, havia seis empresas consideradas de interesse nacional, quer sejam: as fábricas Lindau e Forjas Taurus, Amadeo Rossi, Eletro Aço Plangg, Abramo Eberle e Gazola Travi. Essas foram mobilizadas. As minas de carvão do Rio Grande do Sul não foram classificadas oficialmente de interesse militar ou nacional. Todavia, por meio de portaria lançada em 11 de março de 1943, publicada no Diário Oficial da União, os trabalhadores da produção e do transporte de carvão foram considerados “mobilizados”.

Segundo Clarice Speranza, tal medida não declarava as minas do Rio Grande do Sul “interesse militar”, apenas “visava impedir o abandono de trabalho, coibindo a transferência de trabalhadores entre as empresas.”⁵³⁶ Entretanto, as mineradoras tentaram, de várias formas, aproveitarem-se de tal portaria, chegando a considerar desertores os mineiros que faltavam ao trabalho por motivo de doença, conforme veremos no subcapítulo 5.2.4.

Os trabalhadores que se ausentavam, para cumprimento de serviço militar, deviam obedecer ao decreto-lei n. 4.902. A empresa deveria garantir “o pagamento mensalmente de 50% (cinquenta por cento) do vencimento, ordenado, ou salário [...] durante o tempo em que o mesmo permanecer convocado,”⁵³⁷ mas o convocado deveria cumprir uma série de questões burocráticas a fim de ter direito ao montante.

Esse decreto estava gerando a demissão de homens em idade de convocação militar, uma vez que os empregadores preferiam admitir mulheres ou homens que não estivessem em condições de servir, já que assim se livravam de cumprir o decreto 4.902. Diante disso, nove meses após o início da vigência desse

⁵³⁴ O Orientador: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 22, Porto Alegre, dia 31 de maio de 1943, p. 466.

⁵³⁵ BRASIL. Decreto-lei n. 4.937, de 09 de novembro de 1942.

⁵³⁶ SPERANZA, Clarice G.. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do rio grande do sul nos anos 40 e 50*. 2012. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Ufrgs, Porto Alegre, 2012, p. 116.

⁵³⁷ BRASIL. Decreto-lei n. 4.902, de 31 de outubro de 1942.

último, foi sancionado o decreto-lei n. 5.689, o qual assegurava que, enquanto durasse o estado de guerra, não seria permitida a rescisão dos contratos de trabalho de “empregados reservistas, em idade de convocação militar.”⁵³⁸

Os sindicatos também vivenciaram as alterações na legislação que lhes cabia. As instituições, por sua vez, foram chamadas a colaborar com os poderes públicos enquanto durasse o estado de guerra. Para isso, os sindicatos dos empregadores e dos empregados deveriam manter contato, com o propósito de que ambos conseguissem conciliar os dissídios decorrentes de contratos de trabalho. Além disso, ficou proibida a participação de súditos do Eixo⁵³⁹ em assembleias ou em reuniões sindicais, bem como foram suspensos seus direitos eleitorais e negado, a esses, o acesso à sede das entidades sindicais.

Independentemente da quantidade de decretos-lei, eles flexibilizavam os direitos adquiridos, sendo tentativas de o governo varguista amordaçar os trabalhadores e de eliminar a luta de classes por meio da repressão. No entanto, os operários nunca deixaram de resistir à exploração e à dominação. Ainda que em meio a um governo ditatorial, que prendia e torturava seus opositores, os trabalhadores teciam pequenas lutas e utilizaram a JT como via de pleitear o cumprimento de seus direitos e denunciar abusos patronais.

Essas pequenas lutas eram resultado das experiências cotidianas, do reconhecimento da exploração e da dominação, que geravam um sentimento de solidariedade e corroboravam para a prática das resistências pontuais no cotidiano da classe trabalhadora. Contudo, “o insucesso destas pequenas lutas, certamente mais frequente, dada a espantosa violência da repressão, não anula a enorme importância deste no campo de luta no engendramento histórico da luta de classe.”⁵⁴⁰ É certo que a JT era envolta pela ideologia dominante e não tinha, como intuito, fazer justiça social, mas, como argumenta Thompson, por meio de sua retórica de igualdade, era possível encontrar brechas.

Diante disso, nos subcapítulos que seguem, analisaremos a aplicação de alguns decretos-lei, buscando compreender as brechas usadas pelos trabalhadores. Ainda, tentaremos encontrar, nas entrelinhas das fontes, as pequenas lutas cotidianas.

⁵³⁸ BRASIL. Decreto-lei n. 5.689, de 22 de julho de 1943

⁵³⁹ Súdito do Eixo era a nomenclatura oficial utilizada para se referir a alemães, italianos e japoneses.

⁵⁴⁰ PAOLI, op. cit., p. 62.

5.2.1 - Os dispensados

O Brasil, em 1939, ainda era um país agrário. Embora estivesse em um processo de industrialização, boa parte de sua receita vinha das exportações de determinados produtos agrícolas, como café, algodão e fumo. Os produtos manufaturados, como ferro, aço e máquinas, eram trazidos da Europa e da América do Norte. Entretanto, a eclosão da Segunda Guerra Mundial prejudicou as importações.

Os oceanos, antes utilizados como rota de comércio, foram tomados por submarinos e navios de guerra, e as travessias de embarcações com mercadorias tornaram-se arriscadas. Desse modo, os produtos que normalmente eram adquiridos em outros países deixaram de chegar ao país.

A escassez, e até mesmo, a inexistência de ferro, cimento e madeira levaram várias empresas do ramo da construção civil a diminuir ou a pararem suas atividades. Em muitos casos, a saída encontrada, pelos empresários, era a demissão ou a suspensão dos funcionários sem pagamentos de seus direitos, pois, só assim, podiam garantir que seus lucros não seriam afetados.

Existem diversos registros de denúncias dos trabalhadores da construção civil sobre as demissões indevidas, justificadas pela falta de material ou de serviço provocados pela situação beligerante. Em 1941, período em que o Brasil ainda se mantinha neutro, Carlos Alves de Souza, residente em Rio Grande, reclamou aviso prévio e indenização por demissão sem justa causa.

O empregador Albertino José de Moraes, proprietário da empreiteira, declarou que o funcionário era aprendiz de oficial de pedreiro, e não oficial conforme Carlos havia afirmado. Além disso, mostrou uma lista de operários que haviam sido demitidos pelo mesmo motivo dele, um total de 14 funcionários.

Após ouvir as testemunhas, a JCJ de Rio Grande, com base na Lei 62, no Art. 11, anunciou que:

Art. 11. A redução do salário só será permitida nos casos de ter o empregador reais prejuízos devidamente comprovados, e nos de força maior que justifiquem medida de ordem geral.

Parágrafo único. O empregador é obrigado a notificar previamente o empregado com uma antecedência de trinta dias da data em que tiver de efetuar a redução.⁵⁴¹

Logo, considerou o caso procedente, uma vez que Albertino não conseguiu apresentar provas consistentes de que estava enfrentando problemas com as despesas. Assim, ele deveria indenizar o funcionário por demissão sem justa causa e pagar a ele o aviso prévio. A empresa recorreu da decisão ao CRT, porém, nessa instância, por unanimidade dos votos, a sentença da 1ª instância foi mantida.⁵⁴²

Em outro caso, o operário Euclides Gonçalves de Medeiros trabalhava na Cerâmica Pelotense Ltda., na cidade de Pelotas, e foi, em 1944, “desligado” por oito dias de sua função. A empresa alegou que o motivo do afastamento teria sido a falta de cimento branco, porém, tão logo chegou o produto, a reclamada chamou os empregados para que voltassem ao serviço. Nesse caso, Euclides não só não voltou como ajuizou uma reclamação na JCJ de Pelotas.

Após a tentativa de conciliação não ter tido êxito, a 1ª instância julgou procedente, em parte, a reclamação. A decisão não previa pagamento dos dias em que o trabalhador esteve parado, nem mesmo indenização por demissão por justa causa. Ao contrário, foi deliberado que a empregadora deveria readmitir Euclides. Descontente com a conclusão do processo, o representante da Cerâmica Pelotense Ltda. recorreu da decisão, mas o CRT manteve o julgamento.⁵⁴³

Na capital gaúcha, também aconteceram situações semelhantes. Os trabalhadores Armando Urbano Ferreira, Sebastião Lucio, Jaime Barros Nascimento e Moarcir Falcão de Barros ajuizaram uma ação trabalhista, na JCJ de Porto Alegre, contra a Genesio Gouveia & Cia. Ltda. A empresa do ramo da construção civil suspendeu, por oito dias, os funcionários, alegando motivo de força maior, ou seja, falta de matéria-prima. No decorrer do processo, o empregador não conseguiu provar a escassez de material. Em função disso, os membros da JCJ julgaram procedente a reclamação, devendo essa pagar os salários correspondentes aos oito dias em que os trabalhadores estiveram afastados.⁵⁴⁴

⁵⁴¹ BRASIL. Lei 62 de 05 de junho de 1935.

⁵⁴² Carlos Alves de Souza, Rio Grande, 24 de julho de 1941, p. 14. Ação salvaguardada no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

⁵⁴³ Euclides Gonçalves de Medeiros (requerente), Pelotas, agosto de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

⁵⁴⁴ O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 10, de 15 de março de 1943, p. 268.

As ações analisadas, nesse subcapítulo, representam uma ínfima parte dos casos se considerarmos a quantidade de reclamações de funcionários da construção civil contra os abusos patronais, que se aproveitavam da conjuntura e demitiam ou afastavam operários. No entanto, até 1942, a Justiça do Trabalho não havia elaborado nenhuma resolução a respeito da forma como essas reclamações deveriam ser julgadas. No início do ano de 1943, a Câmara da Justiça do Trabalho do Conselho Nacional do Trabalho – CNT - elaborou uma jurisprudência que tangenciava esses tipos de queixa. De acordo com essa:

A interpretação desse dispositivo, vinha dando margem a que muitos tribunais considerassem as empresas de Construção Civil como empresas de caráter descontínuo e assim vinham negando aos seus operários os benefícios da lei, inclusive o reconhecimento de estabilidade no emprego e indenização por despedida injusta.⁵⁴⁵

A resolução tangenciava, mas não tratava diretamente sobre os casos de demissões ou de afastamentos devido à falta de matéria-prima ou de serviço, ela apenas estabelecia que o serviço, nesse ramo, deveria ser considerado como contínuo, ou seja, os operários da construção civil tinham direito a aviso prévio, à indenização por demissão sem justa causa e à estabilidade.

No entanto, ocorriam, nesse período, situações em que as empresas, aproveitando-se do período beligerante, alegavam motivo de força maior, demitindo seus trabalhadores e nada lhes pagando. Quando algum operário se sentia lesado e procurava a JT, ficava à mercê da interpretação da lei realizada pelos vogais e/ou juízes, conforme casos já analisados nesta pesquisa. Além disso, o rompimento de contratos de trabalho, pelos motivos aludidos anteriormente, era transformado em moeda de pressão. Em agosto de 1944, o jornal Correio do Povo publicou a notícia de que "A falta de madeira traumatiza a vida de 130 indústrias, prejudicando milhares de operários."⁵⁴⁶

De acordo com essa reportagem, uma comissão de Sindicato de Marcenaria e Carpintaria procurou o interventor estadual para reclamar da falta de madeira. Apesar de haver uma determinação do governo federal, para o tabelamento e o fornecimento

⁵⁴⁵ CORREIO DO POVO. Empresas de construção civil. Porto Alegre, 09 de abril de 1943, p. 8.

⁵⁴⁶ CORREIO DO POVO. A falta de madeira traumatiza a vida de 130 indústrias, prejudicando milhares de operários". Porto Alegre, 03 de agosto de 1944, p. 8.

de madeira para as empresas responsáveis pela construção civil e aos carpinteiros, os madeireiros do Rio Grande do Sul tentavam descumprir o determinado. Primeiro, solicitaram o adiamento em 30 dias para o cumprimento das medidas; depois, alegaram não terem mais madeira, pois haviam vendido seus estoques ao estrangeiro. Faltava madeira, até mesmo, para confeccionar as camas encomendadas pelo exército. Nesse contexto, aproximadamente, 500 operários estavam em risco de serem demitidos por falta de trabalho.

Ao que parece, a prática de rompimento de contratos de trabalho ou de suspensões de trabalhadores, por falta de trabalho ou matéria-prima, era algo recorrente em todos os ramos fabris. Para ilustrar esse tipo de situação, em Porto Alegre, a empresa de Jacob Maltz suspendeu o funcionário Benjamin Gehres por 15 dias, justificando o ato por falta de matéria-prima para o trabalho. No entanto, no desenrolar da ação, ficou comprovado que não havia falta de material; ao contrário disso, era possível adquiri-lo no mercado atacadista. Diante disso, os membros da JCJ salientaram a importância de “não confundir a impossibilidade que caracteriza a força maior, com a simples dificuldade na obtenção de material.” Assim, por unanimidade dos votos, foi decidido que Jacob Maltz deveria pagar a importância de Cr\$ 220,00 referentes aos dias em que Benjamin esteve suspenso de suas atividades.⁵⁴⁷

Em outro caso semelhante, Jaime Teixeira de Azevedo, operário na Fábrica de Carrocerias Brasileiras, foi suspenso por tempo indeterminado, e o motivo aludido, pelo empregador, era falta de matéria-prima. Na verdade, o ato se caracterizava como um rompimento do contrato de trabalho disfarçado de suspensão. É possível afirmar isso, primeiro, porque não era previsto por lei esse tipo de suspensão; segundo, porque, ao inventar esse tipo de suspensão, a empresa deixava de arcar com o pagamento de indenização e de aviso prévio, ou seja, era uma forma de burlar a lei utilizando a guerra como justificativa.

Ao analisar o caso, o juiz declarou que “a suspensão do empregado, por tempo indeterminado, sob alegação de falta de serviço, importa em considerar o empregado como dispensado, devendo a firma indenizá-lo na forma da lei.”⁵⁴⁸ Desse modo, a

⁵⁴⁷ O Orientador: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 40, de 22 de setembro de 1943, p. 887.

⁵⁴⁸ O Orientador: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 7, de 22 de fevereiro de 1943, p. 200.

reclamação Jaime foi considerada procedente, devendo a empregadora pagar a ele aviso prévio e indenização.

Portanto, as suspensões foram utilizadas, pelos empregadores, como artimanhas para lograr vantagens. Os trabalhadores não eram demitidos, mas suspensos por tempo determinado ou indeterminado. Na circunstância de afastamento por tempo determinado, o funcionário não receberia pelo tempo em que ficava afastado, retornando somente quando a empresa julgasse ter estoque de matéria-prima ou serviço suficiente.

Na situação de suspensão por prazo indeterminado, o operário era dispensado sem receber nenhum direito, devendo ficar à espera do momento em que a empregadora lhe chamaria novamente. Sem salários, nem previsão de retorno às suas atividades, os trabalhadores acabavam buscando novos empregos para conseguirem sustentar a si e suas famílias, as quais eram, na maioria das vezes, numerosas.

As demissões baseadas em “força maior” eram previstas na lei, conforme Art. 5, alínea J da Lei 62 de 1935. No entanto, o patrão que desejasse romper os contratos de trabalho de seus funcionários deveria comprovar a falta de matéria-prima ou de serviço. Esse era o ponto-chave da maior parte das discussões no decorrer das ações trabalhistas. Em muitos casos, havia diferença de entendimento entre a primeira e a segunda instâncias. Isso pode ser observado na reclamação promovida pelos choferes Luiz Marques Dia, Luiz Gonçalves Souza, Pedro Margino Ribeiro, Plinio Alves Lisboa, Angelo da Costa e Silva Filho, os quais foram demitidos em novembro de 1942. Para tanto, o proprietário da firma, Osvaldo de Sousa Ramalho, justificou que os rompimentos dos contratos de trabalho haviam sido motivados em função de força maior, tendo em vista o racionamento de gasolina. Os membros da JCJ de Pelotas, por meio da Lei 62, julgaram procedente a reclamação, tendo os reclamantes direito a receber indenização e aviso prévio.

Essa ação foi levada à segunda instância, que acolheu o recurso interposto pela viúva de Osvaldo. Segundo o novo julgamento, os herdeiros deveriam pagar 50% da soma aos choferes.⁵⁴⁹

⁵⁴⁹Luiz Marques Dia; Luiz Gonçalves Souza; Pedro Margino Ribeiro; Plinio Alves Lisboa; Ângelo da Costa e Silva Filho (requerentes), Pelotas, novembro de 1942. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Infelizmente, não temos muitos detalhes sobre os motivos que corroboraram para a decisão do CRT, pois, embora a ação esteja salvaguardada no acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas, não estão anexados os documentos referentes ao julgamento da 2ª instância. Encontramos o resultado desse em um livro de acórdãos acondicionado no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, que integra a cópia da última página do julgamento de processos analisados pelo CRT da região. No entanto, existem outros casos de divergência de julgamento, de interpretação e do emprego de certas leis entre as instâncias que podemos analisar.

Outro caso que pode ser mencionado é o do operário João Lazzaroto, que reclamou contra a empresa Cia. Esmaltados Rio-grandense S. A, com sede em São Leopoldo. Conforme o empregador, o rompimento do contrato de trabalho havia sido baseado na falta de matéria-prima na seção de esmaltaria, justamente onde o autor do processo trabalhava.

Considerando a Lei 62, o tribunal da 1ª instância julgou improcedente a reclamação. Não satisfeito, João recorreu da decisão. Analisando o caso, sendo comprovado o motivo de força maior, os membros do CRT, por maioria dos votos, acolheram o recurso, determinando que a fábrica deveria, com base no Art.1221 do Código Civil, pagar a João por 4 dias de trabalho referentes ao aviso prévio.⁵⁵⁰

Art. 1.221. Não havendo prazo estipulado, nem se podendo inferir da natureza do contrato, ou do costume do lugar, qualquer das partes a seu arbítrio, mediante prévio aviso, pode reincidir o contato.

Parágrafo único. Dar-se-á o aviso:

I - Com antecedência de oito dias, se o salário se houver fixado por tempo de um mês, ou mais.

II - Com antecipação de quatro dias, se o salário se tiver ajustado por semana, ou quinzena.

III - De véspera, quando se tenha contratado por menos de sete dias.⁵⁵¹

A análise das ações demonstra a tentativa insistente de burla dos direitos, por parte dos empresários, bem como a diferença de interpretação entre as instâncias em alguns casos. Nas primeiras reclamações que abordamos neste subcapítulo, as

⁵⁵⁰ O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 51/52, Porto Alegre, 18 de dezembro de 1943, p. 1145.

⁵⁵¹ BRASIL. Lei 62, op. Cit

instâncias estavam em consonância, mas podemos observar, por meio de outras ações, que existiam casos de dissonância entre os julgamentos. Acreditamos que isso tenha ocorrido devido à conjuntura da recente estrutura da JT. No interior, a maioria dos juízes responsáveis pelas ações não eram magistrados do trabalho, porém sim juízes cíveis, os quais atuavam também nesses casos.

Além disso, as leis ainda estavam em processo de elaboração e de instauração, a exemplo dos decretos-lei mencionados no subcapítulo 5.1 e da Consolidação das Leis do Trabalho, lançada em 1943. Diante disso, podemos imaginar o quanto eram comuns as divergências de interpretações e as confusões feitas na hora de escolher qual legislação deveria ser utilizada. É notório o fato de que a reclamação de João Lazzaroto não só foi julgada de formas diferentes, pelas instâncias, como o fato de que foram utilizadas duas leis para amparar a conclusão. A JT de São Leopoldo empregou a Lei 62, já os membros do CRT basearam-se no Art. 1221 do Código Civil.

Contudo, ainda que a estrutura da Justiça do Trabalho fosse recente, aconteciam variações na interpretação das leis e com jurisprudências recém sendo criadas, e os trabalhadores não se dobravam frente à exploração. Eles ajuizavam as ações e denunciavam manobras empreendidas pelos patrões na tentativa de não cumprirem com os direitos.

5.2.2 - Liquidar bancos e amparar funcionários?

Com a declaração da guerra, os oceanos passaram a ser locais de constantes ataques. Não interessava qual bandeira o navio levava, todos estavam sujeitos a agressões. Em março de 1941, o navio brasileiro "Taubaté" foi atacado, no mar Mediterrâneo, pelas forças de guerra alemã. Um ano após o ataque, a Alemanha não havia dado nenhuma resposta no sentido de reparar os danos à nação brasileira. Diante disso, Vargas lançou o decreto de "Indenização por Atos de Agressão", publicado no dia 11 de março de 1942.⁵⁵²

O Art. 1º desse decreto previa que os "bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos" responderiam pelo prejuízo que "resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália." Já o Art. 2 era

⁵⁵² BRASIL. Decreto-Lei n. 4.166, de 11 de março de 1942.

mais específico, tratava das transações bancárias. Conforme esse, seria “transferida para o Banco do Brasil, [...] uma parte de todos os depósitos bancários, ou obrigações de natureza patrimonial superiores a dois contos de réis, de que sejam titulares súditos alemães, japoneses e italianos.”⁵⁵³ Dito de outra forma, as propriedades dos alemães, italianos e japoneses, residentes no Brasil, seriam confiscadas a título de pagamento dos prejuízos causados pelos ataques do Eixo aos navios brasileiros.

O clima entre as nações eixistas e o Brasil ficou mais tenso quando 5 navios brasileiros foram naufragados em águas nacionais. Os ataques foram atribuídos ao submarino alemão U-507.⁵⁵⁴ Após essa notícia, parte da população brasileira foi às ruas pedir o rompimento da neutralidade brasileira, bem como atentar contra as propriedades dos chamados súditos do Eixo. Cidades como Pelotas, Santa Maria, Porto Alegre e São Leopoldo registraram mobilizações, e casas, fábricas, comércios e tudo que pertencia às pessoas de tais nacionalidades foi apedrejado, quebrado e, em alguns lugares, até mesmo, incendiado.⁵⁵⁵

A resposta aos apelos da sociedade ocorreu dia 22 de agosto, com a declaração do estado de beligerância, seguido da declaração de estado de guerra, dia 31 de agosto. Entre esses dois dias, foi lançado o decreto-lei nº 4.612,⁵⁵⁶ o qual previa, em seu Art. 1º, a cassação das Cartas Patentes, pelas quais foram autorizados o funcionamento dos seguintes estabelecimentos bancários no país: - Banco Alemão Transatlântico, Banco Germânico da América do Sul e Banco Francês e Italiano para a América do Sul.

⁵⁵³ BRASIL. Decreto-Lei n. 4.166, de 11 de março de 1942. Op. cit.

⁵⁵⁴ Para mais informações, consultar: RAHMEIER, Andrea. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

⁵⁵⁵ A fim de saber mais sobre agressões aos alemães, italianos e japoneses, ler: PERAZZO, Priscila, *Prisioneiros de Guerra: os súditos do Eixo dos campos de concentração (1942- 1945)*. São Paulo: Humanitas, 2009. GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. FACHEL, José P. *As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. FÁVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. DALMOLIN, Cátia. *Em Nome da Pátria: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006. SOARES, Tamires. *LEI PARA TODOS: Tensões trabalhistas entre “súditos do Eixo” e empregadores, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

⁵⁵⁶ BRASIL. Decreto-lei nº 4.612 de 24 de agosto de 1942.

Essas instituições bancárias, há muito tempo, vinham sendo alvo da justiça no Rio Grande do Sul, devido ao descumprimento da lei dos 2/3.⁵⁵⁷ Em 1939, os bancos Francês e Italiano foram denunciados pelo Sindicato dos Bancários em função de não estarem respeitando a lei. Nessa ocasião, foram marcadas reuniões na Inspetoria Regional do Trabalho.⁵⁵⁸ Ao que nos parece, havia uma resistência para se ajustarem, considerando que, em maio de 1939, o jornal Correio do Povo noticiou que esses estabelecimentos, não conformados com a sentença promovida pela primeira instância, haviam encaminhado o processo em que eram julgados por descumprirem a lei dos 2/3 para análise do Ministro do trabalho na capital.⁵⁵⁹

Entretanto, a liquidação desses bancos, segundo decreto-lei n.4.612, deu origem a outros problemas de ordem trabalhista, tais como: o que seria feito com os trabalhadores dessas instituições?

Nenhuma das determinações do decreto tratava desse problema. Assim, os trabalhadores dessas instituições ficaram em um limbo, sem saber se seriam incorporados por outros bancos ou se receberiam seus direitos e teriam seus contratos de trabalhos encerrados.

Em decorrência disso, os funcionários dos bancos eixistas entregaram um memorial ao ministro do Trabalho, o qual estava em visita ao estado. Nesse documento, os trabalhadores reclamavam de estarem sendo tratados do mesmo modo que estrangeiros.

Chegamos agora a esta situação criada exclusivamente pela insolência estrangeira, e somos tratados de forma igual a eles, de uma forma que, materialmente, não distingue o brasileiro, que cumpriu silenciosamente e sacrificadamente o seu dever, do estrangeiro que, em virtude de protecionismo dos patrícios ocupantes dos postos evidentes, trabalhou sempre amparados por melhores recomendações e mais liberal tratamento.⁵⁶⁰

⁵⁵⁷ A lei dos 2/3 faz parte do hall de medidas nacionalistas criadas durante o Estado Novo. Por meio desta, os estabelecimentos industriais com três ou mais empregados teriam que manter a proporção de 2/3 de brasileiros para 1/3 de estrangeiros de recursos humanos.

⁵⁵⁸ CORREIO DO POVO. Lei dos 2/3 nem estabelecimento bancário. Porto Alegre, dia 05 de abril de 1939, p. 3.

⁵⁵⁹ CORREIO DO POVO. A aplicação da lei de 2/3. Porto Alegre, 06 de maio de 1939, p. 10.

⁵⁶⁰ CORREIO DO POVO. A situação dos funcionários dos bancos do Eixo, Porto Alegre, 16 de março de 1943, p. 4.

Finalizando o documento, os bancários pediram que o Ministro considerasse os argumentos e que informasse a categoria a respeito do avanço em que se encontravam os estudos sobre a situação. Em entrevista ao jornal Correio do Povo, Roberto Golveia, presidente do Sindicato dos Bancários, declarou que reconhecia a gravidade da situação dos trabalhadores, mas que acreditava em uma solução justa.⁵⁶¹

Uma comissão, para o estudo da situação de mais de mil trabalhadores, foi formada pelo governo federal. A resposta aos anseios da categoria foi dada com a assinatura do decreto-lei 5.576, de 14 de junho de 1943,⁵⁶² que previa a incorporação dos funcionários dos bancos existentes a casas bancárias e a caixas econômicas federais existentes no país.

Nos primeiros meses do ano de 1944, com os estudos concluídos e o decreto-lei 5.576 em vigência, foi decidido que os bancários do Rio Grande do Sul seriam aproveitados em instituições de crédito dentro do estado, sendo sorteadas as vagas entre o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.⁵⁶³

A exemplo disso, em fevereiro de 1944, foi notificado, pela comissão de reemprego da categoria, que a Caixas Econômicas, entre elas a do Rio Grande do Sul, deveriam admitir a quota de funcionários dos extintos estabelecimentos de crédito dos países do Eixo. No estado, deveriam ser admitidos “os escriturários com vencimentos de quinhentos e um cruzeiro a mil cruzeiros [...]; escriturários com vencimentos de mil e um cruzeiros até dois mil cruzeiros. Outros empregados com vencimentos até quinhentos cruzeiros mensais.”⁵⁶⁴

O processo de liquidação dos bancos, como vimos, gerou um grande problema à categoria dos bancários. Onde iriam trabalhar? Como iriam prover seus sustentos? Essa situação havia sido criada pelas próprias medidas do governo, o qual priorizou a criação do decreto que cessava a Carta Patente das instituições de créditos existentes. Com isso, ficou para segundo plano a solução da situação em que seriam colocados os trabalhadores. Mesmo assim, o discurso oficial e midiático tentava criar uma áurea de bondade nas providências referentes à categoria. Entretanto, não podemos

⁵⁶¹ CORREIO DO POVO. A situação dos funcionários dos bancos existentes liquidados. Porto Alegre, 06 de março de 1943, p. 8.

⁵⁶² BRASIL. Decreto-lei 5.576, de 14 de junho de 1943.

⁵⁶³ CORREIO DO POVO. Normas para aproveitamento dos bancários desempregados. Porto Alegre, 04 de março de 1944, p. 8.

⁵⁶⁴ CORREIO DO POVO. Deverão ser admitidos na caixa econômica do RS vários ex-funcionários de bancos do eixo. Porto Alegre, 07 de fevereiro de 1944, p. 3.

enxergar como excepcionalidade a atitude do governo ao tentar resolver o problema por ele causado.

Na introdução do decreto-lei 5.576, foi apresentada a seguinte consideração: “o dever de solidariedade social impõe o amparo aos antigos empregados daqueles estabelecimentos cuja liquidação foi determinada.” Seguindo essa mesma linha de discurso, em uma reportagem sobre o aproveitamento dos bancários, o jornal Correio do Povo republicou uma notícia do jornal do Rio de Janeiro A Noite, a qual informava que seria publicada, no Diário Oficial, “a relação completa de funcionários dos Bancos do Eixo extintos pelo governo e que serão aproveitados pelos nossos estabelecimentos de crédito, visto que **o próprio governo ter resolvido ampará-los.**”⁵⁶⁵ Logo, existia a pretensão de criar a sensação de que o benevolente Vargas, mais uma vez, amparava os trabalhadores, corroborando para sua imagem de pai dos pobres, de defensor das minorias e protetor dos operários.

5.2.3 - Um pé na fábrica e outro no campo de batalha

Em 31 de agosto de 1942, o Brasil declarou estado de guerra, bem como comprometeu-se em enviar tropas para o *front* de batalha. A ideia de enviar brasileiros para o *front* não era consenso entre os apoiadores do governo, mas, uma vez declarado o compromisso, deveria ser cumprido. No dia nove de agosto de 1943, foi criada a Portaria Ministerial nº 4.744, que estruturava a Força Expedicionária Brasileira – FEB, a qual era constituída pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária – DIE, e por órgãos não-divisionários.

No entanto, era preciso elaborar critérios os quais deveriam cumprir os recrutas. A ideia inicial era enviar cerca de 60 mil soldados. Os convocados deveriam ser submetidos a exames físicos e psicológicos, possuir, ao menos, 26 dentes naturais, ter altura igual ou superior a 1,60 metros e peso mínimo de 60 quilos.

Tão logo começaram as averiguações dos futuros soldados, os problemas começaram a irromper. Os critérios mostraram o que era gritante, isto é, a debilidade da situação sanitária e de saúde da população brasileira. Boa parte dos homens examinados apresentou casos de desnutrição, patologias cardíacas, pulmonares, circulatórias e parasitas. Desse modo, a saída foi abrir mão de algumas exigências.

⁵⁶⁵ CORREIO DO POVO. O aproveitamento dos funcionários dos bancos existas. Porto Alegre, 29 de abril de 1944, p. 8. Grifo meu.

As adversidades também eram enfrentadas no transporte de soldados, nas armas obsoletas, no exército desatualizado. Segundo Francisco C. Ferraz:

A força terrestre brasileira, em 1942, refletia fielmente as carências de toda ordem de sua sociedade. As armas, munições e equipamentos originavam-se de fornecedores de diversos países, alguns dos quais em guerra contra o Brasil; havia carência de carros de combate, equipamentos de comunicação, engenharia, logística e peças de artilharia até para a defesa das fronteiras contra os tradicionais “inimigos potenciais” do Prata.⁵⁶⁶

A total, foram recrutados 25 mil homens. O primeiro escalão chegou a Nápoles no dia 16 de julho de 1944; os soldados foram divididos em três regimentos, o restante ficou esperando para substituir as baixas ou em órgãos de comando e apoio logístico à linha de frente.

Enquanto o governo varguista organizava a convocação dos homens para compor a Força Expedicionária Brasileira, popularmente conhecidos como pracinhas,⁵⁶⁷ também intervinha nas questões trabalhistas por intermédio da criação de dois decretos-lei, o n. 4.902 e o n. 5.689, de 31 de outubro de 1942 e 22 de julho de 1943, respectivamente.

O decreto-lei n. 4.902 previa que todo trabalhador brasileiro, quando convocado para a prestação de serviços de natureza militar, teria “garantido o emprego que ocupa na vida civil, considerando-se licenciado pelo empregador, que ficaria obrigado a lhe pagar, mensalmente, 50% do vencimento, ordenado ou salário, durante o tempo em que permanecer convocado.”⁵⁶⁸

Todavia, para ter direito à licença, o funcionário convocado teria que dar ciência ao empregador de sua convocação. Nesse intento, deveria solicitar, às autoridades militares as quais se apresentou, um certificado de convocação, de modo que entregaria o contra recibo ao patrão. Em caso de descumprimento da lei pelo empregador, esse poderia ser multado em Cr\$ 2.000,00.

Tal decreto representou um problema para os empregadores, que teriam que manter o pagamento de 50% dos ordenados dos funcionários convocados. Na

⁵⁶⁶ FERRAZ, Francisco. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 63.

⁵⁶⁷ Para mais ler KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. op. cit., 2006.

⁵⁶⁸ BRASIL. O decreto-lei n. 4.902, de 31 de outubro de 1942.

tentativa de se livrarem dessa obrigação, muitas empresas passaram a romper os contratos de trabalho com trabalhadores homens que estivessem em idade de convocação militar. Para evitar que isso se tornasse caótico, o governo decretou a lei 5.689, cujo objetivo estava explícito já em sua introdução: “para atender às necessidades do momento, é necessário acautelar a proteção contra a prática de atos prejudiciais ao interesse coletivo, que procuram burlar a inteira eficácia do decreto-lei nº. 4.902, de 31 de outubro de 1942.”⁵⁶⁹

Conforme o Art. 1º, enquanto durasse o estado de guerra, não seria permitido, aos empregadores, rescindir contratos de trabalho com empregados reservistas em idade de convocação militar. A exceção se dava mediante manifestação do trabalhador ou em função de justa causa, compreendendo, como motivo justo, para demissão, “ato de improbidade ou incontinência de conduta, que torne o empregado incompatível com o serviço”; mau procedimento; embriaguez; indisciplina ou insubordinação; abandono de serviço ou força maior.⁵⁷⁰

Notamos que existem muitas reclamações ajuizadas, na Justiça do Trabalho, envolvendo as garantias previstas nos dois decretos-lei. Diante disso, trataremos, nesse subcapítulo, primeiro, sobre a repercussão, utilização e acerca das interpretações referentes à lei 4.902. Logo após, analisaremos as ações referentes à lei 5.689.

Muitos foram os casos em que encontramos de trabalhadores convocados requerendo o pagamento dos 50% de seus salários. No entanto, algumas situações nos chamaram atenção pela recorrência, a exemplo do apego à burocracia. De acordo com a legislação, o trabalhador precisava apresentar um atestado, emitido pelo exército, comprovando sua convocação; caso contrário, não teria direito ao recebimento de 50% do salário.

Para demonstrar essa situação, temos o caso de Pedro A. de Casaro, trabalhador da Indústrias Pinho Ltda. da cidade de Passo Fundo. Pedro relatou que havia sido convocado, mas que nada recebeu durante o tempo em que esteve a serviço da pátria.

O empregador alegou não ter recebido nenhum atestado de convocação de seu funcionário e, portanto, entendeu que Pedro havia abandonado o emprego. O juiz de direito que analisou o caso considerou que a empresa não tinha provas do

⁵⁶⁹ BRASIL. Decreto-lei n. 5.689, de 22 de julho de 1943.

⁵⁷⁰ BRASIL. Lei 62, op. cit., artigo 5º.

abandono e que, logo, Pedro tinha direito a receber os salários retroativos. Já o CRT interpretou de outra forma. Para esse, o abandono teria ficado comprovado, pois o operário não tinha provas de que havia avisado a empresa de sua convocação e, dessa forma, Pedro não tinha direito algum ao recebimento dos 50% de seus salários pelo tempo em que esteve convocado.⁵⁷¹

É perceptível que as empresas se utilizavam da burocracia do Estado, da necessidade de apresentação de um atestado de convocação, para se eximirem do cumprimento da lei, declarando abandono de trabalho e rompendo, automaticamente, os contratos de trabalho.

Em outros casos, também recorrentes, os empregadores que recusavam o pagamento do direito aos trabalhadores alegando que as convocações desses haviam sido feitas antes da existência do decreto lei 4.902. Assim, não lhes cabia o recebimento. Os operários Rubens Rosa⁵⁷² e Waldomiro Berg⁵⁷³ vivenciaram esse tipo de problema. O primeiro exercia a função de operário na Sociedade Anônima Frigorífico Anglo, na cidade de Pelotas, já o segundo trabalhava como furador mineiro no Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM). Ambos foram convocados pelas forças armadas brasileiras, porém nunca receberam os 50% de seus ordenados, conforme a lei.

As duas empresas utilizaram o mesmo argumento, a saber: os funcionários tinham sido convocados antes da criação da lei. Por não caber retroatividade nessas circunstâncias, não tinham a obrigação de pagar a eles a metade de seus salários durante o período em que estiveram prestando serviço militar.

O caso de Rubens foi julgado improcedente na primeira instância. Após recorrer, o operário conseguiu que o previsto no decreto lei fosse cumprido. Já a ação movida por Waldomiro, foi julgada procedente,⁵⁷⁴ tornando-se referência, visto que, após seus resultados, outros colegas, que estavam na mesma situação, pleitearam seus direitos na JT.

⁵⁷¹ Pedro A. de Casaro (requerente). Passo Fundo, 13 de novembro de 1944. Ação salvaguardada no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

⁵⁷² Rubens Rosa, (requeente), Pelotas, 12 de outubro 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

⁵⁷³ Waldomiro Berg (requeente), São Jerônimo, 27 de agosto de 1944. Ação salvaguardada no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

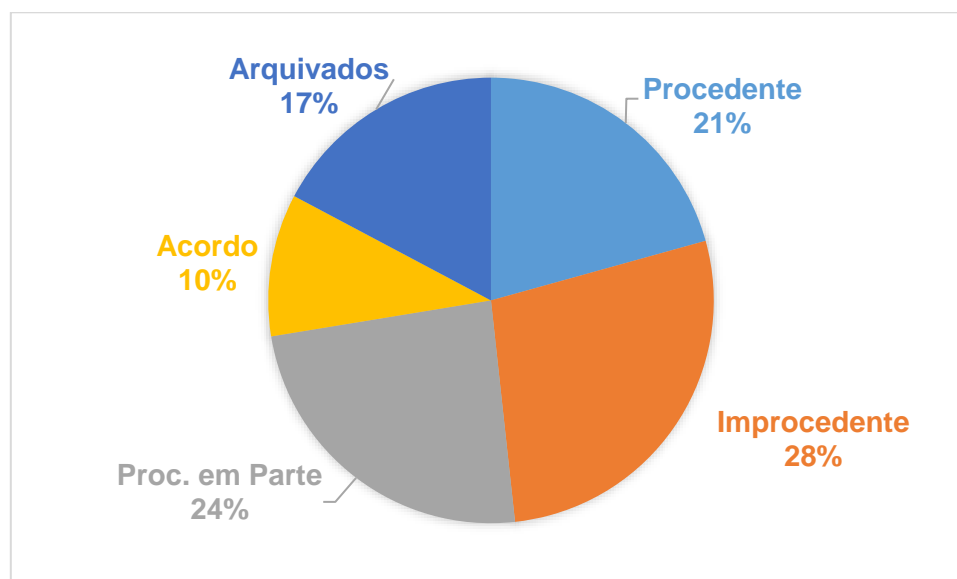
⁵⁷⁴ Além desse tipo de reclamação, encontramos muitas ações de trabalhadores que haviam faltado ao trabalho por motivos de saúde e tinham sido declarados desertores, conforme o decreto lei. Mesmo após provado que não se tratavam de desertores, mas sim operários com licença saúde, eles seguiam tendo dificuldade em serem reintegrados a sua função.

A análise desses casos nos chama atenção para três aspectos: primeiro a tentativa de as empresas eximirem-se do pagamento dos salários para funcionários convocados, arguindo a irretroatividade da lei; segundo, as divergências de julgamento, visto que dois casos muito parecidos resultaram duas conclusões bem distintas, demonstrando a subjetividade dos julgamentos. Por fim, notamos que existia uma repercussão a respeito das ações e de seus resultados, uma vez que, em casos positivos aos trabalhadores, esses serviam de incentivo para que outros buscassem a JT com o propósito de reverem seus direitos.

A respeito do benefício da estabilidade provisória, para homens em idade de convocação militar, prevista no decreto-lei 5.689, também encontramos uma grande difusão entre a classe trabalhadora. Durante o período em que fomos bolsista do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas, realizamos a tarefa de ler, catalogar e alimentar uma planilha com os dados dos processos da Justiça do Trabalho de Pelotas. Por meio disso, adquirimos experiência em analisar as ações, bem como percebemos algumas mudanças e hábitos comuns de algumas empresas ao longo dos anos.

No arquivo da Justiça do Trabalho de Pelotas, existem 58 processos trabalhistas envolvendo o decreto-lei 5.689. O gráfico que segue apresenta a proporção das conclusões.

Gráfico 5 – Conclusões - ações trabalhistas / Justiça do Trabalho de Pelotas



Fonte: Acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas

A grosso modo, podemos afirmar que houve mais resultados improcedentes. No entanto, precisamos fazer um exame mais complexo da situação, já que, se nos furtamos disso, os números nos levarão a ter falsas percepções. A primeira observação que devemos fazer é que 29% das ações eram plúrimas, ou seja, dois ou mais trabalhadores ingressavam conjuntamente com uma reclamação contra o empregador. Essas, em sua maioria, eram julgadas procedentes em parte, haja vista a diferença de conclusão para cada caso. Precisamos também analisar a diferença de interpretação entre as instâncias. Do total de 58 processos, 10 tiveram suas conclusões modificadas pelas instâncias superiores, demonstrando que, em algumas circunstâncias, não havia consenso.

Por fim, devemos atentar ao grande número de arquivamentos: ao total, foram 17%, todos por falta de comparecimento dos reclamantes no dia da audiência. Essa alta porcentagem, que ultrapassa as cifras de acordo, pode ter duas explicações: ou os trabalhadores haviam conseguido um acordo extraoficial com a empresa ou tinham desistido da reclamação.

Apesar de as porcentagens do gráfico anterior nos parecerem desvantajosas aos trabalhadores, a soma dos processos que tiveram conclusões procedentes, em parte ou em acordos, representou algum tipo de ganho aos impetrantes, um total de 55% dos casos. Além disso, o número de ações requerendo esse direito demonstra que ele havia se difundido entre os trabalhadores.

Desse modo, sabedores de que as notícias referentes aos julgamentos e às leis circulavam entre os membros da classe laboral, deduzimos que as reclamações pleiteando reintegração, conforme o decreto lei, atingiram, de alguma forma, respostas positivas aos operários, visto que, se isso não ocorresse, o cumprimento do decreto-lei não seria frequentemente requisitado nas ações.

Considerando a necessidade de ter uma visão mais ampla, procuramos analisar ações de outras cidades do estado, por intermédio das quais percebemos que existiam situações semelhantes. Entre elas, podemos mencionar as demissões sendo justificadas por contratos de trabalho por tempo determinado.

Notamos que, em três cidades diferentes, três frigoríficos estrangeiros tinham a prática de demitir os homens em idade de convocação militar, argumentando que eram trabalhadores temporários, de modo que o decreto-lei dos reservistas não era aplicado a eles.

O operário Pedro Afonso trabalhava na Sociedade Anônima Frigorífico Anglo, porém acabou sendo demitido, sem justo motivo, em 1944.⁵⁷⁵ A empresa alegou que o requerente abandonou o serviço, caracterizando, portanto, justa causa para sua demissão. Além disso, afirmou que o contrato de trabalho do funcionário era por prazo determinado, o que não lhe dava direito à estabilidade prevista na lei. Pedro anexou, ao processo, um atestado médico que justificava o tempo em que esteve afastado do serviço.

O abandono do serviço era um motivo justo para rescisão de contratos, conforme a lei. Entretanto, o atestado acabou comprovando que não houve abandono, que o trabalhador se afastou por motivos de saúde. Com isso, a JCJ de Pelotas julgou procedente a reclamação de Pedro. Porém, a empresa recorreu da decisão, de modo que a 2ª instância reformou a conclusão, absolvendo o frigorífico do pagamento de indenização por demissão sem justa causa e aviso prévio.⁵⁷⁶

Outra ação foi ajuizada em Rio Grande, por Filicissimo Galdino Velleda, contra o frigorífico Swift.⁵⁷⁷ Filicissimo declarava que havia sido demitido sem nada ter feito para isso. Assim como o frigorífico Anglo, o Swift declarou, ao tribunal, que o contrato de trabalho do operário era por prazo determinado e, em função disso, não cabia a esse reclamar os direitos previstos no decreto-lei 5.689. A JCJ de Rio Grande resolveu pela improcedência da reclamação. Ao recorrer da decisão, o empregado, por meio de seu advogado, fez as seguintes declarações:

Não houve rescisão de contrato [...], houve sim, burla a lei pela reclamada a Cia. Swift desta cidade, useira e vezeira na pratica destes atos com seus empregados. [...] Os contratos usados pela reclamada, para contratar serviço dos convocados, são nulos, e, visível está o seu intento de burlar as leis que regulam o estado dos convocados [...]. Ora, si a moda pega, dos patrões fazerem contratos de trabalho com homens cuja idade está sujeita a chamada para incorporação nas fileiras do nosso exército, e, com os convocados, diremos então adeus lei, que está sendo tapeada a luz do dia.⁵⁷⁸

⁵⁷⁵ Pedro Afonso (requerente), Pelotas, 24 de outubro de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

⁵⁷⁶ O conselho Regional do Trabalho julgou o processo em 1946, quando a guerra já havia acabado. Desse modo, esse tipo de reclamação não mais seria considerável passível de reintegração do funcionário, mas sim de pagamento de indenização e aviso prévio.

⁵⁷⁷ Filicissimo Galdino Velleda (requerente), Rio Grande, 07 de outubro de 1944. Ação salvaguardada no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

⁵⁷⁸ Filicissimo Galdino Velleda, op. cit., p.21.

No trecho transcrito acima, podemos notar a indignação diante da frequente burla dos direitos que o frigorífico vinha praticando. Ao contratar homens em idade de convocação militar, a empresa elaborava um contrato determinado, de maneira que, ao suspendê-lo, não seria obrigada a provar justa causa, nem mesmo a arcar com aviso prévio.

A segunda instância compreendeu que os contratos propostos pelo frigorífico eram assinados por “livre vontade dos trabalhadores”. Portanto, “não havia o que discutir.”

O frigorífico Armour,⁵⁷⁹ estabelecido na cidade de Santana do Livramento, também utilizava o contrato por tempo determinado como modo de se eximir da legislação vigente. A exemplo disso, temos o caso de Júlio Azevedo e de outros colegas, os quais procuraram a JT após serem demitidos. O empregador alegou que os contratos eram por tempo determinado e, mesmo não provando a materialidade desses, conseguiu parecer positivo. Assim, a reclamação dos operários foi julgada improcedente pela JCJ e pelo CRT.

Nos três casos, as empresas apresentaram o mesmo argumento, ou seja, que os trabalhadores eram contratados por tempo determinado, não cabendo a eles o direito à estabilidade provisória dos reservistas. Ao que tudo indica, essa prática era usual, uma vez que os empregados de Seguros Privados e Capitalização, bem como da Cia. Aliança Rio-Grandense de Seguros Gerais também solicitaram, em 1943, a abertura de um dissídio coletivo.⁵⁸⁰ Eles alegaram que seus patrões, a fim de não pagarem indenizações, férias e outros direitos, procuravam “iludir o empregado e mascarar o contrato de trabalho.”⁵⁸¹

Desse modo, podemos concluir que mascarar contratos não só era uma prática difundida entre os empregadores, como também fora criada como dispositivo legal, já que contratos por tempo determinados eram permitidos por lei. Esse tipo de conduta visava subverter a ordem, burlar a lei que previa pagamento de indenização e aviso prévio para rompimentos de contratos de trabalho sem motivo justificado. Com a

⁵⁷⁹ Júlio Azevedo e outros, Rio Grande, data de conclusão 14 de março de 1945. Ação salvaguardada no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

⁵⁸⁰ O CRT não considerou o pedido, alegando não configurar caso de dissídio coletivo porque não comportava espécie e generalidade característica dessa modalidade jurídico-trabalhista.

⁵⁸¹ O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 1, Porto Alegre, 11 de janeiro de 1943, p. 18.

criação do decreto-lei 5.689, em julho de 1943, esse “método” passou a ser utilizado para absolver as empresas das obrigações com os reservistas.

Motivos como indisciplina, insubordinação e abandono também eram utilizados, de forma frequente, como justificativas para demissões de operários. De acordo com o decreto lei em questão, a prática de atos de indisciplina, insubordinação, embriaguez, abandono do emprego e conduta inadequada podiam ser consideradas razões para demissão por justa causa.

Reclamações contendo esse tipo de demanda igualmente foram frequentes nas fontes por nós analisadas. Entre essas, estavam os casos do pintor João Mello de Almeida⁵⁸² e do ajudante de eletricista Olavo Machado,⁵⁸³ ambos funcionários da The Rio-grandense Light and Power, na cidade de Pelotas.

Conforme consta na ação, João Mello de Almeida exercia a função de pintor quando foi avisado, pelo seu superior, de que teria sido promovido à aprendiz de motorneiro. De imediato, João questionou a mudança, declarando que não estava de acordo. Contudo, não houve espaço para argumentação, pois o Sr. Scott lhe respondeu que escolhesse entre trabalhar na linha do bonde ou ser demitido.

Entendendo que estava demitido, João procurou o sindicato para rever seus direitos, já que estava em idade de convocação militar. Já o caso de Olavo Machado foi diferente, ele foi demitido por ter agredido verbalmente seu superior, Carlos Vach. Consoante as informações do processo, Olavo estava de serviço quando recebeu uma chamada para consertar a “linha do Frigorífico,” ou seja, os fios que levavam eletricidade para o Frigorífico Anglo, na região portuária da cidade. Considerando sua diminuta experiência com alta tensão, procurou o colega Argemiro e seu chefe Vach para ajudá-lo. No dia seguinte, Argemiro abordou João para saber qual motivo levou o colega a mentir, ao Sr. Vach, que ele havia dito que iria tomar café e depois ajudaria no caso da linha do frigorífico. Indignado com o ocorrido, Olavo foi atrás de Vach e brandou: “O senhor é um mentiroso, Sr. não, pois não merece ser chamado de Sr. e sim de você, você devia estar dormindo ou sonhando para dizer que eu disse que o Argemiro ia tomar café primeiro para depois ir a Usina.”⁵⁸⁴

⁵⁸² João Mello de Almeida (requerente), Pelotas, 31 de outubro de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

⁵⁸³ Olavo Machado (requerente), Pelotas, 19 de junho de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

⁵⁸⁴ Olavo Machado (requerente), op. cit., p. 14.

O chefe retrucou dizendo que não estava nem dormindo nem sonhando, mas que, provavelmente, para não se recordar, Olavo deveria estar embriagado, uma vez que era um “bêbado sem vergonha.” O trabalhador também o retrucou e acabou sendo demitido por indisciplina.

Em uma fábrica de Fósforo, na cidade de São Leopoldo, houve um caso semelhante de enfrentamento entre superior hierárquico e funcionário. O mecânico Assis Camargo de Vargas⁵⁸⁵ estava preparando-se para sair do serviço quando foi interpelado pelo diretor da empresa, Sr. Fernandes Coutinho, que lhe perguntou se era funcionário da empresa. Com a resposta afirmativa de Assis, mandou o mesmo tirar o chapéu para falar com ele. No entanto, Assis declarou “não achar motivos para uma exigência desta natureza, que com essas maneiras com que ele se explicava ele seria forçado a dizer que mantinha-se coberto⁵⁸⁶” e, diante disso, acabou sendo demitido por insubordinação.

No decorrer do processo, vários trabalhadores da empresa prestaram depoimentos por meio dos quais ficou nítida a questão do abuso patronal e das práticas autoritárias do chefe. Relatos de que “diversas vezes o Sr. Coutinho gritou com o depoente, o que deu lugar a discussão entre ambos, mas que nada de maior ocorreu” ou afirmações de que que o “Sr. Coutinho não maltratava os empregados, mas que costumava incolerar-se e gritar com eles, mas depois tornava-se as boas,”⁵⁸⁷ foram registrados.

Todavia, no decorrer do processo movido por Assis, ficou claro que as razões para demissão eram outras. Na realidade, a empresa estava com a máquina geradora estragada “devido ao mau estado.” Mediante essas circunstâncias, foi feito um acordo com os mecânicos para que trabalhassem duas horas a mais para consertá-las o mais rápido possível. Porém, Assis afirmou que não trabalharia mais de 8 horas por dia, o que, na verdade, não se efetivou, pois, logo após, voltou a executar sua função e a fazer as horas extraordinárias.

Os autos analisados, neste subcapítulo, apresentam duas constantes no tocante às relações trabalhistas do período, as quais também foram apontadas na

⁵⁸⁵ Assis Camargo de Vargas (requerente), São Leopoldo, 15 de janeiro de 1945. Ação salvaguardada no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

⁵⁸⁶ Assis Camargo de Vargas (requerente), op. cit., p. 2.

⁵⁸⁷ Assis Camargo de Vargas (requerente), op. cit., p. 8.

pesquisa de Negro e Souza. A primeira é em relação ao autoritarismo patronal, e a segunda, “uma demanda por justiça nos mundos do trabalho.”⁵⁸⁸

Os trabalhadores recorriam à JT para que seus direitos fossem cumpridos, mas esbarraram no problema da inexistência de jurisprudência sobre ações que envolviam indisciplina ou insubordinação. A linha que marcava o limite do exercício da autoridade patronal era instável. Retrucar uma agressão do superior hierárquico seria considerado indisciplina? Rejeitar realizar um serviço que não era da natureza de sua função seria um ato de insubordinação?

Os casos de Olavo Machado e João Mello de Almeida foram considerados improcedentes para JCJ de Pelotas. No entendimento dessa, Olavo claramente foi indisciplinado, e João abandonou o emprego, pois não recebeu nenhuma ordem de demissão. Os trabalhadores levaram o processo à segunda instância, sendo as reclamações acolhidas e reformadas.

A reclamação de Assis foi julgada procedente pelo juiz de direito de São Leopoldo, conforme sua interpretação dos fatos não havia motivo justo para o rompimento do contrato de trabalho. Além disso, salientou que o trabalhador deveria ser reintegrado “em trabalhos que mais facilitem o bom restabelecimento das relações respeitadas e obediência que antes existia.”⁵⁸⁹

Notamos que as questões disciplinares se tornaram uma chave para se livrarem de operários indesejáveis, visto que, com a falta de uma jurisprudência e a imprecisão da legislação, o que levava os julgamentos a dependerem da interpretação da ambígua lei, ficava mais fácil romper contratos de trabalho e demitir funcionários indesejáveis pelas empregadoras.

Assim, em um contexto de desavenças, como os vivenciados por Assis, João e Olavo, os superiores foram tão quanto ou até mais agressivos que seus subordinados, mas coube somente aos operários o ônus da demissão por justa causa. Isso impossibilitava o trabalhador de recorrer à lei 5.689, porque nessa estava prevista a demissão por justa causa em casos de indisciplina, insubordinação e abandono.

Por outro lado, a imprecisão da lei, ao definir o que era indisciplina e insubordinação, acabava abrindo brechas para os trabalhadores resistirem aos abusos patronais, como o caso de Olavo. Enfim, após essa análise, teremos que concordar com a conclusão a que chegaram Negro e Souza, após suas pesquisas

⁵⁸⁸ NEGRO; SOUZA; op. cit., p. 128.

⁵⁸⁹ Assis Camargo de Vargas (requerente), op. cit., p. 12.

sobre insubordinação operária na Bahia. Segundo os autores, “a intervenção judicial, na disciplina do trabalho, respondeu a finalidades contraditórias e produzido efeitos ambíguos.”⁵⁹⁰

5.2.4 - Soterrados pela mobilização de guerra

O carvão brasileiro, no geral, não era de boa qualidade se comparado ao de outros países, porém, no momento de calamidade que se apresentava, era a fonte alternativa para amenizar o problema do transporte.⁵⁹¹ Getúlio Vargas, em mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, afirmou que “carvão ruim é aquele que não existe e que não temos.”⁵⁹² Logo, era necessário investir na produção carbonífera brasileira.

O diretor do CADEM, Roberto Cardoso, em 1942, enviou um telegrama ao presidente Vargas comunicando que a produção de carvão das Minas de São Jerônimo e de Butiá apresentava considerável aumento após o cumprimento da determinação elaborada pelo governo no sentido de intensificar a produção. Expondo mais detalhes, Cardoso mencionou que estavam articulando medidas para que a produção continuasse ascendendo: “concluímos a perfuração do terceiro poço nas minas de Butiá, cuja aparelhagem está sendo construída no país, prevendo o início da extração no decorrer do próximo mês de maio.”⁵⁹³

O relatório do Banco do Rio Grande do Sul, de 1945, veio ao encontro das declarações do diretor do CADEM. De acordo com os dados apresentados nele, foram exportadas 243,1 mil toneladas de carvão,⁵⁹⁴ sendo o produto de maior exportação do estado.⁵⁹⁵ Ao examinarmos a situação do transporte e do combustível, durante o período da guerra, surgiram os seguintes questionamentos: como estava a vida dos mineiros? Diante de tamanha carestia de vida e do aumento da produção de carvão,

⁵⁹⁰ NEGRO; SOUZA. op. cit., p. 145.

⁵⁹¹ CORREIO DO POVO. A política do carvão e os seus vícios basilares. Porto Alegre, 04 de março de 1943, p. 10.

⁵⁹² Mensagem enviada por Vargas para a Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. Muller. Apud. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2ª sessão ordinária da 11ª legislatura, 1930, p. 179.

⁵⁹³ Aumenta a produção de carvão rio-grandense. CORREIO DO POVO. Intensificação do gasogênio. Porto Alegre, 05 de fevereiro de 1942, p. 5.

⁵⁹⁴ MULLER, op. cit., p. 123 e 124.

⁵⁹⁵ O carvão foi um produto de extrema importância durante a Segunda Guerra Mundial, utilizado como combustível, porém, com o término do conflito, foi percebida uma significativa queda na procura pelo mineral. Exemplo disso, foram as cifras de exportação de 1945, em que o carvão atingiu diminutas de 50,5 mil toneladas.

nas minas gaúchas, como sobreviviam? Possíveis respostas a essas indagações podem ser encontradas no relatório escrito por Hugo Firmeza, membro do Conselho Nacional do Trabalho.

Após fazer uma visita às minas do Rio Grande do Sul, Firmeza relatou que os mineiros gaúchos trabalhavam mal alimentados no fundo das minas. “Aquele pobre gente carece, na realidade, de um tratamento mais humano. O regime alimentar é precário.”⁵⁹⁶ Na ocasião, destacou a importância do SAPS⁵⁹⁷ nesse caso, pois esse órgão o era responsável por assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos trabalhadores, bem como tinha a função de orientar sobre a ingestão de vitamina A, para prevenir distúrbios visuais dos operários que trabalhavam no fundo das minas. Porém, foi taxativo ao declarar que sua intenção não era “atirar a culpa para as empresas empregadoras,” visto que acreditava que a solução viria de medidas criadas pelo tripé empregador, empregado e governo.

Os jornais, do mesmo modo, estavam atentos a essa questão. Em fevereiro de 1943, o periódico *Correio do Povo* republicou uma reportagem publicada no jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, a qual trazia a seguinte chamada para uma longa reportagem sobre os mineiros gaúchos: “Melhores condições de vida para os mineiros.”

O descabido tratamento dispensando a esses resolutos lutadores da nossa batalha da produção tem de ser modificado. Alguém tem de fazer cessa esse desumano regime de trabalho. Apelamos para o Sr. Ministro do Trabalho, no sentido de exigir dos magnatas do carvão, nas suas empresas tão afortunadas, o cumprimento efetivo das leis trabalhistas outorgadas ao novo.⁵⁹⁸

Em abril, o caso dos mineiros voltou a ser noticiado, mas, dessa vez, o autor da reportagem lançou mão do discurso de mobilização utilizado pelo governo, o qual cobrava cooperação dos trabalhadores para a batalha de produção. Na matéria, eram reivindicadas providências para:

⁵⁹⁶ *CORREIO DO POVO*. Trabalham mal alimentados os mineiros gaúchos. Porto Alegre, 07 de abril de 1943, p. 8.

⁵⁹⁷ O Serviço de Alimentação da Previdência Social foi criado em 1940, por meio do decreto lei 2.478, de 5 de agosto. Era diretamente subordinado ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

⁵⁹⁸ *CORREIO DO POVO*. Melhores condições de vida para os mineiros, Porto Alegre, 14 de fevereiro de 1943, p. 20.

[...]o drama desses heroicos brasileiros, que ganham a batalha da produção no fundo das minas sul-rio-grandenses, não pode ser encarado apenas do ponto de vista médico, por mais indispensável que este seja para minorar o seu calvário cotidiano. Urge que o governo enfrente também o lado social da questão.⁵⁹⁹

Os salários dos mineiros eram baixos; o trabalho braçal exigia uma alimentação rica em carboidratos e proteína. Contudo, a situação desses trabalhadores não permitia que mantivessem uma alimentação balanceada. Os relatos dos médicos que foram às minas classificavam o sistema alimentar como “precário” e declaravam que os operários eram negligentes ao não utilizarem máscaras.⁶⁰⁰ Em posse de cópias dos pareceres médicos emitidos após a visita,⁶⁰¹ a reportagem sugeria que “os proprietários das minas, precisam ser compelidos a cessar o regime de exploração vigente. A primeira medida que deveria tomar o Ministério do Trabalho seria obrigá-los a cumprir o que está instituído em boas e sólidas letras de forma.”

As soluções apresentadas pelo periódico misturavam críticas à exploração praticada pelas empresas carboníferas com recomendações para melhorar a condição de vida dos trabalhadores. Isso, se posto em prática, não geraria prejuízo aos empresários, uma vez que estavam “ganhando rios de dinheiro. O carvão extraído à custa da saúde dos seus empregados era[sic] vendido a peso de ouro. Nunca foi[sic] tão valorizado.”⁶⁰²

A conjuntura bélica mundial acabou afetando a legislação trabalhista por meio de flexibilizações e de modificações na letra da lei. Em novembro de 1942, foi lançada uma portaria que regulava o trabalho na produção e no transporte de carvão.⁶⁰³

As primeiras normativas da portaria em questão mobilizavam a mão-de-obra destinada à “produção e transporte de carvão do Estado do Rio Grande do Sul”, compreendendo, como operários, os “mestres, contramestres, carvoeiros, mecânicos,

⁵⁹⁹ CORREIO DO POVO. Ganham a batalha da produção no fundo das minas. Porto Alegre, 13 de abril de 1943, p. 12.

⁶⁰⁰ CORREIO DO POVO. As dificuldades com que enfrenta o comercio de gêneros de primeira necessidade. Porto Alegre, 12 de março de 1943, p. 4.

⁶⁰¹ Os sanitaristas indicaram algumas recomendações a serem adotadas pela empresa: “1º Uso ininterrupto da máscara no trabalho; 2º adoção de esguichos de água para combater a poeira; 3º exame clínico do operariado e exame dos operários. CORREIO DO POVO, O trabalho nas minas de São Jerônimo e Butiá. Porto Alegre, 12 de março de 1943, p. 4.

⁶⁰² CORREIO DO POVO. Ganham a batalha da produção no fundo das minas. Porto Alegre, 13 de abril de 1943, p. 12.

⁶⁰³ Proibido o deslocamento de operários mineiros CORREIO DO POVO. Proibido o deslocamento de operários mineiros. Porto Alegre, 13 de março de 1943, p. 8.

tipógrafos, motoristas e serventes.”⁶⁰⁴ Esses seriam os funcionários das Minas empregados na lavagem de carvão, no seu transporte, “seja no pátio das Minas, seja no percurso desse pátio as estações ferroviárias seja no seu transporte por via férrea, seja, finalmente, nas operações de carregamento nos portos do Estado do Rio Grande do Sul.”⁶⁰⁵

O Art. 3º designava, à Diretoria da Produção Mineral da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, a responsabilidade pela resolução de todos os problemas referentes à mão-de-obra e à natureza técnica que mantivessem ligação com o incremento da produção, mesmo que sucedidos nos portos de embarque do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, foi retirada do Ministério do Trabalho e de suas instâncias a jurisdição para dirimir os conflitos entre os trabalhadores ligados à produção de carvão e seus respectivos patrões.

A transferência desses funcionários, de uma empresa para outra do mesmo ramo, não poderia ocorrer sem aquiescência prévia da Diretoria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Para isso, foram dadas 72 horas, após a data da publicação da Portaria, para que os empregadores enviassem uma lista completa dos empregados, já que isso tornaria mais fácil o controle.⁶⁰⁶

Três meses após a declaração de guerra, o governo brasileiro criou o decreto-lei n. 4.937, o qual previa, em seu Art. 2 que, o operário das empresas consideradas de interesse militar:

- a) prestará serviço somente no estabelecimento para que for destinado, até que novo destino lhe seja dado pela autoridade competente;
- b) será considerado desertor e como tal julgado pelas leis em vigor, quando faltar ao trabalho por prazo maior de oito dias, sem justa causa;
- c) será considerado ausente do serviço e punido com multa de três dias de salário por dia de falta, quando faltar ao trabalho por mais de vinte e quatro horas, sem motivo justificado.⁶⁰⁷

Entretanto, as Minas de São Jerônimo nunca foram consideradas de interesse militar. Clarice Speranza explica que “o que o governo federal fez, de fato, em relação

⁶⁰⁴ BRASIL. Portaria 43, do Gabinete do Coordenador de Mobilização Econômica. *Diário Oficial da União*, 11 mar. 1943, seção 1, p.9 e 10

⁶⁰⁵ BRASIL. Portaria 43. op. cit.

⁶⁰⁶ CORREIO DO POVO, Proibido o deslocamento de operários mineiros. Porto Alegre, 13 de março de 1943, p. 8.

⁶⁰⁷ BRASIL. Decreto-lei n. 4.937, op. cit.

às minas durante a II Guerra, foi considerar os operários da produção e transporte de carvão como mobilizados.”⁶⁰⁸ Desse modo, não deveriam recair sobre os funcionários as normativas do decreto-lei em questão.

Mesmo assim, mineradoras consideravam os trabalhadores faltantes como desertores. Entre junho de 1943 e março de 1944, o CADEM lavrou 290 termos de deserção, havendo uma óbvia tentativa de incriminar os operários usando-se de uma legislação que não poderia ser aplicada a eles.

Esse foi o caso de Venâncio Marques, o qual era funcionário do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração, porém, ao se ausentar por problemas de saúde, acabou sendo considerado desertor pela empresa, visto que essa julgava ter o funcionário abandonado o emprego. O processo ajuizado por Venâncio foi o único precedente, conseguindo que a indenização por demissão sem justa causa e aviso prévio fossem devidamente pagos.

Para Speranza, que, com maior aprofundamento empírico, analisou a situação da categoria, entre 1940 e 1954: “o processo de Venâncio Marques apontava para uma mudança, tímida, mas importante, em termos concretos.” Pois, ao considerar precedente a ação “[...] a JCJ de São Jerônimo, proporcionava um contraponto ao poder absoluto do Cadem na vila mineira”. Além disso, “o fato de a Justiça Militar ter mandado soltar os mineiros, em 1944, também deu fôlego aos operários em sua luta contra mineradora.”⁶⁰⁹

A arbitrariedade apresentada pela empresa, ao tentar incriminar os mineiros por crimes que não cabiam a eles, ocorreu conjuntamente ao aumento da exploração da categoria. Em 1943, o CADEM batia recorde de produção e fingia desconhecer as regulamentações previstas na CLT. Esse novo código estabelecia uma jornada de trabalho de 6 horas diárias ou 36 semanais para os trabalhadores do subsolo, além de fixar uma faixa etária de 21 a 50 anos para trabalhadores que exercessem atividades no interior das minas.⁶¹⁰

A empresa demitiu 300 funcionários em represália à legislação, dando início a uma queda de braço. Durante o segundo semestre de 1944, o governo federal lançou um decreto “no sentido de que a limitação de idade para o trabalho nas minas só

⁶⁰⁸ SPERANZA, Clarice G. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande Do Sul (1940-1954)*. São Leopoldo: Oikos, 2014, p.126.

⁶⁰⁹ SPERANZA. op. cit., 2014, p. 152.

⁶¹⁰ CORREIO DO POVO. Seis horas de trabalho para os mineiros. Porto Alegre, 12 de agosto de 1943, p. 8.

valesse para contratos de trabalho posteriores à Consolidação.”⁶¹¹ Enquanto isso, a jornada de 6 horas ainda permanecia sendo descumprida.⁶¹²

Portanto, para os mineiros, a mobilização, a partir de 1942, tornou o cotidiano da categoria, que já era degradante, ainda pior, pois houve o aumento da cobrança por maior produção, extraindo deles o máximo de suas forças de trabalho.

5.2.5 - *Nem pacto, nem hiato: a classe trabalhadora articulada*

O Art. 139 da Constituição de 1937 previa proibição de greves. Assim, ele normatizou: “A greve e o *lock-out* são declarados recursos antissociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional”.⁶¹³ Conforme o governo ditatorial de Vargas, a forma legal, para os trabalhadores reivindicarem seus direitos e denunciarem os abusos patronais, era a Justiça do Trabalho, havendo a possibilidade de ajuizar ações individualmente ou de promover dissídios coletivos. Porém, esse último era responsabilidade dos sindicatos oficiais.

As entidades classistas tinham diversos deveres, conforme podemos notar no Art. 4, do decreto-lei n. 1.402 de 05 de julho de 1939:

- a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade das profissões;
- b) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito;
- c) manter serviços de assistência judiciária para os associados;
- d) fundar e manter escolas, especialmente de aprendizagem, hospitais e outras instituições de assistência social;
- e) promover a conciliação nos dissídios de trabalho.⁶¹⁴

O historiador Marcelo Badaró observa que, entre 1935 e 1942, os sindicatos vivaram uma “fase de completa desmobilização”. Nessa época, foram elevados, à direção dos sindicatos, dirigentes “completamente submissos as orientações do Ministério do Trabalho.”⁶¹⁵

⁶¹¹ SPERANZA. op. cit., 2014, p.131.

⁶¹² Para mais, ler SPERANZA. op. cit., 2014.

⁶¹³ BRASIL. Constituição Federal de 1937, 10 de novembro de 1937.

⁶¹⁴ BRASIL, Decreto-lei n. 1.402 de 05 de julho de 1939.

⁶¹⁵ BADARÓ. Marcelo. *Trabalhadores e sindicato no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 69, 70.

Após o Brasil declarar estado de guerra, outro decreto lei foi criado, o de n. 4.637, de 31 de agosto de 1942, que colocava “as entidades sindicais de qualquer grau, e quer sejam representativas de categorias econômicas, de categorias profissionais ou de profissões liberais” sob colaboração permanente enquanto perdurasse o contexto beligerante.

Essa colaboração deveria se dar de cinco formas: “no desenvolvimento da consciência cívica nacional;” realizando estudo dos problemas diretamente relacionados às categorias ou profissões representadas; colaborando com a mobilização econômica coligindo e arquivando informações com o devido sigilo; divulgando as instruções para a realização dos ensaios de defesa passiva antiaérea; e, por fim, auxiliando na “propaganda do Serviço Militar e na divulgação de editais, expedidos pelas autoridades competentes, relativos à convocação das reservas e à mobilização das forças armadas.”⁶¹⁶

O controle sobre essas instituições também aumentou; as assembleias gerais ou reuniões dos conselhos de representantes só eram permitidas mediante petição requisitada às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Ademais, os membros alemães, italianos ou japoneses foram proibidos de comparecer às assembleias, reuniões, nem mesmo podiam frequentar a sede social das entidades sindicais.

Além disso, foi solicitado que as entidades patronais e operárias mantivessem “recíproca correspondência e articulação” a fim de que conseguissem manter a conciliação “a todos os dissídios decorrentes de contrato do trabalho.”⁶¹⁷ Portanto, no mesmo dia em que o governo declarou estado de guerra, lançou o decreto em questão, o qual, de maneira bastante autoritária, apertava o cerco sobre os sindicatos e exigia colaboração deles. Esse tipo de medida demonstrava que, embora o governo buscasse tornar os trabalhadores submissos e desmobilizados, as resistências persistiam.

Mesmo diante desse contexto, as “direções sindicais tentaram obter conquistas materiais para suas categorias,”⁶¹⁸ muitas vezes, utilizando o próprio discurso governista para angariar garantia dos direitos e das concessões. Os trabalhadores também não ficaram inertes, organizavam-se e lutavam no chão de fábrica. Esse foi

⁶¹⁶ BRASIL, Decreto-lei n. 4.637, de 31 de agosto de 1942.

⁶¹⁷ BRASIL, Decreto-lei n. 4.637, de 31 de agosto de 1942. op. cit.

⁶¹⁸ BADARÓ; op. cit. p. 70, 71.

o caso de Alvaro Ferreira Quaresma, de 23 anos, que trabalhava como mecânico na Cia. Swift desde 13 de janeiro de 1938.

Alvaro foi proibido de adentrar no local de serviço no dia 07 de dezembro de 1942. Diante de tal situação, o mecânico impetrou uma ação na JT.⁶¹⁹ Em depoimento, a empresa afirmou que o mecânico era um bom operário, mas que o rompimento do contrato de trabalho havia sido motivado por ações subversivas, visto que em “fins de novembro do ano passado (1942), tornou-se chefe intelectual de um movimento grevista que irrompeu ou esteve por irromper dentro do estabelecimento industrial da reclamada.”⁶²⁰

O relato do representante da Cia. Swift demonstrou que a mobilização dos funcionários não chegou às vias de fato de uma greve, pois medidas “enérgicas” foram postas em prática pelo Tenente Comandante do Departamento de Defesa da cidade, “que enviou para o local forças do exército e fez saber aos grevistas que toda e qualquer atividade que perturbasse a ordem do serviço, tendente a paralisar a produção, seria considerada crime contra a pátria e julgado pelas leis militares.”⁶²¹

Os membros da JCJ de Rio Grande, onde foi pleiteada e julgada a ação, compreenderam que não havia provas concretas contra o funcionário, nem mesmo a respeito da ocorrência da tentativa de greve, já que a empresa não solicitou, às autoridades policiais ou militares, a abertura de um inquérito para apurar os acontecimentos.

O que houve segundo depoimento das testemunhas, foi um simples movimento de protesto contra as condições de trabalho impostas pela reclamada, movimento esse que não importou na paralização de serviço, não produziu qualquer desordem, e não foi levado a efeito dentro do estabelecimento da reclamada, consistindo, pelo contrário na simples escolha de uma comissão de três membros, que se avistou em atitude pacífica, com o sr. Ten. Cel. Emilio Maurel Filho, comandante militar da praça, afim de expor-lhe a situação e pedir providências.⁶²²

Ademais, foi apurado que Alvaro nem mesmo tinha feito parte da comissão que reclamava direitos e melhores condições de trabalho. Essa era composta por

⁶¹⁹ Alvaro não estava de posse de sua carteira de trabalho, pois a Cia. não havia lhe devolvido.

⁶²⁰ O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio. n. 39, Porto Alegre, 09 de agosto de 1943, p. 797.

⁶²¹ O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio. n. 39, op. cit., p. 798.

⁶²² O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio. n. 39, op. cit., p. 799.

Boneslau Stanislaw Rosinski, Abel Silveira Mendes e Otávio Antônio da Fonseca.⁶²³ Após analisar as circunstâncias, a JCC julgou procedente, determinando o pagamento de aviso prévio e de indenização por demissão sem justa causa ao mecânico. A Cia. Swift recorreu ao CRT, porém não foi concedido provimento ao recurso, sendo confirmado o julgamento da 1ª instância.

O caso de Alvaro, indiretamente, revela-nos um contexto de tensão entre os trabalhadores e a Cia. Swift. Os funcionários, esgotados devido às condições de trabalho impostas, sem um sindicato atuante e com a proibição de greves, arquitetaram um protesto para expor os abusos que o frigorífico estava praticando. O hiato na história da mobilização da classe laboral, durante o Estado Novo, que muitos estudiosos apontaram, não existiu. Gláucia Konrad, em sua tese, pontua que:

Não se trata aqui, de ignorar a repressão violenta ou subestimar o controle do Estado sobre os trabalhadores. Mas considerar totalmente perdida a autonomia dos trabalhadores e seus sindicatos (mesmo os oficiais) não corresponde com as novas informações que temos tido sobre aquele momento da formação social brasileira. A resistência e a autonomia, que, por sua vez, também não podem ser absolutizadas, fazem parte da trajetória de lutas por direitos e resistência da classe trabalhadora. O discurso governista do fim da luta de classes não encontrava correspondência na disposição de confronto de muitas lideranças clandestinas dos trabalhadores, bem como de reivindicações de operários comuns.⁶²⁴

No chão de fábrica, os funcionários resistiam. Assim, devemos mudar o foco de nosso olhar, pois, como Paoli afirma, “não eram os sindicatos a instância primordial de expressão e organização dos trabalhadores”, mas sim “as organizações fabris, feitas dentro das seções das fábricas e seguindo seu próprio movimento.”⁶²⁵

A tentativa de harmonizar as classes, prevista no decreto-lei de 1942, parece não ter surtido o efeito desejado pelas autoridades, de modo que, em 16 de setembro de 1943, Vargas lançou outra determinação, a qual requisitava consulta ao MTIC para ajuizar os dissídios coletivos. Com isso, foram criados uma burocracia e um filtro, que dificultavam a abertura desse tipo de dissídio. Esses decretos demonstram que, cada vez mais, o governo se utilizava da excepcionalidade da conjuntura para limitar, ao

⁶²³ Dois quais a empresa suspendeu 2 foram.

⁶²⁴ KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. op. cit., 2006, p. 22.

⁶²⁵ PAOLI. op.cit., p. 94.

extremo, a autonomia das entidades sindicais. O dissídio coletivo era considerado e propagandeado pelo MTCI como a alternativa à greve, a qual, como foi observado, era proibida.

A revista de jurisprudência, *O Orientador: Trabalho, Indústria e Comércio*, produzida em Porto Alegre, em um dos seus textos sobre dissídios coletivos, veiculou que: “O dissídio coletivo é uma forma legal de que lançam mão os empregados para sustentação de direitos ou reivindicações que anteriormente, só de um modo poderiam ser obtidos: pela greve.” No entanto, sem essa possibilidade, como as categorias laborais lutariam pela garantia de seus direitos?

A explicação, para essa pergunta, era: não deveriam lutar, já que “todas as fontes de produção” deveriam ser empregadas, de modo que “nada deve [devia] perturbar-lhe o ritmo, inclusive determinados abalos nas relações entre empregados e empregadores, com os que certos casos, provocaria a instauração de um dissídio coletivo.”⁶²⁶ Foi desse modo que o dissídio coletivo, considerado por muitos um moderno método de resoluções de atritos entre as classes, passou a ser considerado motivador de “perturbação nas relações de trabalho, suscetível de amortecer o ritmo de trabalho da indústria por ele atingida.”⁶²⁷

A criação de decretos que amordaçavam as entidades de classe, bem como o caso de Alvaro e a grande quantidade de ações ajuizadas, na JT, são vestígios para a inexistência de um pacto trabalhista. No pensamento de Badaró, é necessário “relativizar as interpretações que afirmam a importância dos ganhos materiais dos trabalhadores na conjuntura da sistematização das leis sociais durante o Estado Novo.”⁶²⁸ Isso deveria ser necessário, principalmente, após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, pois o estado de beligerância levou à “suspensão de direitos”, criando uma situação de “intensa exploração operária.”⁶²⁹

A carestia de vida, a exploração e o arrocho salarial era atônica do momento. Logo, devemos nos questionar: que ganhos os trabalhadores tiveram? Marcelo Badaró é bastante taxativo ao pontuar que não houve pacto, ao referir que “esse processo não poderia ser explicado por uma simples barganha material, mas é preciso levar em conta todo o investimento, de natureza cultural”. Vargas apostou na propaganda e na repressão, o que foi “determinante para o controle dos sindicatos,

⁶²⁶ O ORIENTADOR: Trabalho Indústria e Comércio, n. 39, Porto Alegre, 25 de setembro de 1943.

⁶²⁷ O ORIENTADOR: Trabalho Indústria e Comércio, n. 39, op.cit.

⁶²⁸ BADARÓ; op. cit. p.73.

⁶²⁹ BADARÓ; op. cit. p.74.

mas não o suficiente para calar completamente a capacidade de resistência dos trabalhadores,”⁶³⁰ de modo que, em 1945, foram vistas greves irromperem o cenário de falsa harmonia entre as classes criadas pelo governo.

Alguns movimentos grevistas de 1945 tiveram, em comum, a organização autônoma dos trabalhadores. Hélio Costa ressalta que “a eclosão de greves à margem dos sindicatos revela a capacidade de autonomia do movimento operário emergente, características que se manterá ao longo dos anos.”⁶³¹

No Rio Grande do Sul, os movimentos grevistas de 1945 eclodiram em janeiro, como a paralisação dos funcionários dos frigoríficos Swift de Rio Grande e Rosário, bem como do Armour de Livramento. Além das precárias condições de trabalho, as empresas haviam resolvido efetuar demissões em massa, o que motivou os trabalhadores a iniciarem o movimento paredista.⁶³²

Três meses após as primeiras mobilizações, outros trabalhadores resolveram cruzar os braços. A greve dos ferroviários e dos funcionários da Carris de Porto Alegre iniciou dia 05 de abril de 1945. Enquanto era escolhida uma comissão, outras categorias sinalizavam para a adesão ao movimento.

No dia 06 de abril, os funcionários da construção civil do Colégio Americano; os metalúrgicos; os operários da Souza Cruz; os portuários e motoristas de ônibus capital; trabalhadores do Frigorífico Nacional e os mineiros de Butiá e Arroio dos Ratos⁶³³ aderiram à mobilização.

Já no dia 09 de abril, alguns sindicatos firmavam sua posição ao lado dos ferroviários ao remeterem uma carta, ao presidente Vargas,⁶³⁴ declarando que consideravam “justíssimas medidas em benefício laborioso da classe que há muito se acha em angustiosa situação.”⁶³⁵

⁶³⁰ BADARÓ; op. cit. p.76.

⁶³¹ COSTA. Hélio. *Em busca de memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Página Aberta Ltda., 1985, p. 11.

⁶³² Para mais esclarecimentos, consultar: FORTES, Alexandre. op. cit., 2004, capítulo 9. KONRAD. Gláucia Vieira Ramos. op. cit., 2006, capítulo 4.

⁶³³ Para mais, ler: SPERANZA, Clarice G. op. cit., 2014, capítulo 4.

⁶³⁴ Sindicato dos Empregados no Comércio, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Empregados em Hotéis e Similares, Sindicato dos Marceneiros, Sindicato dos Gráficos, Associação Profissional dos Empregados em Construção Civil, Sindicato dos Panificadores, Associação Beneficente dos Chauffeurs.

⁶³⁵ Sindicato dos Empregados do Comércio; Sindicato dos Bancários; Sindicato dos Empregados em Hotéis e Similares; Sindicato dos Marceneiros; Sindicato dos Gráficos; Associação Profissional dos Empregados em Construção Civil; Sindicato dos Panificadores; Associação Beneficente dos Chauffeurs. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dia 9 de abril de 1945.

Os ferroviários reivindicavam aumento dos ordenados da categoria, alegando que o atual salário não cobria os gastos básicos de um cidadão. De acordo com Gláucia Konrad, “os trabalhadores declararam-se em greve geral” e, a partir de então, “todos abandonaram pacificamente seus postos em todas as seções, obtendo, assim, a unanimidade da categoria,”⁶³⁶ até mesmo “os funcionários dos departamentos, do almoxarifado e do tráfego e movimento dos trens” aderiram ao movimento.

No mesmo dia, os trabalhadores Companhia Carris, de Porto Alegre, também declararam greve, interrompendo o funcionamento dos bondes. Suas bandeiras eram salários melhores, considerando a elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade que havia ocorrido nos últimos anos. Eles também solicitavam dois fardamentos gratuitos por ano, visto que o uniforme era descontado de seus ordenados. Konrad descreve dessa maneira os primeiros movimentos dos grevistas: “as cinco horas da tarde, não foi preciso apertar mais a campainha, pois os bondes foram sendo recolhidos para as garagens pela vontade da absoluta maioria dos operários da Carris que se haviam declarado em greve total.”⁶³⁷ Essas atitudes demonstram a autonomia do movimento, não havia um sindicato organizado nem mobilizando a classe, mas existia uma ampla consciência de exploração.

Um dia após o início da greve dos ferroviários e dos transviários, os bancários também aderiram ao movimento de forma autônoma. O sindicato dos bancários declarava que a organização da greve havia sido “à revelia” da entidade. Konrad explicitou que esse era “mais um caso em que uma diretoria de sindicato, ocupado por lideranças sem vínculos com as suas bases, era atropelada pelo conjunto da categoria.”⁶³⁸ Juntamente aos bancários, os operários da indústria metalúrgica de Porto Alegre iniciaram uma peregrinação pelas fábricas com o intuito de mobilizarem a categoria.

Tais movimentos grevistas autônomos, bem como outros tantos que irromperam pelo interior do estado, demonstram que, embora o projeto de Vargas fosse amordaçar os sindicatos e combater os operários “desordeiros”, a resistência e a luta davam-se de diversas formas, o fazer-se da classe ocorreu mesmo mediante a conjuntura autoritária do Estado Novo. Nesse contexto, ficou claro que, ao mínimo

⁶³⁶ KONRAD; op. cit., p. 266.

⁶³⁷ KONRAD; op. cit., p. 282.

⁶³⁸ KONRAD; op. cit., p. 294.

sinal de abertura política, eclodiam greves, apontando para a existência de uma classe laboral consciente, unida e organizada, ainda que sem sindicatos atuantes.

5.2.6 – Considerações sobre o capítulo

O nosso objetivo, ao escrever esse capítulo, foi analisar como as relações trabalhistas foram afetadas pela questão bélica. Do mesmo modo, buscamos compreender os mecanismos de resistência e de luta que os trabalhadores gaúchos utilizaram diante das novas circunstâncias. Com base no primeiro subcapítulo, no qual nos debruçamos sobre o histórico de luta e de resistência da classe trabalhadora, podemos concluir que, por mais que, em vários momentos da trajetória do movimento operário, o governo tenha buscado o controle e a supressão desse, a inconformidade com a exploração nunca deixou de existir.

Mesmo em períodos como na ditadura estadonovista, em que a repressão aos dissidentes ideológicos era a forma do governo lidar com a oposição, com os sindicatos amordaçados e líderes presos, os trabalhadores resistiram à exploração e cobravam o cumprimento de seus direitos.

Com a eclosão da guerra, as relações de trabalho passaram a ser afetadas, primeiro, pela falta de matéria-prima e de serviço. Esse tipo de impacto servia como justificativa para suspensão e para as demissões de funcionários sem o pagamento de aviso prévio nem de indenização. No entanto, o cenário passou a mudar, rapidamente, a partir de 1942, quando houve o rompimento diplomático com as nações que compunham o Eixo, e os trabalhadores alemães, italianos e japoneses perderam algumas garantias trabalhistas.

A partir de agosto de 1942, quando o Brasil de fato rompeu com sua política de neutralidade, os trabalhadores passaram a ser convocados para compor a batalha da produção, tornando-se soldados operários. Para isso, vários decretos-lei que excluía ou flexibilizavam os direitos trabalhistas adquiridos foram criados. Entretanto, a partir da perspectiva analítica thompsoniana, a legislação nos oferece ferramentas para que possamos compreender não somente a ação do opressor sobre o oprimido, mas para que consigamos refinar o olhar a fim de encontrarmos as brechas e as possibilidades de ganhos através dessas.

Com a análise de alguns decretos sendo utilizados na prática, notamos que, embora o governo utilizasse a guerra como álibi para impor maior controle às

entidades sindicais e às formas de luta operária, a JT e o chão da fábrica tornaram-se espaços de constantes lutas.

Desse modo, podemos concluir que a conjuntura internacional impactou as relações de trabalho e serviu para o governo flexibilizar os direitos e implementar medidas ainda mais repressivas. Por outro lado, os trabalhadores resistiram, não existiram pactos trabalhistas, muito menos um dito hiato da história da classe laboral. As greves de 1945 demonstram que, ainda que diante da repressão e da suspensão de direitos, os trabalhadores não perderam o poder de articulação e a sede de luta por dias melhores.

CONCLUSÃO

A ideia para o projeto de pesquisa que norteou esse trabalho surgiu durante a escrita da dissertação de mestrado. Quando pesquisávamos sobre os casos de demissões de alemães e italianos, na cidade de Pelotas, tomamos ciência do decreto lei n. 4.638 de 31 de agosto de 1942, que permitia o rompimento do contrato de trabalho desses funcionários em nome do estado de guerra.

A partir desse decreto, lembrei-me das ações da Justiça do Trabalho de Pelotas, lidas durante o período em que trabalhamos como bolsista do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas. Nesse período, Inquietações começaram a surgir, era uma nova perspectiva da Segunda Guerra Mundial, na qual os trabalhadores haviam se tornado soldados da produção, expostos a um maior nível de exploração, além de ter sido uma época em que foram retirados e flexibilizados direitos sociais.

Em vista disso, passamos a procurar outros decretos, a ler mais sobre a legislação do período e escolhemos a temática como pesquisa de tese. O projeto inicial baseava-se em compreender as relações de trabalho durante a guerra, no entanto, após algumas pesquisas e, principalmente, depois da qualificação, minha orientadora e eu percebemos que precisávamos analisar para além das questões trabalhistas, notamos que era preciso que fossem analisados os impactos causados pelas circunstâncias na vida do trabalhador no Rio Grande do Sul.

Durante o primeiro contato com o jornal Correio do Povo, notamos inúmeras notícias de escassez de alimentos, instituição de tabelamentos e reclamações sobre o aumento do custo de vida. Diante disso, confirmou-se o que já havíamos ponderado, ou seja, que não poderíamos restringir a pesquisa apenas às relações de trabalho, uma vez que a classe trabalhadora havia sido afetada de várias formas. Portanto, nosso intuito passou a ser compreender a parcela de responsabilidade do contexto beligerante nas circunstâncias vivenciadas pelos trabalhadores gaúchos, entre 1939 e 1945, e buscar compreender de que forma essas pessoas reagiram diante de tantas restrições.

Para isso, não poderíamos compreender as possíveis mudanças ou permanências, entre 1939 e 1945, sem antes fazermos uma breve análise a respeito do contexto anterior à eclosão da guerra. Por meio dessa análise, percebemos que a classe laboral rio-grandense convivia com a escassez, com as elevações dos preços

dos alimentos, com salários baixos, e a maioria dos gaúchos não tinha condições de garantir acesso à educação aos seus filhos, muito menos as condições básicas de higiene de suas famílias.

No decorrer da discussão do primeiro capítulo, observamos, em nossas fontes, vestígios de que a eclosão da Segunda Guerra Mundial agravou as circunstâncias existentes *a priori*. A dieta básica do trabalhador, composta por leite, pão e carne verde ficou ainda mais comprometida, tendo em vista a incidência de constantes elevações dos preços desses produtos.

Os aluguéis sempre tiveram um peso significativo no orçamento da família operária. Todavia, a guerra trouxe a dificuldade de importação de materiais de construção. O governo, por sua vez, não investiu na elaboração de medidas que viabilizassem a construção de moradias operárias. Ao invés disso, instituiu decretos para barrar o aumento de custo para os inquilinos, medidas que contribuíram para que os trabalhadores pagassem um alto valor por habitações precárias, as quais, em muitos casos, nem esgoto, água e energia elétrica possuíam.

Embora as diversas instâncias do governo tenham criado medidas para amenizar a situação, não conseguimos auferir o alcance dessas, mas notamos que as dificuldades persistiam, e os salários não eram compatíveis com as despesas mínimas de sobrevivência. O salário mínimo, criado em 1940, logo apresentou defasagem entre o valor real e nominal, os trabalhadores viam-se com o poder de compra minorado, e o fantasma da fome os rondava.

Nesse contexto, os atravessadores e os especuladores aproveitavam-se do momento para auferirem maiores lucros. Desse modo, em busca de uma solução para o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, estados e municípios passaram a elaborar tabelas que fixavam os preços desses artigos. O tabelamento buscava coibir a prática de especulação e limitar os lucros dos atravessadores, porém se tornou apenas uma medida paliativa, com resultados duvidosos, visto que a elevação dos preços e a prática dos açambarcadores persistiu durante todo o período.

Na tentativa de compreender quais foram os motivos que geraram a escassez e a elevação dos valores de produtos como carne, pão, leite, banha e açúcar, optamos por analisar os casos separadamente. O caso do pão, da carne e do açúcar tinham relações diretas com a circunstância bélica.

Já a carne verde, ou seja, carne de boi crua, passou a ser exportada para o *front* de batalha pelos frigoríficos estrangeiros, ou seja, houve um aumento da

demanda pelo produto. Além disso, consecutivos períodos de estiagem afetavam o engorde dos animais. O abastecimento de açúcar, por sua vez, foi prejudicado devido à dificuldade de transporte, visto que os estados produtores estavam situados na região Nordeste do Brasil, de onde a produção era escoada por navegação de cabotagem, e o perigo iminente de ataques às embarcações, independentemente de suas bandeiras, comprometeram o traslado desse artigo.

Ainda, o aumento da demanda pelo álcool anidro, misturado à gasolina, na tentativa de diminuir o consumo do combustível importado, deu, a esse tipo de aditivo, que antes era um subproduto da produção de açúcar, a preferência na fabricação.

O problema do pão estava associado à produção e à importação de trigo que, por conseguinte, apresentava ligação com a conjuntura bélica. O Brasil não era um país autossuficiente em relação ao cultivo do cereal, necessitava importá-lo dos países vizinhos. O Rio Grande do Sul era um dos poucos estados produtores de trigo, porém esse tipo de cultura ainda era bastante rudimentar no período. Com a guerra, todas as importações foram afetadas e com o trigo não seria diferente. O transporte interno era precário, a produção gaúcha percia em razão da espera de escoamento para os outros estados, faltavam silos adequados, vagões, barcos e medidas governamentais mais efetivas.

As queixas vinham de todos os lados, os agricultores pediam maiores incentivos, os donos de moinhos reclamavam do transporte e da concorrência da farinha uruguaia, a qual chegava ao mercado brasileiro competindo com o produto nacional. Os padeiros denunciavam as frequentes elevações dos valores pagos pelos sacos de farinha, e o consumidor reclamava do preço do pão.

As adversidades enfrentadas pelo abastecimento de banha e leite não tiveram ligação direta com a guerra, pois tanto a criação de porcos como a de vacas leiteiras não foram prejudicadas pelas circunstâncias. Acreditamos que o aumento do preço e a escassez dos referidos artigos estejam ligados aos períodos de estiagem ocorridos no estado, ao transporte e, mais especificamente, no caso do leite, em função dos entraves burocráticos do Entrepasto do Leite.

Assim, após analisarmos a raiz do problema de cada alimento, podemos concluir que a eclosão da Segunda Guerra Mundial causou impactos diretos e indiretos na elevação dos preços e escassez de alguns gêneros alimentícios, e tal circunstância incidiu sobre problemas estruturais que existiam anteriormente. Dessa forma, não foi a guerra a única responsável por esses problemas, mas a união de

condições relacionadas aos períodos de estiagem, ao contexto bélico e a antigas questões estruturais, as quais agravaram a situação entre 1939 e 1945.

No entanto, a guerra não foi sentida apenas no prato, mas também em atividades cotidianas, a exemplo da utilização do transporte coletivo para ir ao trabalho, que foi modificada. Os trabalhadores da construção civil, choferes e motoristas particulares viram-se privados de realizar suas atividades, faltava matéria-prima e combustível.

Podemos afirmar que o transporte foi um dos primeiros setores a ser afetado pelas circunstâncias beligerantes. Com as importações de combustíveis e de peças sobressalentes para bondes, automóveis, caminhões e máquinas prejudicadas, a alteração das linhas e dos horários de bondes e ônibus, o racionamento e a ameaça de apagões⁶³⁹ passaram a ser a tônica do momento.

Os empregadores advertiam seus funcionários da possibilidade de suspendê-los ou até demiti-los por falta de matéria-prima e serviço. Em muitos casos, as ameaças foram concretizadas. Todavia, outras oportunidades, embora ilegais, surgiram, como a venda clandestina de combustível e o contrabando de artigos de borracha, os quais despontavam como uma chance de obter maiores ganhos. Desse empreendimento ilícito, participavam os trabalhadores das mais diversas formas, como freteiros, atravessadores, mediadores e, em muitos casos, integravam redes de contrabando.

Logo, a conjuntura bélica não causou apenas restrições, mas também gerou transformações, diante das quais a classe trabalhadora, ao ser interpelada, precisou fazer escolhas e agir. Do dia para noite, os trabalhadores passaram a ser convocados para a batalha da produção, da qual não havia a possibilidade de deserção. Trabalhar e ser ordeiro eram as palavras da vez.

Por sua vez, as relações trabalhistas foram gradualmente sendo afetadas pelo estado de guerra. Primeiramente, foram os problemas de dispensa dos funcionários, justificados como força maior, devido à falta de serviços e de matéria-prima em alguns setores da indústria, bem como em função das demissões de operários alemães, italianos e japoneses.⁶⁴⁰

A partir de 1942, os impactos passaram a ser institucionalizados, decretos-lei retiravam e flexibilizavam direitos trabalhistas conquistados. Nesse contexto, a

⁶³⁹ Muitos geradores eram movidos a combustível.

⁶⁴⁰ Para mais ler: SOARES, Tamires Xavier. op. cit.

mobilização para a guerra virou política do Estado, os sindicatos viram-se ainda mais vigiados, e os abusos patronais ganharam um novo alibi, a conjuntura de exceção, a guerra. Dar o máximo de sua força de trabalho passou a ser sinônimo de patriotismo. Olhando rapidamente para o Estado Novo e, por conseguinte, para o contexto de guerra, teremos a percepção de que Getúlio Vargas era o maestro que, por intermédio de sua clarividência e astúcia, elaborava leis que dispensavam a luta de classe, jogava com as potências beligerantes com o intuito de alcançar seus interesses e tornar o Brasil um país do futuro.

No entanto, os meandros da história nos apresentam uma realidade mais complexa. Precisamos compreender o contexto internacional como causador de impactos e não apenas como uma oportunidade aproveitada por Vargas. A guerra causou dificuldades para o projeto da ditadura estadonovista. O período não pode ser analisado sem considerar as questões externas. As relações internacionais estavam ligadas a inúmeros condicionantes, que escapavam às mãos do presidente.

No que se refere às questões internas, Vargas fez escolhas. Frente à conjuntura bélica que afetou a economia, o presidente optou por sacrificar a mão-de-obra, retirando e flexibilizando os direitos sociais. Desse modo, por meio da mobilização, garantiu, aos empresários, a possibilidade de explorarem ainda mais a classe assalariada.

Em nome da guerra, os trabalhadores tinham que lidar com as péssimas condições de trabalho, com o aumento do custo de vida. Também tiveram que enfrentar a repressão às entidades classistas e a todas ideias contrárias à ditadura estadonovista. Em outras palavras, mediante as circunstâncias externas e internas, Getúlio Vargas decidiu sacrificar a classe trabalhadora, uma vez que a mobilização era seletiva, como bem lembra Cytrynowicz, “as políticas de mobilização das classes médias e altas nunca foram efetivas.”⁶⁴¹

A luta de classe nunca deixou de existir e, mesmo com restrições à mobilização operária e com as entidades classistas amordaçadas, os trabalhadores continuaram lutando. Os decretos-lei de mobilização criavam um paradoxo, já que, juntamente a esses, era elaborada e instituída a CLT, que garantia direitos sociais historicamente requisitados pelos trabalhadores.

⁶⁴¹ CYTRYNOWICZ, Roney. op. cit., p. 19.

Assim, a mão que sancionava a CLT era a mesma que a assinava decretos que a flexibilizavam em nome da guerra. Acreditamos que as circunstâncias beligerantes garantiram o álibi para justificar tais medidas, assim como a repressão e a censura ocuparam-se de impedir que as manifestações contrárias ao governo viessem a público de maneira escrachada.

Todavia, tais medidas não foram suficientes para acabar com a luta de classe. Com o enfraquecimento da ditadura do Estado Novo, foi perceptível o número vertiginoso de greves que eclodiram. Isso sinaliza para inexistência de um pacto entre governo e trabalhadores, mas também indica que a classe trabalhadora estava resistindo por outras instâncias.

Em suma, como podemos notar, os trabalhadores gaúchos sentiram os impactos da Segunda Guerra Mundial nos diversos âmbitos de suas vidas. O mais curioso é notar que, 81 anos depois, o mundo novamente se viu em guerra. Todavia, dessa vez, contra um vírus, que rompeu fronteiras e chegou às mais inóspitas localidades.

Sem qualquer pretensão de fazer uma história comparativa, gostaríamos apenas de salientar alguns pontos para reflexão. A pandemia do Covid-19 (coronavírus) está atingindo o Brasil de forma alarmante, o contexto é de milhares de mortos e de uma economia caminhando para o colapso. O secretário-geral da Organização das Nações Unidas – ONU, António Guterres, afirmou que a pandemia do Covid-19 é o maior desafio que o mundo enfrenta desde a Segunda Guerra Mundial⁶⁴².

No Brasil, em março de 2020, o presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, declarou ter enviado à equipe econômica uma proposta para criar um "orçamento de guerra", voltado exclusivamente às ações de combate à pandemia do novo coronavírus⁶⁴³. Além disso, assim como ocorreu na Segunda Guerra, indústrias passaram a fabricar insumos para a frente de combate. A empresa de bebidas Ambev direcionou parte de sua linha de produção para fabricar álcool gel⁶⁴⁴. A gigante do mercado automotivo General

⁶⁴² Pandemia é maior desafio desde a 2ª Guerra Mundial, alerta ONU. Disponível em: <<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-04/pandemia-e-maior-desafio-desde-2a-guerra-mundial-alerta-onu>>>. Acessado dia 03 de julho de 2020.

⁶⁴³ Maia propõe orçamento paralelo para enfrentamento ao coronavírus. Disponível em: <<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/23/maia-propoe-orcamento-paralelo-para-enfrentamento-ao-coronavirus.ghtml>>>. Acessado dia 03 de julho de 2020.

⁶⁴⁴ COVID-19: Ambev vai produzir uma nova leva de álcool gel para doar a todos os estados do Brasil. Disponível em: <<<https://jornaldebrasil.com.br/clica-brasil/covid-19-ambev-vai-produzir-uma-nova-leva-de-alcool-gel-para-doar-a-todos-os-estados-do-brasil/>>>. Acessado dia 03 de julho de 2020.

Motors e a fabricante de aeronaves Embraer destinaram parte de suas plantas para produzir respiradores⁶⁴⁵.

No âmbito do legislativo, as Medidas Provisórias 927 e 936 instituídas em 22 de março e 1 de abril⁶⁴⁶, apresentam mais uma semelhança com o período de mobilização da década de 1940, pois elas flexibilizam a CLT, permitindo o aumento da jornada de trabalho em até 10 horas diárias, a redução salarial, a suspensão dos contratos de trabalho, a prevalência dos acordos individuais e o parcelamento do pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Ao que nos parece, mudaram as circunstâncias, mas as medidas mais drásticas, para “salvar a economia”, tanto no passado como no presente, incidiram sobre a camada mais vulnerável da sociedade, ou seja, a classe trabalhadora.

⁶⁴⁵ GM, Embraer, Senai: fábricas são adaptadas na luta para fazer respiradores. Disponível em: <<<https://exame.com/negocios/gm-embraer-senai-fabricas-sao-adaptadas-na-luta-para-fazer-respiradores/>>>. Acessado dia 03 de julho de 2020.

⁶⁴⁶ BRASIL. Medida Provisória n. 927, de 22 de março de 2020. Disponível em: <<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=927&ano=2020&ato=615Azaq5EMZpWT390>>>. Acessado dia 03 de julho de 2020. BRASIL. Medida Provisória n. 936, de 01 de abril de 2020. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm>>. Acessado dia 03 de julho de 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. Economia; MOURA, G. *Autonomia*. Disponível em: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>>>. Acessado dia 05 de fevereiro de 2020.

Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre, 1899. In.: PESAVENTO, Sandra J.; FAGUNDES, Ligia K.; KUMMER, Lizete; STEPHANOU, Maria. *Memória da Indústria Gaúcha: das origens a 1930*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1987.

ARGUIAR, Sidney. Caso da Carne Verde: vivências populares na cidade de Manaus durante a II Guerra Mundial (1939-1945). Disponível em: <<<https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>>>. Acessado dia 26 de março de 2020.

BADARÓ, Marcelo. *Trabalhadores e sindicato no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BARROS, Gustavo. O Desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: Criação de empresas e evolução da capacidade produtiva. *Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada (HEERA)*, Juiz de Fora: UFJF, v. 8, n. 14, jan-jun 2013. p. 9-32.

BARROS, Gustavo. *O Problema siderúrgico nacional na Primeira República*. 2011. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Usp, São Paulo, 2011.

BERGSMAN, Joel. *Brazil: Industrialization and trade policies*. London: Oxford University Press, 1970.

BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. p. 726. Disponível em <<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>>>. Acessado dia 15 de fevereiro de 2020.

CANCELLI, Elisabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora UNB, 1993.

CARVALHO, Luana M. Q. Sobreviver em tempos de guerra: Salvador (1939-1945). In. PEDREIRA, Flávia de Sá. *Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial*. São Paulo, LCTE, 2019.

Convenção n. 6 de 1919. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235011/lang--pt/index.htm>>. Acessado dia 14 de novembro de 2017.

COSTA, Hélio. *Em busca de memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Página Aberta Ltda., 1985.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra Sem Guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial, 2002

DALMOLIN, Cátia. *Em Nome da Pátria: as manifestações contra o eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942*. 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

Discursos de Getúlio Vargas na ocasião da homenagem aos cinco anos da implantação do Estado Novo. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1943/10.pdf/view>>>. Acessado dia 13 de março de 2020.

DUARTE, Maurizete. *O governo Vargas e as primeiras tentativas do estado na provisão de habitação popular*. Disponível em: << http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364149670_ARQUIVO_ARTIGO_DEZETEPARARN-24-03-2013.pdf>>. Acessado dia 21 de março de 2020.

ENGELS, Friedrich. *A Questão da Habitação*. p. 10. Disponível em: << http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf>>. Acessado dia 15 de fevereiro de 2020.

FACHEL, José P. *As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FÁVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FERRAZ, Francisco. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FERREIRA, Jorge. Brasil, 1942: Estado e sociedade contra o Reich, Acervo - *Revista do Arquivo Nacional*, n. 2, v. 30, 2017.

_____. O nome e a coisa: populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FILHO, Alexandre Marcondes. apud GOMES, Angela de Castro. *Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FILHO, Antônio. SILVA, Luiz Macedo e Silva. Estilhaços de uma guerra. In. *Mais Borracha para a Vitória*. GONÇALVES, Adelaide; et al. Fortaleza – MAUC/NUDOC, Brasília-Ideal Grafica, 2008.

FILHO. Osias de Oliveira S. Os reflexos da II Guerra em São Luís do Maranhão. In. PEDREIRA, Flávia de Sá. *Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial*. São Paulo, LCTE, 2019.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. 2012. 343 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC/RS, Porto Alegre, 2012.

FOGAGNOLI, Marcela. *O SAPS e a boa alimentação: O Serviço de Alimentação da Previdência Social e os trabalhadores (1940-1950)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

FONSECA, Pedro Cezar D. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FORTES, Alexandre. Os direitos, a lei e a ordem: greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da Primeira República. In: LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli M. N. *Direitos e Justiça do Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

_____. Revendo a legislação dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945). In: FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999;

_____. Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil. *Nuevos Mundos*, 2014;

FRENCH, John. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos: a questão social como caso de polícia, 1920-1964. In.: LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli. *Direito e Justiça no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

_____, *O Abc dos Operários - Conflitos e Alianças de Classe Em São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1995.

GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*, Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMES, Francisco M. *História da siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1983.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968.

JUNIOR, Caio Prado. *História econômica do Brasil*. São Paulo: brasiliense, 2012.

KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. 2004. 597 f. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP. Campinas.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LONER, Beatriz. *Construção da Classe Operária de Pelotas e Rio Grande (1888 – 1930)*. Pelotas: Editora da UFPel, 2001.

MARX, Karl. *O Capital* – Livro 1, vol. 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, p. 757, 758. Versão do livro digital.

MULLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Grande Sul, 1998.

NEGRO, Antônio Luigi; SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. Que “fosse procurar os seus direitos” – Justiça do Trabalho e poder disciplinar na Bahia: Insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-1948). In. GOME, Angela de Castro. SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua história*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In.: LOPES, José Sergio Leite. *Cultura & Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

PERAZZO, Priscila. *Prisioneiros de Guerra: os súditos do Eixo dos campos de concentração (1942- 1945)*. São Paulo: Humanitas, 2009.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

PESAVENTO, Sandra J.; FAGUNDES, Ligia K.; KUMMER, Lizete; STEPHANOU, Maria. *Memória da Indústria Gaúcha: das origens a 1930*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1987.

PROST. Antoine. "Social e cultural indissociavelmente". In. RIOUX. Jean-Pierre; SERINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*, Lisboa, Estampa, 1998

PUREZA, Fernando. *Economia de Guerra, Batalha da Produção e Soldados-Operários: o impacto da segunda guerra mundial na vida dos trabalhadores de porto alegre (1942-1945)*. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RAHMEIER, Andrea. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RANGEK, Ignácio. *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

REIS, Daniel A. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: a cidade do Rio de Janeiro (1870 – 1930)*, p. 145. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101374/era_demolicoes_hab_pop.pdf>>. Acessado dia 15 de fevereiro de 2020.

SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. 2008. 428 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

_____. *Modernizing Electric Utilities in Brazil: National vs. Foreign Capital, 1889-1930*. *Business History Review*, v. 87, p. 229-253, 2013.

SANTOS, Maurício. *Experiências e lutas de trabalhadoras domésticas por direitos (Porto Alegre, 1941-1956)*. 2018. 233 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2018.

SEN, Amartya. *The Standard of Living*, 1985, p. 20. Disponível <<https://tannerlectures.utah.edu/_documents/a-to-z/s/sen86.pdf>>. Acessado dia 01 de abril de 2020.

SILVA, Gisele Machado da. *Avaliação da ocorrência de seca no Estado do Rio Grande do Sul*. 2015. 126 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Manejo e Conservação do Solo e da Água, UFPel, Pelotas, 2015.

SILVA, Nauber G.. *O “mínimo” em disputa: salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de porto alegre (1940-1968)*. 2014. 385 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SILVA, Fernando Teixeira; COSTA, Hélio. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVEIRA, Maria. *Economia Culinária*. Rio de Janeiro, Gráfica Mauá, 1940.

SIMILI, Ivana. Educação e moda na Segunda Guerra Mundial: as propagandas das campanhas da Legião Brasileira de Assistência. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 161-172, junho 2007.

SOARES, Tamires. *Lei para todos: Tensões trabalhistas entre “súditos do Eixo” e empregadores, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SPERANZA, Clarice. O trabalho perante a lei: os mineiros de carvão na Justiça do Trabalho em São Jerônimo, RS (1946-1954). Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2013000200417>> Acessado dia 15 de fevereiro de 2020.

_____. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do rio grande do sul nos anos 40 e 50*. 2012. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Ufrgs, Porto Alegre, 2012.

_____. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande Do Sul (1940-1954)*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

SZMRECSÁNYI, TAMÁS; MOREIRA, Eduardo. O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. *Estudos Avançados*, n.11, 1991.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

_____. *Los orígenes de la ley negra: un episodio de la historia criminal inglesa*. Espanha: Siglo Veinteuno, 2010.

VASCONCELOS, Francisco de A. G; FILHO, Malaquias B. História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Volume: 25, Número: 5, 2020.

VEILLON, Dominique. *Moda e Guerra: um retrato da França ocupada*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2004.

VILLET, Annibal. *Política do Governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*. Rio de Janeiro, IPEA, 1975.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez/CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

LEGISLAÇÃO CITADA

BRASIL, Constituição brasileira de 1934.
 BRASIL, decreto-lei 4.789, de 5 de outubro de 1942.
 BRASIL, Decreto-lei 869, no dia 18 de novembro de 1938 Art. 2.
 BRASIL, Decreto-lei n. 1.402 de 05 de julho de 1939.
 BRASIL, Decreto-lei n. 4.637, de 31 de agosto de 1942.
 BRASIL, Decreto-lei n. 6.172 de 06 de janeiro de 1944.
 BRASIL. Constituição de 1937, Artigo 122.
 BRASIL. Decreto n. 2.307, de 3 de fevereiro de 1938.
 BRASIL. Decreto nº 19.770, de 31 de março de 1931.
 BRASIL. Decreto-lei 4.638, de 31 de agosto de 1942.
 BRASIL. Decreto-lei 5.576, de 14 de junho de 1943.
 BRASIL. Decreto-lei 869, de 18 de novembro de 1938.
 BRASIL. Decreto-lei n. 1.716, de 28 de outubro de 1939.
 BRASIL. Decreto-lei n. 23.710, e 9 de janeiro de 1934.
 BRASIL. Decreto-lei n. 24.637, de 10 de julho de 1934.
 BRASIL. Decreto-Lei n. 4.166, de 11 de março de 1942.
 BRASIL. Decreto-lei n. 4.598, de 20 de agosto de 1942.
 BRASIL. Decreto-lei n. 4.639, de 31 de agosto de 1942
 BRASIL. Decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942.
 BRASIL. Decreto-lei n. 4.937, de 09 de novembro de 1942.
 BRASIL. Decreto-lei n. 5.031 de 4 de dezembro de 1942.
 BRASIL. Decreto-lei n. 5.689, de 22 de julho de 1943.
 BRASIL. Decreto-lei n. 6.739, de 26 de julho de 1944.
 BRASIL. Decreto-lei n. 6886 de 21 de setembro de 1944.
 BRASIL. Decreto-lei n.21.186, de 22 de março de 1932.
 BRASIL. Decreto-lei nº 4.612 de 24 de agosto de 1942.
 BRASIL. Lei 605, de 5 de janeiro de 1949.
 BRASIL. Lei 62 de 05 de junho de 1935.
 BRASIL. Lei n. 07 de, 08 de setembro de 1942.
 BRASIL. O decreto-lei n. 4.902, de 31 de outubro de 1942.
 BRASIL. Portaria 43, do Gabinete do Coordenador de Mobilização Econômica.
 Diário Oficial da União, 11 mar. 1943, seção 1, p.9 e 10.
 RIO GRANDE DO SUL. Decreto-lei estadual n. 7.936 de 31 de agosto de 1939.

FONTES CONSULTADAS

Jornal Correio do Povo de 1939-1945 (Salvaguardo no Arquivo Municipal de Santa Maria)

Jornal O Momento de Caxias do Sul, disponível no site da Biblioteca Nacional – <http://bndigital.bn.gov.br>.

Música Água com Leite, de autoria de Jackson do Pandeiro.

Estatuto do Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes.

Ações da Justiça do Trabalho

Assis Camargo de Vargas (requerente), São Leopoldo, 15 de janeiro de 1945. Ação salvaguardada no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

Carlos Alves de Souza (requerente), Rio Grande, 24 de julho de 1941. Ação salvaguardada no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

Euclides Gonçalves de Medeiros (requerente), Pelotas, agosto de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Filicissimo Galdino Velleda (requerente), Rio Grande, 07 de outubro de 1944. Ação salvaguardada no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

João Mello de Almeida (requerente), Pelotas, 31 de outubro de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Júlio Azevedo e outros, Rio Grande, data de conclusão 14 de março de 1945. Ação salvaguardada no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

Luiz Marques Dia; Luiz Gonçalves Souza; Pedro Margino Ribeiro; Plínio Alves Lisboa; Ângelo da Costa e Silva Filho (requerentes), Pelotas, novembro de 1942. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Olavo Machado (requerente), Pelotas, 19 de junho de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Pedro A. de Casaro (requerente). Passo Fundo, 13 de novembro de 1944. Ação salvaguardada no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

Pedro Afonso (requerente), Pelotas, 24 de outubro de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Rubens Rosa, (requeente), Pelotas, 12 de outubro 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Waldomiro Berg (requeente), São Jerônimo, 27 de agosto de 1944. Ação salvaguardada no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

Ações do Tribunal de Segurança Nacional

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL, Ernesto dos Santos e outros, Caxias do Sul, 20 de junho 1944. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Albino Schewer, Arrio do Meio, de 25 de novembro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Angelo Cereser e outros, Carazinho, 14 de novembro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Francesco G. Rosito, Porto Alegre, 10 de outubro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Francesco Giuseppe Risoto, Porto Alegre, de 10 de outubro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Frederico Linck & Cia., Porto Alegre, dia 24 de outubro de 1939. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Idalício de Oliveira Simões, Rio Grande, 21 de março de 1944. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. José Bento Dias, Porto Alegre, Porto Alegre, 11 de outubro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. José Crescente, Porto Alegre, 21 de agosto de 1942. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Jurandir Machado, Passo Fundo, 29 de fevereiro de 1944. Arquivo Nacional, Fundo Tribunal de Segurança Nacional.

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Oliveiro Mâncio e outros, Porto Alegre, 28 de dezembro de 1943. Arquivo Nacional, Fundo do Tribunal de Segurança Nacional.

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Podolirio Palma da Silva e outros, Alegrete, 5 de junho de 1944. Arquivo Nacional, Fundo: Tribunal de Segurança Nacional.

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Walter Schamkel e outros, Uruguaiana, 28 de dezembro de 1944, p. 77. Arquivo Nacional, Fundo Tribunal de Segurança Nacional.

Cartas enviados ao gabinete do presidente Getúlio Vargas (Salvaguardadas no Arquivo Nacional)

Achyller Santana Alves. [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dia 14 de janeiro de 1945.

Centro de Industria Fabril do Rio Grande do Sul. [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dia 11 de abril de 1945.

CORREA, Francisco de Assis Brasil. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1945

Dellazzna Santos & Cia. [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dia 23 de abril de 1945.

Empresa Pastoril e Agrícola Barbara S.A. [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dia 17 de abril de 1944.

Executiva do Partido Socialista Brasileiro [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, dia 14 de março de 1945.

Jayme Tarrago. [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dia 04 de abril de 1944.

José Rodrigues Almeida. [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dia 17 de março de 1945.

Sindicato dos Empregados do Comércio; Sindicato dos Bancários; Sindicato dos Empregados em Hotéis e Similares; Sindicato dos Marceneiros; Sindicato dos Gráficos; Associação Profissional dos Empregados em Construção Civil; Sindicato dos Panificadores; Associação Beneficente dos Chauffeurs. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dia 9 de abril de 1945.

Sociedade Agropastoril de Uruguaiana. [Correspondência] Destinatário: Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, dia 05 de fevereiro de 1945.

Revista O Orientador: Trabalho, Indústria e Comércio (Salvaguardado na biblioteca do TRT 4, em Porto Alegre)

O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 51/52, Porto Alegre, dia 18 de dezembro de 1943.

O ORIENTADOR: Trabalho Indústria e Comércio, n. 24, Porto Alegre, dia 11 setembro de 1942.

O ORIENTADOR: Trabalho Industria e Comércio, n. 35, Porto Alegre, dia 3 de dezembro de 1942.

O ORIENTADOR: Trabalho Industria e Comércio, n. 8, Porto Alegre, dia 1 de junho de 1942.

O ORIENTADOR: Trabalho Industria e Comércio, n. 9, Porto Alegre, dia 8 de março de 1943.

O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 1, Porto Alegre, dia 11 de janeiro de 1943.

O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 10, Porto Alegre, dia 15 de março de 1943.

O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 13, Porto Alegre, dia 05 de abril de 1943.

O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 22, Porto Alegre, dia 31 de maio de 1943.

O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 28, Porto Alegre, dia 12 de julho de 1943.

O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 32, Porto Alegre, dia 16 de novembro de 1942.

O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 40, Porto Alegre, dia 22 de setembro de 1943.

O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 7, Porto Alegre, dia 22 de fevereiro de 1943.

O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 7, Porto Alegre, dia 25 de maio de 1942.

O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n.29, Porto Alegre, dia 17 de julho de 1943.

ORIENTADOR: Trabalho Indústria e Comércio, n. 44, Porto Alegre, dia 30 de outubro de 1943.